

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

EDUARDO LUÍS RUPPENTHAL

**RETERRITORIZAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA
BARRAGEM BARRA GRANDE – RS/SC**

**PORTO ALEGRE
2013**

EDUARDO LUÍS RUPPENTHAL

**RETERRITORIALIZAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA
BARRAGEM BARRA GRANDE – RS/SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Série PGDR – Dissertação nº 156

**PORTO ALEGRE
2013**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

R946r Ruppenthal, Eduardo Luís
Reterritorialização dos atingidos pela barragem Barra Grande – RS/SC /
Eduardo Luís Ruppenthal. – Porto Alegre, 2013.
196 f. : il.

Orientador: Ivaldo Gehlen.

(Série PGDR – Dissertação, n. 156).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre,
2011.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Assentamento rural : impacto
ambiental. 3. Agricultura de subsistência. 4. Modo de produção. 5.
Trabalhadores rurais. I. Gehlen, Ivaldo. II. Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título. IV. Série.

CDU 502.22

EDUARDO LUÍS RUPPENTHAL

**RETERRITORIZAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA
BARRAGEM BARRA GRANDE – RS/SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 25 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen – Orientador
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Paulo Brack
Instituto de Biociências da UFRGS

Prof. Dr. Joel João Carini
Instituto Federal Farroupilha

Dedico esta dissertação aos meus pais, Olavo (*in memoriam*) e Seli, exemplos de amor, de perseverança, de respeito e de dedicação, guerreiros por criar seis filhos e alguns netos, constituindo uma bela e grande família, atualmente com oito netos e uma bisneta, a Cecília, que veio para alegrar e continuar o ciclo da vida. Obrigado por todo esforço e apoio incondicional para eu poder estudar. Mãe, continuas uma heroína. Agradeço por toda a ajuda e paciência durante o mestrado, principalmente no período das duas cirurgias. Pai, festejamos as formaturas e comemoramos juntos a minha seleção para o mestrado. Lembro sempre do orgulho que demonstravas ao falar dos meus estudos e/ou quando me apresentavas aos outros. De ser o “Néne do Teno”. Por meses choramos e rimos juntos. Muitas saudades. A toda confiança que tinhas em mim, a todo sorriso, a cada barbear, a cada beijo, a cada abraço, obrigado, muito obrigado, Pai! Muito obrigado, Mãe!

AGRADECIMENTOS

Realizar o mestrado só foi possível graças a inúmeras pessoas, na contribuição de cada uma, seja através da amizade, do companheirismo, do apoio ou da ajuda direta na dissertação. Fico feliz por poder dizer obrigado a todas estas pessoas que fazem parte desta etapa da minha vida.

Agradeço a toda minha família, pois, assim como nas graduações, sem ela não teria feito o mestrado. Em especial, aos meus pais, Olavo (*in memoriam*) e Seli, às minhas irmãs, Isolete, Isolde e Rosemeri, e aos meus irmãos, Gilberto e Evandro, fundamentais para chegar até aqui. Às minhas avós, Leonida (*in memoriam*) e Frida. Vó Leonida, minha segunda mãe, realizei o seu sonho de me tornar professor, obrigado por acreditar em mim. Ao meu sobrinho (irmão) Gustavo e à Rebeca, testemunhas da dissertação e que ajudaram muito no cotidiano.

À Cristiane, pelo amor, pela amizade, pela confiança e pelo companheirismo, estamos juntos e “que todos os dias sejam iguais a este”.

À família Bocchese, ao acolhimento e aos ótimos momentos de convívio.

Aos meus amigos, pelo apoio e incentivo. Destaco os de longa caminhada, desde a infância na localidade de Arroio Alegre (Sério-RS) até os da adolescência, da Biologia, da universidade e de tantos outros lugares. Cito nominalmente alguns, mesmo reconhecendo o risco de ser injusto por deixar de citar muitos nomes, agradeço a: Andrei Minuzzo (*in memoriam*), Jorge Balz, Milton Scherer, Itamar Dessoy, Cecília S. Nin, Rodrigo C. Lima, Diego Correa, Rafael B. Machado, Bianca Espíndola, Hellen Tarasconi, Giovani Neves, Hélder Gomes, Guilherme Seger, André Frainer, Daniel Slomp, Lucas Milanesi, Moisés da Luz, Ariane Ribeiro, Martin Grings, Sarah Amaral, Lucas Lazari, Vicente Ribeiro, André Schneider, Gabriela Konrath, Adriano Sontag e Karl Petrich (Katsche). Agradeço também os amigos que compartilham os mesmos sonhos de justiça e mudança socioambiental: Daniela Conte, Viviane Camejo, Antônio Ruas, Conceição Carrion, Sandra Feltrin, Carlos Schmidt, Virginia Talbot, Renzo Bassanetti, Vicente Medaglia, Elisângela Soldatelli e Sylvio Nogueira.

Aos colegas, funcionários e professores das escolas estaduais Itororó e Izaura Ibanez Paiva. Obrigado pela recepção carinhosa e pela ajuda constante nesse período de trabalho concomitante ao término do mestrado. Aos meus alunos, eu “prometo” falar menos sobre energia e barragens.

Aos funcionários e professores do PGDR. Aos colegas de mestrado e doutorado, em especial a Moisés da Luz, Daniele Possatti, Felipe Almeida, Igor de Bearzi, Fabiano Escher, Márcia Alves, Andressa Teixeira, Monique Medeiros, Vitoriano F. Martin e Otávio do Canto.

Aos ajudantes diretos na dissertação, aos companheiros que ajudaram em algumas saídas de campo: Cássio Rabuske e Otávio do Canto. Ao Gustavo Zvirtes, pela elaboração dos mapas e das figuras. À Daniela Conte, pela ajuda imensurável na correção da escrita e releitura da dissertação.

Aos professores que ajudaram na minha formação acadêmica, especialmente Paulo Brack, Jorge Quillfeldt e Gilberto Rodrigues, meu orientador na graduação.

Ao meu orientador, professor Ivaldo Gehlen, pelo exemplo pessoal de superação e perseverança na recuperação do acidente e pelo exemplo profissional como professor e pesquisador, pelo amor e dedicação à Ciência. Agradeço pela paciência, por ensinar desde o básico da Sociologia a um biólogo até a compreensão pelos momentos pessoais durante o mestrado.

A todos os entrevistados, em especial aos agricultores atingidos e suas famílias, pela hospitalidade, por abrirem suas casas. Particularmente, pela ajuda durante o campo, agradeço às famílias de Cleonira e Eloir Soares e Élio Borges de Almeida.

Sou estudante da educação pública brasileira. Não deveria, mas me sinto um privilegiado por ter conseguido acesso às essas diversas etapas do ensino. Assim, se não fosse a universidade pública e gratuita, dificilmente teria cursado as duas graduações e uma pós-graduação da qualidade do PGDR na UFRGS. O financiamento público da bolsa Capes foi fundamental para a realização do mestrado, tanto para me manter como para custear as despesas das pesquisas. O custeio público é fundamental para a realização de estudos de forma independente e crítica. Atualmente, como professor de duas escolas estaduais (nos Ensinos Fundamental e Médio), constato a difícil e precária situação da educação pública, por isso a urgência e a necessidade da concretização do direito de estudar no Brasil e da defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Para que estudar não seja um privilégio.

*Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama
violentas as margens que o comprimem.*

Bertolt Brech

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o processo de reterritorialização das famílias rurais atingidas pela construção da barragem Barra Grande, situada no rio Pelotas, na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A maioria da população rural atingida pertence a dois grupos socioculturais – caboclos e colonos (italianos) – e produzia essencialmente uma agricultura de subsistência. O objetivo é compreender a dinâmica de reorganização territorial, as mudanças nas unidades familiares produtivas e as consequências nos diferentes grupos socioculturais. A pesquisa foi conduzida sob uma perspectiva qualitativa, mediante utilização de entrevistas semiestruturadas, observação direta e documentação fotográfica, aliadas aos dados provenientes de fontes primárias e secundárias. Foram feitas entrevistas não estruturadas com base na perspectiva da história oral, procurando obter informações sobre o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), sobre as mudanças provocadas, a situação atual e a perspectiva das famílias. O universo empírico é constituído por agricultores deslocados compulsoriamente pela implantação da barragem que atualmente ocupam localidades e reassentamentos situados nos municípios de Anita Garibaldi/SC, Pinhal da Serra/RS e Esmeralda/RS. A territorialização diferente dos caboclos e dos colonos se expressa em configurações espaciais diferentes, mas a geografia da região ocupada, de relevo acidentado, faz com que haja aproximação do modo de produção agrícola, conhecido por roça (agricultura tradicional), com o uso de recursos disponíveis no ambiente. A construção da barragem, por sua vez, inicia o processo de desterritorialização tanto dos caboclos quanto dos colonos, tornando-os atingidos. Além do deslocamento compulsório dos agricultores, a barragem provoca impactos socioambientais, como a inundação das áreas agricultáveis e naturais, diminuindo o hábitat de espécies endêmicas da região. A reterritorialização é uma confluência do histórico de conflitos, das especificidades culturais e da organização ou não no movimento social. Há a perda de autonomia dos atingidos na reterritorialização, pois esta impõe mudanças nos usos da terra, com a substituição da roça, agricultura tradicional de subsistência, pela lavoura, agricultura moderna, altamente dependente de insumos externos (adubos, agrotóxicos e sementes); na relação e percepção do meio ambiente; no relevo, na paisagem e no microclima; e no uso de recursos naturais (água, lenha e frutas). A organização dos atingidos em um movimento social redefiniu a reterritorialização, principalmente na disputa em torno das modalidades de remanejamento populacional, sendo que, por parte do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a reivindicação era terra por terra (reassentamento), além do reconhecimento de todos os atingidos, disputando as modalidades indenizatórias propostas pela empresa (indenização em dinheiro e autorreassentamento por carta de crédito). A organização em um movimento social no meio rural através da mobilização e conscientização política acaba gerando outras formas de sociabilidade mais abertas com a sociedade regional, como associações produtivas, cooperativas, sindicatos rurais e partidos políticos.

Palavras-chave: Reterritorialização. Barragem. Atingidos. Caboclos. Colonos.

ABSTRACT

The theme of this thesis is the process of reterritorialization of rural families affected by the construction of the Barra Grande dam, located in Pelotas River, on the border between the states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina. Most of the affected rural population belongs to two socio-cultural groups – *caboclos* and (Italian) settlers – and produced an essentially subsistence farming. The goal is to understand the dynamics of territorial reorganization, changes in family production units and the consequences in different socio-cultural groups. The research was conducted under a qualitative perspective, by using semi-structured interviews, direct observation and photographic documentation, combined with data from primary and secondary sources. Non-structured interviews were conducted from the perspective of oral history, looking for information about the process of territorialization-deterritorialization-reterritorialization (T-D-R), the changes brought about, the current situation and perspective of families. The empirical universe is made up of farmers that were forcefully displaced by the construction of the dam and that currently occupy villages and settlements located in the municipalities of Anita Garibaldi/SC, Pinhal da Serra/RS and Esmeralda/RS. The different territorialization of *caboclos* and settlers has manifested itself in different spatial configurations, but the geography of the area occupied, with its broken terrain, causes an approximation to traditional farming, with the use of resources available from the environment. The construction of the dam in turn triggers the process of deterritorialization both of *caboclos* and settlers, affecting them. In addition to the compulsory displacement of farmers, the dam will cause social and environmental impacts, such as flooding of farmland and natural areas, thus reducing the habitat of endemic species in the region. A reterritorialization is a confluence of historical conflicts, cultural specificities and the presence or lack of organization in the social movement. There is loss of autonomy of those affected by the reterritorialization, as it demands changes in the uses of the land, by replacing the traditional subsistence farming with modern agriculture, which is largely dependent on external inputs (fertilizers, pesticides and seeds); in both the relationship with and the perception of the environment; in the topography, landscape and micro-climate; and in the use of natural resources (water, firewood and fruit). The organization of people affected in a social movement has redefined the reterritorialization, especially in the dispute over the methods of population relocation. The Movement of People Affected by Dams (MAB) was claiming land for land (resettlement), besides the acknowledgment of all those affected, competing for the modalities proposed by the company for damages (monetary indemnity and self-resettlement by means of letter of credit). The organization in a social movement in rural areas by mobilization and political awareness ends up generating other forms of sociability that are more open to the regional society, such as production associations, cooperatives, rural unions and political parties.

Keywords: Reterritorialization. Dam. Affected. *Caboclos*. Settlers.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1– Mapa da localização da UHE Barra Grande na divisa entre os estados Rio Grande do Sul e Santa Catarina. | 33 |
| Figura 2 – Mapa da localização dos municípios atingidos pelo reservatório da barragem Barra Grande. | 34 |
| Figura 3 – Estátua em homenagem à Anita Garibaldi, localizada em frente da Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi-SC. | 35 |
| Figura 4 – Estátua em homenagem à colonização italiana localizada no município de Anita Garibaldi-SC. | 36 |
| Figura 5 – Gráfico com os valores anuais (R\$ bilhões), apontando a evolução dos desembolsos do BNDES (2000-2008). | 50 |
| Figura 6 – Mapa da Integração Eletroenergética do Sistema Energético Nacional (SIN) com as usinas em funcionamento e outras planejadas. | 57 |
| Figura 7 – A situação dos empreendimentos hidrelétricos na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai. | 65 |
| Figura 8 – Mapa da localização da UHE Barra Grande, no Rio Pelotas, afluente do Rio Uruguai, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. | 80 |
| Figura 9 – Mapa das Bacias e sub-bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul – 2009. | 81 |
| Figura 10 – Imagem da construção da barragem Barra Grande no leito do Rio Pelotas, afluente do Rio Uruguai na divisa do RS e SC. | 82 |
| Figura 11 – A “queima” por geada de uma plantação de milho ocorrida no dia 22 de dezembro de 2010 em Esmeralda-RS. | 83 |
| Figura 12 – Paisagem dos campos de altitude caracterizados por campos entremeados por capões florestais. | 84 |
| Figura 13 – Paisagem dos campos de altitude na região dos Campos de Cima da Serra, cultivados ou não, com as matas ciliares ao longo dos cursos d’água ou nos pontos com maior umidade formando capões. | 85 |
| Figura 14 – Paisagem dos campos de altitude na região dos Campos de Cima da Serra, com campos entremeados por florestas com araucárias. | 85 |
| Figura 15 – Pinheiros integram a paisagem dos Campos de Cima da Serra. | 86 |
| Figura 16 – Mapa das rotas dos tropeiros. | 90 |
| Figura 17 – Placa sinalizando a localidade Rincão dos Crentes. | 104 |
| Figura 18 – Placa sinalizando a localidade de Rincão São Jorge. | 105 |

| | |
|---|-----|
| Figura 19 – Casa característica dos caboclos. | 106 |
| Figura 20 – Casa característica dos caboclos. | 107 |
| Figura 21 – Fogão a lenha. | 108 |
| Figura 22 – Carneação de um boi na propriedade de um colono. | 110 |
| Figura 23 – Vales. | 111 |
| Figura 24 – Queimada da área destinada para a roça. | 112 |
| Figura 25 – Ferramentas utilizadas para fazer a roça. | 112 |
| Figura 26 – Porco “caipira”. | 114 |
| Figura 27 – Área do faxinal, limítrofe entre o campo e a mata, com destaque para a presença das araucárias. | 115 |
| Figura 28 – Criação de ovelhas. | 115 |
| Figura 29 – Animais caçados na região. | 116 |
| Figura 30 – Pinhas contendo os pinhões. | 117 |
| Figura 31 – Placa com os nomes dados às comunidades. | 118 |
| Figura 32 – Casa típica dos colonos. | 119 |
| Figura 33 – Escombros de um bordel localizado próximo ao alojamento principal do canteiro de obras da barragem Barra Grande. | 130 |
| Figura 34 – Portão de acesso ao canteiro de obras da barragem Barra Grande. | 133 |
| Figura 35 – Floresta primária omitida pelo EIA-RIMA para o licenciamento da barragem Barra Grande. | 137 |
| Figura 36 – Bromélia <i>Dyckia distachya</i> | 137 |
| Figura 37 – Ato em apoio aos atingidos pela barragem Barra Grande realizado em Porto Alegre-RS. | 138 |
| Figura 38 – Corte da mata próxima da barragem Barra Grande (185 metros de altura). | 140 |
| Figura 39 – Usina Hidrelétrica de Barra Grande. | 146 |
| Figura 40 – Afogamento de milhões de árvores, em destaque as araucárias. | 147 |
| Figura 41 – Lavoura de milho, mecanizada e limpa com o uso de agrotóxicos, no Reassentamento Rural Coletivo. | 151 |
| Figura 42 – A irrigação é utilizada para alguns cultivos nos RRC. | 152 |
| Figura 43 – Amora cultivada no Reassentamento Rural Coletivo. | 156 |
| Figura 44 – A paisagem formada vista pelos autorreassentados localizados próximos às antigas áreas inundadas pelo lago. | 161 |
| Figura 45 – A cerração acompanha a extensão do reservatório da UHE de Barra Grande. .. | 162 |
| Figura 46 – Placas dispendo as leis ambientais. | 163 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Dados gerais dos municípios da unidade de pesquisa: Anita Garibaldi-SC, Pinhal da Serra-RS e Esmeralda-RS..... | 37 |
| Quadro 2 – Principais tipos de minérios, a produção anual beneficiada e as características da produção – Brasil (2008)..... | 55 |
| Quadro 3 – Atores sociais rurais e formas sociais na agricultura segundo alguns indicadores (sul do Brasil). | 97 |
| Quadro 4 – As desterritorializações dos caboclos e seus desterritorializadores na região dos Campos de Cima da Serra (RS)..... | 101 |
| Quadro 5 – O tamanho da área indenizada e os valores pagos para a modalidade autorreassentamento por carta de crédito. | 142 |
| Quadro 6 – Informações gerais e financeiras sobre a barragem Barra Grande. | 145 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – A população atingida e a potência das sete principais hidrelétricas da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai..... | 64 |
| Tabela 2 – As temperaturas mínima, média, máxima e a previsão pluviométrica de municípios com clima subtropical úmido. | 84 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGU** – Advocacia Geral da União
- ANEEL** – Agência Nacional de Energia Elétrica
- APP** – Área de Preservação Permanente
- APREMAVI** – Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
- BAESA** – Barra Grande Energética S.A.
- BANDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Venezuela)
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BLADEX** – *Banco Latinoamericano de Exportaciones*
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)
- CAF** – Corporação Andina de Fomento
- CCMA** – Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos
- CDDPH** – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- CENEC** – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.
- CGH** – Centrais Geradoras Hidrelétricas
- CGISE** – Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico
- CMB** – Comissão Mundial de Barragens
- COMASE** – Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico
- CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRAB** – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
- CSE** – Cadastro Socioeconômico
- DNAEE** – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
- ECO 92** – Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- ELETOBRAS** – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
- ELETROSUL** – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
- EMATER/RS** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/RS
- ENGEVIX** – Engevix Engenharia Ltda.
- ENID** – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
- EPAGRI/SC** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- EPE** – Empresa de Pesquisa Energética
- FAPES** – Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior

FATMA – Fundação do Meio Ambiente (SC)
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (RS)
FMI – Fundo Monetário Internacional
FONPLATA – Fundo da Bacia do Prata
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GEAB – Grupo de Empresas Associadas de Barra Grande S.A.
GERASUL – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.
GPI – Grandes Projetos de Infraestrutura
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IFC – *International Financial Corporation*
IFIs – Instituições Financeiras Internacionais
IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
IPARJ – Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MMA – Ministério de Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MPF – Ministério Público Federal
ONG – Organização Não Governamental
ONS – Operador Nacional do Sistema
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDMA – Plano Diretor de Meio Ambiente
PJR – Pastoral da Juventude Rural

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RRC – Reassentamento Rural Coletivo

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional

SE – Setor Elétrico

SIN – Sistema Interligado Nacional

STF – Supremo Tribunal Federal

UHE – Usina Hidrelétrica

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

TC – Termo de compromisso

TRF – Tribunal Regional Federal

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 19 |
| 1.1 Histórico | 26 |
| 1.2 Metodologia | 28 |
| 2 DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E OS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS..... | 39 |
| 2.1 A IIRSA | 45 |
| 2.2 O PAC..... | 48 |
| 2.3 A exportação de <i>commodities</i> e de energia | 54 |
| 2.4 Energia privada, consequências públicas..... | 56 |
| 2.4.1 Os impactos socioambientais..... | 59 |
| 2.4.2 Os impactos na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai..... | 63 |
| 2.5 Território: territorialização, desterritorialização e reterritorialização (t-d-r)..... | 65 |
| 2.6 Revolta, contestação e resistência dos atingidos por barragens | 68 |
| 2.7 Atingidos: um conceito em disputa..... | 74 |
| 3 O TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DA BARRAGEM BARRA GRANDE | 80 |
| 3.1 O histórico de ocupação territorial..... | 88 |
| 3.1.1 A territorialização dos caboclos..... | 91 |
| 3.1.2 A territorialização dos colonos | 94 |
| 3.2 As identidades socioculturais..... | 96 |
| 3.2.1 Nomadismo, sobrevivência e sustentabilidade: a questão indígena | 98 |
| 3.2.2 Itinerância, autoconsumo e exclusão: a questão cabocla | 99 |
| 3.2.3 Migração, substituição da mata e produtividade: a questão colona..... | 101 |
| 3.3 As configurações espaciais dos caboclos e dos colonos | 103 |
| 3.3.1 Os rincões, as capelas e as moradias | 104 |
| 3.3.2 As linhas e as propriedades..... | 118 |
| 4 A DESTERRITORIALIZAÇÃO E A RETERRITORIALIZAÇÃO | 124 |
| 4.1 A disputa em torno das modalidades de remanejamento | 141 |
| 4.2 As mudanças..... | 147 |
| 4.2.1 As mudanças para os reassentados..... | 148 |
| 4.2.2 As mudanças para os autorreassentados..... | 159 |
| 5 ESTRATÉGIAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO PARA CONTINUAR AGRICULTOR..... | 168 |

| | |
|--|------------|
| 5.1 A emergência das diferentes estratégias de reterritorialização..... | 170 |
| 5.2 A organização redefine a reterritorialização | 173 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 181 |
| REFERÊNCIAS..... | 186 |
| APÊNDICE A – LISTA DOS ENTREVISTADOS | 197 |

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa uma importante expressão da luta contra a expropriação da natureza no Brasil, por meio dos dramas de indivíduos, famílias e comunidades rurais que tiveram que se deslocar compulsoriamente devido à construção da barragem para a Usina Hidrelétrica Barra Grande (na divisa entre os municípios de Pinhal da Serra-RS e Anita Garibaldi-SC). Nos últimos anos, observa-se no país o aumento de grandes obras de infraestrutura, em particular ligadas ao setor de energia, como as hidrelétricas. Essas obras geram conflitos socioambientais, impactos, tensões econômicas e psicoemocionais para os atingidos.

A construção de barragens ocorre há milhares de anos, inicialmente visava à reserva hídrica para irrigação e consumo humano e dos animais. No final do século XIX, com o advento da energia elétrica, passaram a ser construídas exclusivamente para a geração de eletricidade. A construção dessas barragens requer a ocupação de amplas extensões territoriais, na maioria das vezes, em detrimento de segmentos sociais vulneráveis, tais como populações ribeirinhas e comunidades rurais e étnicas, demandando uma reordenação territorial nos locais onde elas são instaladas. Sendo assim, o deslocamento compulsório pode ser considerado uma das principais consequências sociais.

Segundo Santos (2007), os projetos do Setor Elétrico (SE) são iniciativas complexas e multidimensionais que compreendem aspectos econômicos, políticos, socioculturais, técnicos e ecológicos, produzindo profundas alterações em diferentes esferas que extrapolam seus aspectos meramente econômicos e técnicos. Vainer (2008) complementa que, nesse processo de mudança social, há interferência em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. Além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico etc.), instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam.

Em 2010, um relatório elaborado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) reconheceu a existência de um padrão de violações dos direitos humanos na construção de barragens no Brasil, reconhecendo a relevância e a magnitude dos impactos sociais negativos.¹

¹ O relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH foi aprovado no dia 22 de novembro de 2010 em Mato Grosso do Sul. Esse relatório é resultado de quatro anos de investigação, em que foram analisadas denúncias de violações de direitos humanos no processo de implantação de barragens. Para saber mais sobre o relatório, acessar: <http://www.direitoshumanos.gov.br/conselho/pessoa_humana/relatorios>.

No país, as inúmeras barragens construídas afetaram milhares de pessoas, como foi o caso da hidrelétrica Barra Grande (1995-2005) que atingiu 1.516 famílias, sendo todas do meio rural, compostas por proprietários que tiveram suas terras parcial ou totalmente alagadas, arrendatários, parceiros rurais, agregados e posseiros que dependiam da fração suprimida para viver.

A hidrelétrica Barra Grande, construída no Rio Pelotas, um dos afluentes do Rio Uruguai, faz parte do projeto de exploração do potencial energético da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, formulado nos anos 1970 pelo governo brasileiro. Era a primeira vez que no Brasil se formulava um projeto para o aproveitamento integral de uma Bacia Hidrográfica. O levantamento foi elaborado pela recém-criada Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), como subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), criada em 1961 para ficar responsável pelo SE nacional. Na época, em torno de 22 aproveitamentos foram definidos como interessantes e passíveis de implantação. Para Paim e Ortiz (2006), a proposta pretendia somente racionalizar os aproveitamentos em relação à energia, minimizando outras questões, como as socioambientais.

Os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar – Itaipu, Sobradinho e Tucuruí – produziram conflitos e impactos socioambientais drásticos, o que resultou principalmente na mobilização das populações atingidas, organizadas ou não em movimentos sociais em busca de assegurar seus direitos sobre a terra e do processo expropriatório promovido pelo Estado (BOEIRA, 2006, p. 39).

Assim, nos anos 1980, com a crise econômica do país, o SE enfrentou dificuldades para levar a termo projetos que estavam em andamento. Além da estagnação econômica, houve forte resistência popular. Movimentos sociais contra a implantação de hidrelétricas disseminaram-se, tendo como referência a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) e depois o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que emergiram como resistência organizada às barragens da Bacia do Rio Uruguai, de interesse da ELETROSUL (SANTOS, 2007, p. 45). Dentre as críticas estava a acusação de que a intervenção das empresas com vistas à implantação de aproveitamentos hidrelétricos era imposta de fora da região, pois desconhecias suas realidades e tinha sido decidida sem a participação daqueles que iriam sofrer diretamente os efeitos da construção das barragens (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 10).

Como forma de reconhecer a existência de problemas relacionados à construção de grandes obras, como barragens para Usinas Hidrelétricas (UHEs)², assistimos na década de 1980 a uma série de medidas e recomendações sendo institucionalizada pelo Estado brasileiro e incorporada pelo SE, este conduzido por empresas estatais. Por meio da Lei 6.938/1981, definiu-se a Política Nacional do Meio Ambiente, e assim foram criados vários órgãos federais, coordenados por uma Secretaria com nível de Ministério, para colocar em prática os novos dispositivos legais. Houve também a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que por meio da Resolução 001/1986 fixou os requisitos para a avaliação de impactos e licenciamento de obras modificadoras do meio ambiente, como no caso das barragens. Tornaram-se obrigatórios o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).³ Outras resoluções do CONAMA a serem destacadas são a 006/1987, que estabelece as diversas etapas do processo de licenciamento⁴, e a Resolução 009/1987, que garante a obrigatoriedade de audiências públicas.

No cenário da redemocratização, a ELETROBRAS se reorganizou na questão socioambiental, editando, em 1986, um Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos (CCMA) que se sucedeu por um Plano Diretor de Meio Ambiente (PDMA). Em seguida, foi criada internamente a Divisão do Meio Ambiente, elevada logo a Departamento. Em 1988, instituiu o Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico (COMASE), estimulando a institucionalização de áreas sociais e ambientais com as concessionárias. Em 1990, elaborou o II PDMA (II Plano Diretor de Meio Ambiente). Segundo Nuti (2007), esse plano pode ser considerado a “política socioambiental” do SE brasileiro devido ao seu conteúdo de orientação para o desenvolvimento dos estudos e de compromisso básico das empresas signatárias.

Importante destacar que essas incorporações de medidas legais são consequência da reivindicação por parte da resistência interna às megaobras, além do país ser signatário de

² No texto, as Usinas Hidrelétricas, ou simplesmente hidrelétricas, serão também designadas de UHEs (Usinas Hidrelétricas de Energia). Serão consideradas somente as grandes hidrelétricas, classificadas conforme sua capacidade instalada. No Brasil, os empreendimentos hidrelétricos recebem três denominações, dependendo da sua capacidade instalada: UHE para hidrelétricas com capacidade instalada superior a 30 MW (Megawatts); PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas) para aquelas com capacidade instalada entre 1 MW e 30 MW; e CGH (Centrais Geradoras Hidrelétricas) para as com menos de 1 MW de capacidade instalada. A Usina Hidrelétrica de Barra Grande tem potência máxima instalada de 708 MW.

³ O EIA é um documento técnico-científico composto por diagnósticos ambientais, análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos e de programas de acompanhamento e monitoramento. O RIMA é um documento público que reflete as informações e conclusões do EIA. É apresentado de forma subjetiva e adequada para compreensão de toda a comunidade. Para uma discussão sobre o EIA e o RIMA, ver Verdum e Medeiros (2006).

⁴ As etapas do processo de licenciamento são: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI); Licença de Operação (LO).

diferentes Declarações e Convenções internacionais, como em 1992 quando foi anfitrião da Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92).

Vários conceitos novos acabaram sendo aceitos pelo SE, pois a dicotomia efeitos diretos/indiretos não dava conta dos diferentes problemas sociais e ambientais. As noções de área de influência, de usos múltiplos, de inserção regional e de monitoramento foram incorporadas ao EIA e ao RIMA. Vários estudos foram encaminhados pela ELETROBRAS às universidades do país, objetivando o aprofundamento do conhecimento sobre situações específicas. No caso das populações indígenas afetadas por projetos hidrelétricos, o Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ) realizou uma série de estudos de caso, introduzindo os conceitos de externalidade, direito difuso e impacto global. Por esses conceitos compreende-se que esses tipos de empreendimento causam danos globais, isto é, influenciam, em geral, deletariamente todos os setores da vida de um povo indígena, desde a sua população e as condições materiais de sua sobrevivência até as suas concepções de vida e visões de mundo. “Por sua vez esses danos raramente são exclusivos a um número populacional, mas atingem como um todo a uma etnia, a uma cultura” (ELETROBRAS; IPARJ, 1988, p. 33-34).

O avanço no campo socioambiental é interrompido na década de 1990, quando o SE brasileiro passou por um processo de privatização, fundamentado internamente por uma nova versão do liberalismo econômico, mas diretamente relacionado com o contexto internacional, baseado na política da globalização.⁵ Antes de privatizadas, as empresas estatais foram divididas, atendendo aos interesses do mercado (geração, transmissão e distribuição/fornecimento). Na região Sul, a ELETROSUL sofreu o processo de divisão, dando origem às empresas Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (GERASUL) e Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL). Pouco tempo depois, a GERASUL foi privatizada, sendo adquirida pelo grupo belga *Tractebel Electricity & Gas International*, integrante do grupo belga Suez. No que concerne ao âmbito nacional, as atribuições do governo foram redirecionadas para o exercício e controle de diferentes

⁵ O SE é o conjunto das empresas responsáveis pela produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Antes do processo de privatização, o SE tinha a predominância das empresas estatais como marca e que eram responsáveis por 95% do total da produção de energia no país. As empresas federais eram principalmente geradoras e transmissoras; as empresas estaduais eram essencialmente distribuidoras, embora houvesse algumas grandes geradoras e transmissoras; havia poucas empresas privadas e eram de porte menor. Após a privatização, o SE muda a sua constituição, principalmente na produção, quando o Estado continua presente, mas está em forma de consórcio com as empresas privadas, sendo quase sempre financiador das obras, mesmo que o consórcio seja formado somente por empresas privadas. Portanto, atualmente, quando falamos em Setor Elétrico brasileiro, nos referimos ao Estado, mais as empresas estatais e as privadas.

empresas, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Operador Nacional do Sistema (ONS).⁶

O processo de privatização das empresas distribuidoras e de geração de energia elétrica e a obrigatoriedade de novos investimentos a ser realizados exclusivamente por agentes privados ou consórcios, entre outras medidas legais e institucionais, resultaram em alterações significativas nas práticas de planejamento e implantação de usinas hidrelétricas, afetando diretamente um processo que começava a se institucionalizar no que diz respeito aos aspectos socioambientais (NUTI, 2007, p. 59).

Depois de um período de esvaziamento e falta de planejamento da política energética nacional, tivemos como consequências a crise de abastecimento e o racionamento de energia com a possibilidade de um “apagão” nos primeiros anos da década de 2000. Assim, visando resolver esses problemas, na gestão do primeiro governo Lula, se instituiu a Empresa Pesquisa Energética (EPE), responsável pelo setor, que estabeleceu prioridades e alternativas.⁷ A novidade não foi a mudança de matriz energética, ao contrário, o governo federal reafirmou a hidroeletricidade como prioritária para a demanda crescente de energia e a retomada do planejamento sistemático da expansão com a elaboração de planos nos horizontes de dez a trinta anos. Contudo, aliado ao período de privatização, que representou um processo de desregulação do SE, a retomada de planejamento não representa a institucionalização de uma política socioambiental.

É nesse contexto que os dados sobre o deslocamento populacional compulsório permanecem sem atualização e insuficientes, deixando a maior parte das soluções para o âmbito das negociações individualizadas, projeto a projeto, como foi o caso de Barra Grande e outras UHEs.⁸ E isso inicia ainda nos estudos preliminares e nos EIA-RIMAs elaborados,

⁶ A **Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)** é uma autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), criada em 1996, que tem como funções: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia elétrica. Mais informações no sítio eletrônico: <<http://www.aneel.gov.br/>>. O **Operador Nacional do Sistema (ONS)** é uma pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil, criado em 1998, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Mais informações no sítio eletrônico: <<http://www.ons.org.br/>>.

⁷ A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foi criada em 2004 para a elaboração de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras. Está sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia. Mais informações no sítio eletrônico: <<http://www.epe.gov.br/>>.

⁸ Inúmeros conflitos foram gerados por todo o Brasil pela indefinição de uma política socioambiental. Como exemplos próximos, da mesma Bacia Hidrográfica, citam-se a construção das barragens Foz do Chapecó e Monjolinho. A **barragem Foz do Chapecó**, construída no rio Uruguai entre os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS), pertence ao consórcio Foz do Chapecó Energia, composto pelas empresas CPFL (51%), Furnas (40%) e CEEE-GT (9%). A usina tem potência instalada de 855 MW e um investimento de mais de R\$ 2 bilhões, sendo que cerca de 70% foi financiado pelo BNDES. A obra foi considerada uma

sendo que o número de famílias atingidas varia antes, durante e após a construção, aumentando consideravelmente. Até mesmo o reconhecimento de quem é atingido, e como e quais são as formas de indenização depende de cada caso, da empresa, do órgão de financiamento e, principalmente, da força da mobilização da população afetada.⁹

Nesse sentido, os casos como a UHE Barra Grande apontam para a atualização de conflitos entre os quais se contrapõem tentativas de desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo Estado e/ou empresas privadas como a Barra Grande Energética S.A. (BAESA)¹⁰ e os processos de reterritorialização distintos que visam à manutenção do território para as famílias e comunidades rurais, reelaborando estratégias, identidades e discursos no processo de luta pelo reconhecimento como atingido e pela defesa de seus direitos territoriais.

No processo de reterritorialização, vários interesses são confrontados, apresentando uma heterogeneidade de modalidades de remanejamento populacional, dependendo do projeto e da empresa, das estratégias dos atingidos e mudando durante a implantação da mesma obra. Em um levantamento realizado por Nuti (2007) sobre as modalidades de remanejamento populacional utilizadas no país, destacam-se: indenização, reassentamento urbano ou relocação, reassentamento rural ou reassentamento em áreas remanescentes e carta de crédito. Em Barra Grande, foram utilizadas a indenização em dinheiro, principalmente para os

das prioridades do PAC 1. O consórcio já tinha implantado o canteiro de obras e recrutado mais de 2.400 funcionários, mas não encaminhado o destino das 1.500 famílias atingidas (dezembro de 2006). Em 2008, o conflito gerado levou a enfrentamentos diretos entre os atingidos e a polícia. Além de feridos, vários agricultores foram presos. Como forma de pressionar para resolver a situação das famílias, ocorreu a ocupação do canteiro de obras. A paralisação da obra ocorreu até ser fechado um acordo para o reconhecimento e o encaminhamento das famílias atingidas. Ao final, 2.400 famílias foram reconhecidas pelo consórcio. O fechamento das comportas da barragem ocorreu em 2010. A **barragem de Monjolinho** foi construída no rio Passo Fundo (junho de 2007) entre os municípios de Nonoai e Faxinalzinho, abrangendo também Benjamin Constant do Sul e Entre Rios do Sul, norte do RS. O empreendimento, que tem potência de 74 MW, teve investimentos da ordem de R\$ 281 milhões financiados pelo BNDES. Pertence a Monjolinho Energética S.A. – Monel que é uma empresa pertencente a Desenvix S.A. controladora da Engevix Engenharia. O conflito socioambiental gerado foi com as comunidades indígenas atingidas pela formação do lago. Em junho de 2009, a empresa fechou as comportas da barragem antes de resolver os problemas com as famílias e à revelia da justiça, que havia expedido uma liminar proibindo o enchimento do lago. O TRF da 4ª Região reconheceu que o enchimento do lago seria prejudicial às comunidades indígenas. A continuidade do alagamento gerou um protesto dos indígenas próximo à barragem, reprimido pela polícia gaúcha, ferindo vários manifestantes. O abuso da força repressiva repercutiu negativamente, aliado ao reconhecimento da violação dos direitos humanos. O fato gerou audiências públicas entre MPF, FUNAI, FEPAM, BNDES, IBAMA, Engevix e os indígenas. Além da pressão institucional, os indígenas continuaram mobilizados e acampados até o reconhecimento de suas reivindicações. A UHE entrou em operação em setembro de 2009.

⁹ A disputa em torno do conceito de atingido se expressa no número de atingidos no Brasil até hoje, sendo motivo de divergência, enquanto que o Movimento dos Atingidos por Barragens refere-se a um milhão de atingidos, os representantes do SE variam suas informações em torno de 300 mil pessoas afetadas.

¹⁰ O Consórcio BAESA – Energética Barra Grande S.A. é formado por Alcoa Alumínio S.A., com 50% das cotas de capital financeiro, a Companhia Paulista de Força e Luz Ltda. (CPFL), com 25%, a Companhia Brasileira de Alumínio Ltda. (CBA), com 5%, a Camargo Correa S.A., com 9%, e a DME Energética Ltda., com 8%.

proprietários de terras. Para o restante dos proprietários e não proprietários (arrendatários, agregados, parceiros ou residindo em terras devolutas), três foram as opções: a carta de crédito¹¹, o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) e os reassentamentos em áreas remanescentes – locais próximos do reservatório que não foram alagados e se encontram fora da área de proteção ciliar.

Os impactos socioambientais se apresentam para todos os atingidos, principalmente relacionados ao território. No entanto, por causa da heterogeneidade sociocultural e econômica da população afetada (latifundiários e pequenos proprietários e não proprietários, ribeirinhos, quilombolas, colonos, caboclos etc.), as consequências são distintas, tanto no que se refere às possibilidades de negociação com a empresa quanto às condições de vida e à reprodução socioeconômica. Esses efeitos submetem as estratégias de vida dos grupos envolvidos.

A maioria da população rural dos municípios atingidos pela implantação da barragem Barra Grande é constituída de pequenos proprietários, que produzem uma agricultura de subsistência, associada à produção orientada para o mercado, em maior ou menor grau. Essa população pertence, sobretudo, a dois grupos socioculturais distintos: caboclos ou brasileiros e colonos, designação para os migrantes italianos, na sua maioria. A estes, as práticas de sobrevivência estão organicamente vinculadas à terra e aos demais espaços que ocupam. Segundo Bloemer (2000), isso significa uma íntima relação entre organização social, econômica, espaço físico ocupado e ordenamento territorial. Mesmo podendo possuir características idênticas em relação à terra e ao meio ambiente, possuem diferenças culturais, e às vezes internas no mesmo grupo.

Nesse contexto, a problemática da pesquisa está voltada para os estudos das relações do deslocamento compulsório a partir da implantação de usinas hidrelétricas e suas implicações sociais em populações rurais. Desse modo, este estudo é norteado pelas seguintes perguntas: O que acontece com os agricultores ao se deslocarem forçadamente? Quais são as estratégias dos grupos socioculturais na reterritorialização? Quais são as novas territorialidades surgidas? Qual o papel da resistência em todo processo? Passados alguns anos, como está a situação dos atingidos?

Esta dissertação pretende trazer reflexões a esses questionamentos. Portanto, o objetivo geral é compreender a dinâmica de reorganização territorial, as mudanças nas

¹¹ A definição da BAESA para essa modalidade foi autorreassentamento por meio da carta de crédito.

unidades familiares produtivas e as consequências nos diferentes grupos socioculturais, resultantes dos impactos sobre os atingidos pela implantação da barragem Barra Grande.

Os objetivos específicos a serem alcançados são:

- a) analisar as mudanças sociais provocadas pela reterritorialização nos diferentes grupos socioculturais;
- b) identificar as diferentes estratégias utilizadas pelos atingidos e pela empresa na reterritorialização;
- c) compreender as alterações ocorridas após o deslocamento compulsório nos valores socioculturais sobre a terra e o meio ambiente.

O estudo orientou-se por duas hipóteses principais:

- a) a reterritorialização impõe mudanças nos usos da terra, na percepção e relação com o meio ambiente, determinando a perda de autonomia dos atingidos;
- b) a organização dos atingidos em um movimento social redefine as modalidades de remanejamento populacional e gera formas de sociabilidade mais abertas com a sociedade regional.

A relevância desta dissertação justifica-se pela existência de processos de desterritorialização e reterritorialização de muitas comunidades rurais pela implantação de barragens, como Barra Grande, considerando que inúmeras outras estão planejadas para a Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai. Pretende-se, então, colaborar na identificação e no reconhecimento da heterogeneidade sociocultural, na reflexão dos efeitos socioambientais e sobre a situação dos atingidos alguns anos depois da reterritorialização, além da problematização da concepção de projetos dessa natureza; assim como contribuir na crítica das políticas públicas e das propostas de institucionalização de uma política socioambiental pelo SE brasileiro.

A seguir, é realizado um breve histórico sobre o envolvimento com o tema para entender o porquê da definição do objeto da pesquisa. Também serão expostos e detalhados os procedimentos metodológicos, a busca de dados de fontes primárias e secundárias e a definição da área de estudo, da população, da amostra e das técnicas auxiliares como entrevistas, observação direta e documentação fotográfica.

1.1 Histórico

O interesse pelo tema começou no ano de 2004, quando, ainda graduando de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tornou-se pública a

fraude no licenciamento da barragem Barra Grande, em que foi descoberta a omissão no EIA-RIMA da área a ser inundada, composta em torno de 2 mil hectares de florestas primárias ou em fase avançada de regeneração, além de 4 mil hectares com vegetação secundária, submersos com o enchimento do lago no final de 2005.

Na época, participava das pesquisas no Laboratório de Ecologia Aquática do Departamento de Ecologia da UFRGS que focavam os cursos d'água e suas relações ecológicas. A área de estudo localizava-se no município de São Francisco de Paula, na região dos Campos de Cima da Serra, onde também está situada a UHE Barra Grande.

No primeiro momento, a maior preocupação em relação à construção da barragem foi com os impactos ambientais, tanto para o rio como para a flora e a fauna. A polêmica em torno da fraude do EIA e a continuidade da obra começou a ter repercussões estaduais e logo em seguida nacionais, principalmente com a divulgação da omissão contida no EIA-RIMA. Inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas começaram a se incorporar à resistência realizada pelos agricultores afetados.

Naquele ano, professores e estudantes da UFRGS organizaram saídas de campo à região a ser inundada. Uma dessas idas foi realizada de ônibus, com mais de 40 pessoas, com o objetivo de conhecer e levantar mais dados ambientais. Nesse momento, se descobriu a situação social vivida pelas famílias afetadas, pois a construção da barragem já estava em processo avançado e inúmeras famílias não tinham sido reconhecidas como atingidas. Como forma de resistência e pressão, as famílias estavam há dias acampadas na Capela São Jorge no município de Pinhal da Serra (RS), bloqueando a estrada de acesso ao canteiro de obras, não permitindo que os funcionários passassem, paralisando a obra e, principalmente, os trabalhos de supressão da vegetação. O mesmo bloqueio estava acontecendo do lado catarinense, na estrada de acesso à obra em Anita Garibaldi (SC). A principal reivindicação era o reconhecimento daquela população como atingida pela barragem.

Naquele final de semana, além de conhecer as florestas omitidas no EIA-RIMA, com alto grau de conservação, cheias de araucárias centenárias, também se visitou as comunidades, propriedades e casas que iriam ser afetadas ou alagadas. E foram relatadas muitas histórias, do passado e do presente, de pessoas simples, mulheres, jovens, idosos, todos agricultores, que viviam da terra, ameaçados pela construção da barragem. A partir daquele momento, o movimento dos atingidos recebeu o apoio dos estudantes, professores e ambientalistas e incorporou a questão ambiental na pauta de reivindicações.

Na esfera judicial, inúmeras iniciativas foram tomadas pelas ONGs, na esperança de ver reconhecida, pelo Poder Judiciário, a fraude existente no processo de licenciamento

ambiental. Em primeira instância processual, chegou-se a obter duas medidas liminares, a primeira suspendendo os efeitos das licenças ambientais concedidas, e a segunda proibindo o IBAMA a conceder Licença de Operação (LO) ao empreendimento até que se terminasse a realização de prova pericial na área a ser inundada. Tais medidas liminares foram cassadas no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, com o argumento de que a questão foi trazida tardiamente para a apreciação do Poder Judiciário. A LO foi obtida em junho de 2005 através da assinatura de um Termo de Compromisso (TC).¹² No dia 1º de julho de 2005, o enchimento do reservatório começou. Mas nem todos os atingidos tinham sido reconhecidos ou remanejados.

Quando há a emissão da LO, o começo do enchimento do lago e o conseqüente início das operações da hidrelétrica caracterizam o fim de uma etapa, pois para os defensores ou para os opositores da usina, a maioria dos argumentos e da movimentação girava em torno do questionamento ao seu funcionamento, com seus prós e contras. O “fato consumado” do funcionamento favorece ao empreendedor, já que não há mais tanta exposição pública, não há mais a possibilidade de reversão do enchimento sem danos ambientais e o objetivo principal que é a geração de energia foi alcançado, independente de como isso foi feito. Mas para os atingidos, mesmo reconhecidos alguns de seus direitos, continuam sendo afetados e precisam se reterritorializar, o que representa inúmeras mudanças e o surgimento de novos problemas.

1.2 Metodologia

A pesquisa foi conduzida sob uma perspectiva qualitativa, mediante utilização de entrevistas semiestruturadas, observação direta e documentação fotográfica, aliados aos dados provenientes de fontes primárias e secundárias. Na fase exploratória da pesquisa, fez-se uma revisão da literatura referente ao modelo e ao SE brasileiro, o seu histórico e as transformações ocorridas nas últimas décadas, conseqüências dos diferentes momentos políticos e econômicos. Assim como, especificamente, uma atualização sobre a construção de barragens e a produção de energia a partir das hidrelétricas e seus impactos socioambientais. Ao mesmo tempo, elaborou-se a caracterização da área (histórico, ambiente e economia) e da população atingidas pela implantação da UHE Barra Grande. Para isso reunimos dados extraídos de material impresso – livro e boletins mensais – e *on-line* da BAESA, do EIA-

¹² Assinado o Termo de Compromisso (IBAMA, MME, MMA, MPF, AGU) com o objetivo de dar continuidade ao processo de licenciamento do empreendimento (emissão de Autorização da Supressão da Vegetação), estabelecendo diretrizes gerais para a elaboração do Termo de Referência para a Avaliação Ambiental Estratégica Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.

RIMA, publicações e material eletrônico de diversas ONGs, do MAB, das prefeituras e outros órgãos públicos como EMATER/RS, EPAGRI/SC, FEPAM, ELETROSUL, IBAMA, IBGE, ANEEL, MME e MMA.

Essa fase também foi contemplada com três saídas de campo de caráter exploratório (novembro de 2009, maio e agosto de 2010), envolvendo o conhecimento dos municípios e das comunidades atingidas, a realização de entrevistas-chave com autoridades (prefeitos, secretários e vereadores), militantes e líderes do movimento, sindicalistas, comerciantes, lideranças e moradores locais. Essa etapa foi importante para a preparação e o planejamento da entrevista a ser realizada, assim como conhecimento prévio de alguns entrevistados (caboclos e colonos, mesclando mulheres e homens chefes de famílias), as oportunidades das entrevistas, os horários e as condições favoráveis para serem aplicadas.

É importante destacar que a fase exploratória foi responsável por incorporar novos elementos na pesquisa, como a heterogeneidade dos grupos socioculturais atingidos, principalmente os caboclos – que não são reconhecidos na história oficial dos municípios e também estão ausentes na maioria da literatura acadêmica sobre a região dos Campos de Cima da Serra, pois na história oficial a região começa a ser ocupada com a colonização dos migrantes europeus, principalmente italianos conhecidos como colonos no final do século XIX. Nesta dissertação, além de resgatar o histórico de ocupação da região por diversos grupos, demonstramos a participação efetiva dos caboclos no processo de resistência à implantação da barragem.

Em todas as saídas de campo, foi visitada a sede da empresa BAESA, localizada no município de Anita Garibaldi (SC). Além de informações básicas obtidas com os funcionários responsáveis, tivemos somente acesso aos materiais publicados periodicamente, como também um livro sobre a usina e informações contidas no sítio eletrônico da empresa. Em cada ocasião de visita, solicitamos maiores informações sobre as famílias atingidas e dados sobre as modalidades de remanejamento populacional, que não foram obtidas. As visitas e as solicitações de materiais foram marcadas por um “clima de desconfiança” por parte dos funcionários, e as perguntas mais complexas sobre a barragem não foram respondidas. As que foram, eram encaminhadas para os empregados com hierarquia superior dentro da empresa, quando presentes na sede.¹³ A justificativa fora sempre que as respostas e as solicitações, como os dados das famílias, não poderiam ser entregues naquele momento, sendo necessário

¹³ Um dos questionamentos feitos e não respondidos foi: “Atualmente, quantos funcionários trabalham na usina hidrelétrica?”. A informação dada por vários informantes, como alguns funcionários públicos das prefeituras, é que seriam 24 trabalhadores.

encaminhamento do pedido ao setor responsável dentro da empresa. Porém, não obtivemos retorno e concluímos que a falta de acesso às informações faz parte de todo um processo de desorientação sobre as informações reais desde o projeto e que continua sendo realizado após a implantação da barragem e o funcionamento da UHE.

Além da falta de informações, a nossa presença na região e circulação na área próxima à barragem era vista com muita desconfiança por funcionários da empresa. O fato mais marcante ocorreu em uma das saídas exploratórias, quando o pesquisador e o acompanhante estavam fotografando o reservatório no mirante da barragem e dois funcionários uniformizados adentraram com um veículo no estacionamento, aproximaram-se do carro do pesquisador, fotografaram, anotaram a placa e em seguida foram embora sem nada dizer. O fato, além de reafirmar o incômodo, significou uma forma de intimidação em relação a nossa presença na região.

A segunda etapa da pesquisa foi marcada pelo trabalho de campo propriamente dito, totalizando outras quatro saídas (duas em novembro e duas em dezembro de 2010). Além da observação direta, foram feitas entrevistas não estruturadas com base na perspectiva da história oral, procurando obter informações sobre o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), sobre as mudanças provocadas, a situação atual e a perspectiva das famílias.

O universo empírico é constituído por agricultores deslocados compulsoriamente pela implantação da barragem Barra Grande e que hoje ocupam localidades e reassentamentos situados nos municípios de Anita Garibaldi (SC), Pinhal da Serra (RS) e Esmeralda (RS).¹⁴ A escolha por esses três dos nove municípios atingidos se deve à localização da barragem, pois neles encontra-se a maior concentração da área alagada pelo reservatório, como também os maiores impactos decorrentes da obra, expressos no número de famílias atingidas. Localizam-se, atualmente, nesses municípios, cinco dos sete Reassentamentos Rurais Coletivos (RRC). Outro fator considerado é a distância entre os municípios, percorridos na maior parte por estradas de chão batido, com difícil trafegabilidade, principalmente nos dias de chuva, considerando o tempo e os recursos para as pesquisas.¹⁵

¹⁴ São nove os municípios atingidos pela hidrelétrica, cinco no estado de Santa Catarina (Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro e Lages) e quatro no estado do Rio Grande do Sul (Pinhal da Serra, Esmeralda, Bom Jesus e Vacaria). Durante o processo de reterritorialização, muitas famílias instalaram-se em municípios não atingidos, como Concórdia (SC) e Caxias do Sul (RS).

¹⁵ O comentário sobre as condições das estradas é necessário, pois foi uma grande dificuldade para a realização das pesquisas de campo, considerando também o fato de chover muito na região, principalmente no inverno. A precariedade das estradas resultou em danos no carro utilizado para o campo. E sobre a trafegabilidade delas, o pesquisador tem experiência de vida, pois nasceu e cresceu no interior do município de Sérió (RS) na

No total, foram gravadas entrevistas com 23 famílias, contempladas nas modalidades de RRC (13) e de autorreassentamento por carta de crédito (10), das quais participaram homens e mulheres chefes de família, com a presença, em muitas das vezes, de toda a família: marido, esposa, filhos e filhas.¹⁶ Mas, nesses casos, eram somente os/as chefes de família que falavam. A escolha dos entrevistados se deu pela proximidade surgida durante a realização do campo exploratório, assim estes foram indicando vizinhos, familiares e outros agricultores, reassentados ou autorreassentados, alternando as identidades socioculturais: caboclos e colonos.

A amostra foi sendo determinada durante a realização das entrevistas, após a percepção e análise das informações obtidas pela transcrição das mesmas. O número das famílias entrevistadas correspondeu às informações necessárias referentes aos objetivos da pesquisa, pois as informações estavam se repetindo, se saturando, a cada nova entrevista, não surgindo novos elementos.

Como são municípios com população pequena onde todos os habitantes se conhecem, a presença do pesquisador e do acompanhante era percebida tanto pelos munícipes, de certa forma com desconfiança, quanto pelos não moradores, constatado esse fato pela presença constante do carro com “placa de fora” do município. Esse carro quase sempre era relacionado com os funcionários da empresa BAESA, já que desde o começo da construção da barragem muitos “estrangeiros” passaram pela região. Depois de uma breve conversa e apresentação dos motivos da nossa presença e circulação entre os moradores e entrevistados, o “estranhamento” sumia.

O mesmo acontecia nas localidades e/ou RRCs. Para os entrevistados e as famílias, a desconfiança desaparecia quando havia a referência ou a indicação de algum líder comunitário ou do movimento sobre os reais motivos da nossa presença. Para isso, foi fundamental um contato inicial e anterior à entrevista, estabelecendo desde o início um diálogo amistoso e franco para explicar a finalidade, o objetivo e a relevância da pesquisa, ressaltando a importância da participação.

Para os atingidos, essa desconfiança a “estranhos” era reforçada, pois vinha desde o início da desterritorialização, quando da presença dos primeiros funcionários das empresas a serviço do consórcio construtor para fazer o cadastro das famílias. Como a relação entre

região do Vale do Taquari, que possui quase toda malha rodoviária composta de estradas de chão batido, mas em condições melhores que as encontradas na região dos Campos de Cima da Serra.

¹⁶ Para facilitar a compreensão, usamos a expressão “**reterritorializados**” para todos os atingidos, independente da modalidade de remanejamento populacional; “**reassentados**” para os atingidos da modalidade RRC; e “**autorreassentados**” para os atingidos da modalidade autorreassentamento por carta de crédito.

ambas as partes foi conflituosa, com inúmeros momentos de tensão, “estranhos” não são bem-vindos. Outra relação feita pelos atingidos sobre a presença dos pesquisadores era de serem funcionários do governo, como do IBAMA, por causa da fiscalização ambiental ou de algum banco, por causa da cobrança de dívidas, o que demonstra a tensão ainda existente entre instituições oficiais (privadas ou públicas) e a população. A resistência em receber “estranhos” e dar entrevistas era maior nas famílias caboclas, sendo que em muitas destas foi necessária uma breve apresentação do pesquisador por alguém conhecido na localidade. Assim, passado esse primeiro contato e cientes dos motivos daquela presença, qualquer desconfiança desaparecia ou se atenuava com a boa recepção e a hospitalidade de todos os entrevistados e suas famílias.

Quando realizadas próximas às residências, além do convite para entrar na casa, sentar-se à mesa da sala ou da cozinha para a realização das entrevistas, eram oferecidas bebidas (chimarrão, água, café, leite, suco e cachaça) e comidas (pão, biscoitos, frutas, doces e geleias). Durante ou ao final das entrevistas, dependendo do turno do dia, surgiam convites para permanecer ou retornar para almoçar ou jantar, ou conhecer o restante da família. Após as entrevistas, fazendo parte da observação, vinham os convites para observar o entorno da casa, o lote, os animais e os cultivos, tudo mostrado com orgulho pelos agricultores, mesmo havendo dificuldades na unidade produtiva.

Como os entrevistados são agricultores e estão na maior parte do dia na roça, foram necessários alguns horários específicos para a realização das entrevistas, como no período do meio-dia e ao entardecer. Devido aos desencontros de horários, os imprevistos, a distância entre os moradores e as estradas precárias, foram possíveis, em média, de 2 a 3 entrevistas por dia. Elas duravam em torno de 2 a 3 horas, sendo gravados, em geral, de 30 a 50 minutos.

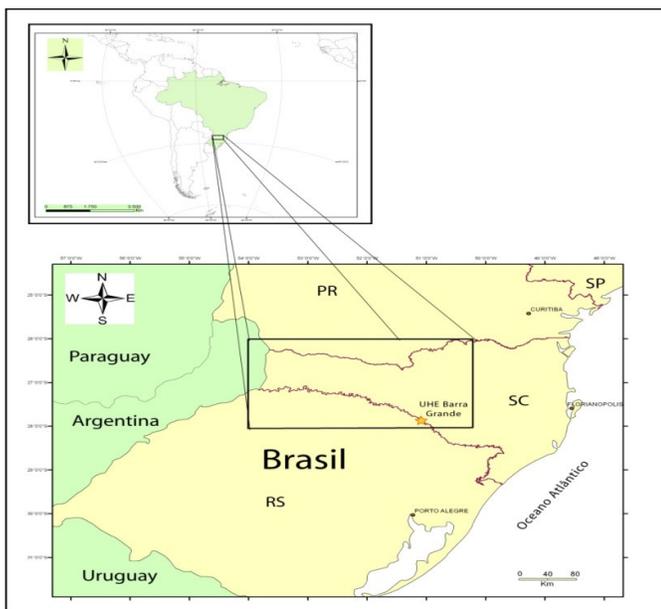
Nos meses de janeiro e fevereiro de 2011, foram realizadas as transcrições completas de todas as entrevistas, sendo em seguida feita a análise dos dados referentes aos objetivos da dissertação. Inúmeras informações das entrevistas somente ganharam sentido quando analisados com os conceitos teóricos, já identificados ou descobertos com a (re)leitura das publicações.

A identidade nominal dos entrevistados não é revelada, seus nomes não são citados devido à tensão ocorrida durante a reterritorialização e ainda existente entre as instituições oficiais (públicas e privadas), destacando a empresa BAESA e a população atingida. Também não são nomeados os reassentamentos. As referências das entrevistas são identificadas pelas siglas com as iniciais do gênero (**H**omem ou **M**ulher), pelo grupo sociocultural pertencente (**C**aboclo ou **I**taliano) e pela sua modalidade de remanejamento populacional

(**R**eassentamento ou **A**utorreassentamento), e numeradas na ordem cronológica do tempo conforme a realização das entrevistas.¹⁷

Uma das dificuldades para a realização dos campos de pesquisa foi a distância até a área de estudo (Figura 1). O município de Pinhal da Serra (RS) dista em torno de 340 quilômetros de Porto Alegre. É preciso também considerar as distâncias entre os municípios, entre as localidades e os reassentamentos pesquisados, muitas vezes distantes das sedes municipais. Ao todo foram realizadas sete saídas com o carro do pesquisador. A utilização do veículo foi fundamental, além da precariedade ou inexistência de um transporte coletivo na região, considerando o tempo e o orçamento da pesquisa. Nas três saídas exploratórias, foram visitados os municípios atingidos pelo lago, exceto Lages (SC). Nas outras quatro saídas, foram percorridos os três municípios da unidade de pesquisa: Anita Garibaldi (SC), Pinhal da Serra (RS) e Esmeralda (RS) (Figura 2). Os municípios gaúchos estão localizados no COREDE Campos de Cima da Serra.¹⁸

Figura 1– Mapa da localização da UHE Barra Grande na divisa entre os estados Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



Fonte: Elaborado por Zvirtes (2011).

¹⁷ Exemplos da referência das entrevistas: **H**omem, **I**taliano e **R**eassentado, entrevista n° 21 (**HIR/21**); **M**ulher, **C**abocla e **A**utorreassentada, entrevista n° 11 (**MCA/11**). Na categoria dos colonos, além dos italianos, aparecem duas entrevistadas portuguesas (**P**) e um alemão (**A**).

¹⁸ O estado do Rio Grande do Sul é dividido em 28 unidades de planejamento, os chamados COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento). Os COREDES são caracterizados por seus aspectos culturais e territoriais. Nesse sentido, a região dos Campos de Cima da Serra está localizada no Nordeste do estado e é composta pelos seguintes municípios: Vacaria, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Esmeralda, Pinhal da Serra, Monte Alegre dos Campos, Campestre da Serra, Ipê, Muitos Capões e André da Rocha.

Figura 2 – Mapa da localização dos municípios atingidos pelo reservatório da barragem Barra Grande.



Fonte: Elaborado por Zvirtes (2011).

Um breve histórico da formação e informações gerais dos três municípios estudados estão sintetizados no Quadro 1, nesta introdução, ressaltando que a história oficial, tanto divulgada pelas prefeituras, como parte da literatura acadêmica, começa somente com a chegada dos colonos italianos.

A territorialização da região onde se localizam os municípios atingidos pelo lago da barragem foi realizada por humanos pré-históricos com registros datados em torno de 10.000 A.P. (Antes do Presente), o que mais tarde originou vários grupos indígenas. Somente no início do século XIX, registrou-se a passagem de povoadores paulistas e gaúchos. A região serviu de rota para os tropeiros, mas alguns locais foram escolhidos para acampamento, como o local onde hoje situa-se a Prefeitura de Anita Garibaldi. Nesse local eram efetuadas trocas de equinos, ficando o lugar conhecido como “Rincão dos Baguais”. Denota-se, pela toponímia, a nomenclatura “rincão” como registro da presença dos caboclos.¹⁹

¹⁹ A toponímia – o estudo dos nomes atribuídos aos lugares – também pode ajudar no trabalho do pesquisador que emprega uma abordagem territorial e ambiental ou que busca informações sobre grupos sociais que vivem ou ali viveram.

Em 1900, chegaram as primeiras famílias de migrantes italianos, oriundos das primeiras colônias de imigrantes europeus.²⁰ Em 1905, surgiram o primeiro estabelecimento comercial e a primeira escola. Poucos anos depois, em 1912, em homenagem ao governador do estado, Hercílio Luz, os colonizadores deram o nome de Colônia Hercílio Luz. Se verifica a alteração de um nome atribuído pelos caboclos (Rincão) por outro definido pelos novos habitantes (Colônia), os colonos europeus. O atual nome do município é uma homenagem à passagem de Anita Garibaldi, representada por uma estátua em frente à Prefeitura (Figura 3).²¹ Outra estátua localizada na sede do município é em homenagem à colonização italiana (Figura 4).

Figura 3 – Estátua em homenagem à Anita Garibaldi, localizada em frente da Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi-SC.



Fonte: Cássio Rabuske (2010).

²⁰ Estas foram as primeiras famílias italianas: Paulino Granzotto, Eduardo Salmória, Luiz Gracietti e Joaquim Fermino Varela.

²¹ Anita Garibaldi nasceu na cidade catarinense de Laguna e seu nome original era Ana Maria de Jesus Ribeiro. É considerada a “heroína de Dois Mundos”, por ter lutado na Revolução Farroupilha e na unificação da Itália. A história registra que após uma batalha, estava Anita à procura de seu marido, Giuseppe Garibaldi, quando foi presa pelos inimigos na localidade de Curitibaanos. Entregue a dois milicianos, conseguiu fugir e embrenhar-se nas matas, ocasião em que passou pelo local mais tarde denominado Anita Garibaldi em homenagem à sua bravura.

Figura 4 – Estátua em homenagem à colonização italiana localizada no município de Anita Garibaldi-SC.



Fonte: Otávio do Canto (2010).

A emancipação ocorreu em 1961, desmembrando-se de Lages. Atualmente é conhecida como a Cidade dos Lagos, título recebido recentemente na Assembleia Legislativa Catarinense, pela presença em seu território de inúmeros lagos formados pelas UHEs Machadinho, Campos Novos e Barra Grande.

A toponímia também contribui para ajudar na construção histórica dos dois municípios gaúchos estudados. A primeira denominação de Esmeralda foi Fazenda São João. Mais tarde passou a ser vila e denominou-se São João Velho. “São João” por ser o santo padroeiro, e “Velho” por ser o sobrenome do doador do terreno da praça, Antônio Joaquim Velho. Vila Esmeralda surgiu em homenagem a um médico que atendeu na localidade e propôs o nome.²² Foi elevada à categoria de município com a denominação de Esmeralda em 1963, desmembrando-se do município de Vacaria.

A formação do município de Pinhal da Serra é mais recente. O primeiro povoado era denominado de São José dos Tocos. O nome teve como causa a grande quantidade de tocos, principalmente de guamirim (*Guamirim felpudo*), que havia sido derrubado para limpar a área onde deveria ser formado o povoado. Em 1920, os moradores do então São José dos Tocos, juntamente com moradores da Serra dos Gregórios, se uniram para construir uma capela em homenagem a São José. Em razão da construção da capela para São José, do desaparecimento

²² O médico Antônio Dias Fernandes atendia os doentes e dizia: “Quando um dia mudarem o nome de São João Velho, troquem por Esmeralda, devido à beleza de seus campos ondulados, suas matas abundantes e seus pinheiros verdejantes e também porque é esta pedra preciosa verde, que é a esmeralda do meu anel”.

dos tocos e da existência da grande quantidade de pinheiros nessa área, o povoado passou a ser chamado de São José dos Pinhais.

No dia 29 de novembro de 1938, a localidade de São José passou a ser chamada de Pinhal da Serra. Com o crescimento da população, foi chamada de Vila Pinhal da Serra. Foi elevada à categoria de município com a denominação de Pinhal da Serra em 1996, desmembrando-se do município de Esmeralda. Não há nenhum registro oficial, mas segundo alguns informantes, a elevação da Vila a município se deu em razão da implantação da UHE Barra Grande.

Quadro 1 – Dados gerais dos municípios da unidade de pesquisa: Anita Garibaldi-SC, Pinhal da Serra-RS e Esmeralda-RS.

| Dados/Municípios | Anita Garibaldi | Esmeralda | Pinhal da Serra |
|--|---|--|--|
| População em 2010 | 9.141 | 3.168 | 2.130 |
| Área da unidade territorial (Km ²) | 637 | 830 | 434 |
| Altitude (m) | 900 | 944 | 930 |
| Data da criação | 17/06/1961 | 27/11/1963 | 16/04/1996 |
| Município de origem | Lages | Vacaria | Esmeralda |
| Principais atividades econômicas | A agricultura e a pecuária são as principais fontes de renda, com destaque para a produção de milho, feijão, fumo, apicultura, piscicultura, vinicultura e a criação de suínos, gado de corte e de leite. Durante várias décadas do século XX, a principal atividade foi a madeireira, através da exploração dos pinheiros. Hoje, existe a retomada da atividade com a plantação de vastas áreas com espécies de <i>Pinus</i> . | A pecuária, com a criação do gado de corte e de leite. Na agricultura, destacam-se a soja, o milho e o trigo. Em menor escala: o feijão, a erva-mate, a aveia, a batata-doce e a batata-inglesa. | A agricultura, a pecuária e a produção de energia hidrelétrica. Na agricultura, destacam-se a produção de feijão, milho, trigo e soja. Na pecuária, criação do gado de corte e de leite. |

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2010) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O segundo capítulo, a seguir, é destinado ao aprofundamento teórico em relação às hidrelétricas e à ocupação do território. Alguns conceitos serão analisados, como desenvolvimento, território – juntamente com seus derivados, a territorialidade, a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização –, atingidos e identidade sociocultural.

Como a temporalidade do “antes e depois” marca o processo de construção da barragem Barra Grande, no terceiro capítulo analisaremos o período até 1995, quando se obteve a licença para os estudos de viabilidade. Apresenta-se um resgate histórico da região, destacando as características socioculturais, ambientais e econômicas, assim caracterizando as territorializações ao longo do tempo.

No capítulo quatro, serão analisadas as temporalidades que marcam os períodos da construção da barragem (desterritorialização) e a ocupação de novos espaços pelos atingidos (reterritorialização). Não há como definir datas-limite, porque os processos ocorreram simultaneamente. A usina foi construída entre os anos de 1995 a 2005, quando obteve a LO, enquanto que o deslocamento compulsório começou em 2002 e terminou somente após o término da construção.

O quinto capítulo apresenta as considerações de análise da construção das territorialidades mediante o cruzamento das conceituações teóricas realizadas pela bibliografia existente, pelas entrevistas realizadas e a validação das hipóteses elencadas. Nele também se destaca a importância da construção do caboclo como expressão sociocultural específica de um tipo de atingido, sujeito excluído em suas especificidades nas análises até então realizadas. Essa especificidade é ressaltada, pois altera a relação da construção do processo de reterritorialização com base nas políticas indenizatórias das empresas do SE. Por fim, nas considerações finais, são sistematizados e valorizados os aspectos inovadores da dissertação, que demonstram sua validade e viabilidade científica.

2 DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E OS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS

Quando estudamos um caso específico da instalação de uma grande barragem em uma região, além de analisar os impactos locais e regionais, é importante ressaltar que esta faz parte da política energética nacional e que responde a um modelo de desenvolvimento proposto para o país. Assim, para entendermos as consequências que possam aparecer em uma escala menor, como o deslocamento compulsório das populações rurais, o olhar sobre a totalidade se faz necessário para a busca do entendimento sobre a infinidade de questões relacionadas a esse processo, sejam elas sociais, econômicas, culturais, ecológicas e políticas, associada a uma ideologia de progresso e desenvolvimento²³, refletindo nas suas práticas de planejamento e intervenção, repercutindo no cotidiano de quem participa e é impactado pelas obras. Para Zhou e Oliveira (2005), as grandes barragens geradoras de energia elétrica são ícones de uma determinada concepção hegemônica de progresso e desenvolvimento, representando símbolos de atitude e política empreendedora moderna.

A partir do século XVIII, solidificou-se nos centros do poder econômico do Ocidente um modelo de sociedade com base ideológica nestes elementos: civilização e progresso. A ideia de civilização, iniciada com a “descoberta” do Novo Mundo, preconiza uma suposta superioridade cultural de uma sociedade em relação a outras, sendo que estas deveriam ser “civilizadas”. A ideologia do progresso²⁴ com base positivista aponta o desenvolvimento econômico e tecnológico como indicador inquestionável do avanço definitivo da cultura humana sobre as forças e os recursos da natureza. Em meados do século XIX, depois de aceita e assimilada pela comunidade científica, incorpora-se a teoria darwinista – que explica a evolução das espécies a partir de antecedentes em comum²⁵ – para o mundo social e assim

²³ Segundo Porto-Gonçalves (2006), o desenvolvimento é a versão moderna do progresso. A ideia de desenvolvimento está associada à modernidade – ser moderno é ser desenvolvido, é estar em desenvolvimento – e, também aqui, se olvida de que a modernidade é incompreensível sem a colonialidade. Por isso, modernizar é, sempre, expandir uma determinada ideia de progresso e, com ela, de colonização dos povos e regiões que são diferentes.

²⁴ Para uma discussão sobre o mito do progresso ou o progresso como ideologia, ver Dupas (2006).

²⁵ O termo “evolução” tornou-se sinônimo de progresso, avanço e aperfeiçoamento. Mesmo a Ciência começou a usar a “escala de evolução” para explicar o desenvolvimento das espécies em uma hierarquia organizada em uma trajetória linear e ascendente. A concepção da relação homem x natureza é revelada da mesma forma, sendo que o patamar inferior da escala da evolução humana representa a fase em que o homem primitivo está inserido no meio natural; à medida que ele vai se distanciando desse mundo, vai adquirindo *status* de mais evoluído. Assim, a espécie mais evoluída é aquela que tem o poder de dominar ou destruir as espécies consideradas inferiores. Essa forma de conceber a evolução estimula e legitima processos de dominação não somente em relação às espécies não humanas, mas também em relação a culturas humanas que são qualificadas de primitivas, inferiores, atrasadas, selvagens ou menos desenvolvidas: *precisa-se levar o desenvolvimento para aqueles atrasados*.

estabelece uma hierarquia entre culturas, sociedades, instituições e nações.²⁶ O desenvolvimento é idealizado como a “evolução natural” dos povos.²⁷

A consolidação da sociedade capitalista no século XIX aposta no caráter inexoravelmente libertador do desenvolvimento das forças produtivas, caminho percorrido também pelos críticos ao capitalismo, na primeira metade do século XX, como o regime estalinista soviético. No período pós-Segunda Guerra Mundial, há a consolidação da ideologia do desenvolvimento, inclusive elegendo o subdesenvolvimento²⁸ como o grande vilão da história para os países do Terceiro Mundo (América Latina, África e Ásia).²⁹ Na própria ideia de subdesenvolvimento já está embutido o que seria a sua superação: o desenvolvimento.

A ideologia desenvolvimentista ganhou força no Brasil em meados da década de 1950.³⁰ A crise porque passava o capitalismo brasileiro fez com que se operasse um rearranjo das forças políticas e econômicas que vão constituir um novo bloco de poder.

O debate do nacionalismo, até então pensado em termos populistas (Era Vargas), é deslocado afirmando que o verdadeiro nacionalista é aquele que quer o desenvolvimento da nação. A hegemonia ideológica passa a ser do nacional-desenvolvimentismo, através de uma nova articulação de classes dominantes nacionais com o imperialismo, tendo à frente a burguesia industrial (PORTO-GONÇALVES, 1990, p. 30).

Na década de 1960, as classes dominantes nacionais acreditavam que uma grande potência econômica implicava na construção de um moderno parque industrial, ainda que ao preço de uma ordem política e social autoritária (Segurança e Desenvolvimento), efetivada pela associação aos setores militares e de um golpe político instituído em 1964. No campo, a concentração de terras permaneceu, a Revolução Verde iniciada nos anos 1950 foi

²⁶ Atualmente, a tríade civilização, progresso e evolução ainda domina o pensamento intelectual hegemônico no Ocidente, espalhada para todos os cantos do mundo. Um exemplo disso é a classificação dos países conforme a “evolução do seu desenvolvimento”: países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento ou emergentes (Brasil) e países desenvolvidos. Essas denominações sugerem a ideia de evolução em direção a uma condição melhor, mais avançada, como se existissem etapas a serem superadas.

²⁷ Nessa lógica eurocêntrica, os povos primitivos da pré-história, como os povos da América e da Oceania, além dos povos africanos, orientais e asiáticos, aparecem na escala inferior do processo evolutivo, e do mundo natural aparece apenas como um “recurso” ou um “entrave” ou “empecilho” no caminho da civilização.

²⁸ Após a Segunda Guerra Mundial, foram introduzidas as expressões “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos” às nações fortes e nações fracas econômica, política, científica e tecnologicamente, na devida ordem. Nas décadas seguintes, organismos internacionais, como o Banco Mundial, introduziram diversas expressões para substituir subdesenvolvimento, em decorrência do impacto negativo, de inferioridade e depreciativo: países periféricos, países do Sul, países em desenvolvimento e, mais recentemente, em países ou mercados emergentes.

²⁹ Em 1952, o demógrafo francês Alfred Sauvy classificou os países conforme sua participação na economia mundial em Primeiro Mundo (países capitalistas desenvolvidos), Segundo Mundo (países socialistas ou de economia planificada) e Terceiro Mundo (países capitalistas subdesenvolvidos). Assim, definia o Terceiro Mundo aos países que não tinham participação nas decisões políticas mundiais e apresentavam atraso quanto ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social em relação aos países desenvolvidos.

³⁰ Para uma discussão sobre a ideologia desenvolvimentista, ver Carneiro (2005) e Porto-Gonçalves (2006).

aprofundada e a modernização conservadora³¹ garantiu as exportações de soja, açúcar, laranja, café e cacau como parte financiadora da industrialização brasileira.

A implantação do novo polo de acumulação foi feita pela indústria de bens de consumo duráveis, sob o controle das transnacionais, e possibilitada por meio de uma infraestrutura de transportes, energia e comunicação, sendo assim o embrião dos grandes projetos como as mega-hidrelétricas (Itaipu, Balbina e Tucuruí), as grandes rodovias (a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a ponte Rio-Niterói, entre outras) e a consolidação dos enormes sistemas de comunicação (concessões de rádio e televisão).

Os governos militares financiaram esse desenvolvimento econômico por meio de empréstimos em dinheiro no exterior nas instituições parceiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que não só eram os proponentes desse modelo de desenvolvimento, adotado por vários países periféricos, como também dispunham de grande oferta de dólares no mercado internacional. Os empréstimos eram realizados pelo prazo de 5, 10 ou mais anos a juros que estavam atrelados ao dólar, que disparou nas duas crises do petróleo (1972 e 1978), elevando os juros e ocorrendo um enorme endividamento.

Na década de 1980, com o endividamento, aliado ao aumento da taxa de juros dos empréstimos, muitos países devedores passaram a não ter condições de pagar os juros, tão pouco a dívida principal, obrigando-se a pedir a renegociação da dívida e novos prazos para o pagamento aos credores. Assim, sem dinheiro para continuar financiando o desenvolvimento econômico, o Brasil teve baixo ou até nulo crescimento da economia, ficando o período conhecido como a “década perdida”. Inúmeros projetos de infraestrutura foram abandonados ou até interrompidos pela falta de recursos, como as hidrelétricas de Itá, Machadinho e Barra Grande, na Bacia do Rio Uruguai. A dívida externa virou “uma bola de neve”, o não pagamento fez a dívida aumentar. Ainda hoje, muitos países pagam os juros e as parcelas da dívida e recontratam novos empréstimos para pagar os antigos, resultando em graves consequências sociais³² e econômicas. Por exemplo, na década de 1990, a renegociação da

³¹ A agricultura brasileira passou por um processo de modernização a partir da década de 1960, com o uso de máquinas e implementos agrícolas como tratores, colheitadeiras, e insumos como fertilizantes, sementes e agrotóxicos no plantio de monoculturas para a exportação. Está baseada na grande propriedade, na manutenção da concentração fundiária, por isso é considerada conservadora. Para uma discussão sobre a modernização conservadora, ver Guimarães (1963).

³² O dinheiro arrecadado pelo governo federal destina-se prioritariamente para o pagamento dos juros e das dívidas, sobrando poucas verbas para investimentos sociais (saúde, educação, segurança, habitação, cultura, reforma agrária etc.). Além da prioridade, desvia recursos desses setores sociais para o pagamento dos credores. Para isso, foi criado um mecanismo que atualmente chama-se Desvinculação dos Recursos da União (DRU), que permite que o governo use como quiser 20% de todos os tributos existentes, mesmo os que tiverem vinculação constitucional. Em 2009, foi aprovada uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 59/09, que entrou em prática em 2011, que preserva os recursos vinculados à educação. A

dívida e a tomada de novos empréstimos foram condicionadas a um aprofundamento da política econômica ditada pelos países desenvolvidos mediante o FMI e Banco Mundial: a privatização de empresas públicas, a abertura e a desregulamentação da economia dos países endividados. No Brasil, houve a privatização de vários setores, como energia, mineração e telecomunicações.

O novo padrão de planejamento, introduzido pelo regime militar, que definiu os marcos da nova organização do espaço brasileiro, foi o Grande Projeto de Investimento (GPI). Rothman (2008) afirma que esses projetos de grande escala tiveram impactos adversos sobre os ecossistemas, meios de subsistências e estilos de vida de pessoas nas comunidades rurais no Brasil. Segundo Vainer e Araújo (1992), esses projetos são caracterizados pela mobilização em grande intensidade de elementos da esfera produtiva do capital, como investimentos de capitais, força de trabalho, recursos naturais, energia e território.

Os GPIs são:

Grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como o arranque ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre e alumínio, outras para extração de petróleo, gás e carvão, dedicada a sua exploração em bruto e/ou transformação [...] grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores [...] complexos industriais portuários, e, em outra escala, usinas nucleares etc (LAURELLI, 1987, p. 133).

Segundo Scherer-Warren (1992), os GPIs buscam atender duas exigências: o da produção e reprodução das condições gerais de acumulação e a do ordenamento territorial. Vainer e Araújo (1992) acrescentam que esses empreendimentos consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições elaboradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões atingidas. Formam-se verdadeiros *enclaves* naquele território, já que o que se pretende é viabilizar e apropriar os recursos de interesse localizados nos mais diversos locais, demandados e planejados fora dali. Portanto, os recursos

desvinculação surgiu em 1994, no governo de Itamar Franco, com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE). No governo FHC, seu nome foi alterado para Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Em 1999, foi prorrogado, com o nome de DRU. A última prorrogação ocorreu em 2007, no governo Lula. Em agosto de 2011, a presidente Dilma encaminhou à Câmara dos Deputados a PEC 61/11, que prorroga a DRU até 31 de dezembro de 2015.

naturais são explorados e canalizados para as regiões demandantes, que são centros consumidores localizados no próprio país ou fora dele.³³

A concepção do planejamento e implantação dos GPIs afirma que em vez de a região incorporar o empreendimento, será o empreendimento que incorporará a região, inclusive produzindo uma nova região, sendo que desde o início se trabalha com a organização do território para o empreendimento, ordenando o espaço para a obra. A região, o meio ambiente e tudo o mais são olhados a partir do GPI, como partes e funções dele. Assim, temos várias regiões geradas pelos GPIs: a região da mineradora Alcoa (Pará), a região da Aracruz Celulose (ES), a região de Itá e Machadinho, a região da Barra Grande, entre outras.

O poder econômico apresentado pelos GPIs é transposto para o político, sendo que muitos municípios e até os governos estadual e federal, mesmo quando não proponentes ou parceiros do empreendimento, intitulam-se seus porta-vozes, além de os financiarem, concedem subsídios como a terra e a infraestrutura (terraplanagem, estradas, água e luz) e benefícios fiscais de toda ordem.³⁴ Além disso, há interferência direta na política administrativa, parecendo que as decisões e interesses do empreendimento estão acima da governabilidade local. Se for necessário, funcionários públicos e governantes são cooptados. Outra forma de garantir os interesses da empresa, mesmo que de forma legal, conforme a legislação eleitoral brasileira, é o financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos favoráveis ao empreendimento, chegando a financiar todos os candidatos do pleito com vultosos valores, criando assim, independentemente do eleito, um apoio garantido pela troca de favores.

Segundo Verdum (2007), estamos vivenciando a reprodução de ideias e práticas (recauchutadas) do velho modelo de desenvolvimento, no qual as grandes obras de infraestrutura são os principais vetores de promoção e indução da expansão da fronteira (*frontier*) política e econômica do capitalismo (privado e estatal), para as regiões relativamente isoladas (“marginais”), e da redefinição de formas de ocupação e exploração de territórios que no passado foram objeto de projetos de desenvolvimento ou de modernização de processos produtivos.

Como no passado, são inúmeras as consequências da repetição de velhas práticas das elites políticas e econômicas em nome do desenvolvimento: o deslocamento de pessoas e

³³ No Brasil, historicamente, inúmeros produtos foram prioritariamente canalizados para o exterior: pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, borracha, café, entre outros. Atualmente, há grandes projetos agromineroenergéticos quase que exclusivamente voltados para a exportação: soja, laranja, celulose, minério de ferro, etanol etc.

³⁴ Os municípios e estados brasileiros disputam os empreendimentos mediante guerra fiscal, oferecendo isenções de toda ordem. Na maioria das vezes, o valor estimado para o empreendimento supera inúmeras vezes o PIB do município e de toda a região.

comunidades inteiras, violação dos direitos humanos, étnicos e territoriais, a precarização do trabalho e dos trabalhadores, desmatamento de grandes áreas de florestas, extração ilegal de madeira, grilagem e especulação imobiliária.

Além dessas consequências ambientais e sociais, a forma autoritária e centralizada do planejamento, que hoje está representada pelas emissões das “licenças políticas” desses empreendimentos, lembram a tão criticada política de “integração nacional” do período militar. A diferença é que aquela era voltada para o crescimento econômico do mercado interno, enquanto a atual deve estimular para a integração internacional ao mercado globalizado.

Conforme Verdum (2008), a partir da década de 1990 e em um ritmo mais acelerado na década de 2000, acentuou-se a inserção do Brasil e dos outros países da América do Sul no contexto global, como exportadores de *commodities*, sendo que a maior parte do investimento, interno e externo, concentra-se na viabilização das condições de acesso aos recursos naturais disponíveis na região. No Brasil, o atual modelo de desenvolvimento vem provocando relevante impacto ambiental e social, fruto da demanda crescente dos centros produtores de bens industriais por recursos naturais.

Segundo Castro (2009), esse processo é mais verificável na região Norte do país, uma vez que os discursos dominantes são realimentados, ainda, das mesmas ideias coloniais presentes nas elites e fomentadas por consultores do poder, nacionais e internacionais, que desde os anos 1970 projetam a Amazônia homogênea, grande produtora de energia e de *commodities* minerais, agrícolas e madeireiras, por meio de grandes projetos de investimento. A ideia requentada difundida é de processo civilizatório e de inserção na modernidade.

O Estado brasileiro tem optado pela solução mais tradicional de desenvolvimento – o que tem se revelado ineficaz social e ambientalmente –, que é a construção de grandes obras de infraestrutura, usando argumentos que supervalorizam os benefícios desse desenvolvimento. Essas obras localizadas no território nacional são também articuladas e financiadas em outros países vizinhos, mediante a iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), iniciada nos primeiros anos da década de 2000.³⁵ Atualmente, a versão nacional da IIRSA é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo federal brasileiro no final de janeiro de 2007. Ambas as estratégias de desenvolvimento preveem um número considerável de grandes obras de infraestrutura, das quais se destacam a construção de barragens.

³⁵ Para ver a história oficial, os atores, as concepções, os eixos de integração, os GPIs, os financiadores da IIRSA, acessar: <www.iirsa.org>.

Conforme Brack (2010), os projetos hidrelétricos concebidos na década de 1970 praticamente não sofreram alterações e agora ganham força com o modelo atual que compromete o futuro do planeta.³⁶ Essa visão está sendo adotada pelos últimos governos do Brasil, tanto pelos programas Avança Brasil como pelo PAC. Verdum (2007) acrescenta que, se a IIRSA e o PAC forem implementados como projetados para a próxima década, deverão consolidar e promover mudanças substantivas na forma de ocupação dos espaços territoriais brasileiros e sul-americanos.

2.1 A IIRSA

A iniciativa surgiu como uma das soluções para incorporar e aumentar a participação dos países da América do Sul na economia internacional, sendo assim necessária a integração e o fortalecimento de uma infraestrutura para tornar os produtos exportados e os países mais competitivos. Há um ambicioso projeto nas áreas de transporte e energia que divide a América do Sul em dez grandes eixos.

É possível afirmar que os eixos de “desenvolvimento” que a IIRSA propõe estão focados no provimento de condições para as empresas (trans)nacionais e o agronegócio otimizarem seus lucros, terem acesso a mais mercados e facilitarem o escoamento de recursos por meio de grandes “corredores” de exportação que atravessam o continente, inclusive regiões sensíveis como a Amazônia e os Andes (COUTO, 2008, p. 81).

A IIRSA começa a ser elaborada e discutida ainda no final da década de 1990, em um cenário político e econômico conturbado para todos os países da América do Sul, caracterizado pela implantação de políticas econômicas neoliberais, principalmente pela privatização de setores estratégicos como energia, mineração e telecomunicação. Apesar de seguir o receituário internacional proposto pelo Consenso de Washington, inúmeros países entraram em grave crise econômica com profundas consequências sociais. Nesse cenário de ebulição política, o projeto neoliberal foi “derrotado” nas urnas em vários países, ocorrendo a

³⁶ A sociedade de crescimento pode ser definida como uma sociedade dominada por uma economia de crescimento e que tende a deixar-se absorver por esta. O crescimento pelo crescimento torna-se, assim, o objetivo primordial da vida, senão o único. Tal sociedade não é sustentável porque vai de encontro aos limites da biosfera. Se tomarmos como índice do “peso” ambiental de nosso modo de vida a “pegada” ecológica deste na superfície terrestre ou no espaço bioprodutivo necessário, obtemos resultados insustentáveis, tanto do ponto de vista da equidade dos direitos de exploração da natureza quanto do ponto de vista da capacidade de regeneração da biosfera. Desde já, o planeta não é suficiente. Ora, precisar-se-ia de três a seis planetas para generalizar o modo de vida ocidental, e mais de trinta, no horizonte de 2050, se continuarmos com um índice de crescimento de 2%, considerando-se o crescimento previsível da população (LATOUCHE, 2006, p. 3). Para saber mais sobre os limites ambientais do planeta e a “pegada” ecológica, ver Dias (2002).

eleição de vários governantes progressistas ou considerados de “esquerda”, identificados com propostas de mudanças.³⁷ A IIRSA não foi abandonada, ao contrário, os novos mandatários nacionais foram sendo incorporados e alguns são, inclusive, responsáveis por dinamizar o seu desenvolvimento, como fazem os governos brasileiros desde então, tanto no que diz respeito ao planejamento como à implantação dos projetos, principalmente mediante o financiamento dessas obras. Mesmo podendo haver algumas contestações nos fóruns governamentais, como na Cúpula presidencial da Comunidade Sul-Americana das Nações, ocorrida em Cochabamba em 2006³⁸, ou a algumas obras pontuais³⁹, todos concordam com as obras da IIRSA.

Em 2004, uma reunião entre os doze presidentes dos países sul-americanos⁴⁰, realizada em Cuzco, no Peru, aprovou uma carteira de investimento formada por 31 GPIs, conhecidos como *projetos-âncora*. Além dos governos nacionais, estão envolvidos na formulação e implantação da IIRSA agentes dos setores financeiro e empresarial. Do setor financeiro, há velhos e novos⁴¹ conhecidos que promovem e financiam esses empreendimentos: as clássicas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o FMI; as Instituições Financeiras Regionais (IFRs)⁴², como a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo da Bacia do Prata

³⁷ Os governantes eleitos com propostas de mudanças: Nestor Kirchner (Argentina), Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), Tabaré Vasquez (Uruguai) e Hugo Chavez (Venezuela).

³⁸ O anfitrião Evo Morales lançou uma carta em que adverte que a integração física deve estar a serviço dos povos, respeitando o meio ambiente e reduzindo as assimetrias, e não ser somente para exportação dos recursos naturais.

³⁹ No **Equador**, em 2008, o presidente Rafael Correa ordenou o embargo dos bens da construtora Odebrecht e a sua saída do país pelos problemas estruturais e impactos ao meio ambiente ocasionado na barragem de San Francisco. Já havia um desgaste devido a problemas em outras quatro obras realizadas por essa empresa no país. Na **Bolívia**, em outubro de 2011, o presidente Evo Morales anunciou a desistência da construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, que tinha em seu trajeto o parque nacional Território Indígena Parque Nacional Isidoro Sécuré (TIPNIS). Estima-se que 13 mil pessoas, de diferentes comunidades indígenas, moram nessa região. O percurso teria cerca de 300 quilômetros e um custo aproximado de US\$ 420 milhões. A obra seria financiada com recursos do BNDES e construída pela empreiteira OAS. Ela faz parte de um corredor bioceânico da IIRSA para a exportação e de interesse de empresas na exploração petrolífera da área, como a espanhola Repsol. A alegação para a obra era o desenvolvimento das comunidades locais. A desistência deveu-se à oposição protagonizada pelos indígenas, que durante dois meses marcharam em direção à capital La Paz, ganhando apoio nacional, principalmente após o episódio em que a polícia reprimiu a marcha, o que acarretou a queda de ministros do governo boliviano.

⁴⁰ Os Estados nacionais constituídos na América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

⁴¹ Novos conhecidos como alguns bancos regionais que mostram protagonismo crescente, principalmente associado ao surgimento de governos considerados progressistas.

⁴² As IFRs apresentam algumas particulares que as diferenciam das IFIs, como: a) são “regionais” porque enfocam a América Latina ou sub-regiões dela, mas não as impede de financiar em outros continentes; b) suas autoridades e o processo da tomada de decisões estão nas mãos dos governos da região; c) o enfoque primário são os financiamentos convencionais, tais como projetos de infraestrutura (energia), a expansão empresarial privada ou a cooperação técnica.

(FONPLATA), *Banco Latinoamericano de Exportaciones* (BLADEX), *Banco Centroamérica de Integración Econômica* (BCIE), *Caribbean Development Bank* (CDB), Fundo Americano de Reservas (FLAR), e os bancos nacionais, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴³ e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES).⁴⁴ Do setor empresarial, destacam-se inúmeras empresas brasileiras de grande porte, públicas ou privadas – Petrobras, Braskem, Vale, Votorantim, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Côrrea, OAS –, ocorrendo um processo de transnacionalização do capital brasileiro e, assim, sua estreita relação de planejamento, de defesa e de implantação da estratégia colocada pela IIRSA.⁴⁵

O protagonismo brasileiro na IIRSA vai além do “gigantismo continental” de seu território e do peso econômico e político na América do Sul. Escolhendo as suas prioridades em convergência com as empresas nacionais, o Brasil orienta os demais governos e principalmente financia as megaobras nos outros países por intermédio do seu banco público, o BNDES⁴⁶, além dos diversos projetos da IIRSA desenvolvidos dentro do território brasileiro, por meio do PAC. Nas obras prioritárias do governo, o BNDES as financia independentemente da origem das empresas envolvidas na execução. Fora do território

⁴³ O BNDES é um banco estatal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. Criado em 1952, tem sede no Rio de Janeiro (Brasil), com escritórios em outras cidades do Brasil, como em Porto Alegre (RS), e também escritórios internacionais, como o primeiro em Montevidéu, no Uruguai. A maioria das operações do banco é no Brasil, com créditos para a produção, o consumo e a exportação, além do apoio empresarial. O banco não só garante empréstimos como também instala fundos de investimentos, chegando a ser sócio de algumas empresas brasileiras, coparticipando de aquisições e fusões de empresas que tenham participação de capital nacional, no processo chamado de “internalização das empresas brasileiras”.

⁴⁴ O BANDES está vinculado ao Ministério do Poder Popular para as Finanças. Criado em 2001, o banco financia projetos de desconcentração econômica e incentiva o investimento privado na Venezuela. Além disso, é responsável como agente financiador da política externa do país, apoiando diversos programas e investimentos relacionados à cooperação internacional, especialmente na área de energia. Exige que 50% do empreendimento seja com participação venezuelana. Em partes, o que diferencia do BNDES é que ele dá maior importância aos acordos de complementação, além de ter criado a estratégia internacional que divide os países conforme sua classificação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

⁴⁵ Segundo Couto (2008), o poder econômico das empresas transnacionais brasileiras também se reflete no plano nacional, refletindo em uma crescente concentração do capital, na constituição de *holdings* e atuação em várias áreas. Nesse contexto, destacamos as grandes empreiteiras brasileiras – Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. A **Odebrecht**, além da área de engenharia, tornou-se o maior grupo petroquímico da América ao controlar a empresa Braskem. A **Camargo Corrêa** tem sua própria fábrica de cimento e controla a Alpargatas Calçados (Havaianas, Rainha, Topper, Timberland e Mizuno), é acionista da Siderúrgica Usiminas, da concessionária de energia do Estado de São Paulo (CPFL Energia) e ainda da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), controladora da Dutra (RJ-SP), da ponte Rio-Niterói, da Via Lagos e de outras rodovias em SP e PR, totalizando 1.452 km em concessões rodoviárias. A **Andrade Gutierrez** é acionista das rodovias CCR, prestadora de serviços de energia Light e controla a empresa de comunicação Telemar (que engloba a OI Celulares).

⁴⁶ O BNDES financia inúmeras obras na América do Sul, entre as quais destacamos: a Rodovia Interoceânica Sul (Peru), com a participação das empresas brasileiras Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa; a Hidrelétrica de San Francisco (Equador), da Odebrecht; e a Ferrovia Del Carare (Colômbia), das empresas Odebrecht e Camargo Corrêa. Para ver demais obras e a atuação das grandes empreiteiras brasileiras na América do Sul, ver Couto (2008).

nacional, a particularidade do banco é financiar apenas as obras executadas por empresas brasileiras. Em junho de 2010, no governo Lula, a novidade foi a assinatura de um acordo com o Peru para a construção de hidrelétricas na Amazônia Peruana, estimadas em seis, sendo a maior parte da energia (75%) destinada para o Brasil.⁴⁷

Segundo Verdum (2007), a estratégia brasileira de integração geoeconômica possui três objetivos: I) a construção de um sistema integrado de logística que garanta a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional; II) a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global; e III) a criação das condições para a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul.

Segundo Garzon (2009), a IIRSA deve ser vista além dos aumentos e criações dos eixos físicos dos corredores de escoamento, incluindo novos marcos regulatórios para os setores de infraestrutura, novas formas de regulamentação social e ambiental, que representa o seu desmonte e a sua flexibilização, com a imposição de restrições às territorializações impeditivas (dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, camponeses), da territorialização única dos grandes negócios e, no caso da Amazônia, a regularização da grilagem e do latifúndio.

2.2 O PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, busca acelerar o crescimento da economia com pesados investimentos em infraestrutura, investimentos previstos em torno de R\$ 503,9 bilhões entre 2007 e 2010. Em março de 2010, foi lançada a segunda versão do Programa (PAC 2), contendo projetos novos e alguns ainda da primeira versão.⁴⁸ A previsão de investimento é de R\$ 958,9 bilhões entre 2011 e 2014. A novidade é o

⁴⁷ Segundo Allende (2011), em 2010 foi assinado o Acordo Energético Peru-Brasil, em que serão produzidos mais de 6 mil megawatts de energia elétrica em território peruano para atender, nas próximas décadas, as necessidades brasileiras. Segundo o governo peruano, o país não teria como dar conta do consumo de toda a energia, já que atualmente sua capacidade energética está em 5,85 mil megawatts. Assim, cerca de 75% da energia produzida pelo Acordo será exportada para o Brasil. E o volume represado serve também para assegurar água necessária para as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, localizadas em território brasileiro, no rio Madeira, durante o período do verão. Por intermédio de empresas, como a brasileira Odebrecht, estudos estão sendo elaborados para saber quantas barragens serão construídas. Até o momento, duas foram anunciadas: a hidrelétrica Paquitzapango, cuja concessão para a construção é da Odebrecht, sendo que a obra será realizada em terra indígena e deslocará o povo Ashaninka; e a hidrelétrica Inambari, que está em processo avançado para a construção, sob o controle do consórcio Egasur, integrado por ELETROBRAS, OAS e Furnas, a qual será a maior hidrelétrica do Peru (2.200 MW). Esta está localizada nos arredores de um dos maiores parques nacionais e de maior diversidade do mundo, o Bahuaja-Sonene, sendo que o lago inundará 4.000 quilômetros, além do deslocamento compulsório de dezenas de povos que vivem na região.

⁴⁸ Para ver a história oficial, as concepções, os GPIs, ver no sítio eletrônico: <<http://www.brasil.gov.br/pac>>.

indicativo para investimento pós-2014, com a estimativa de injetar mais R\$ 631,6 bilhões em obras, totalizando R\$ 1,59 trilhão. A pesada propaganda, a busca da legitimidade e o uso político em torno do Programa fizeram-no parecer uma novidade, mas como tantos outros projetos de promoção do desenvolvimento, o PAC tem seus antecedentes em programas antecessores.

No início dos anos de 1990, há a formulação da estratégia da liderança brasileira na América do Sul, constituída pelos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), baseada na ideia de construir um sistema integrado de logística. Essa estratégia visa tornar a economia do continente mais competitiva no cenário internacional e atraente para os investimentos privados nacionais e transnacionais. Os ENIDs aparecem nos Planos Plurianuais (PPA) do governo federal de 1996/1999 (Brasil em Ação); de 2000/2003 (Avança Brasil); e de 2004/2007 (Brasil de Todos).

No Brasil em Ação, foram definidos cinco eixos de integração nacional e dois de integração continental (saída para o Pacífico e saída para o Caribe).⁴⁹ Os principais projetos de infraestrutura eram: as estradas BR-364 (Brasília-Acre), BR-163 (Cuiabá-Santarém), a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira, o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão Tucuruí-Altamira, além de várias hidrelétricas como Barra Grande.

No plano Avança Brasil, foram definidos doze eixos. Os investimentos se concentravam na Amazônia legal, e a estratégia territorial era a incorporação efetiva da região ao centro do país.⁵⁰ Analisando os planos, percebemos que além de um deles ser a base, a continuidade e o complemento do outro, compartilham do mesmo modelo de desenvolvimento para o país e para a América do Sul e servirão de base para a elaboração da IIRSA e para os planos internos como o Brasil de Todos e o PAC.

A mudança a partir de 2004 foi no financiamento dos projetos. Não foram mais bancados pelas IFIs, como o Banco Mundial e BID, e sim, majoritariamente, pelo BNDES⁵¹, com fortíssima elevação dos desembolsos anuais (Figura 5). Nesse último período, o BNDES desbancou outros agentes financeiros como o BID e o Banco Mundial, se tornando um dos

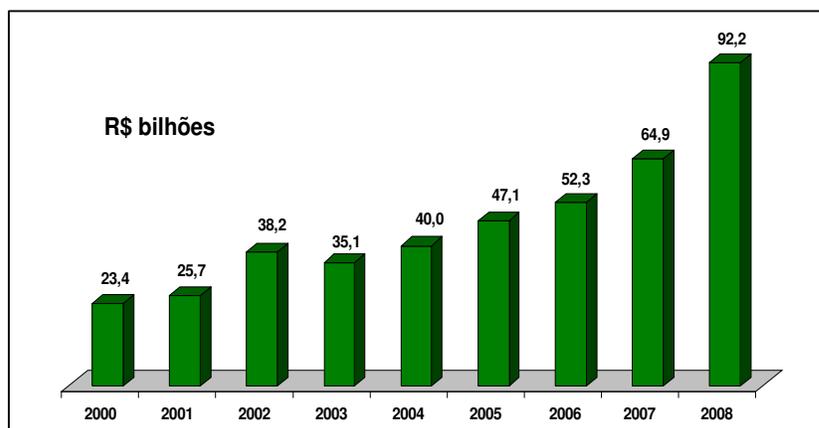
⁴⁹ Os cinco eixos são: (1) Eixo da Integração Norte-Sul; (2) Eixo de Integração Oeste, (3) Eixo de Integração do Nordeste, (4) Eixo de Integração Sudeste; (5) Eixo de Integração Sul.

⁵⁰ Os doze eixos são: (1) Saída para o Caribe, (2) Hidrovia Madeira-Amazonas; (3) Costeira Norte; (4) Araguaia-Tocantins; (5) Transnordestina; (6) Oeste; (7) Rio São Francisco; (8) Centro-Oeste; (9) Hidrovia Paraguai-Paraná; (10) São Paulo; (11) Costeira Sul; (12) Franja da Fronteira (RS-Mercosul).

⁵¹ Segundo Pinto (2007), o banco não é apenas financiador, mas também formulador do desenvolvimento brasileiro. Desde a década de 1990, da chamada abertura econômica, o banco tem fomentado e se alinhado a um modelo de desenvolvimento centrado na inserção competitiva do país no contexto global. Um modelo que promove, de forma combinada, setores exportadores de baixo valor agregado (matérias-primas e insumos semielaborados), inversões estrangeiras intensivas em capital e a internacionalização de investimentos nacionais, especialmente na região sul-americana.

maiores bancos de desenvolvimento do mundo. Isso se deve a uma conjuntura econômica favorável do país, principalmente pelos altos preços das *commodities* no mercado internacional. Assim, os produtos primários são responsáveis por uma balança comercial positiva (exportação maior que a importação) e manutenção de um superávit primário necessário para o pagamento dos juros e dos empréstimos da dívida pública.⁵²

Figura 5 – Gráfico com os valores anuais (R\$ bilhões), apontando a evolução dos desembolsos do BNDES (2000-2008).



Fonte: Plataforma BNDES (2010).

O BNDES cumpre determinada função dependendo do governo e do momento histórico-econômico brasileiro:

Desde sua criação, sob o governo Vargas, em 1952, o BNDES tem sido um instrumento fundamental do Estado brasileiro na implementação de suas políticas de desenvolvimento. Seja inicialmente sob a égide do nacional-desenvolvimentismo; seja para efetivar o Plano de Metas do governo JK; os planos nacionais de desenvolvimento dos governos militares, que introduzem diferentes etapas de industrialização por substituições de importações no país; seja incorporando o “S” do social, mas operando para viabilizar o ajuste e como suporte para evitar um desaparecimento maior de empresas sob a égide dos programas de ajuste nos anos 1980; seja, ainda operacionalizando os processos de privatização na década de 1990 ou a retomada do financiamento ao desenvolvimento e às exportações neste novo século, o BNDES sempre teve papel ativo para instrumentalizar as políticas econômicas do governo federal (MINEIRO, 2011, p. 16).

Todas essas considerações sobre a história dos programas de desenvolvimento no Brasil demonstram que o programa tem como objetivo principal:

⁵² O **superávit primário** é a economia feita para pagar os juros da dívida pública, realizada pelo Governo Central – Tesouro, Previdência e Banco Central. E a **dívida pública** é composta pela dívida externa, já analisada anteriormente, e pela dívida interna. Esta se deve pelos empréstimos tomados pelos governos com pessoas e empresas – geralmente bancos estabelecidos no próprio país. Esses empréstimos são tomados quando as despesas do governo superam a receita obtida por meio de recolhimento de impostos. A dívida interna brasileira cresceu enormemente nos anos 1990.

Estimular a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar áreas em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com o Brasil, com seus vizinhos e com o mundo. Para atingir seus objetivos, o governo explicita que “o PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento” (PASSARINHO, 2010, p. 1).

O PAC estabelece empreendimentos e metas a serem cumpridas, estipulando prazos para o início das obras, entrando em conflito com o cronograma necessário para o licenciamento ambiental, considerando que no EIA-RIMA existe a possibilidade da não viabilidade da obra, opção não aceita para quem gerencia o Programa, por isso a maioria das licenças dadas é política, desconsiderando questões técnico-científicas, sociais, ambientais e econômicas, comparadas a alternativas de produção energéticas.⁵³ As populações atingidas pelas obras são consideradas entraves, assim como o ambiente e os setores da sociedade que se posicionam contrários.

Eu estou me dedicando em novembro e dezembro a ver se eu pego todos os entraves que eu tenho com o meio ambiente, todos os entraves com o Ministério Público, todos os entraves com a questão dos quilombolas, com a questão dos índios brasileiros, todos os entraves que a gente tem no Tribunal de Contas (LULA, 2006).⁵⁴

Às vezes tenho a sensação de que existem forças demoníacas puxando para baixo o País e não deixando que avance, não deixando que tenhamos a segurança energética de que tanto precisamos. [...] Existem forças ocultas que impedem o desenvolvimento do país (LOBÃO, 2009).⁵⁵

Em vários momentos, o ex-presidente Lula criticou a demora no processo de licenciamento ambiental, como também o controle dos órgãos de fiscalização como o MPF e

⁵³ O Brasil possui inúmeros potenciais energéticos que são abundantes e que podem ser utilizados em larga escala. Com destaque para os potenciais eólico e solar. Este último tem um potencial que é praticamente infinito, já que a energia é proveniente do calor dos raios solares, considerando também a localização geográfica privilegiada do país, nos trópicos, que recebe grande incidência dos raios solares no ano inteiro. Outro fator importante a ser considerado para a energia solar é a possibilidade de descentralização da produção e do consumo, ressaltando a autonomia de quem a utiliza. Para mensurar o potencial da energia solar no Brasil, Bermann (2001), em um estudo, concluiu que se a área inundada pelo reservatório da usina da Itaipu (1.350 km²) fosse coberta com painéis solares fotovoltaicos, eles gerariam toda a energia elétrica consumida no país. Para ver mais sobre energia sustentável, fontes renováveis e propostas alternativas, ver Bermann (2001) e Ortiz (2005).

⁵⁴ *Índios, MP e ambientalistas são entraves para o País, diz Lula.* Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/11/23/27978-indios-mp-e-ambientalistas-sao-entraves-para-o-pais-diz-lula.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

⁵⁵ *Lobão vê “forças demoníacas” que impedem hidrelétricas.* Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,lobao-ve-forcas-demoniacas-que-impedem-hidreletricas,442767,0.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2011.

o TCU, e chegava a citar animais como símbolos dos entraves ao avanço das obras de infraestrutura no país ligadas ao PAC.⁵⁶ Além do constrangimento público dos que se opõe à determinada obra do PAC, considerados “contrários ao desenvolvimento do Brasil”, esforços políticos são realizados para flexibilizar a legislação ambiental e os mecanismos de controle e fiscalização dos órgãos responsáveis, como o TCU e o IBAMA.⁵⁷

Nesse sentido, alguns megaprojetos do PAC são emblemáticos, como a Transposição do Rio São Francisco, o empreendimento mais caro do Programa até o momento, financiado pelo BNDES. O valor estimado estava em R\$ 5 bilhões, mas recentemente houve um aumento de 36% no custo final, elevando-o para R\$ 6,8 bilhões.⁵⁸ As obras de construção dos dois canais de 700 km de extensão iniciaram em 2007, mas o projeto da transposição das águas é antigo, sendo retomado em vários momentos, como no programa Avança Brasil do governo FHC.⁵⁹ Na época, além da viabilidade socioeconômica, uma forte oposição política ao projeto não possibilitou tirá-lo do papel.⁶⁰ Incluída no PAC, é apresentada como a solução para o problema da escassez hídrica no Nordeste. Mas, novamente, é contestada sua viabilidade pelas comunidades locais, movimentos sociais, ONGs ambientalistas, pesquisadores e setores da Igreja Católica, denunciando os reais motivos da obra, que apenas servem para a irrigação das grandes propriedades rurais da região e para a carcinicultura (técnica da criação de camarões em viveiros). “Há que saber que a Transposição das águas do Rio São Francisco para o Semiárido Nordestino não tem qualquer força para resolver os problemas da geografia

⁵⁶ *No Acre, Lula critica demora no licenciamento ambiental.* Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/04/29/no-acre-lula-critica-demora-no-licenciamento-ambiental-755492330.asp>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

Lula propõe “monumento à perereca” em obra na BR-101. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/lula+propoe+monumento+a+perereca+em+obra+na+br101/n1237762166978.html>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

As pererecas e os bagres de Lula. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/reportagens/21597-as-pererecas-e-os-bagres-de-lula>>. Acesso em 16 mai. 2009.

⁵⁷ *Dilma muda limite de unidades de conservação para abrigar hidrelétricas.* Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/08/16/dilma-muda-limite-de-unidades-de-conservacao-para-abrigar-hidreletricas/>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

⁵⁸ *Transposição do rio São Francisco custará R\$ 1,8 bi a mais.* Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,obra-no-sao-francisco-custara-r-18-bi-a-mais,753358,0.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

⁵⁹ A ideia da transposição existe desde D. Pedro II, retomada por Getúlio Vargas em 1943. Mas o primeiro projeto consistente surgiu no governo de João Batista Figueiredo (1979-1983). Em 1994, foi retomado por Itamar Franco e por FHC em 1995. Recentemente, voltou no primeiro mandato do presidente Lula.

⁶⁰ Entre os oponentes ao projeto da Transposição do Rio São Francisco durante os governos de Itamar Franco e FHC estava o então candidato à Presidência da República Luís Inácio Lula da Silva. Em 1995, o PT realizava Caravanas da Cidadania e uma delas aconteceu na região do Semiárido, reforçando a campanha contra a obra. Foi nessa oportunidade que Lula conheceu o Frei Dom Luís Flávio Cáppio. Recentemente, o Frei tornou-se símbolo da resistência, realizando duas greves de fome, nos anos de 2005 e 2007, contra as obras da Transposição no governo do presidente Lula. A última greve de fome durou três semanas.

humana sofrida que aflige o espaço social total do polígono das secas” (AB’SABER, 2004, p. 26).

Outros exemplos problemáticos são as barragens de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira e Belo Monte, no Rio Xingu. Outras 62 usinas hidrelétricas estão previstas no PAC. As três tiveram licenças políticas, inclusive contestadas por órgãos do Estado, como o IBAMA, mas a orientação política do governo prevaleceu. Nas duas oportunidades das emissões das licenças, os presidentes do IBAMA e diversos diretores se demitiram como forma de protesto por não concordarem com elas. A barragem de Belo Monte teve o início de suas obras em 2011, entretanto tem sua viabilidade socioambiental e econômica contestada, já que pode chegar a custar R\$ 30 bilhões, superando o valor das obras da Transposição, com financiamento integral pelo BNDES.⁶¹ Além dos impactos socioambientais, as barragens de Jirau e Santo Antônio enfrentam outros problemas relacionados a megaobras, como a superexploração da mão de obra com péssimas condições de trabalho, baixos salários e não cumprimento dos direitos trabalhistas, sendo estopim para uma rebelião dos trabalhadores que incendiou os alojamentos, os carros, os ônibus e os caminhões das empresas construtoras, paralisando as obras por meses.⁶² Essa insatisfação e revolta alastrou-se tomando conta dos canteiros de outras obras do PAC pelo Brasil, como a barragem de São Domingos no Mato Grosso do Sul, da refinaria Abreu e Lima, da Petroquímica Suape em Pernambuco e da termelétrica de Pecém no Ceará.⁶³

Segundo Nuti (2007), examinando os dados do Plano Decenal de Energia Elétrica (PDEE 2007-2016), há 57 projetos hidrelétricos para todo o país. As informações oficiais disponíveis indicam que o total da população a ser remanejada por esses empreendimentos é de 101.436 pessoas, sendo a maioria, 59.175, habitantes de áreas rurais e 32.247 habitantes de áreas urbanas. É relevante considerar que não foram computadas comunidades indígenas e que esses números aumentam consideravelmente durante o processo da construção das barragens. Especificamente, para a Bacia do Rio Uruguai, estão projetadas dez barragens, incluídas nos programas do governo federal, PAC 1 e PAC 2, e assim em processo acelerado

⁶¹ Historicamente contestada, a barragem de Belo Monte será a terceira maior do mundo, possui inúmeros problemas socioambientais, como o deslocamento de muitas comunidades indígenas. A campanha contra a construção da barragem tem repercussão nacional e internacional, inclusive contestada pelo MPF com doze ações na justiça e pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e outras organizações como a Anistia Internacional pela violação dos direitos indígenas.

⁶² *Conjuntura da semana. A rebelião de Jirau.* Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=41771>. Acesso em: 20 abr. 2011.

⁶³ *Paralisação de operários afeta obras do PAC.* Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=41727>. Acesso em: 30 abr. 2011.

de liberação, como as barragens de Itapiranga (724 MW), Pai-Querê (292 MW), Garibaldi (150 MW) e São Roque (214 MW), atingindo em torno de 20.324 pessoas. A inclusão de novos projetos, que não estão no PDEE (2007-2016), como a megabarragem de Panambi (1.000 MW) e o complexo hidrelétrico Garabi (2.700 MW)⁶⁴ na fronteira binacional, na divisa com a Argentina, elevando o impacto social dos empreendimentos projetados, que em números, segundo Brack (2010), chegariam a 50.000 pessoas.

Considerando a convergência de interesses e visão de desenvolvimento do governo e do setor privado, não são poucas as notícias e boatos sobre favorecimentos governamentais às grandes empreiteiras e subsidiárias fornecedoras de serviços, insumos (cimento, ferro, areia etc) e maquinário para as obras. Depois, virão os deslocamentos e a mobilização de mão de obra barata, submetida a péssimas condições de trabalho e de vida; a sujeição dos trabalhadores/as às regras de conduta que beiram a disciplina militarista; a destruturação de famílias e comunidades locais, impactadas pelas obras; a desqualificação e a cooptação de lideranças comunitárias e regionais em troca de algumas compensações e benefícios, e a formação de bolsões de miséria e focos de prostituição para atender a “peãozada”. Sem falar nos nossos velhos amigos: o superfaturamento, a corrupção, o uso clientelista e a apropriação privada do dinheiro público e o uso político-partidário e eleitoreiro das obras e compensações mitigadoras (VERDUM, 2007, p. 17).

2.3 A exportação de *commodities* e de energia

Segundo Bermann (2001), o consumo de energia não é distribuído de forma equitativa entre os vários setores consumidores, e o padrão de consumo destes evidencia desigualdades no acesso e na utilização das fontes energéticas.⁶⁵ Como mantemos um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities*, há a necessidade de produção de energia elétrica, barata e abundante, para essas atividades produtivas. Por consumirem uma quantidade muito grande de energia por cada unidade produzida, são conhecidas como *eletrointensivas*. Destacam-se os setores da mineração e do papel e celulose.

⁶⁴ O projeto do complexo hidrelétrico Garabi começa a ser desenvolvido ainda nos anos 1970 pelos regimes militares dos dois países. Pela sua complexidade e por seus enormes impactos socioambientais, foi abandonado e revisado em vários momentos durante quatro décadas. No ano de 2000, foi incluído na IIRSA. Foi retomado em um acordo assinado pelos governos Lula e Cristina Kirchner em 2008. Foi incluído no PAC 2, em 2010. Atualmente, está em fase de estudos de licenciamento. Os enormes impactos são responsáveis pela resistência de parte da população atingida, que segundo estudos preliminares da ELETROBRAS pode chegar a 7.000 famílias somente do lado brasileiro, a maioria pequenos produtores rurais, atingindo o território de 17 municípios gaúchos, considerando que toda a área urbana de Porto Xavier seria atingida com a formação do lago. Entre os impactos ambientais, destaca-se o alagamento das extensas matas preservadas nas províncias de Corrientes e Misiones na Argentina e do Parque Estadual do Turvo (1947), de 17.500 mil hectares, a maior unidade de conservação florestal do RS. É no Turvo que está localizado o Salto do Yucumã, a maior queda d'água longitudinal do mundo, com 1,8 km de extensão, considerado umas das sete maravilhas do estado do RS.

⁶⁵ Para uma discussão sobre o consumo energético final de cada setor, ver Bermann (2001).

Especificamos a mineração brasileira, já que somos um dos maiores exploradores de minérios do mundo (Quadro 2). O subsolo brasileiro é muito rico em minérios, mas desde o início, mesmo com as empresas estatais, implantamos grandes projetos de extração baseados na exportação. Na década de 1990, no mesmo período de privatização do SE brasileiro, houve a venda das empresas mineradoras, com destaque para a Companhia Vale do Rio Doce. Atualmente, as empresas privadas brasileiras estão associadas a multinacionais japonesas, canadenses e estadunidenses.

Quadro 2 – Principais tipos de minérios, a produção anual beneficiada e as características da produção – Brasil (2008).

| Tipo de minério | Produção anual beneficiada (em toneladas) | Características gerais da produção |
|------------------------|--|--|
| Ferro | 318 milhões (2º produtor mundial) | Mínério mais explorado e exportado pelo Brasil. As jazidas se concentram no Quadrilátero Ferrífero (MG), Urucum (MS) e Carajás (PA). É a principal matéria-prima para a fabricação do aço. |
| Bauxita (alumínio) | 22 milhões (2º produtor mundial) | A principal jazida é na Serra do Oriximiná (PA). Extrai-se o alumínio, utilizado na fabricação de eletrodomésticos, de materiais eletrônicos e na construção civil. |
| Manganês | 3 milhões (1º produtor mundial) | As jazidas se encontram em Carajás (PA), no Quadrilátero Ferrífero (MG), Urucum (MS). Usado na fabricação do aço e de vários produtos químicos. |
| Nióbio | 105 mil (1º produtor mundial) | A maior parte vem dos estados de Goiás e Minas Gerais. Usado na fabricação de máquinas e equipamentos de alta tecnologia, como turbinas de aviões, aparelhos de ressonância magnética e supercomputadores. |

Fonte: Economia Mineral do Brasil – Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (2009).

Para viabilizar esses grandes projetos de exploração mineral, também considerados GPIs, foram necessários vultosos investimentos em obras por parte do governo brasileiro, como hidrelétricas para o fornecimento de eletricidade em grande quantidade, transporte por meio de ferrovias e até grandes portos para o embarque para o exterior. Além dessa infraestrutura e da abundância dos recursos naturais, o que atrai as empresas estrangeiras são os incentivos fiscais oferecidos pelo governo, como o próprio financiamento via BNDES, subsídios nas tarifas de energia e nos impostos. Além disso, com a privatização do SE nacional, as empresas começaram a gerar sua própria energia, barateando ainda mais os custos da produção, aumentando sua competitividade no mercado internacional e seus lucros, muitos deles remetidos aos seus países de origem. Segundo Pinto (2007), tal modelo econômico proposto tem sido responsável por aprofundar a concentração econômica, seja em alguns setores, seja no interior das cadeias produtivas, gerando elevados impactos sociais e

ambientais, além do fato de não conseguir romper com a tradicional inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

2.4 Energia privada, consequências públicas

O Organizador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), criado com a privatização do SE brasileiro, ficou responsável pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que é um sistema de produção e transmissão de energia elétrica, com predominância de usinas hidrelétricas e com múltiplos proprietários. O tamanho e as características permitem considerá-lo único em âmbito mundial, um verdadeiro monopólio vertical da produção de energia. O Sistema é formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do país encontram-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica.

Assim, como o sistema interliga todo o país, mesmo que o destino do consumo esteja a milhares de quilômetros de distância, é possível produzir energia em qualquer parte do território nacional, alimentar o sistema e enviar. Por isso, a possibilidade da construção de grandes barragens em regiões distantes dos principais centros consumidores, como as barragens da Amazônia ou a geração de energia pelas próprias empresas consumidoras, mesmo que seu destino final esteja localizado a milhares de quilômetros (Figura 6).

e uma suposta “segurança energética nacional”⁶⁶ vinculadas a sua necessidade inquestionável para o desenvolvimento do país. Sob a ameaça de um “país às escuras”, o SE busca convencer a opinião pública sobre a necessidade da construção de determinados empreendimentos. Porém, o que não é admitido publicamente é que a geração e o uso dessa energia serão exclusivamente feitos pelas empresas.

Analisando os documentos da Alcoa, em passagens curtas, existe o registro do uso próprio da energia produzida:

A energia produzida pela Usina Hidrelétrica Serra do Facão (na divisa entre os estados de Goiás e Minas Gerais), com potência instalada de 210MW, será incorporada ao SIN [...], distribuída para todo o território nacional e utilizada pelos consorciados, se necessário (ALCOA, 2011).

A energia produzida pela UHE Estreito (na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão) será incorporada aos sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste de transmissão de energia e poderá ser distribuída para todo o território nacional, para consumidores industriais e residenciais, inclusive para os moradores da região onde será construída a usina (ALCOA, 2011).

A demanda de energia, abundante e barata, é crescente para as empresas *eletrointensivas*, como a Alcoa, que, além da unidade mineradora de Poços de Caldas, está explorando outra mina, a de Juruti, localizada no Oeste do Pará. Um GPI no “coração” da Amazônia, considerado um dos maiores depósitos de bauxita de alta qualidade do mundo, com potencial total de 700 milhões de toneladas métricas e potencial inicial de 2,6 milhões de toneladas métricas por ano. O empreendimento afetará a população de Juruti, principalmente as mais de 150 comunidades rurais que vivem na região e que tradicionalmente têm a sua economia baseada no cultivo da mandioca, pesca, pecuária e demais tipos de extrativismo.⁶⁷

A justificativa do desenvolvimento social e econômico é utilizada pelo SE para a geração de energia, mas constata-se que ela pode ser utilizada exclusivamente para atender demandas privadas, enquanto todas as consequências e os impactos desse modelo de exploração e consumo são públicos, afetando o meio ambiente e as populações atingidas por esses empreendimentos.

⁶⁶ *Belo Monte vai “garantir segurança energética” ao Brasil, diz Lobão.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/belo-monte-vai-garantir-seguranca-energetica-ao-brasil-diz-lobao.html>>. Acesso em 5 ago. 2011.

⁶⁷ Esse empreendimento é objeto de estudo do doutorando do PGDR e professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) Luiz Otávio do Canto Lopes.

2.4.1 Os impactos socioambientais

Na construção de uma barragem para a geração de energia, o SE maximiza os impactos positivos, sempre relacionados ao potencial de desenvolvimento econômico para a região e para o país, e minimiza os impactos negativos, que são colocados todos como solucionáveis mediante medidas técnicas e calculados economicamente dentro dos custos da obra. Objetivamente, estabelece que tudo que estiver acima desse percentual se torna um “entrave”, como o meio ambiente e, inclusive, as populações atingidas.

Segundo o relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010), há um padrão vigente de implantação de barragens no Brasil que viola sistematicamente dezesseis direitos humanos, entre os quais se destacam o direito à informação e à participação, o direito de ir e vir e o direito à justa negociação e o tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados.⁶⁸

Os direitos violados dos milhares de famílias atingidas pela construção de grandes aproveitamentos hidrelétricos provocam o deslocamento compulsório e maciço de grandes contingentes populacionais, que devem abandonar as terras onde se instalarão o reservatório e o canteiro de obras. No Brasil, mais de 34 mil km² de terras produtivas, florestas e zonas ribeirinhas ricas em suas paisagens, culturas, fertilidade e biodiversidade foram inundadas pelas águas dos reservatórios formados.

Segundo o relatório final da Comissão Mundial de Barragens (órgão ligado a ONU), no mundo, cerca de 80 milhões de pessoas foram atingidas direta ou indiretamente pela construção de barragens. No Brasil, segundo o MAB, as grandes barragens já deslocaram cerca de 1 milhão de pessoas, e destas, 70% não foram devidamente indenizadas. Somente as barragens de Itaipu e Sobradinho deslocaram 42 mil e 70 mil pessoas, respectivamente.

Segundo Bermann (2001), a construção da barragem representa o deslocamento compulsório dessas populações ribeirinhas, sendo suas terras alagadas pelas águas do reservatório. Em muitos casos, a implantação do empreendimento hidrelétrico representou para essas populações a destruição de projetos de vida, impondo sua expulsão da terra sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições

⁶⁸ Os demais direitos humanos violados: direito à liberdade de reunião, associação e expressão; direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; direito à moradia adequada; direito à educação; direito a um ambiente saudável e à saúde; direito à melhoria contínua das condições de vida; direito à plena reparação das perdas; direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; direito de grupos vulneráveis à proteção especial; direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial; direito à reparação por perdas passadas; direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária.

de reprodução em um nível parecido cultural e economicamente daquele que se verificava antes da barragem.

O deslocamento compulsório produz multidões de desempregados.⁶⁹

Mesmo quando são providenciados reassentamentos – o que só recentemente e em alguns projetos começa a acontecer, dependendo da capacidade de resistência e luta daqueles que serão deslocados –, parcelas expressivas tendem a se dirigir para os centros urbanos regionais ou nacionais, na ilusão de que as indenizações embolsadas permitirão recomeçar a vida em situação confortável (VAINER; ARAUJO, 1992, p. 35).

A expectativa de emprego na obra gera um fluxo migratório desproporcional à capacidade de absorção dos municípios e, muitas vezes, não é correspondido, já que a maior parte da mão de obra vem contratada de fora, por empresas terceirizadas das empreiteiras responsáveis pela construção. A população absoluta de alguns municípios aumenta consideravelmente com a chegada de milhares de trabalhadores contratados para a obra, conhecidos como barrageiros, ocasionando um crescimento desordenado e proporcionando várias consequências, algumas recorrentes do deslocamento compulsório: alteração no mercado imobiliário, aumento da demanda por terra, especulação no mercado de terras rurais, alteração no uso do solo, alteração dos padrões de ordenamento e ocupação do território.

O *boom* populacional faz surgir alguns problemas sociais, antes inexistentes, verificados somente em médios e grandes centros urbanos: a criminalidade, a prostituição, a favelização, o uso de drogas, o aumento no número de incidência de doenças infectocontagiosas, parasitárias e sexualmente transmissíveis. Os serviços básicos públicos – educação, saúde, segurança, transporte, habitação, saneamento básico – ficam sobrecarregados, assim como toda a infraestrutura em geral, mesmo havendo incremento, mas não na medida necessária para o novo fluxo de veículos e para a enorme quantidade de migrantes, trabalhadores ou não da obra.

Durante a construção, observa-se um abandono de algumas ocupações, principalmente da agricultura, pois há a possibilidade de outras profissões nesse período e com remuneração superior. No entanto, quando se concluem as obras, a maior parte dessa mão de obra sobra e dificilmente volta para a atividade anterior. Após a construção, segundo Laurelli (1987), o emprego se reduz de forma significativa durante a fase de operação com o agravante de que as necessidades de capacitação diferem em ambos os momentos, condenando ao subemprego e desemprego grandes setores de migrantes não capacitados.

⁶⁹ Desempregados ao menos temporários, até conseguir um novo pedaço de terra, ou os que buscam outra atividade laboral, abandonando a anterior.

Quando se trata de estudar os impactos ambientais na construção de barragens, é importante considerar o atual estágio de desconhecimento científico da biodiversidade existente no planeta e assim das mais diversas regiões e ecossistemas brasileiros. Em números, isso pode representar milhares de espécies ainda não descritas pela ciência.⁷⁰ Assim, na formação de um reservatório, poder-se-á alagar muitas espécies sequer conhecidas. Por isso, em várias regiões, o EIA representa a primeira produção científica com a elaboração de dados primários sobre a área. Na maioria das vezes, os EIAs apresentados não correspondem nem em qualidade nem em quantidade a biodiversidade local. Assim como acontece com outras áreas do conhecimento presentes no EIA que também carecem de produção científica, como a sociocultural e a arqueológica.

Independente dessa situação, atualmente existem inúmeros estudos sobre os impactos ambientais negativos da construção de barragens no Brasil e no mundo. O barramento de um rio provoca a alteração do regime fluvial de ambiente lótico (águas correntes) para lântico (águas lentas), com reflexos na fauna e na flora aquáticas, muitas vezes constituídas de espécies endêmicas⁷¹, alternando a distribuição e a alocação de nutrientes tanto à montante como à jusante. Os sedimentos não são mais carregados, ocorrendo o assoreamento. A barragem passa a controlar todo o sistema hidrológico do rio, afetando o trecho formado pelo lago à montante, mas principalmente à jusante, já que a quantidade de água liberada dependerá do nível do reservatório para a produção de energia, controlando até mesmo as enchentes. Por isso, a barragem tem impactos sentidos a quilômetros de distância abaixo do reservatório.

Com a implantação da barragem, ocorre a interrupção do fluxo gênico das espécies, função realizada pelo rio, tanto vegetais como animais. Das espécies mais afetadas estão os peixes, que além da redução na população, enfrentam dificuldades para a reprodução, pois não conseguem mais subir o rio para fazer a desova.⁷² A mudança pode resultar na extinção de espécies pela alteração do seu hábitat, já que os lugares escolhidos geralmente são

⁷⁰ Acredita-se que tenhamos catalogado apenas 5% das espécies que existem na biosfera, em torno de 1,7 milhão catalogadas de um estimado de 100 milhões de espécies (POUGH, JANIS & HEISER, 2008). O Brasil é o país campeão em biodiversidade do Planeta, seguido da Colômbia, Indonésia e México. Na atual situação de degradação ambiental, muitas destas espécies, sequer catalogadas, estão em processo de extinção, em outros fatores, devido à destruição do seu hábitat, como o alagamento de vastas áreas pela formação do reservatório de uma hidrelétrica. Os seres vivos não podem mudar de lugar, para isso precisam levar junto os fatores bióticos e abióticos como o clima, o solo, a água, o ar, os rios e tudo o mais que compõe uma região. Manter uma espécie significa manter todo o ambiente em que ela vive.

⁷¹ Espécies endêmicas são aquelas que somente ocorrem naquela área ou região.

⁷² Quando ocorre o início da formação do lago, muitos animais morrem por afogamento e outros como os peixes morrem pela falta da água abaixo da barragem, já que ocorre a interrupção, mesmo que não total do fluxo da água, mas que é suficiente para a morte dos peixes.

corredeiras. Assim, são afetadas as populações ribeirinhas que têm seus meios de vida associados à pesca, à montante, à jusante e as que vivem da agricultura, à jusante, já que há perda de solos de fertilidade natural, que antes inundavam as áreas de vazante.

A transformação de parte de um rio em lago interfere nas características da água, suas propriedades físico-químicas, propiciando condições favoráveis para a proliferação de algas e de vetores das doenças relacionadas ao meio hídrico. A formação do reservatório provoca mortandade e deslocamento dos animais terrestres, diminuindo seus habitats, aumentando o risco de ameaça de extinção de espécies. Os animais deslocam-se para áreas habitadas e são vistos como intrusos, sendo geralmente caçados. Nas medidas para amenizar a mortandade, alguns animais são capturados e transferidos para outra área (o que não garante a sua sobrevivência). O alagamento também inunda paisagens e belezas cênicas, características das regiões, sítios arqueológicos e a perda de patrimônio histórico-cultural.

No meio terrestre, há perda e redução significativas de áreas agricultáveis⁷³ e áreas naturais, de campo e floresta, em razão do desmatamento e do alagamento, e de toda a matéria orgânica, que no processo de decomposição (apodrecimento) provoca o aumento de Gases do Efeito Estufa (GEE), como o gás carbônico (CO₂) e metano (CH₄). O gás carbônico, principal gás do efeito estufa, é emitido quando a matéria orgânica apodrece no rio, e o metano é liberado pela água que sai das turbinas. Este contribui de 21 a 23 vezes mais que o gás carbônico e tem contribuído definitivamente para o aquecimento global.

Uma das vantagens propagandeadas pelo SE é a que a energia hidrelétrica seria “limpa”, muito menos poluente, ao contrário das outras fontes de energia. Isso está sendo contestado por vários pesquisadores brasileiros, como Célio Bermann e Philip Fearnside.⁷⁴

O primeiro inventário brasileiro sobre as consequências dos GEE, apresentado na conferência do clima, demonstrou que uma grande quantidade de gases de efeito estufa está concentrada na água e que os gases são emitidos pelas turbinas das hidrelétricas. O metano é um gás mais poluente do que gás carbônico e se forma em locais onde não há oxigênio como, por exemplo, nos niveladores das hidrelétricas [...]. O governo brasileiro está investindo em hidrelétricas e argumenta que o setor produz energia verde. Na verdade, não se trata disso (FEARNSIDE, 2011).⁷⁵

⁷³ Somente no estado de São Paulo, calcula-se que 15.000 km² tenham sido inundados por represas artificiais – para se ter uma ideia do tamanho dessa área, Sergipe, o menor estado brasileiro, tem 22.050 km².

⁷⁴ **Célio Bermann** é professor de pós-graduação em Energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, foi assessor do Ministério de Minas e Energia durante os dois primeiros anos do governo Lula e se afastou em desacordo com o que considera desvirtuamento da política do governo para o setor. **Philip Fearnside** é professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e pesquisador do CNPq e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

⁷⁵ Entrevista concedida pelo professor Dr. Philip Fearnside ao Instituto Humanitas da Unisinos em 10 de agosto de 2011. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=46154>.

Acesso em: 14 ago. 2011.

Segundo Bermann (2010), “a energia hidrelétrica não é limpa, nem barata”.⁷⁶ Baseia-se em um estudo que mediu e estipulou as emissões de três usinas hidrelétricas da Amazônia – Balbina, Tucuruí e Samuel – e que demonstrou que estas emitem mais gases do efeito estufa do que termelétricas da mesma potência. Bermann explica que nos primeiros dez anos de operação de uma usina da Amazônia, a matéria orgânica apodrece porque a água a deixa encoberta permanentemente, produzindo o metano. E complementa:

Isso tudo é conhecido pela ciência, mas não é considerado porque não é de interesse de quem concebe essas usinas. O que interessa é a grande quantidade de dinheiro que vai ser repassado para as empresas construtoras de barragens, turbinas e geradores. O restante, o problema ambiental, as populações que serão expulsas, a cultura indígena que está sendo desconsiderada, isso não entra na conta (BERMANN, 2010).⁷⁷

2.4.2 Os impactos na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai

A primeira Bacia Hidrográfica a ter todo o seu potencial inventariado para a geração de energia elétrica foi a do Rio Uruguai, correspondendo à construção de barragens em um território densamente ocupado, representando a desterritorialização de milhares de famílias. As regiões da Bacia são ocupadas por uma elevada densidade populacional, principalmente nas áreas rurais, existindo um grande número de pequenas propriedades agrícolas que garantem condições de subsistência de uma população rural constituída por proprietários, arrendatários, meeiros, posseiros e assalariados. As sete usinas hidrelétricas – Passo Fundo, Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Monjolinho e Foz do Chapecó – alagaram parte do território de 50 municípios, que possuem população absoluta em torno de 728 mil habitantes, ou seja, aproximadamente 60 mil pessoas foram atingidas e deslocadas.

A Bacia tem grande potencial para a geração de energia hidrelétrica, por isso se tornou um dos territórios brasileiros em disputa entre o SE e as populações rurais. O potencial para geração é de cerca de 12.816 MW, significando 5,1% do potencial nacional. Desse total, 6.482 MW estão inventariados, 1.152 MW estimados em curto prazo e 5.182 MW já estão sendo gerados nessas grandes hidrelétricas (Tabela 1).

⁷⁶ A relação custo-benefício é fundamental no planejamento e implantação de grandes barragens, para isso, nem sempre os reais custos sociais e ambientais são calculados, e sim, adequados a uma porcentagem referente ao total da obra.

⁷⁷ Entrevista concedida pelo professor Dr. Célio Bermann ao Instituto Humanitas da Unisinos em 30 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=34824>. Acesso em: 4 jul. 2011.

Tabela 1 – A população atingida e a potência das sete principais hidrelétricas da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.⁷⁸

| Informações /Hidrelétricas | População atingida (famílias) | Potência (MW) | Energia Firme (MW médios) |
|---------------------------------------|--|----------------------|--|
| Itá | 4.500 | 1.315 | 720 |
| Foz do Chapecó | 3.500 | 855 | 432 |
| Machadinho | 2.200 | 1.060 | 529 |
| Barra Grande | 1.500 | 690 | 380 |
| Campos Novos | 700 | 880 | 378 |
| Monjolinho | 400 | 67 | 43 |
| Passo Fundo | Sem informação* | 226 | 119 |
| TOTAIS | 12.800 | 5.182 | 2.571 |

Fonte: MAB (2009).

As barragens atingem diretamente a diversidade ambiental da Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, considerada patrimônio mundial pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência) e defendida na Constituição Brasileira, como também está incluída nas principais Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade reconhecidas pelo MMA em 2007.

A vegetação florestal mais ameaçada é a Floresta com Araucárias, da qual atualmente restam somente 5% da mata original, afetada principalmente nos vales que se encontram nas poucas áreas contínuas e em boas condições de conservação ainda existentes no sul do Brasil. Assim, colocam-se em risco muitas espécies da flora, atualmente já em situação crítica, ameaçadas de extinção, além da consequente perda de hábitat de inúmeras outras espécies da fauna terrestre, como o puma (*Puma concolor*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o gavião-de-penacho (*Spizaetus ornatus*), o urubu-rei (*Sarcoramphus papa*) e o queixada (*Tayassu pecari*).⁷⁹

Outro grande impacto acontece na flora e fauna aquática, destacando as bromélias e os peixes como o dourado e o surubim, pois existem várias espécies endêmicas da região – que é formada por rios de correnteza devido à enorme declividade ao longo de toda a Bacia. De

⁷⁸ Na época da construção da UHE Passo Fundo, a legislação não previa a realização de estudos de impacto social e ambiental.

⁷⁹ O queixada é uma espécie de porco-do-mato restrito à região Norte do RS.

oeste para leste, a altitude muda consideravelmente: no município de São Borja é de 34 metros, e em São José dos Ausentes chega a 940 metros acima do nível do mar.

Uma das principais consequências ambientais de efeito cumulativo é a “morte” de enormes trechos do rio Uruguai, pois o grande número de barragens está transformando trechos da Bacia num imenso lago, com o final da área de alague chegando bem próximo ao muro da barragem seguinte, rio acima, como uma escadaria (Figura 7). Os reservatórios de Barra Grande, Machadinho e Itá comprometem todo o trecho Norte da Bacia do Rio Uruguai. Se todas as barragens forem construídas, como planejadas pelo SE, pode-se decretar a “morte” de todo o Rio Uruguai.

Figura 7 – A situação dos empreendimentos hidrelétricos na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.



Fonte: Núcleo Amigos da Terra/Brasil (2006).

Assim, a construção de uma barragem provoca consequências irreversíveis, ambientais e sociais, estas influenciadas por um (re)ordenamento do território.

2.5 Território: territorialização, desterritorialização e reterritorialização (t-d-r)

Há uma vastíssima literatura disponível sobre o conceito de território, usado e redefinido historicamente não somente pela Geografia, mas pelas mais diversas áreas da Ciência, como as Ciências Sociais, Políticas e Biológicas. A concepção de território abordada na dissertação é aquela definida a partir da presença humana, das relações sociais com a

materialidade do ambiente natural e construído. A ideia de um processo histórico de coadaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente natural.

Assim, território significa:

Natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2007, p. 24).

Concordamos com Haesbaert (2004), que para termos uma compreensão abrangente de território, é necessário considerar seus aspectos políticos, econômicos, sociais e naturais. A barragem é o resultado da aplicação de uma política setorial, e sua construção requer a ocupação de um amplo território, muitas vezes já ocupado, gerando conflitos socioambientais, na medida em que a territorialidade do SE ocorre em detrimento das territorialidades de outros segmentos sociais atingidos pela barragem.

A territorialidade corresponde ao controle de uma área ou espaço; é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas e está intimamente relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, organizam o espaço e dão significados ao lugar (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 17). Assim, a territorialidade é entendida como a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo, a qual permite-lhe, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. Ao contrário, a desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado e vivido, em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem (LUDWIG, 2006, p. 246).

Segundo Carvalho (2006), a construção de hidrelétricas tem sentido não apenas como processo de artificialização da natureza ou de substituição de um meio natural⁸⁰ por um técnico, mas, principalmente, como processos de desterritorialização e reterritorialização para os diferentes grupos socioculturais atingidos promovidos pelo Estado, juntamente com as empresas privadas, o que significa a criação de um novo território e do surgimento de novas territorialidades.

⁸⁰ O significado de natural não é referência à natureza selvagem, intocada, mas é vinculado a relações sociais, destacando elementos que não são resultado da ação humana, como os rios e as florestas.

São novas territorialidades constituídas na reterritorialização. As territorialidades são culturais (folclóricas), políticas (do Estado, de partidos e de bairros) e econômicas (centradas na criação e reprodução do capitalismo) [...] é impossível distinguir a desterritorialização e a reterritorialização, que estão presentes uma na outra ou são o avesso e o direito de um mesmo processo. A reterritorialização é determinada no bojo da desterritorialização. Assim, evidencia-se a colagem entre a *des* e a reterritorialização (T-D-R) (SAQUET, 2007, p. 56).

Entretanto, se a territorialização é, sobretudo, enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e “sem pátria” (HAESBAERT, 1997, p. 116). Saquet (2007) acrescenta que o território significa coesão e identidade e, ao mesmo tempo, apropriação e ordenamento político; enquanto que a circulação do capital tem um caráter predominantemente desterritorializador, condicionando a perda de território.

A geração do conflito socioambiental se dá pela desconsideração e pelo desconhecimento dos empreendedores de barragens, da territorialidade cultural e social dos lugares e pela consideração exclusiva à razão econômica gerada pela produção de energia, superando sempre o valor social e ambiental, que é considerado dentro dos custos da obra. Segundo Zhouri e Oliveira (2005), racionalidades diferentes são confrontadas: de um lado, as populações atingidas (rurais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas) que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento de recursos; de outro, o SE que, a partir de uma ótica de mercado, entende o território como propriedade e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária.

As barragens construídas em regiões habitadas causam o deslocamento compulsório – também conhecido como migrações forçadas –, que são de caráter obrigatório, contra a vontade, desterritorializando os grupos sociais a partir de desapropriações de terras realizadas pelo Estado. Mesmo quando os atingidos são reconhecidos e indenizados, Carvalho (2006) destaca que migrar compulsoriamente significa ser obrigado a mudar de residência, a ir morar em outro local, cidade ou mesmo estado e a deixar para trás a casa natal, parentes, amigos, vizinhos, enfim, forçosamente, sair e chegar a outro lugar (social e geográfico). O conceito de lugar se remete a outros que se relacionam: espaço⁸¹, paisagem⁸² e o próprio território.

⁸¹ Segundo Santos (1988), o espaço está relacionado com a socioeconomia. Assim, esse só se torna inteligível por causa da sociedade, e esta só se torna concreta em razão do espaço por ela produzido.

O não reconhecimento do atingido e de seus direitos, aliado às racionalidades divergentes entre os atingidos e o SE, faz com que haja revolta, contestação e resistência, assim como a formação de um movimento social organizado no meio rural.

2.6 Revolta, contestação e resistência dos atingidos por barragens

Na década de 1950, temos as primeiras experiências de organização de movimentos sociais rurais no Brasil composta pela constituição e multiplicação de sindicatos de trabalhadores rurais e a emergência das Ligas Camponesas⁸³, demandantes de pequenos produtores, muitas vezes não proprietários, principalmente no Nordeste. Na década de 1960, no Rio Grande do Sul, surge o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER).⁸⁴ Outros atores, como o Estado, os partidos políticos (PCB e PTB), e instituições, como a Igreja Católica⁸⁵, também disputavam o processo de organização dos camponeses. Tanto que projetos de continuidade ou ruptura eram apresentados para a questão agrária, sendo importante elemento detonador do golpe militar que interrompeu um ciclo de organização popular em áreas rurais.

No final da década de 1970, segundo Navarro (1996), temos a (re)emergência dos movimentos populares no meio rural do Brasil. Além da liberalização política, havia a necessidade de organização e representação diante das consequências e impactos sociais da modernização conservadora. A ideia de movimento social que surge é de um

Coletivo social que compartilha objetivos comuns e constrói um sentido de identidade, que dispõe de uma estrutura organizacional com certa flexibilidade, e que possui um grupo dirigente organizado, embora sempre formalmente. [...] permite incluir como movimentos sociais tanto os coletivos sociais com características notoriamente antissistêmicas como aqueles integrados ao sistema social (NAVARRO, 1996, p. 65-6).

No Rio Grande do Sul, temos a (re)emergência de quatro movimentos: o movimento dos agricultores atingidos pela construção de barragens hidrelétricas, organizados em torno da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), cujos primórdios remontam ao ano de 1978; o movimento sindical dos trabalhadores rurais, formado em oposição à estrutura

⁸² Segundo Santos (1988), paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Ela pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.

⁸³ Para ver sobre as Ligas Camponesas, ver Stédile (2006).

⁸⁴ Para ver sobre o Master, ver Tedesco e Santos (2007).

⁸⁵ Sobre a atuação da Igreja Católica como mediadora do sindicalismo rural no RS, ver Tedesco e Santos (2007) e Scherer-Warren e Reis (2008).

oficial, orbitando em torno da CUT, também no final dos anos 1970; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)⁸⁶, fundado formalmente em 1983, e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)⁸⁷, organizado formalmente em 1989. Mesmo que os movimentos tenham suas pautas específicas, eles possuem inúmeras superposições políticas e sociais. Têm como principal contribuinte para a sua organização setores progressistas da Igreja Católica e a construção e consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT).

No período de redemocratização brasileira, movimentos de resistência à construção de barragens apareceram por todo o Brasil, todos com foco regional – do local da barragem ou da bacia hidrográfica abrangida – e embrionário do que mais tarde se constituirá um movimento nacional. Há em um primeiro momento uma fase de revolta, de não aceitação da obra. Em seguida, há a fase de contestação, que passa pela apropriação da informação e pela formação de um discurso contrário. Por fim, haverá um ciclo de resistência, com ações diretas contra a construção da barragem.

No Rio Grande do Sul, o movimento surgiu como resistência na luta para permanecer nas terras diante da ameaça da expulsão com a construção de hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, especificamente na região do Alto Uruguai, tendo a cidade de Erechim como centro de atuação. Organizou-se também abrangendo parte do estado de Santa Catarina.

As primeiras iniciativas governamentais de construção de barragens hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai foram tomadas nos anos de 1960, com a contratação de estudos preliminares e a fundação da ELETROSUL (1968), companhia estatal responsável pelo setor de produção energética no sul do país. Nos anos seguintes, vários estudos específicos foram realizados e, em outubro de 1979, foram tornados públicos os objetivos do governo federal de construir 22 usinas hidrelétricas até o final do século, com prioridade imediata para sete delas, internas ao Brasil, e três na fronteira com a Argentina. A primeira barragem nacional, Machadinho⁸⁸, foi então autorizada para ser construída em 1982, e a segunda, Itá⁸⁹, foi igualmente autorizada logo depois (NAVARRO, 1996, p. 77).

Isso fica evidente em alguns depoimentos dos entrevistados atingidos pela barragem Barra Grande que ainda se lembram dos estudos realizados pela ELETROSUL nos anos 1960 e 1970 na região: “Na época sobrevoava baixinho um avião, e a turma dizia que era a

⁸⁶ Sobre a questão agrária e o MST, ver Morissawa (2001).

⁸⁷ Para uma maior discussão sobre a organização das mulheres rurais, ver Pastore (2007).

⁸⁸ A barragem de Machadinho atingiu quinze municípios (do RS e de SC), com 40 mil hectares cobertos pela água e deslocando aproximadamente 17 mil pessoas (CRAB). Sobre os demais efeitos sociais da barragem de Machadinho, ver Sigaud (1986).

⁸⁹ A barragem de Itá atingiu oito municípios (do RS e de SC) e deslocou 11 mil pessoas (CRAB).

barragem que vão construir. Lembro que mediram muito tempo antes, nos anos 1964 e 1967” (HCR/6); “Foi no ano de 1982, as medições foram feitas, meu tio era agrimensor. Foi ele que nos avisou. Graças a ele que ficamos sabendo” (MPR/16); “Faz muitos anos, pois tinha um marco na terra do meu pai. Uns 40 anos atrás. Na época falavam que iria ter um ‘Dilúvio no mundo’: – Vocês todos vão morrer embaixo da água” (HCR/15).

Logo que se tornou público pela ELETROBRAS o inventário hidroenergético da Bacia (outubro e novembro de 1979), houve uma forte reação das comunidades locais, constituídas por agricultores familiares em sua maioria. Em dezembro do mesmo ano, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁹⁰, foi realizada a primeira reunião de organização do movimento, na sede do município de Chapecó, no oeste catarinense (SCHERRER-WARREN; REIS, 2008, p. 66). Estiveram presentes pequenos produtores do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, representantes da CPT de SC e RS, agentes pastorais, vigários das Igrejas Católicas e Pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB), sociólogos e agrônomos da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior (FAPES), instituição de Ensino Superior da cidade de Erechim, tendo como resultado mais importante a criação de uma Comissão de Barragens.

A participação proeminente da Igreja Católica nesse processo político é materializada pelo recrutamento de associados, lideranças comunitárias e de uma rede de comunicações⁹¹, além de recursos humanos, organizacionais e financeiros. A elaboração ideológica⁹² contribui para a mobilização e a articulação da colaboração de outros grupos de apoio importantes: sindicatos de trabalhadores rurais combativos, a FAPES, a Pastoral da Juventude Rural (PJR), IECLB e o Ministério Eucarístico⁹³ (ROTHMANN, 1996, p. 118).

⁹⁰ No contexto das transformações progressistas na Igreja Católica no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, influenciadas pelas encíclicas dos Papas João XXIII e Paulo VI, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada em 1975 com a missão de servir os camponeses, inicialmente na região amazônica. No final da década de 1970 e início de 1980, a CPT teve uma importante função na assessoria aos movimentos sociais rurais incipientes no Sul do Brasil.

⁹¹ A Igreja Católica tinha uma rede de comunicação regional e local que incluía a utilização de rádios, uma vez que ela é proprietária ou controla estações retransmissoras em Concórdia (SC), Marcelino Ramos (RS) e Aratiba (RS). Importante lembrar a presença do rádio nas residências. Nas entrevistas se constatou isso, pois era o único meio de comunicação, mesmo na ausência de energia elétrica, funcionando a pilha. Outro meio importante de disseminação da informação sobre o movimento foi o boletim “Enchente do Rio Uruguai”, criado em 1981. No início, sua publicação foi irregular, mas depois passou a ser mensal.

⁹² Uma das fontes ideológicas dos assessores e líderes foram as ideias do sociólogo José de Souza Martins, como, por exemplo, o caso da categoria explicativa “pobre” e “pobreza” ser muito mais ampla do que a falta de dinheiro. Segundo ele, ao interpretar “pobre” e “pobreza”, em uma perspectiva ética, religiosa e histórica, em vez de uma perspectiva exclusivamente econômica, a comunidade percebe exemplos de injustiça, exploração e opressão na luta diária da vida. Dessa maneira foi usada na frase: “opção preferencial pelos pobres”.

⁹³ O Ministério Eucarístico capacitava jovens e adultos, que retornavam às suas comunidades como líderes leigos das atividades da Igreja. A CRAB escolhia pessoas que tinham cursado o Ministério Eucarístico, assim como as lideranças locais da PJR, que era bem organizada na região do Alto Uruguai.

Um dos fatores favoráveis para a participação dos agricultores nas reuniões foi a possibilidade de conhecimento das experiências vivenciadas. Assim, ocorreram depoimentos presenciais e exibição de um filme⁹⁴ por outros atingidos quando da implantação de hidrelétricas, como Salto Santiago, Salto Osório, dos “afogados” da barragem de Passo Real e a megausina de Itaipu, instaladas pela ELETROSUL no estado do Paraná.

Ainda nos anos 1980, na região de Barra Grande, houve um início de organização e divulgação por meio da gravação de uma fita por lideranças comunitárias, antevendo a possibilidade de construção da barragem, como registrado em depoimentos:

Fiquei sabendo (30 anos atrás) as primeiras notícias sobre a barragem. Já tinha gravado até uma fita contra a barragem. Contra a barragem porque sabia que iria retirar os próximos, os pobres, gente “coitada” que não tem condições, gente que vivia trabalhando lá, trabalhava de agregado. Nós fizemos um encontro de famílias. Aí, gravei esta fita (HIR/8).

É importante destacar o papel da Igreja como principal informante e organizador das comunidades atingidas: “Usávamos o lema da igreja: ‘Ver, julgar e agir’” (HIR/21).

Ficamos sabendo pela Igreja. O meu ex-marido começou a participar há muito tempo (20 anos), no tempo ainda da CRAB. Com dom Orlando [Dom Orlandi Dotti, bispo de Vacaria] e padre Eliseu (padre de Vacaria). Foi quando se deu o anúncio das primeiras barragens na Bacia do Rio Uruguai. Lá tinha muita influência da Igreja, e para representar a comunidade e além de saber dos direitos das comunidades: ou se posicionando contra as barragens e também para garantir os direitos. Teve muita repercussão a construção das hidrelétricas de Itá e Machadinho e pela Igreja ficávamos sabendo (MIR/13).

No caso da usina de Itaipu, surgiu o Movimento Justiça e Terra, fundado em 1968 pela CPT, marcando início da reação dos pequenos agricultores brasileiros à atuação governamental quanto às soluções para o deslocamento compulsório. Era uma resposta às estratégias tradicionais do SE, que de acordo com Vainer e Araújo (1992), são principalmente três: a desinformação da população local, a perspectiva patrimonialista, ou seja, a “compensação” pela perda de terras apenas aos proprietários, e a negociação individual, impedindo assim a pressão corporativa dos futuros afetados pelo empreendimento.

A Comissão de Barragens sofreu sucessivas reestruturações por intermédio de articulações locais e municipais, passando a ser chamada de Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Em 1985, foram criadas quatro comissões regionais: Itá/Machadinho; Itapiranga/Iraí; Lages/Vacaria; Chapecó/Chapecozinho. Em 1986, foi criada

⁹⁴ O vídeo “Os Expropriados” foi apresentado em muitas comunidades.

uma quinta região: Roncador/Garabi, por causa das três usinas binacionais, no limite com a Argentina.

No início de 1980, uma comissão de agricultores formada para obter maiores informações da ELETROSUL nada obteve como resposta e, assim, em março, uma reunião ampliada de representantes de várias comunidades aprovou o Manifesto dos Atingidos do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as barragens, formalizando então a criação da CRAB. No documento, a necessidade das barragens foi posta em dúvida. Além de criticar a imposição autoritária do projeto, de rejeitar a indenização em dinheiro como forma de ressarcimento, o documento propôs a troca da terra do local do projeto por outra terra de características semelhantes no Estado ou na região Sul e, também, a exigência da negociação coletiva como forma de interlocução com a ELETROSUL (NAVARRO, 1996, p. 78-9).

Em vista da negativa sistemática da ELETROSUL de dialogar com a CRAB ou com as comissões de agricultores frequentemente formadas, aos poucos a ideia de rejeitar inteiramente os projetos hidrelétricos do Alto Uruguai começou a tomar corpo e conformou uma proposta que passou a ser chamada de “Não às barragens”. A ELETROSUL procurava dividir a oposição que se organizara, cooptando prefeitos, comerciantes e cooperativas da região (ou as estruturas do “poder local”), e procurava implantar uma estratégia de negociações individuais. Divulgava várias ameaças, como quando alertaram que o pagamento da indenização só seria realizado com a titulação completa da propriedade, ou ainda, quando ampliava a desinformação, não indicando valores, formas de pagamento, itens a serem indenizados e, até mesmo, que pagaria as indenizações conforme “a conveniência da empresa”.

Segundo Rothmann (1996), os atingidos percebiam a persistência das informações inadequadas ou ambíguas sobre os critérios para indenização e aquisição de terra para reassentamento. As experiências, tanto individuais quanto coletivas, dos problemas criados pelas grandes barragens confirmaram e reforçaram uma percepção de que o SE não se posicionava de forma unívoca e reiterada, mudando frequentemente de opinião e causando a perda de legitimidade do sistema de produção energética.

No início, as pessoas potencialmente atingidas pelas barragens eram fatalistas, não acreditando que fosse possível modificar os planos de um Estado militar autoritário. No entanto, no contexto de reuniões, seminários e romarias, com a assessoria da pedagogia política da CPT, de defesa da dignidade e dos direitos humanos, ocorreu o processo de aprendizagem da participação, transformando as percepções fatalistas em afirmação de direitos.

No ano de 1983, ocorreu a Romaria da Terra, reunindo 20 mil pessoas sob o tema “Águas para a vida e não para a morte”.⁹⁵ Na Assembleia Legislativa do estado do RS, os deputados formaram uma “Comissão Especial de Barragens”. A ELETROSUL ignorava tais movimentos e começou as obras de Nova Itá, que substituiria a cidade de Itá e deveria ser uma espécie de modelo para outras obras. Em meados de 1983, foi realizado o I Encontro Interestadual de Barragens do Alto Uruguai, que reafirmou a oposição à construção das barragens. Nesse período foi organizado um abaixo-assinado contra as barragens, por ocasião do II Encontro Interestadual (1984), que teve mais de 1 milhão de assinaturas em apoio ao movimento dos atingidos.

Nos anos seguintes, seguiram-se encontros, assembleias municipais, a romaria de Itá e uma crescente radicalização do movimento, generalizando o “arrancamento dos marcos”⁹⁶, a detenção de funcionários da empresa estatal por algumas horas (ou até mesmo por alguns dias) e ocupações de instalações da ELETROSUL. Assim, o movimento “passa a considerar legítimas as várias formas de desobediência civil, desde que essas fossem consideradas expressão de justiça social. A partir de uma concepção de resistência ativa não violenta” (SCHERRER-WARREN; REIS, 2008, p. 75).

Em 1987, o movimento social estava fortalecido e a ELETROSUL estava enfraquecida pela redução drástica dos investimentos, reflexo da crise econômica e da desorganização governamental. Obrigou-se assim a dialogar com a CRAB, possibilitando um acordo em relação aos produtores familiares a serem deslocados pelas hidrelétricas de Itá e Machadinho.⁹⁷ A CRAB saiu vitoriosa como representante legítima dos atingidos e foi sem dúvida a maior conquista do Movimento até aquele momento.

Em junho de 1988, a CRAB participou, em São Francisco (EUA), da criação da Rede de Ação Internacional pelos Rios (*Internacional Rivers Network*). Em 1989, a CRAB foi uma das principais organizadoras do I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia. Esse encontro objetivava promover a troca de experiências e informações e implantar redes de solidariedade entre os atingidos das várias regiões brasileiras. O

⁹⁵ Foi o lema incorporado quando da criação do Movimento dos Atingidos por Barragens: “Águas para a Vida e Não para a morte”.

⁹⁶ A demarcação das áreas para a construção da barragem, principalmente da área a ser alagada, gera apreensão entre os agricultores. Arrancar os marcos passou a ser uma das formas de demonstrar contrariedade ao processo da obra. Pode ser realizado por cada agricultor na sua terra, mas também de forma coletiva e organizada, transformando-o em evento simbólico com cânticos populares e religiosos, culminando com a substituição do marco por uma cruz.

⁹⁷ O Acordo possibilitava indenizações financeiras, troca de terra por terra e o reassentamento, principalmente para os não proprietários de terra.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como movimento nacional, surgiu em 1991, por ocasião do I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens.⁹⁸

Durante a década de 1990, na condição de movimento nacional, o MAB ampliou suas articulações políticas e, assim, foi transformando sua pauta de lutas específicas dos atingidos em uma pauta mais abrangente, inclusiva de interesses e demandas de outros segmentos da população, igualmente em situações de carência. O movimento passou a compreender e a estimular três frentes principais de ação: 1) a continuidade ao ativismo de base, isto é, a resistência dos atingidos nas suas comunidades, suas regiões, nas barrancas dos rios ou nos canteiros de obras de hidrelétricas; 2) as articulações políticas nacionais ou internacionais, para empoderar-se por meio de redes de movimentos, mediante participação em um número crescente de fóruns, como o Fórum Nacional da Reforma Agrária; em redes interorganizacionais como o Inter-Redes e a Via Campesina; em articulações mais amplas como a Consulta Popular, a Semana Social Brasileira, a Assembleia Nacional Popular; em articulações internacionais como o Fórum Consultivo da Comissão Mundial de Barragens e no *Committee on Dams e Rivers and People*; 3) as mobilizações ou protestos em praça pública e pressionar os organismos estatais, como foi a primeira Marcha Nacional, organizada pelo MAB, “Água para a Vida”, que percorreu o trecho entre Goiânia e Brasília, de 13 a 28 de maio de 2004. Essa Marcha contou com a participação de atingidos por barragens, pequenos agricultores, sem-terras, índios, pescadores, ribeirinhos e quilombolas.

Essa terceira forma de ação conjuga as duas primeiras: o protesto público e o processo articulatório. Dessa maneira, ampliam-se a base mobilizatória e a agenda de demandas (SCHERRER-WARREN; REIS, 2008, p. 76).

2.7 Atingidos: um conceito em disputa

No Brasil, está ainda em aberto o conceito de quem são e o que são os direitos dos atingidos por grandes empreendimentos, como no caso das barragens. A definição traz consequências sobre reconhecer quem é afetado e quais políticas indenizatórias e compensatórias são necessárias. Desde as primeiras obras – em que muitos atingidos nem sequer foram reconhecidos, como em Itaipu, Itaparica e Sobradinho –, expressões como “alagados” e “afogados” foram comumente utilizados para designar populações inteiras que

⁹⁸ O movimento completou, em 2011, 20 anos de existência, comemorado no dia 14 de março, considerado o dia internacional de luta contra as barragens.

tiveram que simplesmente fugir das águas, pois foram literalmente inundadas.⁹⁹ Até os dias atuais, a falta de definição e da não aplicação do conceito por parte do SE é a causa de uma conturbada trajetória de conflitos e confrontos.

A categoria “atingidos” surgiu nos documentos da ELETROSUL apropriada conforme os seus interesses pelos diversos atores sociais envolvidos, esteve e ainda continua em disputa. A concepção clássica da maioria dos empreendedores é a concepção territorial – patrimonialista, em que se identifica somente como atingido o proprietário da área legalmente reconhecido, baseado na tradição do Direito brasileiro, a partir da definição da utilidade pública do empreendimento, concedendo ao empreendedor o direito de desapropriação. Não se levanta a existência de qualquer impacto social ou ambiental. O problema é meramente fundiário, e o tratamento é o de negociação dos valores da desapropriação.¹⁰⁰ Houve a incorporação da indenização das benfeitorias encontradas sobre as propriedades, assim podendo incluir como atingidos eventuais ocupantes não proprietários que tivessem benfeitorias.

Sobre a concepção territorial-patrimonialista, citam-se os casos das barragens de Itaparica e Tucuruí:

Tratava-se em sua maioria (61% e mais de 80%, respectivamente) de um campesinato sem a propriedade jurídica da terra que se via frente a um modelo de indenização – proposto tanto pela CHESF como a ELETRONORTE – que apenas contemplava a indenização de benfeitorias. Indenização, ademais, cuja tabela de valores era desconhecida dos camponeses. Ora, um modelo que inviabilizava *tout court* a reprodução da condição social camponesa (MAGALHÃES, 1990, p. 50).

Outra estratégia que predomina nos empreendimentos é a concepção hídrica, que identifica o atingido como inundado. Assim, essa perspectiva tende a circunscrever os efeitos na área a ser inundada. Tal concepção foi fortalecida pela legislação referente a compensações financeiras, uma vez que essa considera que os municípios a serem compensados são aqueles que têm parte de seus territórios inundados.

Não é necessário recorrer à literatura sociológica e antropológica sobre mudança social para ultrapassar as concepções patrimoniais ou hídricas. No *Resentment Handbook* da *International Financial Corporation* (IFC) de 2001, a inovação conceitual é a noção de pessoas economicamente deslocadas, superando os afetados pela água das concepções

⁹⁹ Martins Costa (1990) relata o pânico e desespero dos camponeses fugindo da inundação em Sobradinho, muitos foram resgatados por helicópteros, o gado morrendo afogado e casas desabando sobre os moradores.

¹⁰⁰ A predominância dessa estratégia nas empresas do SE pode ser lida no fato de que o tratamento da questão era competência – e, em algumas empresas, ainda   – dos departamentos de patrimônio imobiliário. O  nico problema a ser resolvido seria a negocia o com os proprietários do valor justo de suas propriedades.

anteriores. Há a incorporação do deslocamento físico não se restringindo àquele resultante da inundação, mas, sim, incluindo o deslocamento proveniente da perda de acesso a recursos produtivos (terra, água e florestas)¹⁰¹, e deslocamento econômico resultante da interrupção de atividades econômicas.¹⁰² No manual da IFC é explicitada uma crítica à perspectiva patrimonialista e são incorporados os não proprietários, como também são reconhecidos os impactos à jusante e a preocupação com as comunidades anfitriãs.¹⁰³

As diretrizes do Banco Mundial e do BID também enfatizam a incorporação dos não proprietários, ressaltando que a falta de título legal sobre a terra não pode ser utilizada como razão para negar compensação e reabilitação a grupos que possam ter direitos informais sobre a terra, como as populações indígenas, étnicas e rurais.

Na sua essência, a Comissão Mundial de Barragens assume a mesma posição da IFC, reconhecendo a necessidade de considerar as comunidades à jusante da barragem.¹⁰⁴ Há a inclusão dos efeitos dos vários subprojetos associados ao empreendimento principal, como as linhas de transmissão, as vias de acesso, as áreas para implantação do canteiro de obras etc. Outro elemento que é introduzido é a variável temporal dos impactos. Há grupos sociais, famílias ou indivíduos que sofrem os efeitos do empreendimento desde o anúncio da obra, há outros que sofrem durante as obras e outros, enfim, que serão afetados com o enchimento e a operação do reservatório.¹⁰⁵

A literatura sociológica e antropológica tem acompanhado os impactos das barragens e se aprofundado na elaboração dos conceitos utilizados como atingidos, desde a constatação do limite das concepções patrimonialistas – territorialista, hídrica –, o reconhecimento da temporalidade dos impactos e a jusante. Por fim, também observa que o significado da noção de atingido pode variar entre diferentes segmentos e grupos de implantação do projeto hidrelétrico.¹⁰⁶

¹⁰¹ Não só as terras são inundadas, mas, sim, florestas ou outros recursos naturais, impossibilitando a continuidade do extrativismo, da caça ou da pesca.

¹⁰² São consideradas atividades econômicas interrompidas pela construção da barragem: o comerciante que perde seus fregueses, o leiteiro que perde seus fornecedores etc.

¹⁰³ As comunidades anfitriãs são aquelas que recebem os reassentamentos, podendo causar efeitos sociais e ambientais adversos decorrentes do aumento da densidade populacional.

¹⁰⁴ A Comissão Mundial de Barragens, criada em 1997, foi constituída pelo Banco Mundial, governos, empresas e organizações não governamentais para avaliar as barragens construídas no mundo. O relatório final foi divulgado em 2000.

¹⁰⁵ Os impactos da mudança no regime hidrológico dos rios afeta negativamente na reprodução de certas espécies de peixes, afetando a pesca. No Rio Uruguai, isso é constatado por parte dos pescadores que vivem abaixo das barragens construídas, como Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó.

¹⁰⁶ Para uma discussão sobre o limite da concepção **territorial-patrimonialista**, ver Sigaud (1989) e Vainer (2008). Sobre uma leitura crítica da concepção **hídrica**, ver Sigaud (1989). A **temporalidade dos impactos** e os efeitos à **jusante** da barragem são lembrados por Cortes (1999). Sobre os **diferentes impactos** entre os vários segmentos e grupos de população, ver Faillace (1989).

No Brasil, a partir do processo de redemocratização, em meados dos anos de 1980, o SE, encabeçado pela ELETROBRAS, tem suas concepções, estratégias e práticas relativas aos atingidos questionadas. A emergência da legislação ambiental, impondo a obrigatoriedade de licenciamento, tem reflexos no II PDMA, que reconhece que a implantação de um empreendimento hidrelétrico acarreta um processo complexo de mudança social. No texto é diferenciada a área de impactos ecológicos das áreas que se fazem sentir os efeitos sociais, econômicos e culturais. A ELETROBRAS, em documentos oficiais publicados em 1996, abandona a concepção hídrica, pois considera que os efeitos seriam sentidos também à jusante. Inclui a dimensão temporal e reconhece que os efeitos poderiam extrapolar a bacia hidrográfica.

Se por um lado há avanço teórico, na prática, a maioria das empresas continuava a operar com base nos conceitos herdados da era anterior, isto é, limitando o conceito de atingido aos proprietários, aos inundados, ao subconjunto resultante da interseção dos dois conjuntos. Apenas onde a resistência organizada das populações se mostrou capaz de confrontar a intransigência e estreiteza das empresas foi possível observar avanços práticos. “Não seria exagero afirmar que os movimentos de atingidos, e o MAB em particular, foram os mais eficazes agentes para que, ao menos em parte, as diretrizes da ELETROBRAS tivessem algum efeito na prática” (VAINER, 2008, p. 58).¹⁰⁷

Aliado a não aplicação da teoria, nos anos 1990, o SE passou por um processo de privatização – como já abordado na introdução –, havendo a desregulamentação da Política Socioambiental até então acumulada, fazendo com que principalmente as empresas privadas agissem conforme suas convicções e a definição do atingido sendo determinada caso a caso.

Assim é possível afirmar que o principal problema enfrentado nos últimos anos pelas políticas de equacionamento e tratamento de impactos sociais e ambientais de projetos esteve menos na ausência de conceitos e critérios claramente estabelecidos que na resistência das empresas e de quadros técnicos formados na concepção territorial-patrimonialista e hídrica, simplesmente indenizatória. Os documentos de orientação da ELETROBRAS – I e II Planos Diretores de Meio Ambiente, em particular – há muito tempo estabeleceram parâmetros cuja ampliação estrita teria certamente evitado muitos dos conflitos que se arrastam até hoje, elevando desnecessariamente custos – tanto financeiros quanto sociais, políticos e institucionais (VAINER, 2008, p. 59).

No final do segundo mandato do presidente Lula, foi assinado o Decreto Presidencial n. 7.342, de 26 de outubro de 2010, que sinaliza para o estabelecimento de critérios para o

¹⁰⁷ Um exemplo é o acordo firmado entre a ELETROBRAS e a CRAB, em que a empresa aceitou incorporar nos projetos de reassentamento todos os sem-terra atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho.

cadastro socioeconômico para as pessoas atingidas pelas barragens em todo o país. A responsabilidade da regulamentação do Decreto ficou para um Comitê Provisório composto por representantes dos Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Aquicultura e Pesca, Minas e Energia e do Incra. A coordenação é de responsabilidade do MME. Até o momento, não houve a regulamentação, e a falta de critérios sobre a definição dos atingidos continua gerando conflitos por todo o Brasil. O MAB, além de reivindicar participação de outros setores interessados no Comitê, teme que possa haver retrocessos devido à pressão exercida pelo SE.

O cadastro socioeconômico é sobre os atingidos. Logo não interessa a delimitação de polígonos, tal como sugere o MME na regulamentação, porque a introdução deste conceito é retroceder nos avanços já tidos quanto ao que significa a amplitude do conceito de atingido. Adotar o conceito de polígono não ajuda no reconhecimento das populações atingidas. Este conceito estreito e patrimonialista é da época da ditadura militar, portanto um conceito ultrapassado nacional e internacionalmente, superado inclusive em muitos acordos sociais que foram reconhecidos por estatutos do Setor Elétrico (ANDRIOLI, 2011).¹⁰⁸

Atualmente, a indefinição de critérios para o cadastro socioeconômico continua causando conflitos socioambientais nas barragens que estão sendo construídas pelo Brasil. Além dos casos de Belo Monte (PA), Jirau e Santo Antônio (RO), São Domingos (MS) apresentados anteriormente (subcapítulo 2.2), temos conflitos na barragem de Estreito (divisa do TO e MA), na região do complexo hidrelétrico do rio Teles Pires (divisa do PA e MT) e nas barragens de Itapiranga e Garibaldi, localizadas na Bacia do Rio Uruguai.¹⁰⁹

¹⁰⁸ *MAB se preocupa com posturas conservadoras do governo na regulamentação do decreto presidencial.*

Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/mab-se-preocupa-com-posturas-conservadoras-do-governo-na-regulamenta-do-decreto-presidencial>>. Acesso em: 5 set. 2011.

¹⁰⁹ **Barragem de Estreito:** A UHE Estreito, construída no rio Tocantins, tem potência de 1.087 MW. O Consórcio Estreito Energia (CESTE) é composto pela mineradora Alcoa, que tem 25,49% de participação, e também pelas empresas Suez Energy, Vale e Camargo Corrêa. As águas do lago formado pelo fechamento das comportas da barragem alagaram áreas e residências de famílias não reconhecidas como atingidas. Segundo o MAB (2011), os moradores realizaram protestos no acesso à barragem em março desse ano e denunciaram a violação dos direitos humanos pela construção da barragem.

Barragens de Teles Pires: Segundo Machado (2011), em outubro de 2011, ocorreu um protesto contra um complexo hidrelétrico que prevê a construção de seis usinas no rio Teles Pires, os índios das etnias kayabi, apiacá e munduruku fizeram reféns um grupo de sete homens por cinco dias – quatro funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai), dois representantes da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e um antropólogo.

Barragem de Itapiranga: Segundo Melchior (2011), a resistência contra a barragem de Itapiranga, que está no PAC, completa 30 anos e está sendo retomada por causa da presença das empresas responsáveis pelos estudos de viabilidade socioambiental na região. Se for executada, a barragem alagará uma área correspondente a 6,5 mil hectares, atingindo sete municípios: Mondaiá, Itapiranga e São João do Oeste (de SC) e Pinheirinho do Vale, Caiçara, Vicente Dutra e Vista Alegre (do RS). O número de famílias atingidas está em torno de 2 mil, sendo a região povoada por alemães e caboclos.

Barragem de Garibaldi: No dia 6 de junho de 2011, cerca de 700 integrantes do MAB e MST ocuparam o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, no rio Canoas, entre os municípios de Cerro Negro e

O capítulo seguinte tratará sobre as características geomorfológicas e biológicas do território atingido pela implantação da barragem Barra Grande e o (re)ordenamento territorial ocorrido desde o início da ocupação, a territorialização dos diferentes grupos sociais, as suas identidades socioculturais e as suas espacializações.

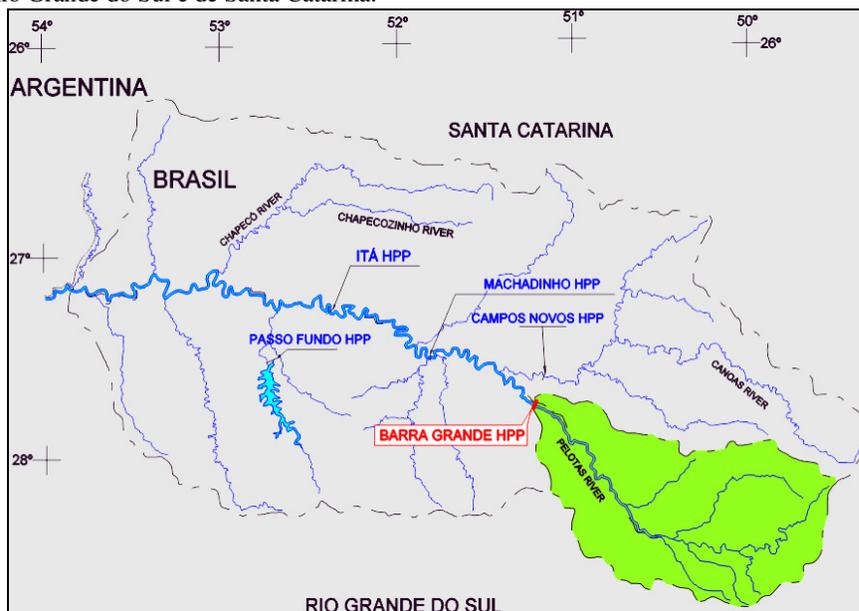
Abdon Batista (SC), com objetivo de garantir os direitos à indenização para as famílias atingidas, que mesmo com o início das obras da barragem, não houve acordo em torno do destino das famílias. Segundo o MAB (2011), se a barragem de Garibaldi for construída, ela vai atingir os municípios de Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Abdon Batista, Vargem e São José do Cerrito, alagando 1.864 hectares de terra fértil e expulsando aproximadamente mil famílias.

3 O TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DA BARRAGEM BARRA GRANDE

Para conhecermos os ocupantes atuais de um território, faz-se necessário conhecer a sua história, o seu ambiente: a fisiografia, a hidrografia, o clima, a paisagem, a flora e a fauna. Estes, na região dos Campos de Cima da Serra, são singulares e influenciam no processo de coadaptação com a presença humana, ocorrendo a territorialização de diversos grupos socioculturais.

A área do estudo está situada na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Figura 8), compreendendo a formação fisiográfica Planalto Sul-Brasileiro, subdividida estadualmente em Planalto Sul Catarinense (Planalto Serrano ou Planalto de Lages) e Planalto Rio-grandense. Está localizada entre 27° e 28° de latitude sul e aproximadamente de 50° a 51° a oeste de Greenwich. O Planalto é recortado por diversos rios, pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, entre os quais se destacam os rios Caveiras, Correntes, Canoas e Pelotas. O local no Rio Pelotas onde ocorre o barramento para a construção da UHE Barra Grande dista 43 km de sua confluência com o Rio Canoas, onde inicia o Rio Uruguai (EIA-ENGEVIX, 1998).

Figura 8 – Mapa da localização da UHE Barra Grande, no Rio Pelotas, afluente do Rio Uruguai, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.¹¹⁰

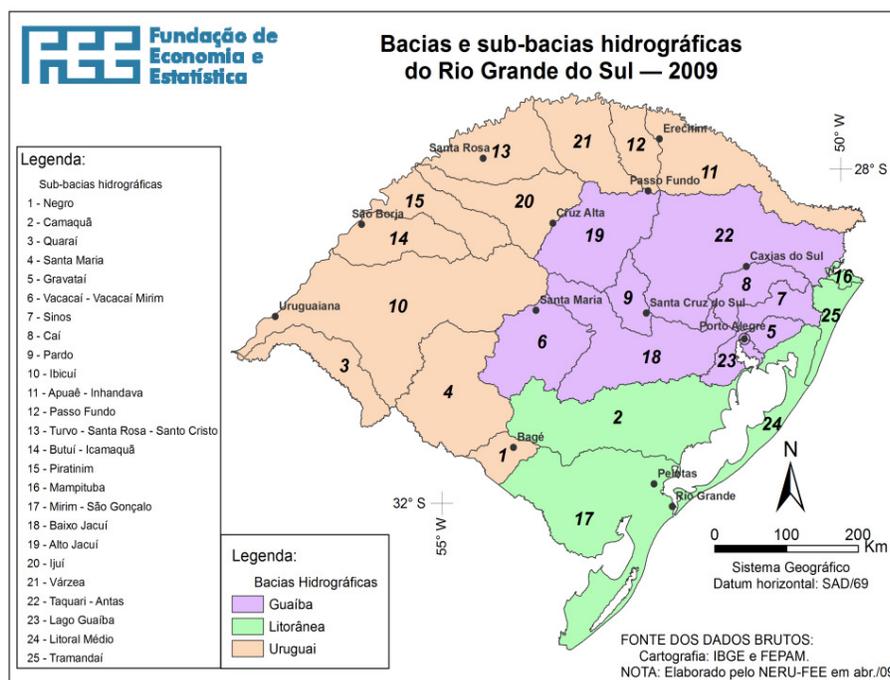


Fonte: BAESA/S.A. (2009).

¹¹⁰ A área alagada está na cor verde. Situam-se outras hidrelétricas da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai: Campos Novos, Machadinho, Itá e Passo Fundo.

A Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai estende-se entre os paralelos de 27° e 34° latitude Sul e os meridianos de 49° 30' e 58° 15' longitude Oeste (Figura 9). Abrange uma área de aproximadamente 384.000 km², dos quais 174.494 km² situam-se no Brasil, equivalendo a 2% do território brasileiro. A porção brasileira encontra-se na região sul, compreendendo 46.000 km² no estado de Santa Catarina e 130.000 km² no estado do Rio Grande do Sul. Aproximadamente, 3,8 milhões de pessoas vivem na parte brasileira da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, que possui um total de 384 municípios (MARCHIORI, 2004).

Figura 9 – Mapa das Bacias e sub-bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul – 2009.



Fonte: FEE (2009).

O trecho norte da Bacia do Rio Uruguai, além de ser composto por vários rios, está localizado nas regiões mais altas do Rio Grande do Sul. A Bacia do Rio Uruguai é o local das nascentes da maioria dos rios gaúchos, tantos os que correm para o oeste (Uruguai e seus afluentes), como para o leste (Tramandaí, Mampituba, Maquiné etc) e para o centro (Taquari/Antas, Gravataí etc), por isso pode ser considerada a “caixa-d’água” do estado.

Com relação aos principais problemas ambientais da Bacia, destacam-se a retirada de água para a irrigação, principalmente para as lavouras de arroz, associada ao uso intensivo de agrotóxicos que contaminam as águas superficiais e as subterrâneas, e a construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Uruguai, que se encontra “salpicado” por uma série delas (BASSO, 2008, p. 88).

A composição da diversidade biológica da Bacia é formada pelos principais biomas do sul da América Latina: a Mata Atlântica (*stricto sensu* Floresta Ombrófila Densa) e seus ecossistemas associados (*lato sensu* Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual, Floresta Estacional Semidecidual e Campos de Cima da Serra) e o Pampa.¹¹¹ Esses ecossistemas encontram-se em um processo de fragmentação acelerado em razão dos diversos usos do solo e pelo impacto dos empreendimentos hidrelétricos (PAIM; ORTIZ, 2006).

O clima da região sul do Brasil denomina-se subtropical úmido. Distingue-se dos climas do restante do país pela sua regularidade na distribuição anual da pluviometria (entre 1.250 e 2.000 mm), associada às baixas temperaturas do inverno. Essas características são resultantes da associação entre a posição geográfica da área, seu relevo e a atuação dos sistemas atmosféricos intertropicais e polares (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007, p. 178). O relevo de Planalto da região é suavemente ondulado com altitudes máximas de até 1.400 metros. Os vales formados pelos rios são acidentados e bem encaixados, podendo ter 200 a 250 metros de profundidade, propícios para ocorrer o barramento, como no vale do Rio Pelotas (Figura 10).

Figura 10 – Imagem da construção da barragem Barra Grande no leito do Rio Pelotas, afluente do Rio Uruguai na divisa do RS e SC.



Fonte: Marcelo Sá Corrêa (2004).

¹¹¹ Os ecossistemas atuais de campo natural na região sul do Brasil incluem os campos subtropicais e os campos de altitude, os quais abrangem uma área menor que a florestal. Os **campos de altitude** são encontrados na região do Planalto Sul-Brasileiro, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde também são conhecidos como **Campos de Cima da Serra**. Esses campos formam, com frequência, mosaicos com a Floresta com Araucária. Os **campos subtropicais** podem ser encontrados na Depressão Central, Serra do Sudeste e região da Campanha, na metade sul do Rio Grande do Sul, que forma o bioma **Pampa**. É considerado o único bioma brasileiro a estar localizado em um único estado. Entretanto, esse tipo de campo se estende aos países vizinhos e é semelhante aos pampas do Uruguai e da Argentina.

A variabilidade térmica da região, contrariamente à pluviométrica, é bastante acentuada tanto espacial quanto temporalmente. As médias anuais situam-se entre 14° C e 22° C, mas podem cair para cerca de 10° C nas partes mais elevadas, onde há incidência de neve no inverno. Nessa época do ano, principalmente em julho, as médias mensais oscilam entre 10° C e 15° C, e normalmente são registradas temperaturas absolutas negativas (-4° até -8° C). O verão apresenta temperaturas médias mensais bem mais elevadas, que variam de 26° C e 30° C (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007, p. 178). Portanto, o frio intenso é característico da região, sendo que a presença do vento aumenta consideravelmente a sensação térmica “gelada”, além da presença de muita chuva. Durante o campo, tivemos enormes dificuldades nos meses do inverno, além do frio, as chuvas intensas agravam as péssimas condições das estradas de chão batido da região.

Como mencionado acima, há registros de neve em alguns locais da região durante o inverno, como também formação de geada, mas esta não fica restrita aos meses mais frios, podendo acontecer em outras estações, como registrado no dia 22 de dezembro de 2010 no município de Esmeralda-RS (Figura 11).

Figura 11 – A “queima” por geada de uma plantação de milho ocorrida no dia 22 de dezembro de 2010 em Esmeralda-RS.



Fonte: O Autor (2010).

A seguir, alguns subtipos do clima subtropical úmido, sendo o verão marcadamente de quente a fresco e o inverno de fresco a frio. Temos, na Tabela 2, o registro de dois municípios da região, Lages (SC) e Bom Jesus (SC), atingidos pelo lago da barragem, comparando os dados com as capitais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, respectivamente.

Tabela 2 – As temperaturas mínima, média, máxima e a previsão pluviométrica de municípios com clima subtropical úmido.

| Municípios | Temperatura Mínima (° C) | Temperatura Média (° C) | Temperatura Máxima (° C) | Precipitação Pluviométrica (mm) |
|--------------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------|
| Florianópolis (SC) | 17,4 | 20,0 | 23,4 | 1.615,6 |
| Lages (SC) | 11,7 | 15,2 | 21,0 | 1.614,0 |
| Porto Alegre (RS) | 15,5 | 19,0 | 24,3 | 1.372,8 |
| Bom Jesus (RS) | 10,9 | 14,1 | 19,9 | 1.711,9 |

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) 1961-2000 (2007).

A vegetação original na região era densa. Vastas áreas de campos entremeados pelos capões de mata (Figura 12), pelas matas ciliares ao longo dos cursos d' água (Figura 13) e pela Floresta com Araucárias (Floresta Ombrófila Mista) (Figura 14). A descrição dos Campos de Lages e de Vacaria como sendo caracterizados por imensos campos entremeados por extensas florestas de pinheiros (*Araucaria angustifolia*) foi feita por vários viajantes, tanto no século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX¹¹² (Figura 15). Atualmente, nos vales ao longo dos rios existem os maiores remanescentes de preservação da floresta original. Assim, a inundação desses vales pela construção de barragens constitui um dos principais impactos ambientais.

Figura 12 – Paisagem dos campos de altitude caracterizados por campos entremeados por capões florestais.¹¹³



Fonte: Otávio do Canto (2010). Vacaria-RS.

¹¹² Sobre a descrição da vegetação original da região do Planalto, ver Ave-Ilallemant (1980) e Rambo (2000).

¹¹³ São denominados como Campos de Cima da Serra e podem ser chamados em suas respectivas escalas menores dependendo da localização, como os Campos de Vacaria e os Campos de Lages.

Figura 13 – Paisagem dos campos de altitude na região dos Campos de Cima da Serra, cultivados ou não, com as matas ciliares ao longo dos cursos d'água ou nos pontos com maior umidade formando capões.



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

Figura 14 – Paisagem dos campos de altitude na região dos Campos de Cima da Serra, com campos entremeados por florestas com araucárias.



Fonte: Cássio Rabuske (2010).

Figura 15 – Pinheiros integram a paisagem dos Campos de Cima da Serra.



Fonte: O Autor (2010). Pinhal da Serra-RS.

A predominância do pinheiro é tão ampla que determina a fisionomia vegetal da região, a sua cor verde escura e o domínio no nível superior da floresta fez com que Rambo (2000) a chamasse de “Floresta Negra”.

O pinheiro, árvore exclusiva do Planalto: se compararmos as cotas altimétricas de suas ocorrências vemos que elas oscilam entre 500 metros a oeste e 1.000 metros ao leste. [...] o andar superior é o domínio do pinheiro. Se esta conífera não ocorresse em número tão amplo, deveria chamar de hóspede estranho na vegetação rio-grandense, ou ainda sul-brasileira, tão marcada é a diferença em comparação com as outras árvores (RAMBO, 2000, p. 265).

O estrato abaixo da floresta é formado por outras espécies, como a imbuia (*Ocotea porosa*), o cedro (*Cedrela fissilis*), o angico (*Anadenanthera sp.*), o tarumã (*Vitex montevidensis*), o cambará (*Gochnatia polymorpha*), o camboatá (*Guarea macrophylla*), o açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), o guabiju (*Eugenia guabiju*), o guamirim (*Guamirim-felpudo*), o xaxim (*Alsophila setosa*), o coqueiro-gerivá (*Syagrus romanzoffiana*), várias espécies de canelas (*Ocotea sp.*), capororocas (*Myrsine sp.*), ipês (*Tabebuia sp.*) e a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), bem como arbustos de menor porte. Registra-se a presença de inúmeras árvores frutíferas, algumas também fornecedoras de madeira, tais como a cerejeira-do-mato (*Eugenia involucrata*), a guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa* O. Berg.), o pessegueiro-do-campo (*Prunus myrtifolia* L. Urb.), a jabuticabeira (*Myrciaria cauliflora*), a goiaba-serrana (*Feijoa sellowiana*), o abacateiro (*Persea americana*) e a pitangueira (*Eugenia uniflora* L.).

Aliada a essas frutíferas nativas, estão as espécies e variedades do gênero *Citrus* introduzidas pelo homem e muito presente na beira dos rios: laranjeira, bergamoteira, limeira e limoeiro. A frutificação das frutíferas nativas é nos meses de verão, ao contrário dos pinhais, cuja maior produtividade ocorre nos meses de inverno.

A flora variada e densa fornece alimento a uma fauna também variada, composta de mamíferos, como a anta (*Tapirus terrestris*), a paca (*Cuniculus paca*), a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), a lontra (*Lutra longicaudis*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o puma ou leão baio ou suçuarana (*Puma concolor*), o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o quati (*Nasua nasua*), a cutia (*Dasyprocta aguti*), o queixada ou cateto ou porco-do-mato (*Tayassu tajacu*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o gambá (*Didelphis sp.*), o ouriço (*Coendou prehensilis*), os veados mateiro (*Mazama americana*) e campeiro (*Mazama gouazoubira*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e tamanduá-mirim ou tamanduá-de-colete (*Tamandua tetradactyla*), o tatu-mulita (*Dasypus hybridus*), o tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*) e tatu-de-rabo-mole (*Cabassous sp.*), o guaxinim (*Procyon lotor*), o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), o furão (*Mustela putorius furo*), o zorrilho (*Conepatus chinga*), o graxaim (*Pseudalopex gymnocercus*), a lebre (*Lepus sp.*) e o bugio-ruivo (*Alouatta fusca*).

Entre as aves, a gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus*), o papagaio-charão (*Amazona petrei*), o urutau (*Nyctibius griseus*), o quero-quero (*Vanellus chilensis*), a pomba-carijó (*Columba picazuro*), a pomba-de-bando (*Zenaida articulata*), a rolinha-picuí (*Columbina picui*), o jacu (*Penelope obscura*), o inhambu (*Crypturelus sp.*), a jacutinga (*Pipile jacutinga*), o urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*), o caracará (*Caracara plancus*), a curicaca (*Theristicus caudatus*), a galinha-d'água (*Gallinula chloropus*), a perdiz (*Nothura maculosa*), o quiri-quiri (*Falco sparverius*), a ema (*Rhea americana*), a seriema (*Cariama cristata*), o anu-branco (*Guira guira*); gaviões, como o gaviãozinho (*Accipiter striatus*), o gavião-carijó (*Buteo magnirostris*); corujas, como a coruja-do-mato (*Strix virgata*), a coruja-do-campo (*Speotyto cunicularia*); e pica-paus, como o pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*).

Os rios são, igualmente, povoados de múltiplas espécies de peixes, sendo lembrada pelos entrevistados a existência de cascudos, jundiás, dourados, carpas, traíra, pintado ou surubim.¹¹⁴

¹¹⁴ As espécies da flora e fauna foram citadas nas entrevistas e, posteriormente, consultadas na literatura. Os nomes populares foram mantidos e, quando possível, atribuídos aos seus respectivos nomes científicos. Como não foi nosso objetivo e não foram utilizados métodos para a identificação científica, muitas espécies ficaram somente com o nome popular. Além de que, as citações são referentes ao registro e à ocorrência na

A paisagem descrita acima começou a mudar a partir das primeiras décadas do século XX, com a ocupação da área por diferentes segmentos sociais, sobretudo na derrubada da mata, principalmente os pinheiros. Conforme afirma um dos entrevistados:

Eu conheci a região tapada de pinheiros. Até tinha aqui no Tabuleiro e Caçador varava o Rio do Tigre, até lá só pinheiro. Quantia de pinheiro. Sobrou muito pouco e só com tamanho fino. Só em Tabuleiro e Caçador, tinha em torno de 3 a 4 milhões de pinheiros, era mata de pinheiro (HAR/20).

3.1 O histórico de ocupação territorial

Segundo Suertegaray (2009), a relação da arqueologia com fenômenos geográficos e geológicos permite apresentar um histórico da superfície que constitui a paisagem e revela indícios que tornam essa paisagem espaço geográfico, quando a presença humana se estabelece nessa área. A chegada das primeiras migrações de caçadores – coletores seria no Holoceno, entre 12.000 e 10.000 anos A.P. Esses pioneiros pré-históricos estavam, provavelmente, focados na oferta de caça da megafauna remanescente do Pleistoceno (mastodontes, tigre dente-de-sabre, preguiças terrícolas gigantes, camelídeos e cervídeos).¹¹⁵

Segundo Bellanca e Suertegaray (2003), foram encontrados vestígios arqueológicos (12.000 a 10.000 A.P.) de caçadores-coletores-pescadores nos rios Uruguai, Ibicuí e Quaraí, que além de caçar a megafauna, especialmente preguiças e tatus gigantes, complementariam seu cardápio com moluscos e peixes.

Segundo Vieira (1985), em torno de 1500 A.P., é possível geografar três grandes grupos étnicos pré-guaranis, que distribuíam suas populações ao longo do espaço atual do Rio Grande do Sul: os Jês, a etnia Tape e a etnia Chaná ou guaicurus (grupos charrua e minuano).¹¹⁶ A territorialização do grupo dos Jês foi no Planalto, predominando ao longo da Bacia do Rio Uruguai e seus principais mananciais formadores; praticavam a agricultura, armazenavam alimento e conheciam a tecelagem.

No período da constituição dos guaranis, os índios acostumados à vida nômade, sempre em busca de caça e frutos silvestres, se espalharam por todo o território. Adentraram a Bacia do Rio Uruguai seguindo as linhas de penetração naturais dos rios, dominando o território por absoluto. Nos campos do leste, ao longo da borda meridional da Serra e dos

região, não representando a atual situação das espécies, podendo estar em processo de extinção ou ameaçadas, inclusive pela perda de seu hábitat devido à construção das barragens.

¹¹⁵ Para saber sobre a megafauna no RS, ver Behling *et al.* (2009) e Suertegaray (2009).

¹¹⁶ Sobre os três grandes grupos étnicos pré-guaranis, ver Vieira (1985).

Aparados, viviam os carijós, alimentando-se dos pinhões e descendo até o litoral para catar as ostras da praia (RAMBO, 2000, p. 307).

Os primeiros povoamentos formados mediante iniciativas de conquistadores europeus no Rio Grande do Sul aconteceram por intermédio das missões jesuíticas espanholas na fronteira oeste, a partir da primeira metade do século XVI. Mais tarde, dada a disputa territorial entre as coroas de Espanha e Portugal pela banda oriental da Bacia do Rio Uruguai, o incentivo à ocupação oficial deu-se pela distribuição de sesmarias a militares, dando origem às estâncias militares, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Esse movimento ou deslocamento de populações brancas sobre territórios tribais ocorreu de forma não sistemática e atingiu as áreas de campos do Planalto Médio, do sul e do sudoeste do Estado (CARINI, 2010, p. 95). A primeira desterritorialização da comunidade indígena caingangue se iniciou nos primeiros aldeamentos (na tentativa de confinar) e na posterior ocupação das terras ditas devolutas.

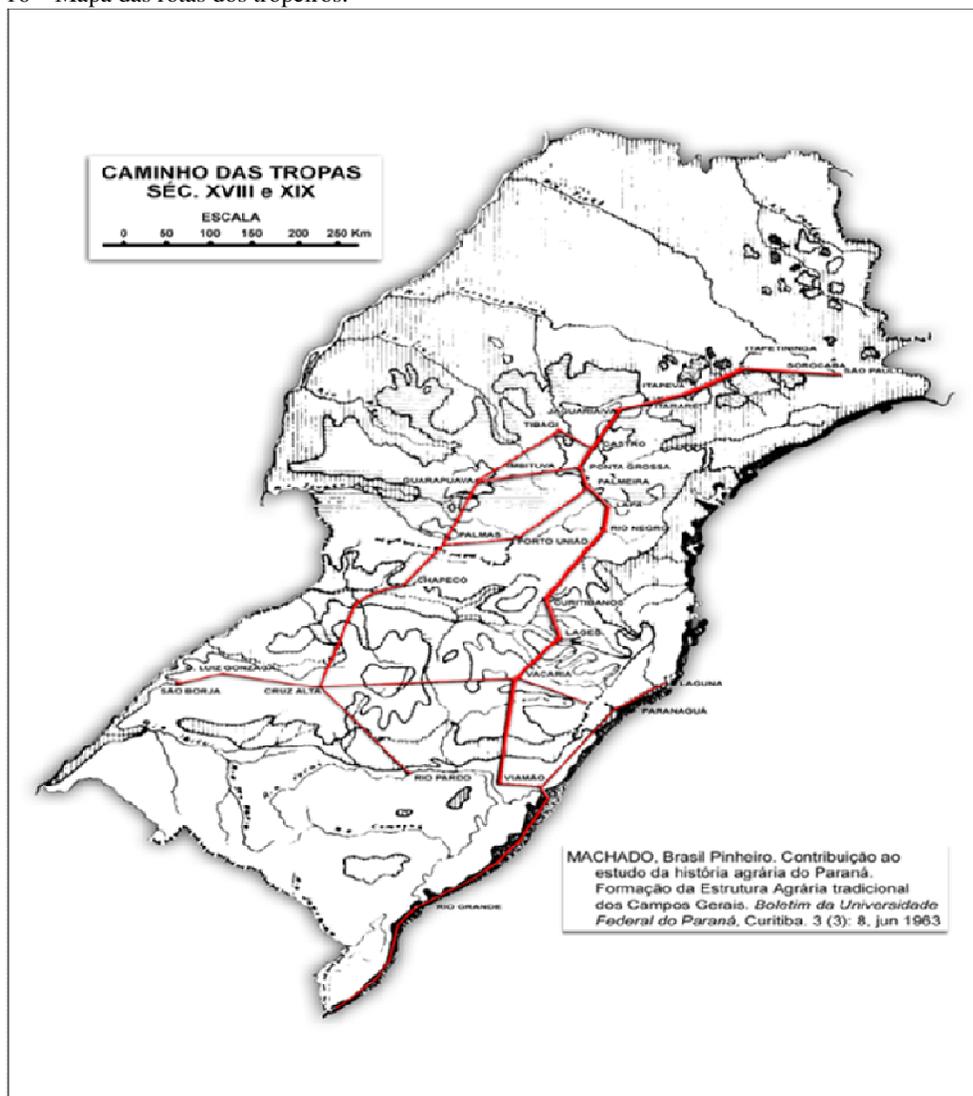
Depois, por volta de 1700, com a passagem das tropas de gado bovino vindas do Rio Grande do Sul, periodicamente transportado para ser vendido na Feira de Sorocaba (SP), os campos da região serviram de descanso dos tropeiros e para a internada das tropas (BLOEMER, 2000, p. 48). As viagens poderiam ser desde os campos uruguaios, argentinos¹¹⁷ ou rio-grandenses, situados a cerca de 1.200 quilômetros. Além de bois, traziam cavalos, mulas e produtos regionais.

Os tropeiros seguiam por caminhos indígenas, pelos campos abertos ou pelos rios. Essas trilhas eram chamadas genericamente de Caminho das Tropas e compunham-se por três vias principais: o Caminho do Viamão, o Caminho das Missões e o Caminho da Vacaria¹¹⁸ (Figura 16).

¹¹⁷ Dos campos argentinos vinham principalmente mulas. Da cidade de Entre Rios (Argentina) para Sorocaba (Brasil). A região argentina tinha um terreno salitroso e com água salobra, mula não se criava sem comer sal, que na época era considerado artigo de luxo. A mula sempre foi um animal muito resistente para o trabalho, principalmente em terrenos pedregosos, porque tem o casco muito mais resistente do que o do cavalo.

¹¹⁸ O **Caminho do Viamão**, também chamado de Estrada Real, a mais utilizada, partia de Viamão (um dos principais centros de comércio e formação de tropas), atravessava os campos de Vacaria, Lages, Curitiba, Papanduva, Rio Negro, Campo de Tenente, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Sengés, Itararé, alcançando Sorocaba. O **Caminho das Missões** partia dos campos de São Borja, seguia por Santo Ângelo, Palmeira das Missões, Rodeio, Chapecó, Xanxerê, Palmas – onde se bifurcava por União da Vitória e Palmeira – e por Guarapuava, Imbituva e Ponta Grossa. O **Caminho da Vacaria** interligava Cruz Alta a Vacaria no Caminho do Viamão, passando por Passo Fundo e Lagoa Vermelha.

Figura 16 – Mapa das rotas dos tropeiros.



Fonte: Boletim da UFPR, Curitiba (06/1963).

Servindo de caminho que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo, aliado à presença de campos naturais, os brancos fizeram com que a criação de gado fosse a primeira atividade econômica desempenhada extensivamente na região. Assim, foi favorecida a instalação de fazendeiros (estancieiros) que buscavam a oportunidade de enriquecer com a ajuda do governo central, ao mesmo tempo em que protegiam as fronteiras.

A necessidade de paradas, por vezes longas (poderiam demorar meses e, em alguns casos, mais de um ano), para esperar que as chuvas estiassem e o nível das águas dos rios baixasse, exigia pernoites, pousos e alimentação aos tropeiros, assim como pastos para alimentar os animais, fazendo com que famílias fossem se estabelecendo, dedicando-se ao cultivo e ao comércio para atender aos viajantes, fazendo nascer assim pequenas povoações.

Com o passar das décadas e o aumento do movimento nas trilhas, esses núcleos desenvolveram-se, possibilitando a gradativa integração das economias regionais.¹¹⁹ Muitos desses núcleos transformaram-se em cidades, como se verifica hoje ao longo desses antigos caminhos. Na região atingida pela barragem Barra Grande, se destacam Vacaria, Lages e Anita Garibaldi; outros municípios no Rio Grande do Sul são Carazinho, Passo Fundo, Cruz Alta e Viamão; e no Brasil, Sorocaba, Taubaté, Santana do Parnaíba, Castro e São Vicente.

A presença dos fazendeiros originou os primeiros conflitos com as populações indígenas que já ocupavam o território, sendo que há registros de relatos de ataques que os índios promoviam. A mão de obra indígena foi pouco utilizada na região. Com a vinda das famílias paulistas, começaram a aparecer os escravos. Segundo Pereira (1943), a população do Planalto era em torno de 6.772 habitantes, dos quais 1.195 escravos. Aos escravos eram atribuídas atividades de lavoura e trabalhos domésticos e poucos se tornaram peões, tarefa aos antigos índios missioneiros e de agregados.¹²⁰

3.1.1 A territorialização dos caboclos

Segundo Bloemer (2000), além desses habitantes, haviam ainda nas matas os caboclos¹²¹, “que andavam vadios, que não tinham casa e nem domicílio”, sendo constituídos por antigos tropeiros, peões, agregados, escravos, índios e até estancieiros empobrecidos. Vários autores fazem referência, etnicamente, como o resultado da miscigenação de índios, brancos e negros.

Os espaços territoriais eram pouco ou nada delimitados na região. Os caboclos circulavam livremente, estabelecendo suas posses, instalando-se nos sertões ou se revezando nas fazendas, trabalhando de agregado, vivendo da caça, da pesca e de uma agricultura de subsistência. Ao se espalharem em direção às matas, os caboclos dedicavam-se à roça e à criação de gado e incluíram a atividade extrativa da erva-mate, primeiro para consumo local e mais tarde até para a exportação.¹²²

¹¹⁹ Além do gado bovino e equino, muitos tropeiros comercializavam os produtos produzidos nas localidades por onde passavam. Do Planalto, levavam erva-mate e carne-seca para a “Serra abaixo” e traziam sal e café do litoral.

¹²⁰ Peão era denominado o trabalhador assalariado que cuidava nos campos do gado bovino, cavalos e mulas. Atualmente, existem ainda peões na região, mas também é estendida àqueles trabalhadores que se dedicam ao trabalho agrícola sem que residam nas terras do patrão.

¹²¹ Na literatura, os caboclos são identificados como camponeses nacionais, brasileiros, sertanejos, caipiras, mamelucos ou lavradores nacionais. Na sociedade, também chamados de pelo duro, bugre, moreno ou negro.

¹²² Sobre o extrativismo da erva-mate pelos caboclos, ver Ardenghi (2003).

Isso mudou com a Lei de Terras de 1850, que trouxe a demarcação das terras e a definição mais precisa das propriedades individuais. Conforme Martins (1986), antes a concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre os direitos dos posseiros. Não raro o fazendeiro encontrava no “seu território” posseiros instalados com suas roças. Alia-se outra lei (n. 520 de 2 de maio de 1862) determinando que os campos não pudessem ter cabeças de gado em número maior que suportasse a propriedade. Assim, as terras passaram a ser demarcadas, tendo limites não somente naturais, como os rios, mas também de cercas de pedra, as taipas, ainda muito presente na paisagem atual, podendo se estender por quilômetros de extensão. Portanto, a Lei de Terras determinou o início da desterritorialização do caboclo.

No século XX, outros acontecimentos alteraram significativamente o panorama sociocultural mediante a ocupação do território na região do Planalto: a implantação da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, o estabelecimento de empresas colonizadoras, a chegada de colonos (italianos, alemães, poloneses e ucranianos) e a Guerra do Contestado – a revolta dos caboclos. Episódios que contribuíram decisoriamente para um processo de desterritorialização compulsória contínua dos caboclos, que passaram a enfrentar cada vez mais barreiras para sua fixação ou sedentarização, sendo forçados a migrar constantemente.

A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande começou em 1906 pela Brasil Railway. A empresa tinha o direito de ocupar os vales dos rios Negro, Iguazu, Peixe e Uruguai, recebendo o pagamento em terras na extensão de 15 quilômetros de largura ao longo dos trilhos. Assim, a grande extensão de terras expropriadas atingiu inúmeros ocupantes, principalmente os caboclos. É importante ressaltar que a desapropriação não previa nenhuma indenização de terras – sobretudo porque, pela legislação vigente, ela só caberia aos proprietários da terra.

Os trabalhadores contratados pela empresa não tinham registro regulamentar como operários, reunidos como “voluntários” nas condições de trabalho oferecidas, sendo inclusive necessário criar um corpo de segurança especial para manter a ordem entre os trabalhadores e defender os operários de assaltos em época de pagamento. Em 1910, às vésperas da inauguração, 8 mil trabalhadores se encontravam na região do Vale do Rio do Peixe até as barrancas do Rio Uruguai.

As companhias colonizadoras e de exploração florestal – *holding* da empresa da estrada de ferro – estabeleceram-se na região logo a partir de 1900, comprando terras (180 mil hectares) com objetivo de lotear e vender para os colonos (10 a 20 alqueires). Novamente, o território comprado não eram espaços vazios, os caboclos foram considerados intrusos e expulsos, e assim deslocaram-se mais uma vez.

Concomitantemente, havia uma disputa iniciada pelos paranaenses que tentaram expandir seu território sobre 50% do atual território de Santa Catarina. A disputa territorial era política e repercutia em diversos setores da sociedade, alimentada pela imprensa. Mesmo que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha dado ganho de causa a Santa Catarina, a polêmica da região contestada permaneceu na vida da população, já que representou uma expropriação dos caboclos, que ficaram privados de seus espaços, vindo a constituir a principal base social da Revolta do Contestado.

As condições sociais tensas vieram juntar-se a outro fato, extremamente importante para a formação do movimento caboclo, que foi a presença na região, a partir da segunda metade do século XIX, de três monges que pregavam a esperança de dias melhores e auxiliavam os desamparados (BLOMMER, 2000, p. 59).¹²³

A irmandade rebelde do Contestado foi criada no primeiro reduto: local onde se reuniam ou se escondiam os simpatizantes e os caboclos. Marcada como movimento místico-religioso, tinha mais razões sociais do que puramente teológicas. Os caboclos que atacaram o depósito da *Brazil Lumber Company* escreveram, a lápis, sobre as portas de um armazém: “O governo da República prende (retira) aos filhos brasileiros as terras que pertencem à nação e as vendem aos estrangeiros, agora nós estamos prontos a fazer valer nossos direitos”. No bolso de outro caboclo morto durante os combates, encontrou-se um bilhete com estas palavras: “Nós não temos direito à terra, tudo é para aqueles que vem da Europa” (MAESTRI, 2005, p. 235).

A Guerra do Contestado foi deflagrada quando o monge José Maria e seus devotos foram dispersos pelas tropas catarinenses para a fronteira norte, o que o governo do Paraná julgou ser uma ação de um grupo armado querendo a área litigiosa. Por essa razão, mandou uma força armada a fim de expulsar os invasores. Após a morte de José Maria, os caboclos passaram a acreditar em seu retorno, criando novos redutos, sendo perseguidos durante quatro anos pelas forças governamentais, que temiam a repetição de outros conflitos de cunho religioso e messiânico como Canudos.¹²⁴ As tropas oficiais foram reforçadas com 10 mil soldados, que exterminaram, em 1916, o reduto de Taquaruçu, hoje pertencente ao município de Curitiba.

A Revolta do Contestado e as histórias sobre suas lideranças, João Maria e José Maria, ainda estão presentes nas falas e no imaginário da população da região, principalmente nos

¹²³ Foram três monges: o primeiro João Maria era do período da Guerra dos Farrapos. O segundo João Maria, confundido com o primeiro, tinha ligação com a Revolução Federalista. E José Maria dizia-se irmão do anterior, sendo morto no primeiro combate da Guerra do Contestado.

¹²⁴ Para saber mais sobre fenômenos ideológicos com cunho religioso, ver Macedo e Maestri (2004).

caboclos. Pela toponímia consegue-se identificar a influência causada pela revolta e a passagem dos monges na região. Aliás, são reverenciados e utilizados como exemplos de resistência e usados na luta contra as barragens: “[...] juntos, inspirados no profeta Isaías, do Oriente Médio, em João Maria, da luta do Contestado, que alertavam o povo para que se unissem contra os grandes inimigos [...]”.¹²⁵

3.1.2 A territorialização dos colonos

A região começa a ser ocupada logo depois da Proclamação da República, e nas primeiras décadas do século XX, por imigrantes europeus: alemães, poloneses e principalmente italianos, provenientes das colônias velhas do Rio Grande do Sul e de algumas regiões de Santa Catarina. Isso por intermédio de projetos de assentamento com algum planejamento governamental ou das empresas colonizadoras. Predominam as pequenas propriedades, de tamanho de até 50 hectares, dispostas, muitas vezes, simetricamente ao longo de picadas ou linhas, associadas a espaços e edificações de uso comum, como a igreja, o estabelecimento comercial, o salão de festas, o cemitério, formando uma “colônia” ou uma comunidade.¹²⁶ Com o passar do tempo, os migrantes passaram a ser conhecidos como colonos, termo de uso típico das regiões de agricultura familiar do sul do Brasil.

A onda incessante de imigração e colonização implicou encurtar drasticamente o espaço dos povos indígenas e dos caboclos. Por outro lado, a colonização privada, e mesmo a oficial, retirou, do domínio público, terras utilizadas por muitos lavradores nacionais, os quais, baseando-se em práticas costumeiras, pouco se valiam de títulos legais para as terras que ocupavam (ZARTH, 2006, p. 159). Muitas são as evidências da presença de população cabocla nas áreas de mato, nas terras devolutas, ou seja, no espaço destinado à colonização. “A demarcação das linhas e dos lotes rústicos, feitos em 1890, ano em que se iniciou a colonização oficial, revelaram a existência de picadas de cargueiros e de roças abandonadas no interior do mato” (GERHARDT, 2006, p. 167).

Os fazendeiros e alguns colonos, posteriormente, instalaram serrarias na área – só o município de Lages chegou a ter mais de 500 delas – para explorar a madeira dos vastos pinhais, que era vendida e transportada para cidades maiores dos estados gaúcho e

¹²⁵ Trecho retirado da carta final (“**Carta às comunidades do Rio Canoas**”) do Seminário Sobre Grandes Projetos de Energia e suas Consequências que aconteceu nos dias 18 e 19 de novembro de 2009, em Cerro Negro (SC). Esse Seminário foi realizado pelo MAB para a mobilização das comunidades locais pela possibilidade da construção das barragens de Garibaldi e Itapiranga.

¹²⁶ Os nomes das linhas e picadas foram atribuídos pelos projetos de colonização após uma delimitação precisa.

catarinense, do centro do país e também exportada para a Europa. Alguns brasileiros migraram do litoral de SC na década de 1930 em busca de trabalho nas serrarias e na terra.

Vim do município de Soledade para cá atrás dos pinheiros, por isso a serraria. O que tinha de pinheiro. Só se cortava pinheiro. Somente mais tarde começou a se cortar outra madeira como canela, isso bem depois, nos idos de 1980. [...] Ia tudo para Caxias e Porto Alegre. [...] Tinha caminhão pequeno e somente mais tarde carreta. Em Vacaria tinha depósitos de madeira [...] Serrava tudo a meia e somente depois começou a se comprar as terras com os pinheiros. Os donos dos pinhais não sabiam o que tinham, achavam que valia pouco. E eu era “gurizote”, já achava ruim cortar os pinheiros, pois acabava com o pinhal. Nós tínhamos porcos embaixo dos pinhais, uma porcada, não precisava tratar e nada. Não precisava gastar com milho, já pegava gordo (HAR/20).

O ciclo da exploração dos pinhais acabou e os fazendeiros aplicaram a riqueza em suas próprias propriedades e comprando terras em outros estados, como Paraná e Mato Grosso, não investindo em outras atividades como a industrial, reafirmando a vocação agropecuária da região. Os trabalhadores, na maioria caboclos, acabaram sem emprego, migrando para outras cidades, ou permanecendo na zona rural como agregados. Os caboclos, que já vinham historicamente sendo atingidos por diferentes formas de expropriação, instalaram-se nos mais diversos lugares – como arrendatários, agregados, posseiros em algumas terras ainda devolutas, enquanto existiam – e nos vales dos rios.¹²⁷

A ocupação do território no Planalto por diferentes grupos sociais – índios, caboclos e colonos – fez com que se estabelecessem entre si relações conflituosas. Trata-se do choque entre diferentes racionalidades, moldadas por diferentes temporalidades, as quais determinam diferentes formas de relação com o meio natural e com o contexto sociocultural.

¹²⁷ O **agregado** é um tipo de camponês livre que morava no interior de um estabelecimento privado, onde fazia sua roça. Caracterizava-se pela dependência ao proprietário, que lhe concedia o direito de morar em troca da lealdade, de produtos e da prestação de serviços temporários, para o que poderia ser remunerado. Do ponto de vista do proprietário, o agregado servia de mão de obra para os momentos de maior demanda de trabalho; os filhos do agregado poderiam se transformar em peões. **Posseiro** é a denominação para o indivíduo que vivia em terras públicas ou em processo de privatização, podendo ser ocupante de pequenas ou médias áreas de terra. Mas de um modo geral, o posseiro era um camponês que ocupava pequenas áreas e era vítima constante da expulsão à medida que avançava a fronteira agrícola. O posseiro não possuía documentos da terra que ocupava e, por isso, sofria contestações; ele tinha problemas de falta de recursos financeiros para legitimá-la. Em outras situações, ele era expulso da terra quando um proprietário poderoso legitimava a área sem considerar seus direitos. Em outros casos, o posseiro aparece como vendedor de sua posse: o trabalhador nacional era utilizado para permitir ao grande proprietário a legitimação da terra, à medida que argumentava que “comprara” do posseiro. Por outro lado, diante de um processo de mercantilização da terra, o lavrador nacional, na condição reconhecida como posseiro, vendia seus direitos sobre a terra a algum proprietário abastado ou aos imigrantes europeus nas proximidades das colônias.

3.2 As identidades socioculturais

A identidade sociocultural remete-nos à condição de existência privada¹²⁸, referenciada na relação com o meio (intra), com o chamado local, que possui abrangência e conteúdos não padronizados; por isso precisa ser definido em cada situação, salvo quando se refere a conceitos já consagrados, como comunidade, município, estado, nação etc. Cada um se define pela semelhança, pelos gostos, pelo cheiro, pelos hábitos, validados pelos que se orientam ou se referenciam pelo mesmo conjunto ou sistema de valores socioculturais. Não há normatização burocrático-legal, as “leis são de sangue”, não escritas, mas passadas pelos costumes ou oralmente. Pertencer a uma identidade não é uma concessão, nem uma questão de direito formal, mas de vida, de existência em si mesma (GEHLEN, 2009, p. 33).

No Quadro 3, na sequência, mostramos as três identidades socioculturais diferentes – indígenas, caboclos e colonos – segundo alguns indicadores, como a origem étnico-social, a ocupação e o uso da terra.

¹²⁸ Privada no sentido de referir-se à determinada totalidade cultural, aquela à qual os atores sociais têm pertencimento. Exemplos: entre os ciganos, ou entre os caboclos, ou entre os indígenas, ou entre os colonos, ou entre os japoneses etc.

Quadro 3 – Atores sociais rurais e formas sociais na agricultura segundo alguns indicadores (sul do Brasil).

| Indicadores/ Formas sociais | Origem Étnico-social | Terra | Trabalho | Tecnologia/ Nacionalidade | Objetivo/ Destino do produto | Impactos ambientais | Perspectivas/ Observações |
|---|---|---|---|--|---|--|---|
| Indígena | Autóctone | Fonte de vida; patrimônio da comunidade, uso familiar | Não trabalha (segundo ótica nossa). Atividade de sobrevivência. | “Primitiva” (Brasil); tradicional braçal/ instrumentos rudimentares. | Subsistência; Autoconsumo; venda/troca de excedentes. | Fraco; interdependência em relação ao meio natural; ética (religiosa holística, cosmologia). | Autorreprodutividade comprometida; readaptar sistema produtivo. |
| Familiar Tradicional/ cabocla (subsistência) | Imigrantes; miscigenadas (nacional única da colonização). | Fonte de vida; reprodução familiar; patrimônio social-familiar. | Necessário para sobreviver; não central Trabalho > tempo: subsistência | Tradicional; braçal/animal; Faxinal/pousio. | Subsistência; autoconsumo; venda/troca de excedentes. | Fraco; interdependência em relação ao meio natural; ética (religiosidade holística, cosmologia). | Autorreprodutividade comprometida; readaptar sistema produtivo. |
| Familiar Moderno/ colonial (comercial) | Imigração italiana, alemã, polonesa, russa, ucraniana e outras. | Lugar de trabalho/ reprodução familiar; patrimônio familiar. | Centralidade ética/condição de inclusão: a) Trabalho > tempo: produção. b) Tempo > trabalho: produtividade. | a) Convencional (acumulação/ qualidade de vida). b) Tradicional (reprodução/ qualidade de vida). c) Sustentável (qualidade de vida/ reprodução). | a) Agroindústria/ Merc. Interno/ exportação. b) Merc. Regional/ diversidade. c) Mercados local/ agroindustrial, caseira (autoconsumo). | Forte/ depredatório (natureza selvagem: substituí-la). Tende a aceitar mudar para a sustentabilidade. | Desafio: competitividade (qualidade); em resselação/exclusão pela qualificação e eficiência. |

Fonte: O Autor (2011), adaptado de Gehlen (2009, p. 36-7).

3.2.1 Nomadismo, sobrevivência e sustentabilidade: a questão indígena

A inclusão dos indígenas, mesmo não atingidos pela implantação da barragem, se deve a sua presença histórica, hoje em Terras Indígenas, e a sua influência nas características socioculturais nos demais grupos que ocupam a região, principalmente nos caboclos.

O nomadismo é um dos componentes na territorialização dos indígenas, motivado pela forma de vida mais dependente da natureza. Existe uma forte vinculação entre território e natureza quando se trata de indígenas: possuem dependência das condições físicas de seu entorno para viver, para que assim possam caçar, pescar e coletar. Porém, há que se considerar também o valor simbólico – terra, mata, rios e animais – na construção de suas identidades. A sua cosmologia o faz integrante do meio natural (pertencimento), caracterizando a sustentabilidade das suas relações, pois suas atividades não comprometiam a reprodução das espécies exploradas.

Um dos indicadores que os diferenciam dos demais grupos sociais é o trabalho, sendo considerada uma atividade para a sobrevivência. Isso foi um dos principais preconceitos¹²⁹ utilizados, sobretudo, pelos imigrantes no tempo da colonização do Rio Grande do Sul.¹³⁰ Maestri (2005) acrescenta que a horticultura tupi-guarani não incorporava trabalho pretérito à terra, não produzia excedentes para a formação de estoques em celeiros para provisões futuras e não conhecia culturas de ciclo longo.

Segundo Carini (2010), nesse contexto, há três ações históricas desterritorializantes: a territorialização imposta pelo Estado pela via dos aldeamentos e, mais tarde, das reservas, e o avanço da expansão na fronteira demográfica que provocou a migração compulsória, além da destruição das bases físico-geográficas e ontológicas territorializadoras dos indígenas. A fixação em áreas com limites estritos impediu o indígena de atender ao seu instinto territorializante nato.

¹²⁹ Para ver mais sobre como o preconceito era demonstrado dos colonos em relação aos indígenas, ver Gerhardt (2006).

¹³⁰ Gehlen (2009) aponta que os indígenas e os africanos escravizados foram identidades socioculturais massacradas pela imposição, por parte dos colonizadores europeus, dos valores da cidadania, em substituição aos valores identitários. Em nome dessa civilização ocidental cristã, impôs-se aquela cidadania, subjugando essas identidades como se *de per se* ocupassem posição inferior na estratificação social. Os valores da cidadania se sobrepuseram, em uma tentativa autoritária, higienizadora e genocida de construir uma única referência identitária universal.

3.2.2 Itinerância, autoconsumo e exclusão: a questão cabocla

O elemento nacional da formação étnica do caboclo é a sua descendência, sua miscigenação com lusos, imigrantes europeus, dos primeiros escravos e índios: “Meus pais eram bugres. Não sou branco, mas sou franco” (HCR/6); “Sou bugre com italiano. Meus avós paternos eram italianos” (HCR/7); “Sou brasileiro, minha mãe é bugre e meu pai brasileiro, ‘negrão velho’” (HCR/15); “Sou brasileiro. Meu avô era índio e minha avó era ‘barriga verde’” (HCA/18).

O caboclo é o único tipo social resultante étnico, social, econômico e cultural do processo civilizatório. A identidade cabocla constrói-se pela sua experiência histórica e plasma um modo de vida particular, que caracteriza sua relação com o meio ambiente e o ambiente social e cultural (GEHLEN, 1998, p. 123).

O caráter itinerante do caboclo vai marcar a forma de sua territorialização no Planalto. As condições naturais de campo e floresta contribuíram para uma economia familiar de subsistência e autoconsumo, baseada na caça, na pesca, na coleta, na horticultura itinerante e extrativismo (erva-mate).¹³¹ Assim, as suas habitações e roças estavam localizadas na orla dos matos e desenvolviam um sistema, integrando extrativismo, pecuária e agricultura, conhecida como faxinal, combinado com a técnica do pousio. Aos poucos expandiam a suinocultura, pelo sistema conhecido como roças de mato ou de clareira. Outro local de ocupação eram as margens dos rios, como explica Cuber (1998 *apud* GERHARDT, 2006, p. 167)¹³²: “o Rio Ijuí, afluente do Uruguai, estendem-se magníficas florestas, cujas espessas matarias, até há pouco tempo, só eram conhecidas pelos animais selvagens e pelos bugres”.

Por todo Norte do RS, encontram-se localidades rurais denominadas de faxinal. Nesse caso, a denominação está de acordo com o conceito de “trecho alongado de campo que penetra na floresta”, ou seja, espaço de transição entre campo de passagem coberto de vegetação gramínea e mato, lugar muitas vezes periférico para a estância de criação de gado, menos inóspito que a floresta e frequentemente habitado pelos caboclos (GERHARDT, 2006, p. 172). Assim como ocorre com os colonos (linhas, capelas e picadas), a toponímia contribui para identificar a ocupação cabocla na região. Além de faxinal, foi dado o nome de rincão para a maioria das localidades habitadas por caboclos.

¹³¹ Zarth (2006) considera que os caboclos não estavam totalmente à margem do mercado, não estavam totalmente isolados. Ele cita a participação de milhares de camponeses nacionais no extrativismo da erva-mate, produto consumido internamente e exportado para os países da bacia do rio da Prata.

¹³² CUBER, A. *Nas margens do Rio Uruguai. 1898*. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975, p. 13.

Na sua matriz sociocultural, há elementos indígenas e do latifúndio. Do indígena (aldeia) herdou a ideia da terra-fonte geradora de vida, necessária para a reprodução familiar (biológica, social e religiosa), cuja possessão sempre é “provisória”. Para eles, não existia a propriedade legal, pois ela servia apenas para atender às necessidades imediatas, já que as práticas agrícolas são as mesmas que as dos indígenas. Do latifúndio (fazenda), a ideia de patrimônio, porém expandido para a família “ampliada”, que inclui o compadrio.¹³³ “O mesmo espaço-terra é pleno de significações, pois ao mesmo tempo em que ele é trabalho, é também lazer e ócio, de construção de redes de parentesco, de convívio com a natureza, enfim, de transcurso da vida, quase por inteiro” (GEHLEN, 1998, p. 125).

O caboclo experimentou desde meados do século XIX até meados do século XX um constante movimento de desterritorialização-reterritorialização-desterritorialização. Essa lógica se explica, de um lado, pelas condições econômicas, e de outro, pela própria racionalidade cabocla, que se expressa por certo desapego ao privado. A perda da terra deu-se pela impossibilidade de legitimação, devido aos custos dos serviços cartoriais, pela pressão do latifúndio e das companhias colonizadoras, além de outros agravantes. Porém ocorreu também por meio da venda espontânea das terras aos colonos de origem europeia, em geral, mediante troca por animais, utensílios ou ferramentas (CARINI, 2010, p. 106-7).

A venda da terra pelo caboclo era induzida por suas necessidades imediatas. A terra apossada por ele tinha um valor de troca. Por possuir uma infraestrutura produtiva precária, o valor da mesma era estabelecido de acordo com sua área apropriada passível de utilização. A racionalidade territorializadora cabocla ligava-se às necessidades mais imediatas desses sujeitos, sendo a terra para eles o espaço e lugar de vida necessário para a reprodução social familiar (GEHLEN, 1998). Não existia trabalho pretérito a ser recuperado ou ressarcido (não é central, somente o necessário para viver), e não havendo apego ao capital ou à acumulação, o caboclo tendia a migrar ante qualquer ameaça ou oferta. Após a perda ou a venda da terra, deslocava-se na direção das terras devolutas. Ao encontrar a mata ainda não privatizada, buscava constituir nova base territorial, reproduzindo-se socialmente, conforme sua racionalidade e condições materiais. O caboclo, na sua trajetória itinerante, dividiu com os índios e enfrentou os fazendeiros e os colonos, porém nunca conseguiu transformar suas possessões em propriedades.

Após a colonização, os caboclos continuaram o processo itinerante, adentraram ainda mais os vales dos rios. Assim, com a construção de barragens, foram atingidos e novamente

¹³³ Compadrio se constitui em uma rede familiar mais extensa e viva. No caso dos deslocamentos podiam migrar em família e até em grupo: compadres e antigos vizinhos.

desterritorializados. Em todas as desterritorializações impostas aos caboclos, há a participação do Estado brasileiro (Quadro 4).

Quadro 4 – As desterritorializações dos caboclos e seus desterritorializadores na região dos Campos de Cima da Serra (RS).

| DESTERRITORIALIZAÇÕES CABOCLAS | DESTERRITORIALIZADORES |
|---|---|
| Sesmarias (fazendeiros, estancieiros) | Estado Colonial |
| Lei de Terras | Estado Império |
| Terras para os militares | Estado Império e República |
| Estrada de Ferro SP-RS – O Contestado: a revolta dos caboclos | Estado República |
| Colonização europeia | Estado e empresas colonizadoras |
| Implantação das barragens | Setor Elétrico – Estado e empresas privadas |

Fonte: o Autor (2011).

3.2.3 Migração, substituição da mata e produtividade: a questão colona

A migração ocorrida a partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX para a região dos Campos de Cima da Serra foi de colonos originários das antigas colônias do Rio Grande do Sul, eram alemães e, principalmente, italianos. Os colonos, ao serem questionados sobre sua origem, falam da procedência de seus antepassados, comprovando as migrações ocorridas para a região com o objetivo de adquirir terras: “Meu pai era alemão e veio de Soledade (RS), atrás de terra” (HAR/20); “Meus pais eram agricultores. [...] Viemos de Caxias do Sul (RS), faz muito tempo” (MCA/11).

Segundo Woortmann (1990), isso demonstra que a migração ocorre sempre em busca de solução para um problema, muitas vezes, relacionado à falta de terras ou ao seu alto preço na região de origem. Assim, a migração significa condição de reprodução social para os colonos. Constata-se que a família e a terra são dois elementos básicos de sua organização.

Segundo Gerhardt (2006), houve modificações na sociedade e na paisagem produzidas pela colonização, que continuaram intensas até a década de 1920, sendo algumas fundamentais: o aumento da densidade demográfica, a apropriação privada e a mercantilização da terra e a substituição da mata por roça, estradas e vilas.¹³⁴

¹³⁴ Zarth (2006) aponta que a colonização e a imigração europeia no Rio Grande do Sul podem ser analisadas como parte de um projeto de políticas públicas para a superação de um conjunto de problemas – identificados por autoridades militares e governantes locais – que afetava a província: baixa densidade demográfica, o latifúndio, as dificuldades de abastecimento e carestia, a falta de mão de obra livre e a escravidão. Exceto a questão do latifúndio, já que não teve alteração da estrutura agrária das zonas pastoris (sul), e sim a colonização das áreas florestais (norte), todos os outros problemas foram em parte resolvidos com a vinda dos imigrantes.

Os lotes coloniais ou as pequenas propriedades apresentavam os espaços das habitações e da produção, então a mata era derrubada para dar lugar às plantações. Além do plantio de cultivos para consumo próprio, a outra finalidade era produzir excedentes para o mercado, caracterizando alta produtividade, o que logo se tornou destaque local. No último quarto do século XIX, a produção de alimentos assumiu importância na pauta de exportações da província

Além de estabelecer a própria província, os colonos abasteciam o mercado interno brasileiro. Os principais produtos de origem colonial que impulsionaram a agricultura foram: banha de porco, produzida a partir do milho que alimentava os suínos, farinha de mandioca, feijão, batata-inglesa, fumo e vinho (ZARTH, 2006, p. 159).

O avanço da fronteira agrícola pela colonização ocorreu até os anos 1920. Segundo Carini (2010), havia um cenário de agravamento dos conflitos sociais na fronteira econômica dessa região do Rio Grande do Sul, prenunciando a primeira “crise da terra” no Estado sulista, crise esta que se agravou a partir dos anos 1940, com o esgotamento da colonização em terras devolutas ou fim da fronteira agrícola.

A migração dos colonos para o Norte do Estado encurtou consideravelmente o espaço dos povos indígenas¹³⁵ e dos caboclos, já que esses povos não se valiam de títulos legais para as terras que ocupavam. Além dos projetos oficiais do Estado brasileiro, a colonização tornou-se um negócio muito rentável para as empresas colonizadoras, que não reconheciam qualquer ocupação anterior, nem os faxinais, abundantes na região. Assim, os caboclos eram considerados intrusos e, por isso, foram expulsos na maioria das vezes, obrigando-se a partir novamente.¹³⁶

Os limites para a territorialização cabocla eram consoantes a sua racionalidade territorializadora e foram estabelecidos pela colonização. Aprofundaram-se pela diferente representação em relação ao trabalho, como demonstra o processo histórico, ocasionando, dessa forma, sua exclusão e sua estigmatização.

É possível, portanto, imaginar o impacto que gera na estrutura de vida e de representação cabocla a modernização, entendida, em primeiro lugar, como imposição da centralidade ética do trabalho e, em segundo lugar, como a implantação de relações capitalistas e de métodos e técnicas de trabalho que buscam

¹³⁵ Sobre a desterritorialização indígena, ver Carini (2010).

¹³⁶ Zarth (2006) aponta que esses agricultores forneciam seu trabalho para o desmatamento inicial das colônias oficiais e particulares, sendo contratados para a demarcação dos lotes, a abertura das estradas e as construções de prédios oficiais.

aumentar a produtividade do tempo de trabalho. É uma dupla conversão ou reversão do *modus vivendi* da cultura cabocla (GEHLEN, 1998, p. 133-4).

O estigma atribuído aos excluídos transforma as vítimas nos primeiros responsáveis pelo fracasso. A sociedade culturalmente dominante estabelece os atributos (“naturais”), que assumem normatividade de conduta, “consensuais”, estabelecendo categorias e hierarquias sociais. Dessa forma, estigmatizam-se algumas categorias e afirma-se a ordem social dominante. Responsabilizam-se essas categorias sociais estigmatizadas, excluídas, pela própria condição, culpabilizando-as pela incapacidade de resposta ao modelo, ou ao trabalho, no caso dos caboclos. Com isso, o processo social excludente apresenta as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real (GEHLEN, 2009, p. 33).

A busca por terras, para garantir a sua reprodução social enquanto agricultores, foi uma constante na trajetória histórica dos colonos e caboclos. A terra constitui-se, tanto para o caboclo quanto para o colono, nas suas óticas, como um espaço/lugar de trabalho, necessário para a produção e reprodução familiar e é condição de afirmação de identidade. Se era estratégia de sociabilidade para os brasileiros ocupar novas terras vazias em compadrio, para os italianos essa ocupação ocorreu em grupos de parentelas, diminuindo a ameaça de desestruturação de todas as redes de sociabilidade. A migração dos italianos foi voluntária, diferente do deslocamento compulsório que tiveram de enfrentar com a construção da barragem de Barra Grande, que se constituiu uma ameaça às reproduções socioculturais desses grupos.

3.3 As configurações espaciais dos caboclos e dos colonos

As diferentes territorializações dos segmentos sociais se refletem na configuração espacial, tanto em nível das unidades familiares como das localidades e dos espaços de uso comum. Essas constatações ocorreram a partir das saídas de campo, incluindo as exploratórias, nas quais se visitou os lugares remanescentes (não alagados) e as habitações. Com base nas informações dos entrevistados, foi possível reconstruir as antigas configurações espaciais dos caboclos e dos colonos antes da construção da barragem.

3.3.1 Os rincões, as capelas e as moradias

Na região dos Campos de Cima da Serra, a presença cabocla pode ser verificada pela toponímia, tendo como uso comum as denominações de faxinal, rincão e capela.¹³⁷ Já que ocupavam a região antes da chegada dos colonos, a nomenclatura de muitos lugares permaneceu original: Rincão dos Tigres, Rincão Bonito e Rincão dos Crentes (Figura 17). Da mesma forma, a presença italiana pode ser analisada com base nos nomes dados aos locais e às comunidades, caracterizados pelo uso do termo “linha” e nomes de seus santos de devoção. A união das nomenclaturas demonstra a convivência dos dois grupos socioculturais: Capela Conceição, Capela São Roque, Capela São Pedro, Rincão de Santo Antônio e Rincão São Jorge (Figura 18). Em outros casos, houve a substituição da denominação cabocla pela italiana, como na localidade próxima da área de construção da barragem e que deu nome a mesma: antes da colonização, chamava-se Rincão Barra Grande, depois passou a denominar-se Linha Barra Grande.

Figura 17 – Placa sinalizando a localidade Rincão dos Crentes.¹³⁸



Fonte: O Autor (2010).

¹³⁷ Junto com rincão, capela é a denominação cabocla para expressar a localidade onde moram. É o mesmo significado de “linha” ou “comunidade” para os italianos.

¹³⁸ A nomenclatura demonstra a manutenção do nome original de Rincão dada pelos caboclos. Localizada próxima à construção da barragem Barra Grande, no município de Pinhal da Serra-RS.

Figura 18 – Placa sinalizando a localidade de Rincão São Jorge.¹³⁹



Fonte: Otávio do Canto (2010).

A territorialização dos caboclos sempre se caracterizou pela ocupação de áreas marginais, próximas às matas. Mesmo quando conviviam com os colonos, mantinham-se afastados do centro da localidade, como também das áreas centrais das primeiras cidades, o que dificultava o seu acesso aos espaços de uso comum e público, inclusive serviços como comércio, saúde e educação. Entretanto, isso não significava um isolamento total, pois mantinham laços sociais comunitários em torno das capelas e dos pequenos locais de comércio.¹⁴⁰

O espaço onde localiza-se a casa com suas terras cultivadas, na maioria arrendadas, é chamado de moradia. As casas são de madeira de lei, e poucas estão pintadas, tendo a aparência natural (Figura 19).¹⁴¹ São ocupadas, em média, por 6 a 7 pessoas, constatando-se a presença de muitos filhos. Não possuem muitas repartições, tendo na sua maioria dois quartos

¹³⁹ A nomenclatura acabou unindo denominações dos dois grupos socioculturais, “Rincão” por parte dos caboclos e “São Jorge” por influência dos colonos em introduzir nomes de santos católicos. Localidade pertencente ao município de Pinhal da Serra-RS.

¹⁴⁰ Locais chamados de vendas ou bodegas (comércio de secos e molhados) que comercializam produtos básicos, como sal, açúcar e farinha, e bebida alcoólica, como cachaça.

¹⁴¹ As casas e as outras construções são de madeira, tanto dos caboclos como dos italianos, hoje ainda muito presentes, inclusive nos centros urbanos dos municípios. Como a região era composta por vastas áreas de florestas, muitos pinhais, a construção das habitações com madeira é uma característica regional. Atualmente, além da diminuição da mata de pinheiros, a legislação ambiental dificulta e impede o corte de muitas espécies de árvores nativas, assim percebe-se a substituição por casas de alvenaria. Ou a alternativa é o uso de madeira de árvores plantadas, como o *Pinus*, também usado na construção, mas com qualidade inferior. Portanto, é reverenciado e motivo de orgulho para ambos os grupos ter uma casa boa de madeira, sabendo das dificuldades para se ter uma casa igual atualmente.

e uma cozinha mais ampla, que serve também de sala para receber as visitas, e têm poucos móveis. Em algumas casas, não há assoalho em todo piso, sendo parte mantida com chão batido (cozinha de chão), o que permite manter um fogo aceso permanentemente, sobretudo no inverno, por causa do frio intenso, além da água quente, sempre pronta para tomar um mate. Na cozinha está a maior parte dos móveis: um fogão a lenha, uma mesa de madeira e cadeiras de palha ou de madeira, dois a três bancos maiores, além da prateleira, um armário para guardar os utensílios, e uma dispensa para os alimentos, representada por um grande estoque. Em vez de compras temporárias, há uma única compra anual, feita por causa da distância em relação às maiores casas de comércio localizadas na sede do município.

A casa pode ser utilizada também para guardar os produtos colhidos na roça, principalmente milho e feijão. Isso ocorre sempre quando não há espaço suficiente em outro local, como no paiol. A instalação sanitária está separada da casa, distante aproximadamente 40 a 50 metros, conhecidas como “casinha”, “patente” ou “latrina” (Figura 20).

Figura 19 – Casa característica dos caboclos.



Fonte: O Autor (2010). Anita Garibaldi-SC.

Figura 20 – Casa característica dos caboclos.¹⁴²



Fonte: O Autor (2010), Anita Garibaldi-SC.

A presença de eletrodomésticos está condicionada à presença da luz elétrica, que na maioria das casas é recente, obtida pelo Programa Luz para Todos do governo federal.¹⁴³ No caso das famílias caboclas atingidas realocadas, a obtenção da energia elétrica ocorreu no Reassentamento Rural Coletivo. Assim, antes, sem energia elétrica, a luz era obtida por meio da queima do querosene ou outro líquido inflamável a um tecido embebido dentro de uma lata, ou uso de um “liquinho” ou de velas. O único aparelho eletrônico encontrado em todas as casas é o “radinho a pilhas”. O rádio está presente em todas as casas da região, dos caboclos e dos colonos. É muito usado e, às vezes, é o único meio de comunicação.

Por intermédio do rádio e de programas específicos – de notícias, previsão do tempo, músicas e eventos esportivos, como jogos de futebol – que recebem as únicas informações do município, da região (como notícias da ocorrência de missas, festas e falecimentos de conhecidos e familiares), estadual, nacional e internacional.¹⁴⁴ O “radinho” fica na cozinha e toda a família escuta atentamente sentada ao redor do fogão, comentando as notícias e bebendo um chimarrão (Figura 21). A descrição para o uso do rádio pelos caboclos

¹⁴² Ao lado, com aproximadamente 50 metros de distância, encontra-se a instalação sanitária.

¹⁴³ A instalação da luz nas localidades visitadas ocorreu em dois momentos: começou a partir de 2006 e depois em 2009 por intermédio do programa Luz para Todos. Esse programa foi lançado em 2003 e objetiva, principalmente, acabar com a exclusão de energia elétrica no meio rural brasileiro. Para maiores informações, ver o sítio eletrônico: <luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>.

¹⁴⁴ Os estilos musicais predominantes nas casas das famílias entrevistadas são as tradicionalistas gaúchas e as “bandinhas”. Presentes na programação musical das rádios, principalmente na frequência AM, e nos eventos sociais, como rodeios, festas e bailes comunitários.

corresponde também ao uso feito pelos colonos. Para os agricultores que vendem seus produtos, a notícia mais aguardada é a dos preços de mercado, havendo sempre comentários dependendo da valorização dada em períodos de safra ou entressafra.

Figura 21 – Fogão a lenha.¹⁴⁵



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

No entorno da casa, existem poucas ornamentações e/ou gramado, sobretudo devido à circulação de animais domésticos: porcos, galinhas, patos, cachorros etc. Pode haver outras habitações, como galinheiro, chiqueiro, estrebaria, mas quase sempre os animais são criados soltos, característica marcante na cultura cabocla, causada pela sua itinerância histórica. Somente as hortas são cercadas com estacas de bambus, dificultando o acesso das galinhas. Não há espaço definido para o pomar e as árvores, elas são distribuídas aleatoriamente, sobretudo as cítricas, como laranjeiras e limoeiros.

Nas famílias caboclas, o chefe da família é o pai, sua autoridade é respeitada pelos demais membros. As atividades agrícolas são masculinas, definidas pelo pai e raramente recebem ajuda das mulheres, que cumprem as tarefas da casa, cuidados dos filhos menores,

¹⁴⁵ Localizado no centro da cozinha para que os integrantes da família possam sentar ao seu redor para tomar o chimarrão e se esquentar no inverno.

dos animais domésticos, ordenha das vacas e confecção de cestos (feitos de taquara e cipós), atividade herdada dos indígenas.

Um dos rituais familiares mais tradicionais tanto para os caboclos como para os colonos, representando um dia “diferenciado e especial”, às vezes reservado para sábados e domingos, acontece quando há a carneação de animais: um boi e/ou um porco (Figura 22).¹⁴⁶ É um ritual que envolve toda a família e recebe a ajuda dos vizinhos, podendo ser os mais próximos ou com maior sociabilidade, ou um compadre ou alguma pessoa da localidade conhecida como “carneador”, que possui habilidades para a atividade, principalmente na hora do abate do animal.¹⁴⁷ Existe divisão sexual das tarefas na carneação: aos homens cabe o abate do animal, limpar, tirar o couro e fazer os cortes das carnes¹⁴⁸; às mulheres cabe limpar as miudezas, fazer as linguças, o torresmo e guardar a carne.¹⁴⁹ A conservação pode ser feita com o congelamento, para quem possui energia elétrica e condições econômicas para adquirir um *freezer*, ou com métodos tradicionais, como o charque (carne-seca), em que a carne é salgada, pendurada em varas em um local fechado, defumada e seca pelo calor das brasas. Outra forma utilizada para a conservação da carne suína é fritar e guardá-la na banha em tachos e latões.

¹⁴⁶ A carne suína é essencial na dieta alimentar das comunidades rurais da região. Entre os caboclos, é a mais consumida, assim como o uso da banha. Aliás, muitas famílias tinham gado bovino, vacas, somente pelo uso do leite na dieta alimentar e não devido à carne.

¹⁴⁷ O abate do animal pode ser feito mediante uma “facada certa” na região do coração, atingindo a veia principal para a perda do sangue, ou mediante um “golpe fatal” com machado na região frontal da cabeça.

¹⁴⁸ No gado bovino é necessário tirar o couro, que pode ser utilizado, mas, para isso, precisa ser preparado: salgado e exposto ao sol para ficar seco. Quando não é usado pela família, ele pode ser dado a quem interessar, priorizando os presentes na carneação aos vizinhos. Outra possibilidade é o couro ser vendido para curtumes, por intermédio do leiteiro ou de uma pessoa que a tem como atividade auxiliar.

¹⁴⁹ As linguças podem ser “puras”: somente carne de porco ou carne de rês ou mista com os dois tipos de carnes. O local para secar a linguça é o mesmo usado para fazer o charque. O torresmo é feito da carne suína, essencialmente daquela que possui mais gordura, por isso no momento de selecionar os cortes, as partes mais gordurosas são retiradas para serem fritas em um tacho e depois prensadas, extraindo a banha que é guardada em um latão e usada para conservar a carne.

Figura 22 – Carneação de um boi na propriedade de um colono.



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

Saindo do âmbito da casa e de suas vivências cotidianas, passa-se a construir a descrição do ambiente geográfico externo.

Os agricultores atingidos pela barragem de Barra Grande se localizavam essencialmente nas encostas dos rios, sendo as terras para plantio caracterizadas por terrenos com relevo acidentado (Figura 23). Às vezes, as casas ficavam em locais mais planos e as terras, tanto as pertencentes como as arrendadas, poderiam estar ou se estender até a barranca do rio. Em geral, pode-se dizer que tanto os colonos quanto os caboclos compartilhavam esse mesmo relevo, diferenciando que os italianos viviam acima, nos “melhores locais”, menos acidentados e mais próximos das principais estradas. Enquanto isso, o caboclo vivia nas terras mais “dobradas”, ainda mais adentro, mais isoladas, próximas às barrancas e de difícil acesso pela falta de estrada larga, nas quais muitas vezes o caminho era feito por um trilho, onde passavam apenas as pessoas e os animais domésticos, como o cargueiro.¹⁵⁰ “Vivíamos em um

¹⁵⁰ Cargueiro é o animal utilizado para levar as cargas. Na época do tropeirismo, as mulas foram muito utilizadas, atualmente, são os cavalos.

terreno acidentado, bem na beira do rio. Muitas vezes, nós amontoávamos o milho nas costas, nos lugares que não chegava o cargueiro” (HCR/6).

Figura 23 – Vales.¹⁵¹



Fonte: O Autor (2010). Pinhal da Serra-RS.

O relevo acidentado influencia e aproxima o modo de produção agrícola que os dois grupos realizam: a roça. “Nós derrubávamos a capoeira, queimava e plantava [...], depois limpava e colhia. Nós fazíamos roça” (HCR/6); “Fazíamos a ‘roça de toco’ porque era roçada com foice e os tocos ficavam na terra. Era só roçar, queimar e plantar” (MIR/13); “Era arado de boi. Não tinha máquina. Era a roça: roçava, queimava e plantava. Depois limpava” (HCA/18).

Para fazer a roça nesses locais mais acidentados, primeiro é feita a derrubada da mata: retiram-se as madeiras de melhor qualidade para diversos usos em casa, como lenha para o fogo, cabos para as ferramentas e postes para cercas.¹⁵² Depois, esperam-se alguns dias para que a vegetação derrubada esteja seca, propícia para a queimada (Figura 24). Existem dias ideais para que ocorra a queima, principalmente aqueles com pouco vento para não haver descontrolado do fogo, que pode atingir áreas de matas próximas. Após alguns dias de descanso,

¹⁵¹ Os vales demonstram o relevo acidentado. No primeiro plano, tem-se a roça de milho. Ao fundo, as áreas abertas para plantio e outras ainda preservadas.

¹⁵² O grau de conservação da mata depende do grau de conservação e regeneração, podendo ser primária ainda, considerada uma mata virgem, intocada ou secundária, como no caso da capoeira, constituída por árvores de menor porte e por arbustos. Essas terras são aquelas deixadas em pousio, para um período de recuperação.

e dependendo do relevo do terreno e do que será plantado, abrem-se covas ou valas com a enxada ou com o arado de tração animal, para o plantio da semente. As ferramentas de trabalho utilizadas para fazer a roça são a foice e a enxada (Figura 25), e para o plantio do milho e do feijão, a máquina manual. O machado é utilizado para a derrubada da vegetação de maior porte.

Figura 24 – Queimada da área destinada para a roça.¹⁵³



Fonte: O Autor (2010). Pinhal da Serra-RS.

Figura 25 – Ferramentas utilizadas para fazer a roça.



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

¹⁵³ A queimada da área destinada para a roça ocorre depois de ser roçada. As araucárias, por lei, imunes ao corte, são preservadas. Pela declividade acentuada do terreno, a terra é arada com animais ou uso da enxada.

Os caboclos proprietários têm sua roça ao lado do terreno da moradia, o que nem sempre é verificado para os não proprietários, dependendo de sua categoria. Como no caso dos agregados, mesmo vivendo em terra alheia, possuem uma determinada área definida e próxima à residência, ao contrário dos arrendatários, que podem ter sua roça localizada distante. “Fazia roça em terrenos diferentes. Eu trabalhava em 13 terrenos que foram atingidos” (HCR/6).

Isso implica que o trabalhador fique o dia inteiro fora de casa, almoçando na roça mesmo, podendo a comida ser preparada anteriormente ou no local. No caso dos arrendatários, as terras são consideradas as “piores”, o relevo é muito acidentado (“dobrado”) e pedregoso. Outra renda possível é o trabalho assalariado nas propriedades dos colonos, que pode ser pago por dias ou por empreitada: colheitas, limpeza de poteiros e a construção de cercas.¹⁵⁴

O modo de produção influenciado pelo relevo acidentado aproxima os produtos cultivados entre os colonos e os caboclos, sendo unânimes que o milho e o feijão são os dois principais cultivos. Associados ou paralelamente, encontram-se o arroz, a batata-doce, a batata-inglesa (batatinha), a abóbora, a moranga, o amendoim, o aipim e a cana-de-açúcar.¹⁵⁵ Existe também a produção do mel. Nos caboclos, outros plantios como cebola, alho, repolho, couve, cenoura, temperos verdes e plantas medicinais podem ser realizados próximos da casa, feitos na horta. Porém, estes plantios tendem a ser muito reduzidos em relação aos dos colonos.

A criação de animais é outra atividade produtiva desempenhada pelos caboclos. Algumas famílias se dedicam exclusivamente à criação de gado para a comercialização, sendo a única produção e fonte de renda. Utilizam-se também os bois e os cavalos para as tarefas de transporte, carga e tração.¹⁵⁶ Os porcos e as galinhas são criados soltos e servem para suprir a

¹⁵⁴ A empreitada é o serviço contratado para ser realizado independente do horário, dos dias e de quantas pessoas realizarão tal trabalho.

¹⁵⁵ O **aipim** é também conhecido como mandioca, e em outras partes do Brasil, como macaxeira. Também é utilizado para a alimentação dos animais, com preferência para os porcos, principalmente quando destinados para o período de engorda. A troca dos ramos de aipim é comum entre os vizinhos, pois além da procura por variedades mais produtivas, é considerado o resultado do seu cozimento (“mais mole” ou “duro”), e também a fragilidade de conservar a lenha do aipim para o plantio do ano seguinte, já que é altamente frágil às temperaturas baixas e às geadas da região.

A **cana-de-açúcar** pode ser usada para a alimentação dos animais, tanto gado como porco, como também para a produção de melado e açúcar mascavo. O melado é usado em casa para comer com o pão, fazer puxa-puxa, rapaduras, pipoca com melado etc. O açúcar mascavo é usado em casa no dia a dia, assim como na elaboração de compotas de doces de frutas. Os dois podem ser comercializados ou trocados, em algumas casas comerciais, por açúcar refinado, já que algumas mulheres preferem o uso desse tipo de açúcar no preparo dos doces de frutas.

¹⁵⁶ Os caboclos não proprietários, como os agregados, nem sempre possuem gado para tração animal, e assim pedem os bois emprestados aos vizinhos ou aos proprietários da terra.

demanda por carne, como também o gado, mas há uma preferência pela carne suína. Aliás, cria-se o porco “caipira”, característico dos caboclos, adaptado à criação livre e que busca seu alimento revirando o terreno (Figura 26). Esse porco é uma variedade que dispõe de mais gordura, se comparado a outras, obtendo-se muita banha, produto de grande interesse para os caboclos. A criação de outros animais (Figura 27) – patos, gansos e galinha-d’angola, também criados soltos – torna a criação cabocla mais diversificada do que a dos italianos, reconhecida pelos dois segmentos sociais. Há a criação de ovelhas, mas estas são soltas na área do faxinal durante o dia e presas à noite, para maior proteção devido à defesa contra ataques de animais, principalmente do puma ou do leão-baio. Esse espaço pode ser interno a um galpão ou um cercado ao ar livre (Figura 28). O leite é usado exclusivamente na alimentação, não sendo vendido pelos caboclos, ao contrário do que ocorre com os colonos. Aliás, o leite é essencial na dieta alimentar dos dois grupos socioculturais.

Figura 26 – Porco “caipira”.¹⁵⁷



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

¹⁵⁷ O porco “caipira” criado solto está adaptado a revirar o terreno. Também pode ser encontrado em áreas semicercadas, como nessa foto.

Figura 27 – Área do faxinal, limítrofe entre o campo e a mata, com destaque para a presença das araucárias.



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

Figura 28 – Criação de ovelhas.



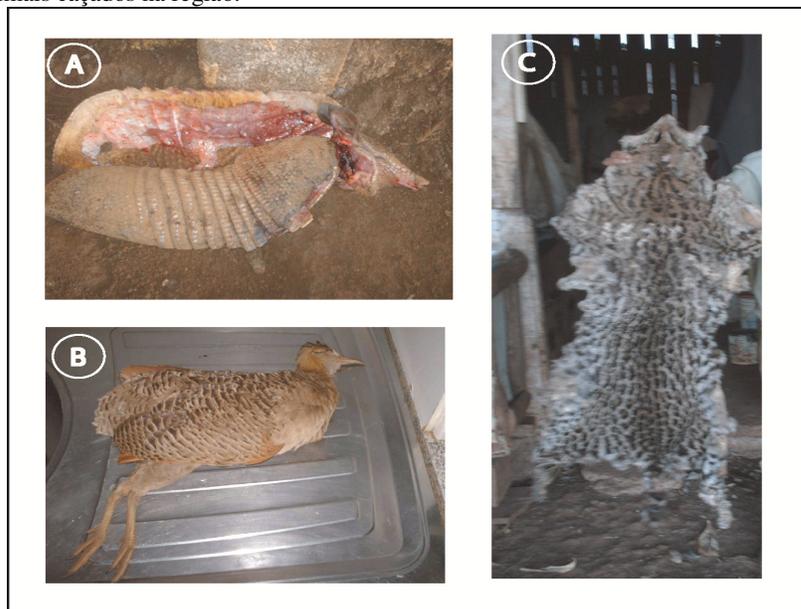
Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

A maioria da produção na moradia é para o autoconsumo, mas quando há excedentes dos principais cultivos (milho e feijão), eles podem ser comercializados. O objetivo do comércio varia conforme a necessidade de cada família, mediante a aquisição para consumo imediato. “Plantava feijão e milho. Consumo próprio, muito pouco para a venda. Chegava a arrendar outras terras” (MPR/12).

Plantava mais para comer, porque era só arrendatário. Eu não podia fazer um pedaço grande de roça porque tinha que repartir com o dono da terra. Aí se fizesse uma roça grande, eu não tinha condições de limpar, então fazia uma lavoura pequena e repartia com o arrendador (HCR/6).

Na alimentação diária, há uma forte influência da origem indígena, como o feijão, o milho e a mandioca (plantas indígenas). O almoço é a principal refeição, a mais “reforçada”, tendo o feijão e o arroz como alimentos obrigatórios. A carne mais apreciada é a de porco, seguida da de galinha. Dependendo das condições da família, a carne está presente somente nas refeições do final de semana ou em caso de visita. Por isso, a caça e a pesca são praticadas para suprir a necessidade de complementação alimentar, já que muitos animais tem sua carne apreciada pelos caboclos, que as transformam em pratos especiais, como no caso do tatu e da perdiz. Animais, como a jaguatirica, são caçados apenas como proteção contra os possíveis ataques aos animais domésticos (Figura 29).

Figura 29 – Animais caçados na região.¹⁵⁸



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

Para complementar a dieta, alguns alimentos advindos da mata são muito apreciados, como o pinhão das araucárias (Figura 30). São coletadas também muitas frutas nativas, como a pitanga, a cereja, a guabiroba, o pêssego, a jabuticaba, a goiaba e o abacate, e as frutas que eram encontradas nas beiras dos rios, como a laranja, a bergamota, o limão e a lima. Tanto as

¹⁵⁸ (A) Tatu; (B) perdiz; (C) jaguatirica.

frutas como o pinhão servem de alimento para os porcos, criados soltos na mata, embaixo das frutíferas e dos pinhais.

Figura 30 – Pinhas contendo os pinhões.



Fonte: O Autor (2010). Pinhal da Serra-RS.

Nas conversas com os entrevistados, o chimarrão foi citado como um alimento para os caboclos, sendo muito mais que um hábito, ajudando a “sustentar” e a “esquentar” o corpo nos dias frios. É consumido em vários momentos do dia pela família, ao amanhecer, antes do almoço e à noite, antes da janta, mas pode ser tomado entre esses momentos. O chimarrão parece sempre estar pronto, com a água quente, para ser oferecido às visitas. Nesse caso, somente os adultos da moradia tomam o “amargo”.

A reciprocidade está presente no auxílio mútuo nas atividades comunitárias e nas unidades produtivas. Dá-se principalmente entre parentes, que muitos vezes são vizinhos (filhos, irmãos e tios), e também é realizado com os vizinhos não parentais mais próximos, “de confiança” ou compadres.¹⁵⁹ Esse auxílio pode ser efetivado pela “troca de dias” de trabalho, empréstimo de equipamentos, sementes e animais.

A visita aos vizinhos faz parte do cotidiano, e a participação em eventos religiosos e sociais na localidade não é prioritária, já que os momentos de lazer acontecem na própria moradia. As festas ocorrem em datas como o Natal e o Ano-Novo, quando há a possibilidade de reencontro com os parentes que vivem distantes. Na religiosidade, mesmo considerando-se

¹⁵⁹ Para os caboclos, o compadrio se dá de duas maneiras: o batismo doméstico, realizado na moradia com padrinhos escolhidos entre os parentes, quase sempre da geração mais velha, e o batismo realizado na Igreja Católica, podendo ter padrinhos diferentes do batismo doméstico.

católicos, não são praticantes como os colonos. Entre os entrevistados caboclos, outras religiões estão presentes, como as evangélicas pentecostais.

3.3.2 As linhas e as propriedades

Os colonos ocuparam seus lotes de forma dispersa ao longo de picadas e linhas, próximos às estradas e pertencentes a uma comunidade, com a presença de espaços e edificações de uso comum, como a igreja, a escola, o cemitério e o salão que serve para vários eventos sociais: reuniões, festas, casamentos, clube de mães e comícios eleitorais. Observam-se, por meio da toponímia, em várias localidades da área pesquisada, a ocupação e a presença dos italianos. Como já mencionado, a sua presença pode mudar o nome da localidade ou alterar em parte os nomes dados pelos caboclos anteriormente, se destacando as referências aos santos (Figura 31).

Figura 31 – Placa com os nomes dados às comunidades.



Fonte: Cássio Rabuske (2010).

Os lotes dos colonos recebem a denominação de “propriedades”, reforçando a questão da legalidade das terras. As casas dos colonos possuem traços externos em comum e a maioria é de madeira, como as dos caboclos. Há outras características que diferenciam as casas dos dois grupos, como o predomínio da forma de chalé, a varanda e uma maior divisão interna de cômodos (média 5 a 6 pessoas) nas casas dos colonos (Figura 32). As casas são pintadas quase sempre com cores fortes e com mais de uma cor, tendo as portas e as janelas com cor

diferente do restante. Há maior quantidade de móveis e eletrodomésticos e em algumas existem instalações sanitárias na casa.

Figura 32 – Casa típica dos colonos.



Fonte: Otávio do Canto (2010). Pinhal da Serra-RS.

O maior número de divisões internas da casa para um menor número de pessoas representa o uso de quartos individuais (3 a 4 quartos). A sala é usada para receber visitas e até para velar um familiar. A cozinha é grande, com mesa e cadeiras de palha para as refeições diárias, armário para guardar as louças, fogões a lenha e a gás, mesmo que este último seja pouco usado.

Constatou-se que há mais casas de colonos do que de caboclos com energia elétrica – alguns recebem há quase 20 anos. Tal questão pode ser justificada pela localização das casas, que são mais próximas das estradas, já que antes dos programas públicos de eletrificação rural, o serviço todo de instalação era pago pelos próprios interessados em adquirir a energia elétrica e, portanto, restrito a poucos com poder aquisitivo maior. Dessa forma explica-se a presença de inúmeros eletrodomésticos, como *freezer*, geladeira, forno elétrico, liquidificador, televisão e rádio encontrados nessas casas. Situação semelhante quanto à disponibilidade de banheiro completo, com chuveiro elétrico.

Na frente das casas há a presença de um jardim com várias plantas ornamentais compostas por folhagens e flores distribuídas irregularmente pelo terreno. Estão presentes

também na varanda em “vasos improvisados”.¹⁶⁰ Algumas árvores de maior porte servem de proteção à residência (quebra-vento) e sombra para os dias mais quentes do verão. O pomar encontra-se ao lado da casa com várias frutíferas, como cerejeiras, pitangueiras, ameixeiras, abacateiros, laranjeiras e limoeiros. A horta, também próxima da casa, é o espaço para produção de legumes, hortaliças e plantas medicinais. Os cuidados tanto para o jardim quanto do pomar e da horta são de responsabilidade das mulheres da família. Pode se também constatar que existe uma rede de reciprocidade no troca e doação de sementes, mudas de flores, frutos, chás e hortaliças, sendo comum nas visitas entre familiares e vizinhos.

Nas propriedades existem outras edificações, como o galinheiro, o paiol para guardar a colheita e a estrebaria, usada para a engorda e reclusão dos demais bovinos e no momento da ordenha.¹⁶¹ O chiqueiro, utilizado de forma diferente pelos caboclos, faz a criação dos porcos reclusos ou semirreclusos com um espaço cercado ao ar livre, impedindo a livre circulação.

Além da ocupação dos lotes individuais para a constituição da comunidade, observa-se a construção de edificações como igreja, escola, salão e outros espaços de uso comum e que servem para o lazer: campo de futebol e cancha de bocha.¹⁶² Estes podem estar localizados em uma venda ou bodega, no caso de haver um proprietário, como também podem estar localizados na sede da comunidade, anexos ao salão de festas, funcionando como uma associação comunitária. Outras atividades praticadas nesses locais são os jogos de baralho e sinuca. Funcionam nos finais de semana e nos principais feriados do ano, como Páscoa, Natal e Ano-Novo. Complementando as atividades de lazer, a caça e a pesca são praticadas pelos homens da família, ensinadas de pai para filho.

Outro elemento importante na vida cotidiana dos colonos é a religiosidade. A construção da capela nas linhas ou picadas representa a constituição de uma comunidade e a presença da Igreja Católica. Esse espaço serve para os moradores se encontrarem nas missas, frequentemente realizadas nas manhãs de domingo. O padre é visto como uma autoridade para os mais diversos assuntos e, de certa forma, um “elo” com o mundo externo. Assim, a Igreja, e mais especificamente alguns padres, foram fundamentais para informar e orientar os agricultores durante o processo de construção da barragem de Barra Grande, como nas demais

¹⁶⁰ Os “vasos improvisados” são recipientes descartados na propriedade, que podem ser desde utensílios domésticos como panelas, chaleiras, bacias, ferros de passar roupa, latas de óleos e até pneus e carrinhos de mão velhos.

¹⁶¹ A ordenha manual acontece na estrebaria, enquanto que aquela realizada por meio de maquinário é feita em local específico.

¹⁶² O **campo de futebol** serve para os jovens da comunidade jogarem no final da tarde ou nos finais de semana. Ocorre a realização de amistosos contra times de outras comunidades, torneios promovidos por um dia com uma premiação para os melhores e campeonatos amadores.

O **jogo de bocha** é de origem italiana e pode ser praticado por 2, 4 ou 8 jogadores.

localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, e ajudaram na formação do movimento de resistência na região. Outra organização importante nesse processo e criada pela Igreja é a Pastoral da Juventude, que atua com a participação dos jovens, unindo atividades religiosas, recreativas e políticas, pautando também as consequências da construção das barragens.

Os espaços e edificações em comum demonstram relações sociais mais amplas que a unidade familiar, caracterizando redes de sociabilidade. Essas redes se manifestam na ajuda mútua nas atividades sociais e produtivas coletivas, como mutirões comunitários para a construção de alguma edificação, a realização de um evento social como a festa da paróquia ou o baile da associação, limpeza de alguns espaços como o cemitério, o salão etc. Nas atividades produtivas familiares ocorrem outras formas de reciprocidade entre vizinhos, parentes ou compadres, como “troca de dias”, principalmente na época da colheita, construção de uma edificação na propriedade, empréstimo de ferramentas, maquinários, animais¹⁶³, sementes, potreiro, pastos e atendimentos diversos em problemas de saúde, financeiros, acidentes e velórios.¹⁶⁴

Desde o início, a produção agrícola da colonização do Norte do RS estava fortemente voltada para a comercialização, como registrado por Zarth (2006), e não somente influenciava na disponibilidade de produtos agrícolas no estado, mas também fazia parte da pauta de exportação. Todavia, isso não representa a inexistência da produção de alimentos para consumo próprio. Ocorre, dependendo da orientação econômica, alguns cultivos que se direcionam prioritariamente para a comercialização e outros que se destinam ao autoconsumo – colhidos na roça e na horta ou pomar –, os quais podem ser comercializados desde que sua produção exceda o consumo familiar.

Dos cultivos destinados para a comercialização, destacam-se o milho e o feijão, sendo associados a outros inicialmente destinados apenas ao consumo próprio, como batata-doce, batata-inglesa, abóbora, cana-de-açúcar, amendoim e aipim. Há a produção de verduras e hortaliças que eventualmente podem ser comercializadas, caracterizadas como de autoconsumo: cebola, alho, cenoura, repolho, couve-flor, couve, alface, rúcula, pepino, beterraba, temperos verdes (cebolinha e salsa) e plantas medicinais. Os restos de alguns cultivos ou seu excedente podem servir de alimento para galinhas e porcos.

¹⁶³ O empréstimo de animais ocorre de diversas formas: animais reprodutores, pois somente alguns agricultores possuem machos aptos, tanto para porcos (“barrasco”) como para o gado (touro); animais para o trabalho, junta de bois ou vacas fortes para o serviço; e engorda de animais a meia, quando o dono repassa o animal adiante para o outro engordar para depois dividirem a carne igualmente.

¹⁶⁴ Os serviços na unidade familiar são realizados por vizinhos, parentes ou compadres. Isso ocorre também com outras necessidades, como a comida para todos os presentes no velório.

Na maioria das vezes, esses cultivos para autoconsumo ficam a cargo das mulheres, caracterizando uma divisão sexual do trabalho. A mãe, além de organizadora das tarefas da casa e seu entorno, contribui, assim como as filhas, na roça, atividade caracterizada como masculina pela presença do pai, considerado o chefe da família, pois é ele quem determina em qual espaço de terra vai ser feita a roça, quando e o que se deve plantar. A participação da mulher nas atividades agrícolas dos colonos diferencia-se do papel da mulher cabocla, essencialmente doméstico.

Além dos cultivos da roça e da horta, a renda familiar pode ser ampliada com a comercialização de outros produtos, como o leite de vaca.¹⁶⁵ Além do seu consumo, é utilizado para fazer queijos, que podem ser comercializados nas bodegas. O leite tirado manualmente é outra tarefa essencialmente feminina, sendo realizada duas vezes por dia: uma ao amanhecer e outra ao entardecer. Em muitas propriedades, o leite torna-se prioridade, pois é a principal renda mensal, gerando, assim, uma especialização da unidade familiar.

Outros produtos também podem ser vendidos, como salames, banha, geleias, nata e ovos. Há ainda a criação do gado, porcos, galinhas e patos para a comercialização. No caso do gado e porco, podem ser vendidos vivos (por peso) ou já carneados, inteiro ou parcialmente. A venda desses animais aumenta com a aproximação do Natal e do Ano-Novo.

Os colonos possuem uma dieta diversificada, assim como os caboclos, a sua base alimentar é o feijão, a mandioca e o pão caseiro, complementada por comidas tradicionais como a massa, o queijo e a polenta com galinha. É ressaltada a necessidade de “comer-se bem”, de “comida forte”, “comida abundante”, com “substância” para alimentar-se para a realização do serviço braçal. Todas as refeições diárias são reforçadas: além do almoço, no café da manhã pode ter polenta, linguiça, queijo, pão, sendo o café com leite obrigatório, assim também a janta, feita com comida quente. Além da possibilidade de haver outras refeições durante o dia, entre essas três tradicionais.

Existe também uma diferenciação entre a comida feita durante a semana da comida do sábado e, principalmente, do domingo. No sábado, são feitos pães, bolos e biscoitos. Às vezes se faz pão para vários dias, podendo ser feito novamente em um dia da semana ou quando houver necessidade. No domingo, além de um maior tempo para o preparo das refeições, pois é um dia de “descanso” para as tarefas da roça, há um maior capricho, uma quantidade maior

¹⁶⁵ O leite pode ser vendido para os vizinhos que não o produzem, mas a maior parte é comercializada para as empresas de leite, às vezes localizadas a centenas de quilômetros. O leiteiro que passa diariamente nas primeiras horas do dia é o responsável pela medição da quantidade e qualidade do leite e por levá-lo à empresa. O pagamento é efetuado mensalmente.

de alguns alimentos é feita, como no caso da carne.¹⁶⁶ Há também preparo de doces, sobretudo pela possibilidade de visita de parentes e compadres. O almoço do domingo se torna o “melhor da semana”, sendo acompanhado com bebidas compradas, como refrigerante e cerveja, às vezes presentes somente nessa refeição. A “comida de domingo” é feita também em ocasiões especiais, como visitas, eventos familiares (batizados, primeira comunhão, crismas, festas de aniversários e casamentos), e datas festivas, como Páscoa, Natal e Ano-Novo.

Descrita a territorialização dos caboclos e colonos, no capítulo seguinte serão analisadas as temporalidades que marcam os períodos da construção da barragem (desterritorialização) e a ocupação de novos espaços pelos atingidos (reterritorialização). Não há como definir datas-limites, porque os processos ocorreram simultaneamente. A usina foi construída entre os anos de 1995 a 2005, quando obteve a Licença de Operação, enquanto que o deslocamento compulsório começou em 2001 e terminou somente após a construção.

¹⁶⁶ Além da quantidade que pode ser expressa em mais de um tipo de carne (rês, suína e frango), os melhores pedaços (cortes nobres) são preparados nesses dias.

4 A DESTERRITORIALIZAÇÃO E A RETERRITORIALIZAÇÃO

Antes do começo da construção da barragem Barra Grande, havia uma dinâmica de ocupação territorial que moldava as configurações espaciais com base nas identidades socioculturais dos caboclos e dos colonos. Porém, com a barragem, podemos identificar distintos períodos do rearranjo territorial no meio rural. Se a territorialização ocorreu em um período de tempo maior, desde as primeiras ocupações do espaço pelos segmentos sociais até em torno de 1995, quando é dada a outorga de autorização para a realização dos estudos de viabilidade da construção da barragem, a desterritorialização e a reterritorialização serão mais dinâmicas, produzindo temporalidades diferentes e até sobrepostas. A construção da barragem trouxe uma aceleração nas mudanças e transformações no meio rural.

Em 1995, o governo federal outorga a licença para realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental.¹⁶⁷ O EIA-RIMA e o Cadastro Socioeconômico (CSE) foram realizados entre 1997/1998 pela empresa ENGEVIX S.A. Pelo CSE, 842 famílias foram listadas. Outra empresa, a ETS (Energia, Transporte e Saneamento Ltda.), foi contratada para ser responsável pelas indenizações.

Durante a realização do cadastro, começou a apreensão social para os moradores afetados, simbolizado pelo desconhecimento em ser atingido pela barragem, pelo não conhecimento dos seus direitos, pela falta de informações concretas e, na maioria das vezes, parciais pró-emprego. Isso gerou o desconhecimento do destino e do futuro da família, a desconfiança, a insegurança, a incerteza e a inquietude. Além disso, muitos atingidos não foram incorporados ao cadastro, o que ampliou as apreensões. “Não fui reconhecido como atingido. A área onde plantava foi alagada. Na época não imagina que iria sair. Não tinha informação” (HCA/9); “Tinha conversa da barragem, que iria sair uma barragem, mas que não sabia que iria ser atingido. Depois, não queriam reconhecer como atingido” (HCR/14); “Eu não fui cadastrado em 1997 e nem tinha carta de arrenda” (HCR/6); “Jamais falaram que eu tinha direito. Sempre foi negado o meu pedido” (HIR/23); “Não sabíamos que íamos ser atingidos. Não tínhamos noção do tamanho que era a hidrelétrica. A BAESA nunca nos avisou de nada” (MIR/17); “Era casada na época do cadastro, que tinha ficado no nome do meu marido. Separei-me e não queriam me reconhecer. Negaram o meu direito no início” (MPR/12).

¹⁶⁷ Emitida pela DNAEE, portaria n. 352, autorizando a empresa ENGEMIX S.A., mas esta contrata a empresa ENGEVIX S.A. para elaborar os estudos de viabilidade da Usina Hidrelétrica de Barra Grande.

O primeiro cadastro estava pautado quase exclusivamente pela concepção territorial – patrimonialista, reconhecendo os proprietários de terra com a posse legalmente registrada. Foram poucos os não proprietários incluídos. Nesse momento começa a ocorrer a desterritorialização caracterizada pela desconstrução das diversas territorialidades no meio rural e as primeiras intervenções nos territórios construídos historicamente pelos grupos socioculturais da região. A demarcação da área a ser inundada e o levantamento do cadastro faz com que haja a circulação e a constituição de novos grupos, como os funcionários do consórcio e das empresas prestadoras de serviços.

Quando começaram os primeiros aviões a passar para fazer os levantamentos, nós nos assustamos, nós não conhecíamos aquele barulho, na verdade ficamos sem saber, achávamos que iria dar uma guerra ou uma revolta. Ele (o avião) rachava de lá, cruzava aqui e para nós representava que iria bater no pico do morro. E ele levantava lá. Daqui a pouco, dava uma volta, a gente via as rodas do avião, de repente vinha de novo, um atrás do outro, depois ficamos sabendo que estavam fazendo o levantamento da obra (HCA/18).

Inicialmente, a desterritorialização se apresenta “simbólica” para a população, no sentido do desconhecimento do que estava acontecendo. Depois se materializa no processo para o reconhecimento ou não como atingido, e efetiva-se, no último momento, pelo deslocamento compulsório, em grande parte contra a vontade dos moradores.

Havia várias dúvidas por parte da população atingida: uma era se a obra iniciaria, pois ela já havia sido anunciada inúmeras vezes desde a década de 1980. A outra era da real possibilidade de ser atingido, das suas terras serem alagadas, porque não imaginavam que a água poderia inundar as terras e/ou as casas, que poderia chegar a tão grande altura e distância, pois moravam quilômetros do local da barragem a ser construída. “Capaz que vai inundar. Nunca imaginava que poderia chegar até aquele ponto” (HAR/20); “Não esperava que pudesse ser atingido. Não esperava que a água pudesse chegar ali” (HIR/8); “Quando falaram da barragem foi pelo ano 2000. Que teria que sair. Não sabia que iria ser atingida. Capaz, imaginar que a água viria aqui” (MCA/11).

Nunca tinha ouvido falar. Somente quando começaram a fazer. Sabia que iria sair lá na Barra Grande. Não sabíamos que iríamos ser atingidos. Nós moramos toda a vida na beira do rio, mas não sabíamos. E não iríamos ser reconhecidos, se não fosse este homem que nos deu uma carta de arrenda. Porque nós não tínhamos terra. Não fomos comunicados que tínhamos direito (MCA/10).

Quando iria sair essa barragem, a gente não acreditava. Ficamos sabendo quando começou a construção mesmo. Já tinham projetado, mas tu não sabia que iria sair. Capaz que iria acreditar que iria subir lá do Socorro até aqui, rapaz. Fechar lá. Daqui até na barragem dá uns dez quilômetros. Subiu cento e tantos metros (HCA/9).

Da mesma forma, havia falta de informações durante o processo de licenciamento, inclusive nos momentos da exposição oficial do empreendimento, quando ocorreram as audiências públicas.¹⁶⁸ A audiência tem por finalidade expor o projeto às comunidades, para que a ele sejam incorporadas suas informações, críticas e sugestões, bem como para que sejam sanadas as dúvidas acerca do empreendimento e de suas implicações socioambientais e econômicas para a região (ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. 2005, p. 106). Foram realizadas somente duas em toda a região, ocorridas nos dias 10 e 11 de junho de 1999, nos municípios de Anita Garibaldi e Vacaria, respectivamente. A maioria dos atingidos sequer ficou sabendo dessas audiências: “Não ficamos sabendo das audiências públicas” (MCA/10); “Não, não nos comunicaram dos direitos. Não fiquei sabendo das audiências públicas. Falaram que iriam construir uma barragem e as pessoas da água do rio teriam que sair” (MPR/12).

As audiências serviram para esclarecer as posições e o papel das diversas instituições governamentais e político-administrativas em relação à construção da barragem, mas não para os atingidos. As de âmbito federal, com destaque para o Ministério de Minas e Energia (MME), e estadual (RS e SC)¹⁶⁹ eram proponentes e facilitadoras do empreendimento e encontraram as prefeituras e a maioria dos políticos locais como aliados, porta-vozes da “chegada do desenvolvimento à região historicamente esquecida”. “O prefeito de Pinhal da Serra apoiava a empresa” (HCR/15); “Capaz que o município nos ajudava, os primeiros que apareciam eram os prefeitos com a polícia. A gente poderia ter muito mais coisas, os prefeitos foram todos contra nós” (HCR/7); “O primeiro prefeito de Pinhal da Serra, depois que se emancipou, ele se enquadrou com o chefe da obra. Eles metiam camburão da polícia para surrar o povo ali na estrada, atacar com cachorro, a polícia com a cachorrada” (HCA/18).

Não fui comunicado dos meus direitos. Foi o MAB que me comunicou. Prefeito, vereador, sindicato, Emater, essas pessoas que são da informação, não nos diziam nada. A única coisa que falavam é para a polícia sentar a borracha em nós. Era a conversa dos prefeitos, vereadores e deputados, esta era a prosa deles: “sentem a borracha naqueles baderneiros”. A proposta era essa. O jeito que nos tratavam era assim: “os sem-terras, os baderneiros”. Assim éramos conhecidos (HIR/8).

¹⁶⁸ Sobre uma análise das audiências públicas em empreendimentos hidrelétricos, ver Lemos (1999).

¹⁶⁹ As instituições de nível federal: Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério de Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As instituições estaduais no RS: Secretaria de Minas e Energia e Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM); em SC: Secretaria de Desenvolvimento Regional e Fundação de Meio Ambiente (FATMA). O órgão responsável pelo licenciamento foi o IBAMA, já que a obra fica na divisa entre dois estados. Nesse caso, cabe somente aos órgãos estaduais serem consultados, sem poder de veto.

Na maioria das vezes, as condutas das autoridades locais se inscrevem na visão clássica desenvolvimentista, que considera que os grandes empreendimentos de infraestrutura por si só trazem condições favoráveis ao desenvolvimento da região. Localmente, a elite política e econômica de cada município vislumbrava os enormes benefícios com a circulação de bens, de serviços e trabalhadores em função da obra. Na divulgação desses benefícios, coube, juntamente com as instituições governamentais, à empresa exercer papel destacado, utilizando-se de propaganda nos meios de comunicação locais como rádio e jornal, repassando a versão oficial dos benefícios do desenvolvimento com a construção da barragem e suas “consequências positivas” para a região e para os atingidos. A estratégia era garantir a legitimidade da construção da barragem com a população de toda a região.

O contraponto à propaganda oficial foi realizado pelos setores ligados aos atingidos pela obra. O MAB, depois de uma incipiente organização dos anos 1980 em torno da construção da barragem Barra Grande, reinicia a mobilização nos municípios atingidos, reativando antigos e potenciais contatos com a realização das audiências públicas, a divulgação e conhecimento do RIMA e do CSE. Entre os aliados do movimento, nesse primeiro momento, pode-se citar a CPT, representada em algumas paróquias, a ONG Centro Vianei de Educação Popular (VIANEI) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anita Garibaldi (STR-AG).¹⁷⁰ A resistência da população local atingida começa a se formar, cabendo ao movimento social a iniciativa da informação, principalmente a de comunicar os direitos dos atingidos.

No período de dois anos, o licenciamento avançou e alguns trâmites legais foram cumpridos.¹⁷¹ O leilão realizado pela ANEEL foi vencido pelo Grupo de Empresas Associadas de Barra Grande S.A. (GEAB).¹⁷² Mas para os atingidos, esse tempo só aumentava as dúvidas sobre o empreendimento, mantida a falta de informações e a descrença

¹⁷⁰ A **VIANEI** é uma ONG de atuação em vários municípios da região, que com apoio da CPT promoveu desde os anos 1980 cursos para agricultores sobre conscientização política, tanto organizados ou em processo de organização. O **STR-AG**, comandado por lideranças comunitárias formadas nos cursos da VIANEI, se destaca e foi um contraponto aos demais sindicatos rurais da região, como posição crítica à barragem de Barra Grande, enquanto que os demais ficaram favoráveis ao empreendimento, posição esta contraditória, pois muitos atingidos eram agricultores filiados a esses sindicatos.

¹⁷¹ Alguns trâmites do licenciamento da barragem: A) A emissão da Licença Prévia (n. 059/1999) em 15 de dezembro de 1999 pelo IBAMA; B) A ANEEL aprova os estudos de viabilidade apresentado pela Engemix S.A. em 21 de dezembro de 1999 (Despacho n. 543); C) A ANEEL realiza o leilão n. 05/1999, no dia 25 de setembro de 2000, sendo vencido pelo GEAB; D) A Licença de Instalação (n. 129/2001) foi emitida em 27 de junho de 2001 pelo IBAMA; E) A renovação da Licença Prévia (n. 059/99) emitida pelo IBAMA em 23 de fevereiro de 2001.

¹⁷² O consórcio GEAB era formado pelas empresas VBC Energia S.A., Alcoa Alumínio S.A., Valesul Alumínio S.A., DME Energética Ltda. e Camargo Correa Cimentos S.A.

de ser atingido, o que implicava na dificuldade de construir resistências. “Colocaram uns marcos, a gente perguntava e não falavam nada” (HCR/7).

E quem de nós sabia? Nós não sabíamos de nada. Nós só começamos a ter atenção dessa obra quando começou a dar andamento. Quando o prefeito começou a falar sobre a obra. Muitos nem acreditam que poderiam trancar o rio. O senhor nem sabe, porque este rio é temeroso. Toda vida este rio foi violento. Quando ele enchia, se cansou de levar balsas que tinha ali. As enchentes levavam árvores e tudo. E nós duvidávamos que viesse uma obra dessas (HCA/18).

Antes mesmo de começar as obras, várias alterações sociais foram sentidas pela população local, tanto na cidade como no campo. No meio rural, houve um aumento da demanda por terra, principalmente as terras localizadas mais próximas à construção da barragem. A especulação tornou-se efetiva por compradores “oportunistas” que imaginavam lucrar negociando-as a valores maiores com a empresa. Ocorreu aumento geral do valor das terras e rápida queda na oferta. Outro caso comum, conforme o relato dos entrevistados, foi a vinda de famílias de fora da região e que ocuparam algum terreno perto da encosta do rio, na perspectiva de serem indenizadas pela empresa.

A incerteza sobre o futuro e o destino da família influenciava o planejamento da casa e da roça, já que havia a possibilidade da migração forçada em seguida. Não havia motivos para investimentos a médio e longo prazos, tanto na reforma e construção de benfeitorias como no plantio de cultivos perenes, como a mandioca, para dois ou três anos, como também de frutíferas.

Na cidade também houve alteração no mercado imobiliário, não somente no aumento do preço dos terrenos, mas na procura por casas para serem alugadas e o aumento do preço do aluguel. Também foi registrada a abertura de novos estabelecimentos comerciais, como bares e pousadas, na perspectiva do movimento futuro com a vinda de milhares de trabalhadores de fora do município.

O anúncio do início das obras nos meios de comunicação, a movimentação provocada pela logística, principalmente pelo maquinário, foram acompanhados com grande expectativa na região em julho de 2001, quando começou a constituição do canteiro de obras, o acampamento dos funcionários e as primeiras escavações em solo.¹⁷³

Nesse momento, a atuação do MAB e demais aliados foi intensificada com a população atingida, já que o processo de indenização das famílias cadastradas recentemente

¹⁷³ O começo da intervenção na área a ser construída a barragem ocorreu antes da emissão da resolução ANEEL n. 616/2002. Esta definiu como de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à implantação do empreendimento.

havia começado e muitas não tinham sido reconhecidas. Em seguida ocorreu a troca do consórcio das empresas responsáveis pela construção, reforçando a dificuldade de diálogo sobre a situação dos atingidos. A BAESA substituiu o consórcio GEAB.

A desterritorialização dos atingidos não se deu somente com o começo das obras, fisicamente – na demarcação, na escavação e na concretagem –, mas, sim, pela constituição de novos grupos socioculturais, pelo reforço expressivo de trabalhadores das empresas do consórcio, das prestadoras de serviço e das empreiteiras conhecidos como barrageiros, tanto os “peões” como técnicos e outros profissionais passaram a circular e viver na região: biólogos, geólogos, cientistas sociais, antropólogos e engenheiros. No auge da obra, havia em torno de 2 mil trabalhadores, a maioria vinda de fora, contratados por empresas terceirizadas pela empreiteira, sendo originários das regiões Centro-Oeste, Norte e principalmente Nordeste do país.

O alojamento principal ficava próximo ao canteiro de obras da barragem, na localidade de Rincão dos Crentes em Pinhal da Serra. Houve a instalação de outros alojamentos, classificados pela divisão social do trabalho, variando em qualidade dos alojamentos, distribuídos nas sedes de alguns municípios, como Pinhal da Serra, Esmeralda e até Vacaria.¹⁷⁴

Os impactos sociais da presença de mais de 2 mil trabalhadores em municípios com população absoluta pequena, oriundos de regiões culturalmente diferentes, são globais, sentidos em todo o município e na região. Refletiram-se na infraestrutura básica (transporte, comunicação etc) e no acesso a serviços públicos como saúde, segurança, educação e lazer. Nesses municípios, em situações normais, já havia a carência de acesso a muitos desses serviços, e com o acréscimo desse contingente populacional, a oferta foi saturada, inviabilizando o atendimento para todos, tanto para a população local quanto para os barrageiros.

O agravamento de alguns problemas sociais, como a criminalidade, se expressou pelo aumento de delitos como roubos e estupros. Aliás, as notícias desses delitos aliados a boatos de que entre os barrageiros havia muitos “foragidos da justiça” geraram insegurança, mudando o comportamento de muitas famílias, principalmente um maior cuidado com as mulheres. Essa desconfiança por parte da população local em relação aos barrageiros ainda pode ser percebida durante as pesquisas de campo, passados seis anos da conclusão das obras,

¹⁷⁴ A distância diária percorrida de Pinhal da Serra até Vacaria por ônibus exclusivos para o transporte dos barrageiros ficava em torno de 100 km em um único sentido, sendo 70 km de estrada de chão batido.

nas quais moradores urbanos relatam histórias relacionadas à insegurança provocada pela presença e a passagem dos “forasteiros”.

Ampliou-se o uso de drogas ilícitas, não encontradas antes em alguns desses municípios. Surgiu como elemento novo a prostituição organizada em bordéis próximos do portão central do canteiro de obras, do local do alojamento principal. A aglomeração de milhares de trabalhadores, homens, distantes de suas famílias e de suas parceiras sexuais, fez com que muitos buscassem sexo nos prostíbulos ou com mulheres locais, interferindo no cotidiano de muitas famílias. Segundo informantes, chegaram a funcionar cinco bordéis. Atualmente restam somente os escombros das construções (Figura 33). A presença da prostituição agravou os registros de casos de doenças infectocontagiosas e sexualmente transmissíveis.

Por fim, cabe destacar que na área da saúde ocorreu uma situação inesperada: inúmeras doenças relacionadas ao sistema respiratório foram registradas durante os meses de inverno, muito rigoroso na região, sobretudo porque os trabalhadores eram oriundos de regiões quentes do país.

Figura 33 – Escombros de um bordel localizado próximo ao alojamento principal do canteiro de obras da barragem Barra Grande.



Fonte: O Autor (2010). Pinhal da Serra-RS.

As cidades localizadas próximas – Pinhal da Serra, Esmeralda e Anita Garibaldi – transformaram-se durante a construção da barragem, principalmente nos finais de semana, quando os trabalhadores buscaram lazer nas sedes dos municípios. Como foi informado por um dono de bar na cidade de Esmeralda, toda a sua família chegava a trabalhar 24 horas e não

conseguia atender a todos. Ele ficava angustiado pelo fato de as mulheres (esposa e duas filhas) terem que trabalhar no meio de tantos homens. Além da bebida e da comida oferecidas, disponibilizavam local para jogos, sinuca e música. Atualmente, resta a poeira, algumas fotografias e lembranças do movimento de outrora. Esse empresário disse ainda que sabia que aquele movimento iria ser momentâneo, por isso não investiu muito no seu estabelecimento.

No entanto, muitos comerciantes não estavam conscientes disso e deslumbraram-se. Fizeram pesados investimentos, reinvestindo todo o capital adquirido em novas instalações, imaginando que daquele momento em diante o público seria constante com a ampliação e desenvolvimento do município. Passados seis anos, estão arrependidos, alguns endividados e descrentes com o futuro, sendo que o “Eldorado” prometido pelo desenvolvimento da região depois da implantação da barragem foi transitório como a passagem dos barrageiros.

Concomitante à desterritorialização, como parte de processos dinâmicos e interligados, há o início da reterritorialização, um novo reordenamento territorial provocado pelo deslocamento compulsório das centenas de famílias. As modalidades ou formas de remanejamento populacional adotadas em Barra Grande – indenização por dinheiro, Reassentamento Rural Coletivo, autorreassentamento por meio da carta de crédito e reassentamentos em áreas remanescentes¹⁷⁵ – dependem das estratégias da empresa BAESA e dos atingidos durante o período de negociação. A forma preferencial da empresa foi a indenização por dinheiro, principalmente para os proprietários de terras, seguida do autorreassentamento por meio da carta de crédito (denominados de autorreassentados). Para os atingidos organizados no MAB, a reivindicação era o RRC (denominados de reassentados). O movimento social trazia a experiência e o acúmulo dos processos de reterritorialização acontecidos nas barragens de Itá, Machadinho e Dona Francisca, exigindo terra por terra.

Havia um ambiente de insegurança nas negociações que era reforçado por informações falsas e de ameaças pela não indenização, caso o não aceite da proposta da empresa. “A empresa dizia: ‘– Vão ter que sair de qualquer jeito’” (HAR/20); “Os funcionários da empresa diziam: ‘– Se não aceitar, vai ficar sem nada’” (HCA/18); “A empresa dizia: ‘– Ou sai, ou vai sair na marra’. E: ‘–Ou sai ou a água tira’” (HIR/23); “A empresa me procurava. Só falavam que tinha que sair de lá. Mas não falavam nada que iria ganhar alguma coisa” (HCR/14); “Tinha um funcionário da BAESA que dizia: ‘– Pode ser que a empresa vai embora e quem acertou, acertou, e quem não acertou não vai ganhar nada’. Tínhamos medo de ficar sem

¹⁷⁵ A modalidade reassentamento em áreas remanescentes foi opção de seis famílias que não queriam deixar o local sob hipótese alguma e que foram remanejadas para áreas próximas onde moravam, fora dos limites de proteção ambiental do lago formado.

nada” (MPR/16); “A BAESA só tentando enrolar o pessoal, só com mentiras, falava uma coisa e logo dizia outra” (HCR/7).

Para nós, a empresa era como um monstro, de destruição das comunidades. Uma das estratégias das empresas era soltar informações nas comunidades para que as famílias brigassem entre si, jogando as famílias umas contra as outras. Iam a uma casa e falavam uma coisa, iam em outra e falavam outra coisa. Criavam boatos para que as famílias brigassem entre si e para eles conseguirem seus objetivos (MIR/13).

Vieram iludindo muitas pessoas. Prometeram uma mesa farta, e quando chegou na hora apresentaram somente metade do bolo. E deixaram muita gente fora. Pessoas que moravam, que nasceram e se criaram ali, deixaram fora, não pegaram direito. E eles [empresa] fizeram pressão, iam lá e ofertaram, vamos supor: “-Eu lhe dou dez hectares de terra”. E o senhor dizia: “- Não, eu quero 20 hectares”. A empresa: “- Então vamos colocar na mão do juiz e você não vai receber nada”. Assustavam, atormentavam as pessoas, para que as pessoas vendessem pela metade do valor (HCR/6).

A incerteza da população atingida facilitava a indenização em dinheiro, já que era a única modalidade “certa” no momento. “Na época preferimos o dinheiro que era certo. E o reassentamento não. Imaginávamos que ninguém iria conseguir o reassentamento” (MCA/11).

Quando começou a construção, ela começou rapidamente, aí ela pegou o povo de surpresa, comprou muito terreno barato, porque ninguém sabia de nada. Não sabia que era atingido. Não sabia de nada. Nós tivemos que ir atrás. Não fui comunicado sobre meus direitos. Inclusive nos assustavam muito. Aí eles contavam das outras hidrelétricas, contaram das histórias de outras hidrelétricas, que o pessoal ficou sem nada, pois quem não se apressava não se adiantava, não iria receber nada (HCA/18).

O papel do MAB e dos aliados era de atuar com os atingidos, informando os seus direitos em relação à posse e uso de suas terras, bem como sobre a necessidade de sua organização para que pudessem intervir no processo de negociação proposto até então pela empresa relativa às formas de remanejamento e reivindicando o RRC para todos os atingidos, proprietários ou não.

Além da informação, o MAB organizava a realização de algumas ações que eram justificadas como necessárias para que a empresa negociasse. Assim, no final de outubro de 2001, ocorreu a primeira mobilização contra a barragem, realizada no portão de acesso ao canteiro de obras (Figura 34). O portão, fortemente cercado com arame farpado, foi cenário ilustrativo da presença do conflito e da real distância entre os interesses da empresa e dos atingidos.

Estávamos decididos pelo reassentamento. A carta de crédito faz com que tu vais para a cidade ou outra cidade mais longe ainda. Por isso participamos das

mobilizações. Desde o início participamos de tudo. A primeira ocupação me lembro até hoje (MIR/17).

Ela [BAESA] pensava que éramos bandidos, nos tratavam como sem-terra. Mas, ela era sem terra, tomou as nossas terras. Veio para cá e sequer nos reconheceu. Quando foram pegos pelo pescoço eles mudaram o discurso, quando estavam com a faca no pescoço (HIR/8).

Figura 34 – Portão de acesso ao canteiro de obras da barragem Barra Grande.¹⁷⁶



Fonte: Adriano Becker (2004). Pinhal da Serra-RS.

A segunda mobilização aconteceu em março de 2002. Essa foi a primeira vez que os atingidos montaram acampamento, permanecendo doze dias próximos ao canteiro de obras. É nesse momento que ocorreu a primeira repressão por parte da polícia gaúcha, em frente ao portão de acesso do canteiro de obras localizado em Pinhal da Serra-RS.

Os prefeitos, os políticos tudo contra nós. Os prefeitos de Pinhal e de Esmeralda vinham lá com a polícia. [O entrevistado começa a chorar] [...] quando lembro o

¹⁷⁶ (A) Detalhe da altura e da proteção com arame farpado. (B) Portão visto de frente.

confronto na frente do portão da construção. Desculpa, pois me fez lembrar de lá [o entrevistado não concluiu a resposta] (HCR/15).

A repercussão da ação policial foi negativa, pois vários agricultores foram feridos. Logo após o episódio, a Justiça Federal de Caxias do Sul proíbe a Brigada Militar e a Polícia Federal de usarem armas com projéteis de borracha contra os atingidos. Na época, o governador do estado era Olívio Dutra, que pertencia ao mesmo partido (PT) de muitos dos integrantes do movimento social. O secretário estadual de Segurança, José Paulo Bisol, intermediou pessoalmente o conflito e a tensão provocada pela repressão policial, visitando o local do confronto. Além disso, o comandante do 10º Batalhão da Brigada Militar (BPM), Luiz Carlos Martins, responsável pela regional Vacaria foi afastado, gerando forte polêmica nos jornais de grande circulação no estado.¹⁷⁷ A tensão entre os atingidos organizados com a polícia gaúcha diminuiu depois desse episódio, sendo retomada no governo seguinte, de Germano Rigotto (PMDB).

O movimento social começou a realizar ações periodicamente, uma a cada 90 dias, para demonstrar insatisfação e, ao mesmo tempo, encorajar os atingidos não reconhecidos, afirmando que somente com a organização seria possível conquistar os direitos. Algumas ações foram mais radicais, como quando funcionários, técnicos e engenheiros da BAESA foram surpreendidos e “trancados” nas salas e prédios públicos, nos quais se encontravam reunidos com prefeitos, secretários e vereadores, e só saíram depois de negociações e avanços em relação à pauta apresentada pelo MAB. Outra ação era o bloqueio dos carros das empresas nas estradas vicinais. Em muitas comunidades, chegou-se a proibir a entrada e circulação dos funcionários da empresa.

Com a organização da população atingida, houve maior resistência em aceitar as indenizações propostas pela BAESA. Passado mais de um ano após o início das obras da barragem, a empresa negociou algumas diretrizes com o MAB para as futuras negociações.¹⁷⁸ Nesse termo, foi incorporada uma nova modalidade de remanejamento, o Reassentamento Rural Coletivo, além de serem construídos critérios para a compra de terras por parte da empresa e a incorporação de muitos não proprietários ao CSE – estes teriam que comprovar o seu uso das terras que iriam ser alagadas. Para isso, foram necessárias as cartas de arrendas, assinadas pelos proprietários das terras em favor dos arrendatários. Mas as negociações

¹⁷⁷ As repercussões do enfrentamento e da tensão entre a polícia e os atingidos foram estaduais e ganharam destaque nos jornais: “Uso da força é legítimo, diz especialista”; “Meu partido é a Brigada Militar”; “Juíza manda MAB desobstruir usina”. Disponível em: <<http://www.mail-archive.com/policia-livre@grupos.com.br/msg03007.html>>. Acesso em: 19 set. 2011.

¹⁷⁸ O Termo de Acordo para Remanejamento da População Diretamente Atingida foi assinado no dia 30 de setembro de 2002.

continuaram lentas: além da demora da avaliação, havia objeção no reconhecimento por parte da empresa das cartas de arrenda que nem sempre eram aceitas, sendo necessárias várias tentativas, três a quatro vezes, para os arrendatários serem incorporados ao cadastro da empresa.

O número de famílias reconhecidas modificou-se durante o processo de construção da barragem e dependeu muito do processo de mobilização por parte da população atingida. Houve uma readequação na concepção de atingido, passando da territorial – patrimonialista – para a hídrica, e o reconhecimento dos que teriam “alagadas” suas terras ou benfeitorias. Dessa forma, incorporaram muitos não proprietários, principalmente arrendatários. No período de 2002 e 2003, o CSE passou de 842 para um total de 1.210 famílias reconhecidas.

A assinatura desse acordo foi importante para o movimento social e seus aliados, pois proporcionou crédito com a população atingida para atuar como representante e porta-voz destes. Mas as duras negociações continuaram, e o não cumprimento por parte da empresa de condicionantes do Termo levou o MAB a buscar ajuda no Ministério Público Federal (MPF) de Caxias do Sul, responsável pela região dos Campos de Cima da Serra.

A resistência protagonizada pelos atingidos que se organizavam no movimento social era devida à presença dos caboclos, que eram essencialmente não proprietários. Essa resistência cabocla se deu, sobretudo, por sua identidade sociocultural, pois como tinham menor apego material, não aceitavam as propostas da empresa. Além da recusa, não confiavam nos responsáveis pela negociação, considerando-as pessoas “estranhas”. Essa resistência foi reconhecida pelos próprios caboclos e demais atingidos desde o início da desterritorialização. A empresa, por tratar todos os atingidos da mesma forma, homogênea, teve dificuldades nas negociações. “A cultura cabocla fez a diferença. Não tinham medo. Não queriam dinheiro. E queriam ficar aqui”, segundo liderança do MAB que atuou em Barra Grande.

Na resistência, a participação ia além dos chefes de famílias homens e contava com a participação de todos os seus membros, inclusive as crianças e os menores de idade. A participação da mulher não se restringia às funções domésticas nos acampamentos, como o preparo dos alimentos. Elas também estavam na linha de frente das ações, ocupando inclusive postos de liderança do movimento.

Estava grávida em 2002. Envolvida nas lutas. Bem complicado, porque teve uma ocasião de uma repressão da polícia. Depois quando elas [filhas gêmeas] tinham nascido, até quando fizemos o maior acampamento de 50 dias, elas nos acompanhavam (MIR/17).

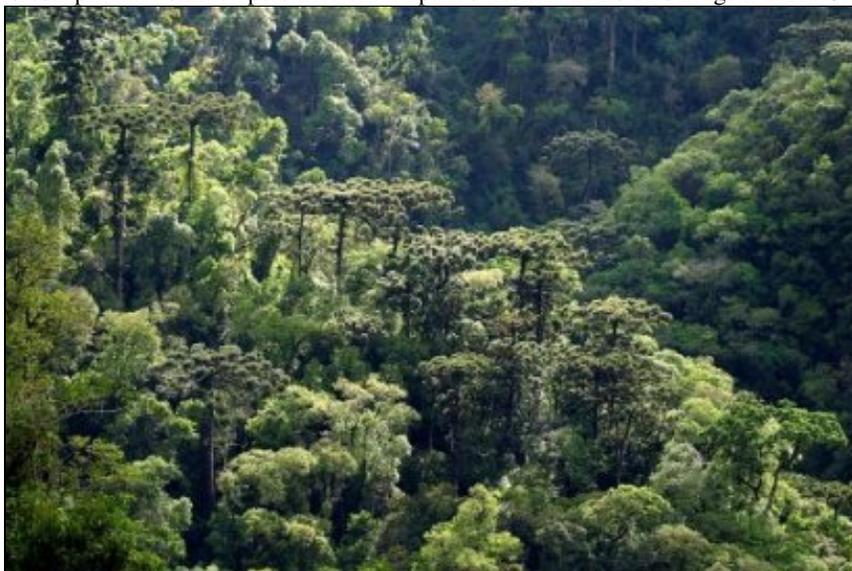
Nós fazíamos acampamento, trancávamos a estrada, atacávamos os carros, participávamos de todas as lutas. Viajávamos para outros lugares como Erechim. Para a gente conquistar [tinha que participar], os que não participaram, não conquistaram (MPR/16).

A empresa utilizou inúmeros métodos para desestruturar a resistência dos atingidos e impor suas prioridades, desde informações falsas e boatos até a não utilização de critérios de indenização, individualizando o processo caso a caso. Ocorreu também a tentativa de cooptação de lideranças comunitárias resistentes, aliados inclusive do próprio movimento social. Em alguns casos houve êxito, como o de uma liderança do MAB ter “trocado de lado”. Este fora afastado do movimento por aliar-se às empresas que comercializavam terras, facilitando as negociações com os atingidos. “Em vários momentos de negociação com a empresa, me chamaram em separado e ofereceram dinheiro, me ofereceram até R\$ 100 mil reais” (HIR/8).

As notícias das consequências da construção da barragem ganharam outro patamar quando da descoberta das irregularidades do EIA-RIMA, omitindo a presença na área a ser inundada, de 2 mil hectares de florestas virgens com araucárias (Figura 35) e mais de outros quatro mil hectares de florestas em estágio avançado de regeneração. A fraude nas informações apresentadas pela ENGEVIX só foi descoberta no final de 2003, após a quase construção total da barragem principal, quando a BAESA solicitou ao IBAMA licença para a supressão de vegetação para encher o lago.¹⁷⁹ O EIA-RIMA, além de omitir extensas áreas florestais, não incluiu inúmeras espécies, em destaque a bromélia *Dyckia distachya* (Figura 36), descoberta por ambientalistas e cientistas. A espécie constava na lista da flora ameaçada do Brasil (IBAMA, 1992) e era endêmica dos rios da região, estando hoje praticamente extinta do seu hábitat.

¹⁷⁹ A ENGEVIX foi multada em R\$ 10 milhões em 2005 e descredenciada do cadastro de consultoria ambiental do IBAMA, mas readmitida em seguida, e até hoje está envolvida com inúmeras construções de barragens por todo o Brasil.

Figura 35 – Floresta primária omitida pelo EIA-RIMA para o licenciamento da barragem Barra Grande.



Fonte: Adriano Becker (2004).

Figura 36 – Bromélia *Dyckia distachya*.



Fonte: Sítio Eletrônico SOS Rio Pelotas (2005).

A repercussão das notícias da fraude foi nacional, fazendo com que a luta e as reivindicações dos atingidos fossem melhor divulgadas. O MAB incorporou definitivamente a questão ambiental à sua pauta, recebendo a ajuda de aliados, de inúmeras organizações

estudantis e ambientalistas como o DAIB, o Ingá, o NAT, a Apremavi, a FEEC e a Rede de ONGs da Mata Atlântica.¹⁸⁰ Assim, ações de rua em apoio aos atingidos foram realizadas em várias cidades, como, por exemplo, Porto Alegre-RS (Figura 37). Um documentário, “Grande Barra”, foi produzido pelos estudantes universitários como forma de divulgar a situação provocada pela construção da barragem, trazendo depoimentos dos atingidos, ambientalistas e cientistas.¹⁸¹

Figura 37 – Ato em apoio aos atingidos pela barragem Barra Grande realizado em Porto Alegre-RS.



Fonte: Adriano Becker (2004).

Em setembro de 2004, foi firmado um Termo de Compromisso (TC) entre o IBAMA, MME, MMA, MPF, AGU e BAESA que permitia a Autorização de Supressão da Vegetação, desconsiderando as demais partes interessadas e envolvidas, entre elas o MAB e as ONGs ambientalistas.¹⁸² Das ações compensatórias contidas no TC, muitas, até outubro de 2011, não

¹⁸⁰ O **DAIB** é o Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O **Ingá** (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais) é uma ONG localizada em Porto Alegre-RS. O **NAT** (Núcleo Amigos da Terra Brasil) é uma ONG localizada em Porto Alegre-RS. A **Apremavi** (Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida) é uma ONG localizada em Rio do Sul-SC. A **Rede de ONGs da Mata Atlântica** é uma rede de ONGs filiadas que atuam por toda a extensão do bioma da Mata Atlântica pelo Brasil. E a **FEEC** é a Federação das Entidades Ecologistas de Santa Catarina, que congrega as ONGs ambientalistas catarinenses.

¹⁸¹ O documentário “Grande Barra” está disponível em:
 <<http://www.youtube.com/watch?v=cjmm6athmjI&feature=related>> (Parte 1),
 <<http://www.youtube.com/watch?v=6kj4CV0ALuw&feature=related>> (Parte 2),
 <<http://www.youtube.com/watch?v=fUJSOCHLL1w&feature=related>> (Parte 3). Acesso em: 20 set. 2011.

¹⁸² O Termo de Compromisso estabeleceu ações compensatórias a serem executadas pela empresa construtora em virtude do dano ambiental decorrente da formação do lago do reservatório da hidrelétrica. Entre as ações

foram executadas, como a compra de uma área de 5.740 hectares com características semelhantes da área a ser inundada. O dinheiro para a aquisição está depositado em juízo e aguarda somente decisão judicial. A área indicada com as mesmas características está localizada acima do lago de Barra Grande, mas até hoje não há acordo por causa dos interesses da construção de outra barragem – Pai-Querê – por parte das mesmas empresas que compõem o consórcio BAESA, como a mineradora Alcoa.

Algumas ONGs ingressaram com Ação Judicial para impedir a supressão da vegetação e proibir o IBAMA de conceder a Licença de Operação ao empreendimento. O Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região cassou as liminares argumentando que a questão foi trazida tardiamente para a apreciação do Poder Judiciário, já que a obra estava quase concluída.

A quase conclusão da obra e muitas questões pendentes, como o não reconhecimento de muitos atingidos, fizeram com que o MAB iniciasse um acampamento no Rincão São Jorge, entre o acesso da sede do município de Pinhal da Serra e o canteiro de obras. A mesma ação foi realizada do outro lado do rio, entre o acesso da sede do município de Anita Garibaldi e o canteiro de obras. O movimento social interditou a estrada e não permitiu a passagem dos trabalhadores da obra e dos contratados para efetivar o corte da mata, medida necessária para o alagamento e que havia começado nas áreas próximas da barragem principal (Figura 38). Esse acampamento, o maior de todos, ocorreu por mais de 50 dias.

destacam-se: a formação de um banco de germoplasma *ex-situ* para espécies ameaçadas de extinção, a aquisição de cerca de 5.740 hectares com características semelhantes da área inundada, a construção da sede do 5º Pelotão de Polícia Militar Ambiental do estado de Santa Catarina no município de Lages e a obrigatoriedade de uma Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, antes de dar continuidade ao licenciamento de qualquer empreendimento. O AAI foi realizado, mas com orientação do MME, pelas mesmas empresas que realizam os EIA-RIMAs. O MMA não aceitou este AAI por suas fragilidades e solicitou outro, intitulado de FRAG-RIO Uruguai, que apontou em outras recomendações o não barramento por longos trechos dos rios na bacia. Mas pelas decisões de continuidade das licenças de projetos que constam no PAC, sem admitir essas recomendações, percebem-se que as decisões continuam políticas, favoráveis às construções de grandes barragens.

Figura 38 – Corte da mata próxima da barragem Barra Grande (185 metros de altura).¹⁸³



Fonte: O Autor (2004). Pinhal da Serra-RS.

Durante o acampamento, o clima era tenso, já que os atingidos eram ameaçados e perseguidos pela polícia militar, não tinham liberdade de transitar pelas estradas da região. A polícia fazia barreiras e toda a população local era revistada, mesmo aqueles não acampados, como moradores próximos ao acampamento. Algumas situações eram inusitadas, pois alguns moradores chegavam a ser revistados na ida e na volta do caminho para chegar as suas casas e aos seus locais de trabalho.

Muitos atingidos eram incrédulos quanto ao fechamento da barragem e da formação do lago, pois argumentavam da impossibilidade de alagar tantas árvores, principalmente o pinheiro, já que a eles era proibido o corte de alguns exemplares para fins sociais como a construção de casa ou alguma benfeitoria. “Jamais pensei que poderiam derrubar a mata ou alagar tudo” (HIR/22).

Eu dizia que não iria sair [o alagamento] por causa [de ter sido impedido de cortar] dos três pinheiros para fazer a nossa casa, como é que iria alagar tudo e cobrir toda aquela montoeira, se não podia cortar três pinheiros? Alagaram tudo, afogaram os pinheiros (HIR/8).

Nós não podemos cortar uma e foram afogadas 2 milhões de árvores. Quando abaixa a água e aí ficamos vendo os pinheiros. Tinha pinheiro velho, um capão de 3 a 4 mil pinheiros e daí? Está lá tudo alagado. Ninguém ligou. Vai entender? Até hoje não consigo entender (HCA/9).

¹⁸³ O limite superior representa a cota de inundação com a formação do lago.

4.1 A disputa em torno das modalidades de remanejamento

As racionalidades diferentes entre os atingidos e o empreendedor também se expressam na concepção sobre a terra: se para os agricultores é um lugar de trabalho e de vida, fundamental para a produção e reprodução familiar, tanto para caboclos quanto colonos, para a empresa é considerada uma mercadoria a ser negociada. Essas negociações são consideradas “estranhas”, principalmente para a maioria dos caboclos, que nunca tinha passado por qualquer processo de compra de terra.

A estratégia por parte da BAESA, e concretizada por uma empresa terceirizada, a ETS¹⁸⁴, era buscar sempre a indenização por dinheiro, que é o tratamento indenizatório mais rápido e se dá de forma individualizada, com menores custos e nenhuma obrigação ou responsabilidade após o fechamento da negociação, principalmente no acompanhamento após a reterritorialização. A estratégia para minimizar os custos é a negociação individual com cada atingido, além do não estabelecimento de uma tabela de preços por hectare. “Sempre aparecia alguém da empresa para negociar, mas com tudo fechado, como o valor. E houve várias tentativas” (MIR/13).

Se eu tivesse feito a carta de arrenda logo, teria ganhado muito mais. Arrendava várias áreas. Só que eu não sabia. Não tinha informações. Fiquei sabendo mais tarde por causa do movimento e naquele momento já tinha negociado com a empresa. Pior foi para o meu irmão que não sabia que poderia ser beneficiado com a carta de crédito. Eles [a empresa] trataram somente com ele e o indenizaram em dinheiro. O valor foi menor que o meu e ele foi muito mais atingido, diretamente, pois alugou boa parte de suas terras (HCA/9).

A segunda forma preferencial de remanejamento utilizada pela empresa foi o autorreassentamento pela carta de crédito. A família responsabilizava-se pelo próprio remanejamento, pela busca e aquisição de nova propriedade com a carta de crédito recebida. Essa modalidade exigiu muita negociação de ambas as partes. O atingido precisava apresentar uma carta de arrenda comprovando o uso, assinada pelo proprietário das terras arrendadas. O passo seguinte era o reconhecimento pela empresa. Ela avaliava a atual propriedade ou área arrendada com as benfeitorias. Em seguida, havia a possibilidade por parte do atingido de indicar um pedaço de terra com valor de mercado aproximado, que nem sempre correspondia ao tamanho semelhante ao atual, por causa das variações dos preços da terra na região inflacionadas pela especulação criada em torno da construção da barragem. O dono do terreno

¹⁸⁴ No texto, sempre será referida a BAESA, mesmo havendo outras empresas identificadas no processo. Estas estavam a serviço da BAESA, portanto não há necessidade de diferenciá-las, principalmente na sua forma e método de atuação.

indicado teria que estar disposto a vender e a empresa a aceitar a indicação. Como não havia critérios estabelecidos de tamanho e tabela de preços da terra (Quadro 5), muitas negociações foram feitas entre as partes envolvidas, mas conforme os entrevistados, a empresa “cansava” os agricultores para que aceitassem as suas propostas. A negociação era demorada, mesmo quando aceita por todas as partes, gerando insegurança.

Pegamos carta de crédito. Ali onde te mostrei. Mas era muito ruim a terra, era só pedra. O dono e a BAESA nos fizeram comprar ali. O dono, hoje já é morto. Queria e nos obrigou a comprar a terra. Só que eu não conhecia. Por isso meu marido queria sair para outros lugares, para Anita Garibaldi ou qualquer outro lugar (MCA/10).

Os empregados da BAESA vinham para negociar. A gente tinha que arrumar o terreno e eles vinham olhar para ver se aprovaram a compra e venda da terra. Negociamos com o dono. Foi demorado. A BAESA veio já estava quase no final da obra. Muita gente, uma parte de nós achava que estava perdido. Nós estávamos ficando para trás, principalmente os pequenos. Eles vinham com a proposta e nós tínhamos que nos mexer. E se não nos mexêssemos, iríamos perder. Aí, tínhamos que comprar em qualquer lugar. Quando compramos aqui, não tinha nada. Não tinha água, luz, não tinha estrada. O senhor entendeu? Só tinha o terreno e mais nada. Mas daí como eles diziam, se o senhor não compra, não arruma, a firma está indo embora, e quem ficou, ficou. Nós não podíamos escolher um lugar melhor lá para cima, porque não tinha mais tempo. E nem tinha autoridade de escolher. Vamos supor se eu me interessasse em um terreno no município de Esmeralda. Aí tive que comprar aqui no fundo, aqui mesmo (HCA/18).

Quadro 5 – O tamanho da área indenizada e os valores pagos para a modalidade autorreassentamento por carta de crédito.

| Tamanho da área indenizada (hectares) | Valores pagos (R\$) |
|--|----------------------------|
| 2 | 18.000,00 |
| 7 | 5.000,00 |
| 7 | 11.000,00 |
| 7 | 19.000,00 |
| 10 | 17.000,00 |
| 12 | 15.000,00 |
| 12,5 | 36.000,00 |
| 14 | 50.000,00 |
| 16 | 27.000,00 |
| 23 | 101.000,00 |

Fonte: O Autor (2012).

Além do valor da carta de crédito, algumas famílias receberam como indenização a construção de uma casa e galpão novos. A avaliação da necessidade dessas construções

também foi realizada pela empresa conforme cada caso, demonstrando a falta de critérios na avaliação da indenização. Os atingidos que optaram pela carta de crédito, organizados ou não no MAB, reconhecem que a resistência do movimento social foi importante para a negociação dos valores. Eles justificam o acesso à informação e ao conhecimento de seus direitos como recursos para poderem negociar melhor com a empresa. Ao comparar os valores das primeiras indenizações – não relacionadas aos organizados do MAB – com as outras cartas concedidas durante o processo de resistência, é possível constatar que os valores pagos foram aumentando.

Para essas duas modalidades (indenização por dinheiro e carta de crédito), formaram-se um concorrido comércio e uma brusca valorização das terras na região, principalmente pela participação de várias imobiliárias, que passaram a disputar e oferecer propriedades rurais e terrenos urbanos aos atingidos como alternativas. Estes poderiam estar localizados até em outros municípios de fora da região alagada, como Concórdia (SC)¹⁸⁵ e Caxias do Sul (RS). No caso das famílias italianas, estavam retornando para as colônias velhas, lugar onde seus antecedentes haviam saído um século antes, migrado em busca de terras.

No final de 2004, foi assinado um Acordo Social entre IBAMA, BAESA, MAB e CGISE (Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico) e MPF/Lages. Nesse acordo, outras famílias foram reconhecidas. O número passou de 1.210 a 1.516 famílias, dado oficial final. Mas muitas outras, até hoje, não foram reconhecidas e indenizadas, e em alguns casos viraram processos judiciais por causa da discordância em relação ao valor da indenização. O Acordo Social firmado avançou no conceito de atingido, foram reconhecidos outros não proprietários e também moradores à jusante da barragem. “Não queriam me reconhecer. Morava pertinho, pouco abaixo da barragem, enxergava a obra. As explosões [de dinamite] tremiam a casa” (HCR/14).

A negociação central no Acordo foi o Reassentamento Rural Coletivo, não se admitindo as outras modalidades de remanejamento. “A carta de crédito é esmola para mandar para a cidade” (HIR/21); “Passou na cabeça várias vezes de não conseguirmos nada, pois mais de uma vez foi negado o direito. Estávamos decididos pelo reassentamento. A carta de crédito faz com que tu vais para a cidade, ou outra cidade, mais longe ainda” (MIR/17).

A empresa foi responsável por adquirir a terra para implantação do reassentamento, além da construção de casas, benfeitorias e serviços básicos de infraestrutura, como luz, água

¹⁸⁵ Conforme os entrevistados, alguns atingidos que optaram pela indenização em dinheiro e carta de crédito e foram morar em Concórdia, após alguns anos, retornaram para os municípios de origem, pois não haviam se adaptado ao lugar.

e estradas. O tamanho dos lotes foi definido conforme o número de integrantes e a força de trabalho da família atingida. Outras reivindicações foram incorporadas, como a construção de espaços sociais coletivos, acompanhamento e ajuda financeira e técnica após o reassentamento. A ajuda financeira foi dividida em uma verba de apoio à produção da primeira safra, já que as famílias eram “descapitalizadas”, e uma verba mensal de manutenção, destinada a suprir as necessidades básicas de cada família até a primeira colheita. Essa verba variou de um a dois salários-mínimos depositados em agências do Banco do Brasil (BAESA, 2007).

Em junho de 2005 foi emitida, pelo IBAMA, a Licença de Operação (n. 447/2005), e em 1º de julho seguinte começou o enchimento do reservatório. Para concretizar apressadamente o fato consumado, não houve tempo para o corte de todas as árvores e a consequente retirada da madeira para o seu uso (reivindicação dos atingidos), assim alagando a maior parte da área florestal. A entrada em operação comercial da usina hidrelétrica se deu em três momentos: unidade 1 em 1º de novembro de 2006, unidade 2 em dois de fevereiro de 2006 e unidade 3 em 1º de maio de 2006. Somente em 2006 o último RRC foi implementado.

A barragem Barra Grande deslocou oficialmente 1.516 famílias, distribuídas da seguinte forma: 954 famílias foram indenizadas em dinheiro, 298 famílias para o autorreassentamento por meio da carta de crédito, 258 em sete RRCs e seis famílias em reassentamentos em áreas remanescentes. O custo estimado da obra foi de R\$ 1,4 bilhão, e o principal agente financiador foi o BNDES (Quadro 6). A potência máxima instalada é de 690 megawatts (MW), produzindo em média 380 MW. A quantidade de energia produzida depende da demanda nacional e da disponibilidade de água no reservatório, podendo ter períodos anuais de cheia e de seca. Isso influenciará nos valores dos *royalties*¹⁸⁶ repassados aos nove municípios de abrangência do empreendimento, proporcional à área alagada, e assim aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e aos órgãos do governo federal.

¹⁸⁶ Os *royalties* tratam-se da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos) e são pagos mensalmente em decorrência do uso da água para a geração de energia.

Quadro 6 – Informações gerais e financeiras sobre a barragem Barra Grande.

| GERAL/FINANCEIRO | |
|--------------------------------|--|
| Nome da Barragem | Barra Grande |
| Rio | Pelotas |
| Bacia | Uruguai |
| Municípios | Pinhal da Serra e Anita Garibaldi |
| Estados | RS/SC |
| Latitude | -27.7758 |
| Longitude | -51.2264 |
| Data da licitação | 10/09/2010 |
| Empresas concorrentes | Construtora Queiroz Galvão; Consórcio Barra Grande; Consórcio Barra Grande de Energia; Consórcio EIT; Consórcio GEAB |
| Concessionária | BAESA – Energética Barra Grande |
| Início da Concessão | 14/05/2001 |
| Composição Societária | Alcoa (42,18%), CPFL (25%), CBA – Votorantim (15%), Camargo Correa (9%), DME (8,82%). |
| Ano Entrada Operação | Unidade 1 – 01/11/2005. Unidade 2 – 02/02/2006. Unidade 3 – 01/05/2006 |
| Custo Total | R\$ 1,4 bilhão |
| Custo KW Instalado | R\$ 2.028/ kW |
| Agentes Financeiros Envolvidos | BNDES (R\$ 460.624) |

Fonte: Observatório Socioambiental de Barragens – IPPUR/UFRJ.

Para o funcionamento de uma UHE, é necessária a construção de grandes estruturas observadas em Barra Grande: os túneis de desvio, a barragem principal, a tomada d'água e condutos forçados, a casa de força e o vertedouro (Figura 39).¹⁸⁷ A energia obtida na UHE é a transformação da energia hidráulica da água do rio por meio de uma queda-d'água que é transformada em energia mecânica. Por isso a necessidade da barragem, que, com a movimentação das turbinas, a energia mecânica transforma-se em elétrica.

¹⁸⁷ Os **túneis de desvio** são as primeiras estruturas a serem construídas. Dois túneis, cada um com cerca de 900 metros de comprimento e 17 metros de altura, foram escavados em rocha com o objetivo de desviar as águas do Rio Pelotas de seu leito natural, possibilitando a construção da barragem principal e demais estruturas da usina. Os túneis de desvio permanecem abertos até a conclusão da obra e a emissão da LO. Assim que a LO é emitida, os túneis são fechados para o enchimento do reservatório. Após a formação do lago, os túneis ficam embaixo d'água. A **barragem** é a estrutura que se destina ao barramento das águas do rio e à consequente formação do reservatório. A altura da barragem Barra Grande é de 185 metros, a segunda mais alta do Brasil, e o comprimento de sua crista, distância de uma margem a outra, é de 665 metros. Sua base tem em torno de 500 metros e o topo aproximadamente 14 metros de largura. A **tomada d'água** é a estrutura destinada a captar a água do reservatório e direcioná-la para os **condutos forçados**, que são estruturas escavadas em rocha com a função de conduzir a água até a caixa espiral, a fim de girar o eixo das turbinas e gerar energia. A UHE Barra Grande conta com três condutos forçados, cada um com aproximadamente 400 metros de comprimento. A **casa de força** é a estrutura que abriga as unidades geradoras e demais equipamentos e sistemas do complexo de geração de energia. O seu funcionamento significa a transformação da energia hidráulica em energia mecânica e, posteriormente, em energia elétrica, por meio da movimentação dos rotores das turbinas. A UHE possui três unidades geradoras, cada uma com potência instalada de 236 MW, totalizando potência máxima instalada de 708 MW. O **vertedouro** é a estrutura que tem a função de controlar o nível e a vazão da água do reservatório. A UHE possui um vertedouro com seis comportas, cada uma com 15 metros de largura por 20,98 metros de altura. Elas são abertas sempre que se torna necessário liberar o excesso de água do reservatório. Sua vazão equivale a 100 vezes a vazão média do Rio Pelotas.

Figura 39 – Usina Hidrelétrica de Barra Grande.¹⁸⁸



Fonte: Gustavo Zvirtes (2011), adaptado do site da BAESA (2010).

Um dos principais impactos ambientais provocados pela barragem Barra Grande foi a perda de 6 mil hectares de áreas agricultáveis e naturais de campo e floresta pela supressão ou morte por afogamento, que representou mais de cinco milhões de árvores, em torno de 200 mil araucárias (Figura 40). Segundo Brack (2010), fazendo um comparativo com a cidade de Porto Alegre-RS, umas das mais arborizadas do Brasil, as árvores atingidas corresponderam a

¹⁸⁸ (A) Vista geral da Usina e reservatório.

(B) Vista em detalhe da barragem com as principais estruturas representadas pelos pontos vermelhos: 1 – barragem principal; 2 – tomada d’água e condutos forçados; 3 – túneis de desvio; 4 – casa de força; 5 – vertedouro.

(C) Vista em detalhe o vertedouro.

três vezes a arborização da capital gaúcha. A área é considerada como um corredor único entre a floresta do Alto Uruguai e a floresta com Araucárias.

Figura 40 – Afogamento de milhões de árvores, em destaque as araucárias.



Fonte: Márcio Repenning (2005).

Durante o processo de reterritorialização, a BAESA e seus funcionários trabalhavam com a concepção de que havia homogeneidade cultural entre eles e a população atingida, assim como uma homogeneidade entre a população. As ações empreendidas demonstram que a sua visão de desenvolvimento e progresso era compartilhada ou que esta teria que ser implantada. As medidas modernizadoras transformaram a vida dos reterritorializados.

4.2 As mudanças

A reterritorialização provocou impactos e mudanças profundas na vida dos atingidos, tanto em nível de comunidade, como familiar e individual. “Com a hidrelétrica a vida mudou, mudou a vida de todo mundo” (HCR/6); “Mudou tudo, mudou muita coisa” (HIR/8); “A propriedade mudou completamente. Na família, meus filhos tiveram que sair para trabalhar de empregado” (MPR/16); “Ficamos quase dois anos sem capela. Não foi fácil” (HIR/22); “Mudou a vida comunitária. Tínhamos uma ligação forte, eram mais unidos que aqui no reassentamento” (MIR/13).

Essas mudanças podem ser sentidas de diferentes formas, dependendo das modalidades de remanejamento e dos grupos socioculturais, mas são expressas e sentidas

principalmente no uso da terra e no ambiente. Os reassentados mudaram totalmente o ambiente onde viviam, pois se antes viviam nos vales, relevo acidentado, nas encostas do rio, com a presença de vegetação, passaram a morar em área plana, aberta, sem ou com pouca vegetação arbórea. Para os autorreassentados, mesmo remanescentes em áreas próximas a anterior ou com características semelhantes, tiveram mudanças também no uso da terra e alteração do ambiente, principalmente pela proximidade com o lago formado pelo enchimento.

4.2.1 As mudanças para os reassentados

O reordenamento territorial, dos reassentamentos, localizados em áreas planas, de “campo aberto”, com pouca vegetação florestal, provocou mudanças no uso da terra, nos modos e sistemas de produção. A distribuição dos lotes foi definida conforme o tamanho que cada família tinha direito, baseada na carta de arrenda apresentada que descrevia a quantidade de hectares plantados anteriormente, além do número de integrantes e força de trabalho constituída na família. No planejamento da empresa, prevaleceu a distribuição aleatória dos lotes, conforme o tamanho. Em alguns reassentamentos, houve a intermediação e a participação do MAB com a empresa para facilitar e tentar colocar famílias com parentesco e da mesma comunidade atingida próximas, ajudando na readaptação e na reestruturação dos laços de sociabilidade. Nos reassentamentos estudados, as famílias são oriundas das mais diversas comunidades e municípios atingidos e tiveram que construir novas relações de vizinhança.

A maioria dos atingidos que optou pela opção do reassentamento não era proprietário de terra. Entre os entrevistados, os caboclos representam a maioria dos não proprietários, mas, importante destacar, houve também proprietários de terra atingidos que escolheram essa modalidade. Porém, para a maior parte, quando ocuparam os novos lotes, passaram a ser proprietários pela primeira vez. “Financeiramente não tinha condições de comprar. O reassentamento era a única maneira de conseguir um pedaço de terra” (HCR/6).

Se por um lado pode parecer positivo o acesso a propriedade da terra, por outro fica claro que surgiram consequências devido ao tamanho restrito. Acabaram as possibilidades de arrendar terras, já que os vizinhos dentro de reassentamento também não possuem terras sobrantes e a vizinhança no entorno dos reassentamentos é formada por grandes propriedades de terras, não ociosas, plantadas por monoculturas: soja, milho ou trigo. Assim a produção ficou limitada ao tamanho do lote.

Os problemas relacionados se acentuam mesmo após alguns anos do reassentamento, por causa da ampliação da família em número e dos filhos maiores de idade que já podem constituir a sua própria família. Obviamente pelo limite da terra a ampliação da produção não será possível naquele lote e nem mesmo há terras disponíveis por perto, isso provoca a desagregação familiar, impossibilitando os filhos de permanecerem na vizinhança – desejo de quase todos os agricultores, expressado principalmente pelos caboclos. Essa separação força a quebra dos laços de solidariedade necessários para a produção na unidade familiar e tem impacto afetivo e econômico.

Nos reassentamentos e em alguns autorreassentamentos por carta de crédito, como já informado, foram construídas casas e galpões para as famílias. As casas, de alvenaria, têm de 54 a 72 metros quadrados, e os galpões, de 40 a 96 metros quadrados. O tamanho das casas dependia de critério igual do lote, do número de integrantes e da força de trabalho de cada família. As casas foram construídas de forma uniforme, uma única planta, independente do grupo sociocultural pertencente.

Se para a BAESA trocar uma casa de madeira por uma de alvenaria é sinal de progresso, para muitos atingidos não. Inclusive, ter “uma boa casa de madeira” para a região, onde historicamente a exploração florestal esteve presente, é motivo de “muito orgulho”, ainda mais quando a casa é de madeira do pinheiro. Os entrevistados manifestaram que queriam suas casas construídas com a madeira das araucárias alagadas pela formação do reservatório. “Tenho saudades da minha casa de madeira” (MPR/12); “Tenho saudades de lá, da casa de madeira e do rio” (HAR/20).

Várias insatisfações foram reveladas em relação às residências, construídas todas iguais, do tamanho reduzido e da distribuição interna da casa. Ocorre também adição de peças inexistentes nas antigas, como o banheiro. Principalmente os caboclos, continuam possuindo as latrinas para as necessidades fisiológicas instaladas a algumas dezenas de metros da casa. E o banheiro de algumas residências torna-se uma peça para outras finalidades, como depósito. O piso da casa feito de azulejo também não satisfaz muitos dos entrevistados, já que no inverno com o frio intenso da região, o piso torna-se extremamente gelado, ainda mais porque os moradores preferem andar de pés descalços pela casa, retirando os calçados na entrada. A extinção da cozinha de chão e a dificuldade do acesso a lenha, sem a presença da mata nos campos, agrava o frio por falta de aquecimento.

Passados alguns anos, com o aumento da família e o crescimento dos filhos, surgem questionamentos sobre o tamanho da casa planejada para aquele momento inicial do reassentamento e não na perspectiva futura de crescimento de cada família. Ocorre o mesmo

para os reassentados solteiros e separados que receberam os lotes e as construções como se nunca alterassem o estado civil. “A empresa não pensou em um dia os filhos solteiros precisarem de mais terra, como se não fossem casar, assim como também em relação ao tamanho da casa e do paiol, muito menores em relação às casas das outras famílias” (MIR/13).

A maioria dos reassentados começou a ter energia elétrica em casa a partir da implantação dos reassentamentos. Desde então, houve a aquisição de aparelhos eletrodomésticos como televisão, celular, geladeira, *freezer* e máquina para lavar a roupa. Tanto a presença desses eletrodomésticos e de seus usos não é homogênea em todas as famílias e depende das condições financeiras para adquiri-los, como também da manutenção de hábitos anteriores. Mesmo havendo diferenças de consumo e uso dos eletrodomésticos, todos ressaltam o conforto obtido pela presença da energia elétrica. Apesar de ela ter provocado inúmeras mudanças no cotidiano das famílias. A televisão passa a ter o papel de reunir todos os familiares no seu entorno, o que antes era cumprido somente pelo rádio a pilha. Os alimentos passam a ser conservados por maior tempo com o uso da geladeira e do *freezer*. Nesse sentido, uma das principais mudanças observadas é a conservação da carne, antes frita e armazenada na banha e agora congelada. Mas em algumas famílias, a maioria cabocla, mesmo possuindo *freezer*, continua o hábito antigo, acostumadas ao gosto da carne e da banha.

Quando ainda moradores dos vales da região, uma das características que unia os colonos e os caboclos era o sistema de produção: a roça. Nos reassentamentos localizados em terras planas, com pouca vegetação florestal e fertilidade baixa, eles são obrigados a utilizar novas ferramentas e técnicas agrícolas. Precisam abandonar a roça e a agricultura tradicional de subsistência e substituí-las pelas lavouras (Figura 41), denominação em referência à forma de agricultura moderna realizada na região, principalmente presente nas grandes propriedades.

Figura 41 – Lavoura de milho, mecanizada e limpa com o uso de agrotóxicos, no Reassentamento Rural Coletivo.



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

Atualmente, para plantar é necessário o maquinário, o uso e a compra de inúmeros insumos externos à propriedade, antes não só não usados como desconhecidos por muitos agricultores, como os fertilizantes químicos, adubos, agrotóxicos e ração. No caso das sementes, antes crioulas, guardadas de uma colheita para outra e trocadas entre os vizinhos, agora passam a ser compradas. Em alguns lotes, faz-se também o uso da irrigação, dependendo dos novos cultivos introduzidos, como, por exemplo, o tomate (Figura 42). Na terra plana, sem cobertura arbórea, o solo seca facilmente, pois fica mais exposto ao sol e ao vento. Existe a não adaptação de algumas culturas ao campo, como o aipim, alimento-base da dieta de todos os agricultores da região. Além do solo, possuem dificuldade de guardar os ramos da mandioca de um ano para outro, já que não possuem mata para protegê-la das geadas.

Figura 42 – A irrigação é utilizada para alguns cultivos nos RRC.



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

Aqui é tudo mecanizado. O uso da terra: a diferença é que lá não precisa colocar calcário, não precisava adubo, não precisava veneno e aqui tem que usar tudo (HCR/6).

Plantamos milho. Feijão não mais, dá muita despesa. É uma mudança muito grande. Nossa vida teve uma mudança total. Hoje precisamos comprar tudo: veneno, sementes, adubo, ureia, calcário, tudo que precisamos. Antes não precisava. Isso mudou tudo (MPR/16).

A paisagem agora é campo. Lá era bem diferente, outra realidade. O solo muito fértil. Fazíamos roça de toco porque era roçada com foice e ficam os tocos na terra. Era só roçar, queimar e plantar. Aqui precisa de calcário por causa da acidez, precisa adubar. Aqui tem que usar o veneno. Tem que usar trator (MIR/13).

Não precisava de adubo, não precisava de calcário. Lá, nós trabalhávamos só manual, aqui, plana, só com máquina, quando tu tens. Nós chegávamos lá, botava a semente na terra, colhia abóbora, colhia moranga, assim em quantia, o milho do mesmo jeito, o feijão do mesmo jeito. Sem arrumar nada, nós não sabíamos o que era adubo. A maior parte da comunidade, nós não conhecíamos o tal do adubo. A dificuldade que deu hoje é com isso, tu vai na lavoura, e se tu não arrumar 5, 6 toneladas de calcário por hectare, 5, 6, 7 sacos de adubo, tu não planta hoje. O hectare para tu plantar é mais ou menos de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00, para arrumar a terra, para tu plantar. E tem que ter o dinheiro para pagar o trator, pagar a hora do trator, pagar o adubo, pagar o calcário, porque senão, não colhe nada. São R\$ 50,00 a hora do trator (HIR/8).

A assistência técnica ao agricultor foi estabelecida por um período de cinco anos, feita pela própria empresa BAESA e por uma equipe vinculada ao MAB, conhecida como ADAI (Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual) e pelas empresas estaduais de extensão rural de SC e RS, respectivamente EPAGRI e EMATER. Segundo os entrevistados, esse período de assistência não foi cumprido por nenhuma das equipes extensionistas por

causa das divergências de concepção de assistência técnica entre o movimento social e a empresa. Em relação às empresas EMATER e EPAGRI, no início havia uma parceria com a BAESA, mas não foi renovada. Atualmente atuam institucionalmente na região, mas com grande déficit de funcionários. Do lado gaúcho, havia uma única profissional responsável pelos reassentamentos, como também pela totalidade do meio rural dos municípios.

A mudança na paisagem atingiu todos os reterritorializados, os que permaneceram em áreas próximas têm a presença do grande lago. E para os reassentados, o relevo plano dos campos sem a presença da mata é a principal modificação na paisagem. “Não foi fácil se adaptar, nós sentimos muito. Dois anos para se acostumar ao campo” (HIR/22); “A barragem inundou tudo, ficou tudo embaixo d’água. Deus o livre, quando a gente vai lá, dá uma tristeza de olhar os terrenos que nós trabalhávamos, está tudo debaixo da água” (HCR/6).

Todos os entrevistados manifestam a diferença na “ausência da natureza”. A paisagem antes da construção da barragem é marcada pelo predomínio dos elementos da natureza, mas depois da barragem e da formação do lago artificial, esses simbolizam elementos construídos, com uma interferência na paisagem natural. “A diferença é que antigamente tinha o barulho da cachoeira e hoje não tem mais. Lá é uma área morta. Antes, tu enxergavas vida. Hoje, tu enxergas a morte. Antes enxergava a natureza” (HIR/8); “Antes, no entardecer, os pássaros ficavam em bando, sempre tinham um cântico bonito” (MIR/13); “Agora não consigo mais ver o que era o rio antes. A gente se criou lá, dá um sentimento estranho” (HIR/23).

O campo aberto, sem a presença da mata, é uma das principais mudanças na paisagem dos reassentados. A mata fazia parte da paisagem dos vales cumprindo várias funções: sombra e abrigo, alimento para a família e os animais domésticos, madeira e lenha, adubo e umidade para a roça. A ausência da mata representa a falta de dezenas de espécies arbóreas, como o pinheiro e outras relacionadas àquela formação vegetal e, conseqüentemente, a não possibilidade de seu uso. A falta do pinhão é sentida por todos. Se antes era um alimento comum para as famílias e os animais, agora sequer faz parte da paisagem, somente existindo alguns exemplares espalhados pelos campos. As frutíferas nativas plantadas pelos reassentados não se adaptaram, assim como as cítricas, antes presentes em abundância nas beiras dos rios. A falta da lenha impossibilita e restringe o uso tradicional do fogão a lenha, e para continuar usando, os reassentados compram madeira de fora. Além do cozimento dos alimentos, agora muitas vezes realizado pelo fogão a gás, a situação se agrava no inverno, já que era utilizado como aquecedor da casa. A falta da mata nos reassentamentos representou também a perda do faxinal para os caboclos. “A maioria das árvores que tem lá, não tem aqui no reassentamento” (HCR/7); “No começo sentimos muito, sem os frutos do mato” (HIR/23);

“Aqui não é a mesma coisa, porque lá o que dava bastante era bergamota, laranja, uva e aqui não dá. Colhia bastante jabuticaba, guabiroba, goiaba que aqui não existem” (HCR/6).

Modificou muito. Aqui não tem, não existem árvores. Não tem madeira para lenha. Não tem pé de laranjeira aqui, não tem olho-d'água, não tem pinheiro, não temos lenha, aqui precisamos de adubos para plantar. As filhas trouxeram cerejas de lá para plantar aqui. Não deu. Daqui uns dias, que nem no final do ano, eu tinha 50, 80, às vezes 100 leitões soltos debaixo das guabirobeiras e das cerejeiras. Daqui mais uns dias, aquilo lá vai amarelar de fruta: a cereja, guabiroba, a uvaia e o tarumã, chega a ficar tudo amarelo. Aqui não tem (HIR/8)

A alta pluviosidade oferece uma enorme disponibilidade de água na região, sendo que a captação da água para as famílias moradoras dos vales se dá pelas vertentes e poços construídos na superfície. Essa realidade muda nos reassentamentos, quando a água passa a ser encanada e distribuída por uma rede, captada de um poço coletivo. As mudanças estão na qualidade da água, sentida no gosto, na sua disponibilidade, pois tem momentos ou dias que falta, principalmente para as casas localizadas nos locais mais altos, e no pagamento mensal, que em média custa entre R\$ 20,00 e R\$ 50,00 dependendo do consumo de cada família. Como no campo a umidade é menor que nos vales, há a necessidade da irrigação para alguns cultivos, como as hortaliças, encarecendo ainda mais o valor pago mensalmente.¹⁸⁹ “Lá o meio ambiente era muito melhor, a água era de fonte. Aqui é encanada, vem de poço” (HCR/7); “Aqui a água é encanada. Lá a água tinha um gosto melhor, era mais pura” (MIR/17); “A água era de fonte e bem gelada. A água hoje é paga – R\$ 40 a R\$ 50,00 por mês. E tem dias que tu tem, outros não” (HIR/8).

O rio, elemento marcante para os atingidos, além de fazer parte da paisagem antes da construção da barragem, tinha inúmeras utilidades, desde lazer para banho, lavar a roupa, a pesca para alimentação e lazer e a presença das frutíferas ao longo das barrancas do rio. Os entrevistados que pescavam antes, não pescam mais, devido à enorme distância até o rio, agora transformado em lago. Até existem tentativas de pesca, mas são frustradas pela ausência de peixes. “Sinto muita falta do rio” (HIR/22); “Pescava no Pelotas: jundiá, cascudo, surubi e traíra. Hoje, não tem nada disso” (HCR/15); “Nos dias de chuvas, íamos pescar. Agora não mais. Não comemos mais peixe, de vez em quando compramos” (HAR/20).

A mudança no clima para os reassentados está na alteração da temperatura e na presença constante do vento durante o inverno. O vento é intenso, dificulta a realização das

¹⁸⁹ Os entrevistados reclamam do valor pago mensalmente, nem sempre disponível no orçamento familiar nos dias das cobranças. Em uma saída de campo realizada em dezembro, as famílias estavam sem água porque a bomba de água queimou após um temporal ocorrido no final de semana. Cada família teve que pagar R\$ 50,00 para o conserto, sendo que muitas não tinham esse valor para ser pago.

atividades agrícolas e contribui no aumento da sensação térmica gelada. Por estarem localizadas em um “descampado”, o vento é muito mais sentido nas casas, aliada à ausência de árvores como proteção de quebra-vento. A falta da sombra para amenizar as temperaturas altas do verão também é muito sentida. “Mudou o clima, aqui tem um vento, um gelo. Lá na serra era melhor o inverno. Não tinha este vento” (HCR/6); “Aqui é muito frio, tem muito vento. Lá era muito mais tranquilo” (MIR/17); “Lá tinha mato para todos os lados. Aqui fica no limpo. No inverno não tem como aguentar. Tem que usar todos os casacos. O clima mudou muito, venta muito. No inverno muito mais frio e no verão muito mais quente” (HCR/15).

A necessidade de ter algum capital para poder produzir na terra, investir na lavoura, com dinheiro próprio ou por financiamento, faz com que haja um direcionamento maior para o plantio de cultivos para o mercado, como algumas *comodities*: milho e soja. Se antes era unânime entre os dois grupos socioculturais a produção preferencial do milho e do feijão, principalmente para o autoconsumo, no reassentamento há a busca de novos cultivos e produtos que possam ser comercializados.

A renda nas unidades familiares não mudou segundo os entrevistados. Mesmo que possam ter uma maior produtividade de alguns produtos¹⁹⁰, novos cultivos direcionados ao mercado, vendendo mais em quantidade e variedade, possuem muito mais custos que antes, como a compra de todos os insumos agrícolas e o pagamento do maquinário para arar a terra e “banhar” a lavoura com agrotóxicos.

Antes era praticamente uma renda limpa, pois não tinha gasto com nada. Só a nossa mão de obra. Era para consumo e o que sobrava vendia. Agora mudou, tem todos os gastos que tem que ser pagos, por isso temos que pensar no que plantar para poder vender (MIR/13).

Nesse processo de mercantilização, os colonos possuem maior facilidade de adaptação, incorporando novos cultivos direcionados ao mercado, como hortaliças, frutas (maçãs, pêssegos e amoras), e produtos para comercialização, como conservas, geleias, compotas, sucos, queijo e principalmente o leite, sendo este a principal renda mensal da maioria dos italianos (Figura 43). O leite é comercializado para indústrias de beneficiamento do Norte do estado e até para empresas de outras regiões, como a Nutrilat, localizada no Vale do Taquari, a centenas de quilômetros de distância.

¹⁹⁰ O aumento da produtividade não é verificado em todos os cultivos, como o feijão, principalmente pela alta fertilidade do solo nos vales.

Figura 43 – Amora cultivada no Reassentamento Rural Coletivo.



Fonte: O Autor (2010). Esmeralda-RS.

As outras fontes de renda encontradas entre as famílias reassentadas são a aposentadoria rural e o programa Bolsa Família. Nas famílias onde o integrante é beneficiário da aposentadoria, esta é também utilizada para investir na lavoura. A Bolsa Família é recebida por quase todas as famílias reassentadas que possuem crianças em fase escolar, portanto o valor mensal repassado depende do número de crianças. A ocorrência do benefício, principalmente nas famílias caboclas, demonstra a baixa renda dos reassentados.

Há agricultores, quer sejam caboclos, quer sejam colonos, que investem recursos próprios guardados para comprar os insumos necessários para a lavoura. Outros acessam o financiamento, mediante créditos específicos como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Para muitos atingidos, não somente o financiamento era uma novidade como também acessar o sistema bancário, pois antes não possuíam conta em banco, opção esta ainda compartilhada por alguns agricultores.

A maioria dos reassentados não se acostumaram com a nova lógica de produção, tendo como consequência o seu endividamento, principalmente registrado nas famílias caboclas, que não estavam habituadas nem ao financiamento nem ao acesso ao sistema bancário. “Estou endividado. Não tinha dívidas lá. Não fazia dívidas. Não tinha conta em banco antes”. (HCR/14); “Tenho dificuldades para pagar. Às vezes vem o prazo e não estamos prontos” (HAR/20); “Lá não usava nada, aqui sem veneno e maquinário nem pensar. Também tem que

usar calcário. Usei R\$ 3.000,00 em insumo e assim a gente se aperta como este ano” (HCR/15).

Os caboclos resistem e mantêm os cultivos de antes, feijão e milho, e a diversidade na produção, além de ainda priorizar a subsistência. Aqueles que tinham somente gado para a venda continuam na atividade pecuária, mesmo com o tamanho do lote limitado. O leite é tirado, mas não é destinado para a venda, e sim para o consumo da própria família ou amamentação dos bezerros e até dos porcos. “Só criava gado lá também e assim mantenho: 25 a 30 cabeças. No inverno planto um pouco de pastagem” (HCR/7). Os demais caboclos tentam manter uma agricultura diversificada, principalmente voltada para o autoconsumo. Essa resistência do caboclo em continuar os mesmos cultivos que antes da reterritorialização é destacada por lideranças do MAB e apontada como uma das causas da dificuldade de adaptação no reassentamento: “O caboclo é muito diversificado na produção. Ele pensa primeiro na sua comida. Há uma dificuldade do caboclo no reassentamento. Ele não entende várias coisas”.

A criação de porcos “caipiras” caracterizada pelo não aprisionamento dos animais, comum entre os caboclos, ficou prejudicada nos reassentamentos. A eles foi reservado um espaço não coberto, mas cercado, para que não possam entrar nas lavouras dos vizinhos e causar estragos, fatos ocorridos corriqueiramente no início do reassentamento. Como forma de promover a suinocultura, a empresa doou um porco branco para cada reassentado. Durante a realização das entrevistas, constatou-se a morte de três porcos brancos, pois não tinham se adaptado à forma de criação. Isso demonstra o desconhecimento por parte da empresa da heterogeneidade sociocultural e suas especificidades socioeconômicas. “Esse porco branco tem que estar na sombra, não pode sair no sol. No barro, ele vai ter problemas. Tem que ter chiqueiro. Ou colocar no potreiro e trazê-lo de volta” (HAR/20).

Os caboclos possuem uma maior dificuldade de adaptação ao reassentamento, já que havia diferenças na rede de sociabilidade entre os dois grupos socioculturais antes da reterritorialização. Mesmo possuindo boas relações com a vizinhança, os caboclos permanecem a maior parte do tempo no seu lote, sendo este o local do trabalho, do descanso e também do lazer da família. Isso se percebe no uso dos espaços sociais coletivos, como a sede social dos reassentamentos, que funciona como local de encontro nos finais de semana. Além de encontrar bebidas à venda, joga-se carta e sinuca. Os colonos são os maiores frequentadores, o que é constatado também nos eventos sociais como as festas comunitárias.

A reciprocidade está presente no auxílio nas atividades coletivas do reassentamento e nas unidades produtivas, ocorrendo a “troca de dias” de trabalho, empréstimo de ferramentas,

sementes e ajuda na carneação entre os vizinhos mais próximos. Ocorre também o empréstimo de dinheiro, mas este é realizado entre as famílias com maior poder aquisitivo, principalmente entre colonos.

Nos reassentamentos, todos ainda se reivindicam como integrantes do MAB com diferentes graus de participação. O movimento social é apontado como principal responsável pela conquista do RRC. “Se não fosse o MAB, estávamos mortos, nós não existíamos, ficaríamos debaixo da água” (HIR/8).

Se não fosse o MAB, nós nem tínhamos como nos envolver, o que iríamos fazer se não tem o movimento, nós não conseguiríamos nada. Como iríamos mobilizar sem saber de nada. Eles tinham mais experiência e foram passando para nós, fazendo reunião e nós nos reunimos, falavam, aconselhavam e assim ficamos sabendo (MPR/16).

Existe o reconhecimento do papel fundamental do MAB em todo o processo de reterritorialização. A função inicial do movimento foi de informar os agricultores que eram atingidos e possuidores de direitos. Em seguida, organizar a população para que seus direitos sejam reconhecidos.

No primeiro dia que fui à reunião, me deu um livrinho, um livro do MAB. Não era da empresa. Aquele livrinho dizia que quem era filho da terra, tinha direito. E eu morei cinquenta anos lá, trabalhando cinquenta anos na agricultura. Fiquei sabendo pelo MAB e não pela empresa. Pela empresa, fiquei fora do primeiro cadastro (HCR/6).

Fiquei sabendo da fraude do licenciamento ambiental pelo MAB. Se não fosse o MAB, não sei como estaríamos. Organizados, tivemos muita força para enfrentar a empresa. A busca de direitos levou a participar do movimento. Não foi nada fácil, passamos por muitas coisas (HCR/7).

Atualmente, a principal demanda interna está relacionada com a organização da produção do reassentamento, inclusive com a formação de cooperativas. As reivindicações são solicitadas coletivamente, tanto em nível local, na prefeitura e no Banco do Brasil, como também federal, com a ELETROSUL.

A organização em um movimento social fez com que os atingidos participassem de outras organizações, como cooperativas, sindicatos rurais e partidos políticos. Os caboclos são mais resistentes em participar destas, sendo que, por exemplo, nenhum deles é filiado a um partido político.

Historicamente, como nas outras regiões de atuação do MAB na Bacia do Rio Uruguai, concomitantemente ao movimento, existiu a construção do PT na região da barragem Barra Grande. Desde que o movimento se organizou na região, os integrantes

participam dos processos eleitorais locais, principalmente nos municípios que possuem reassentamentos, podendo apresentar candidatos do próprio movimento ou fazendo alianças com candidatos que “defendem” as suas reivindicações. O movimento já teve um vereador em Pinhal da Serra e atualmente possui um vereador no município de Esmeralda, além de uma secretaria municipal, resultado de uma aliança partidária com o PMDB na última eleição a prefeito (2008). Existem divergências entre os atingidos organizados no movimento sobre a política de alianças partidárias.

As religiões encontradas entre os reassentados são a católica e as evangélicas (a luterana e a pentecostal). A diversidade religiosa também não foi considerada pelos planejadores dos reassentamentos, já que em todos eles foi planejada somente a construção de uma igreja católica. No último reassentamento a ser implantado, o São Francisco de Assis, em Esmeralda, os atingidos conseguiram a construção de duas igrejas, uma católica e outra para os evangélicos pentecostais. “Brigamos muito para ter a igreja evangélica, porque se tinha antes, tinha que ter agora. Foi disputado com a empresa” (MCA/10).

A incerteza em relação ao futuro é manifestada pelos reassentados, principalmente em relação aos filhos. O desejo dos pais é que permaneçam ou se instalem próximos da casa da família. As impossibilidades de aumentar a produção e a constituição de novas famílias pelo tamanho limitado dos lotes e a falta de terra disponível no entorno do reassentamento contribuem para acelerar a ida dos jovens para as cidades. Outro fator que coopera para o êxodo rural são as consequências da modernização agrícola, como os custos elevados da produção e a redução da mão de obra necessária com o uso de maquinário na lavoura. O que se constata é que muitos filhos, os mais velhos, já se deslocaram para alguns centros regionais como Lages e Concórdia, em SC; Vacaria e Caxias do Sul, no RS. “Se continuar assim, há a possibilidade de êxodo rural de toda a família” (HIR/21). “Não tem serviço para ficar por aqui. O piá já tem 20 anos, está na hora de conseguir algo. Na lavoura não tem futuro, tem que investir muito. Se ele quiser, pode ir” (HCR/6).

4.2.2 As mudanças para os autorreassentados

Os autorreassentados por carta de crédito reterritorializaram-se por toda a região do Planalto, ocorrendo desde a permanência em locais próximos às áreas inundadas até a migração para outros municípios atingidos, continuando no campo ou migrando para o meio urbano e para cidades-polo como Concórdia-SC e Caxias do Sul-RS. A negociação da mudança para esses lugares foi intermediada pela atuação de imobiliárias que ofereciam

possibilidades de terrenos, lotes ou casas como proposta a ser apresentada pelos atingidos a BAESA. A incerteza de ser reconhecido como atingido e de ser indenizado fez com que muitas famílias optassem por essa negociação. Inclusive participantes e organizados no MAB preferiram optar por essa modalidade de remanejamento como garantia de indenização, já que não acreditavam na opção de conseguir o RRC.

Os autorreassentados entrevistados moram próximos às antigas áreas inundadas pela formação do reservatório, uma vez que o lago faz parte da nova paisagem. Alguns reconstruíram suas próprias casas, feitas de madeira, e outros tiveram casas construídas de alvenaria a partir da indenização da empresa. A planta e o tamanho seguiram os moldes das casas dos reassentamentos, dependendo do número de integrantes da família. Mesmo que remanescentes nas partes dos vales não inundadas, a implantação da hidrelétrica interferiu no uso da terra, principalmente pelas alterações ambientais e pela adequação à legislação ambiental.

O lago é o componente que está sempre à vista dos autorreassentados. De suas propriedades avistam o grande lago formado com dezenas de metros de profundidade (Figura 44). Se antes o Rio Pelotas e seus afluentes corriam entre os vales sombreados e muitas vezes escondidos pelas árvores das matas ciliares, agora, o lago de águas paradas inundou a paisagem antiga, composta pelos inúmeros lugares descritos presentes ainda no imaginário dos autorreassentados. Nas suas falas existe um misto de saudade, mistério e medo diante da imensidão do lago. Não há uso de palavras e expressões positivas para a descrição do lago e da nova paisagem. Não há uma aceitação, uma incorporação harmoniosa, um pertencimento do lago nessa nova paisagem descrita pelos autorreassentados. Também é reforçada a ideia do predomínio dos elementos da natureza no período antes da construção da barragem e a formação do lago como principal elemento artificial e atualmente predominante na paisagem.

Figura 44 – A paisagem formada vista pelos autorreassentados localizados próximos às antigas áreas inundadas pelo lago.



Fonte: O Autor (2010). Pinhal da Serra-RS.

Além da mudança de paisagem, o rio tinha várias funções no cotidiano dos agricultores: a adubação das terras, a lavagem das roupas em suas águas, a pesca, o lazer e as frutíferas abundantes nas matas ciliares. Essas atividades foram “inundadas” com a formação do lago, como também o aparecimento de inúmeros problemas, antes inexistentes. O lago provocou mudanças no ambiente, como o clima, aqui considerado como microclima, já que é possível constatar as alterações ao nível local. A sensação térmica, segundo os entrevistados, é que está mais quente no verão e mais frio durante o inverno. Como alteração significativa de um fenômeno meteorológico, há a presença prolongada da cerração, antes limitada ao curso do rio, hoje acompanha todo o reservatório, podendo permanecer por todo o turno da manhã, dificultando a penetração dos raios solares, mesmo nos meses quentes como dezembro (Figura 45).

O clima mudou bastante. No verão é muito quente. Virou um forno, um vapor quente, tipo queima de campo, de roça, um calorão. Eu estou aqui por que sou nego meio teimoso, porque me complicou a saúde, me complicou a pressão, coisa que nunca tive, pois com o calor me baixa a pressão. E o inverno ficou mais bravo. O sol demora a aparecer por causa da cerração (HCA/18).

O clima mudou, mudou muito. Que nem mês de novembro era difícil este frio que está dando agora. Tem dia, começa um tampado de cerração e só abre perto do meio-dia. E é por causa do lago. Tudo por causa do lago, tiraram a natureza, tiraram as árvores de perto do rio (MCA/10).

A cerração na costa do rio mudou. A cerração levanta lá. Antes quando era no Rio Pelotas, ela ficava ali embaixo, seguia o rio. Agora ela levanta e fica aqui em cima. A cerração acompanha a água. Às vezes fica até o meio-dia. Isso acontece no verão e no inverno. Mas tem dias que parece que não vai desaparecer nunca (HCA/9).

Figura 45 – A cerração acompanha a extensão do reservatório da UHE de Barra Grande.¹⁹¹



Fonte: O Autor (2010).

A formação do lago atingiu o hábitat de muitos animais, os que conseguiram fugir das águas tiveram que se deslocar, como as serpentes e os felinos. Estes acabaram ocupando o mesmo território dos reterritorializados, às vezes atacando animais domésticos como galinhas, gado e ovelhas. Acabam caçados pelos agricultores como forma de defesa pessoal e dos animais domésticos, como foi registrada com a jaguatirica. Há outros casos de desequilíbrios ambientais, como a infestação de pernilongos durante o verão, decorrente da água parada do lago e da falta de predadores naturais como sapos, pererecas ou peixes insetívoros. A falta de algumas espécies de peixes, antes pescados no rio, também é observada.

¹⁹¹ Foto tirada às 11 horas da manhã em dezembro de 2010 em Pinhal da Serra-RS.

Ano passado quase morremos por causa dos pernilongos [...] não tinha antes, agora “Deus o livre!” Compramos o Cotrini [inseticida], mas não prestou. Uma vez, passava aquilo e durava um mês na casa, agora tem que comprar outro para botar na tomada. E ainda era pouco que resolvia (MCA/10).

Desde o início do anúncio da construção da barragem, o Estado começa a se fazer presente em alguns serviços na região, como a fiscalização ambiental. Se em um primeiro momento os órgãos fiscalizadores como IBAMA, FEPAM e FATMA estão presentes na região para a implantação da barragem, logo em seguida atuam com a população em geral, aplicando a legislação ambiental, coibindo a caça de animais, a pesca nos rios em determinadas épocas do ano e o uso das queimadas na preparação do solo para fazer a roça. As faixas distantes de 30 metros no entorno do lago são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs). Em muitos locais, o limite das APPs está cercado e a pesca e o banho são proibidos no lago (Figura 46).

Figura 46 – Placas dispendo as leis ambientais.¹⁹²



Fonte: O Autor (2010).

¹⁹² As placas dispendo as leis ambientais, orientações sobre o uso dos bens naturais e as punições estão espalhadas por toda a área que compreende o lago de Barra Grande.

Fotos A e B tiradas em Anita Garibaldi-SC, 2010. Fotos C e D tiradas em Pinhal da Serra-RS, 2010.

(A) – Placa informando a proibição de banho e pesca no lago da usina.

(B), (C) – Placas informando sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs).

(D) Placa informando a área de reflorestamento.

Não pode derrubar árvore nenhuma agora. Assim fica difícil, não tem lenha. Se me denunciavam, vou ter que pagar a multa e posso ser presa. [...] Agora não dá para botar fogo nenhum. Que nem roçamos aqui, tem que deixar e não dá para colocar fogo. Antes, a gente fazia, a gente roçava, aquilo lá se chama capoeirão, roça e quando estava seco botava fogo. Agora se usa veneno, tem que colocar secante na lavoura para depois plantar. Na parte da roça não arrumava nada, só arrumava a parte da semente na terra. Nas lavouras não tem como plantar, se não tiver adubo, calcário e ureia (MCA/10).

Chegava época de fazer a roça, em novembro era o mês de fazer a queimada. Para chegar no final do ano com feijão novo. Bons tempos. Hoje isso terminou. Vai viver como? Não dá mais para a roça. Enchia de milho e feijão. Agora só com o uso de veneno (HCA/9).

A não utilização da queimada inviabiliza a roça feita como antes. A área mesmo sendo roçada é “limpa” com a utilização de herbicidas. Aliado à introdução de agrotóxicos, começa a se usar também adubos e sementes compradas. Os cultivos do milho e feijão continuam sendo prioritários, mas com maior ênfase para o mercado, havendo a inclusão de outros produtos destinados para a venda. As terras férteis compostas pelo adubo trazido pelo Rio Pelotas e seus afluentes, pelo sistema de cheias e vazantes, não existem mais. Por isso, segundo alguns entrevistados, existe a queda da produtividade. “Mudou bastante. A mudança é que a roça tem que ser mais trabalhada, com todo tipo de veneno” (HIA/3).

Agora só compramos sementes: é semente de feijão, é semente de milho, é semente de melancia. Compramos duas latas e diz que a melancia não dá sementes e aí tu precisas toda a vida que comprar mesmo, isso já fazem para a gente comprar, a fruta não tem a semente dentro, aí fica difícil. Temos que comprar tudo hoje, semente de repolho, “salada” e beterraba (MCA/10).

Outras novidades foram acompanhadas com a mudança do modo de produção, como o uso do financiamento. Isso implicou na necessidade de produção de alguns cultivos específicos para o mercado, visando o pagamento do empréstimo. Contudo, a venda da produção nem sempre consegue pagar a parcela do empréstimo, acarretando em muitos casos o endividamento, principalmente das famílias caboclas, que antes sequer tinham conta em banco.

Antes não plantava assim. Antes só plantávamos para nós. Nunca vendíamos nada. Nunca plantava para vender. Antes da barragem vir. Antes nós não tínhamos dívida, nós tínhamos um “lotão” de gado, nós tínhamos bastante porcos, nós tínhamos um fardo de dinheiro na travessa, nós nem no banco guardava, nada, nada, nós não devíamos um centavo para ninguém. Nós nem nos dávamos com banco. Depois que veio esta folia [barragem], daí começamos a fazer empréstimos para plantar a lavoura: era veneno, era semente, era adubo, era calcário e vai indo assim. Ureia, tudo isso aí vai. Fomos nos enterrando: tirava dinheiro de um empréstimo e botava no outro, tirava de um e botava no outro. Era sempre no banco. E daí a seca comeu

tudo. Deu aquela seca velha e terminou tudo. Nós estamos pagando dívida, quase morrendo trabalhando e é só para pagar a dívida. [...] Começamos a plantar fumo, nos iludiram [...]. Vivíamos banhando [de herbicidas] com a máquina nas costas por causa dos brotos. Um fumo bonito. Vivia limpando no verão, chegava a sair cinzas do “couro” [pele] lá no meio limpando e depois só veio cobrança que estávamos devendo. Aí não podemos pagar, nós não tínhamos como pagar, aí deixamos o fumo (MCA/10).

Antes, o destino da maior parte dos cultivos era essencialmente para autoconsumo, agora, além de uma menor diversidade, algumas culturas são destinadas exclusivamente para o mercado, como o fumo e o gado. E outros produtos são comprados.

As encostas de beira de rio eram as coisas mais ricas do mundo. Plantava milho, feijão, batatinha, batata-doce, trigo, muito trigo. Era para consumo próprio primeiro, depois para a venda. Fazia roça: roçava, queimava, plantava e depois limpava. Mudou muito. Hoje planto milho para a venda e feijão para o gasto. Hoje quase tudo é comprado (HCA/18).

Antes fazia roça: roçava, plantava para consumo e venda. Criava-se gado também para a venda. Hoje, só gado. Aqui não tem como plantar, pois nos mudamos para cá e o terreno é muito inclinado. Criamos cavalo, vaca, porco e galinha. O resto da comida é comprado (MCA/11).

Mesmo que haja um maior destino de produtos para a venda, há um maior gasto com os insumos, não alterando a renda dos autorreassentados. A venda dos produtos pode ocorrer dependendo da necessidade de dinheiro. Dependendo da família, a renda pode ser complementada pela aposentadoria rural e pelo programa Bolsa Família, que é recebido por quase todas as famílias autorreassentadas que possuem crianças em fase escolar, considerando que o valor mensal recebido depende do número de crianças. A ocorrência do benefício, como nos reassentados, demonstra a baixa renda dos autorreassentados. Nos autorreassentados, o registro da assistência técnica se dá pela presença das empresas de extensão dos estados, mas é muito esporádica ou quase inexistente, como informado por algumas famílias.

A maioria dos autorreassentados começou a ter energia elétrica em casa após a reterritorialização.¹⁹³ Por essa razão adquiriram aparelhos eletrodomésticos, assim como observado entre os reassentados, como televisão, celular, geladeira, *freezer* e máquina de lavar roupa. Também é ressaltada a obtenção de mais conforto com o uso da energia elétrica. Mas comparando os dois grupos de reterritorializados, há uma maior presença desses aparelhos nos reassentados. Nos autorreassentados dificilmente todos esses aparelhos são encontrados na mesma casa por causa dos seus custos elevados. Vários entrevistados

¹⁹³ Nas localidades visitadas, a energia elétrica foi disponibilizada para os atingidos reconhecidos pela BAESA. Os demais moradores começaram a ter energia a partir de 2006 por intermédio do Programa Luz para Todos. Na região atingida pela barragem Barra Grande, o programa de eletrificação rural continua sendo implantado, sendo ainda registradas, no meio rural, inúmeras residências sem energia.

justificaram que o alto preço da energia elétrica impede a utilização de alguns dos aparelhos, mesmo quando existentes nas casas. “Tenho um tanquinho [máquina de lavar], só que nem ocupo, porque gasta muita luz” (MCA/1); “Tem várias coisas da luz que poderia ter dentro de casa, só que a gente não pode comprar e pagar esta luz” (MCA/10).

Outra mudança sentida pelos autorreassentados é a perda de muitos vizinhos, que, com o processo de reterritorialização, mudaram-se para locais distantes. O esvaziamento das localidades atingidas remanescentes continua sendo uma das principais consequências, pois a dificuldade de continuar morando próximo ao lago fez com que outros moradores saíssem nos anos seguintes ao funcionamento da barragem. E esse êxodo rural também é registrado nas próprias famílias remanescentes, que inclusive incentivam seus filhos a irem para a cidade e/ou outros municípios da região na perspectiva de trabalho e melhoria de vida.

A maioria dos autorreassentados não chegou a participar do movimento social organizado. Porém, existem dois níveis de envolvimento entre aqueles que se relacionaram com o MAB: os que participaram até serem reconhecidos como atingidos pela empresa, embora não tenham esperado pelo Reassentamento Rural Coletivo, principal pauta do MAB. E aqueles que mantêm vínculo com o MAB ainda hoje. O grau de organicidade da relação com o MAB refletiu-se nas formas de reterritorialização dos atingidos. Aqueles que não se envolveram com o movimento social organizado, costumaram rumar para o autoreassentamento. Entres esses, a não participação no movimento social reflete na pouca participação em outras organizações sociais como sindicatos, partidos e a não existência de associações voltadas para a produção como ocorre nos reassentamentos.¹⁹⁴

Entretanto, mesmo aqueles que não se organizaram no MAB e continuam não concordando com seus métodos e a posição política de suas lideranças, reconhecem o papel do movimento a favor dos atingidos. Para estes, o trabalho do MAB se refletiu em reconhecimento dos direitos dos atingidos por parte da empresa, já que inicialmente poucos arrendatários tinham sido cadastrados e que na negociação coletiva expressou-se em maiores valores pagos para os autorreassentamentos. “Foi pelo MAB que fiquei sabendo de tudo, dos direitos como da carta de arrenda. Quem arrumou para nós foi o movimento” (MCA/11); “Se não fosse o MAB não tinha ganhado nada. Na hora que acreditei que o MAB ajudava o povo, aí eu fui participar” (HCA/9); “Nunca participei do movimento, sempre desconfiei do MAB. Não concordava com eles. Mas, eles ajudaram o povo” (HCA/18).

¹⁹⁴ Conforme já trabalhado no ponto 4.2.1 desta dissertação.

A incerteza em relação ao futuro também é manifestada pelos autorreassentados, principalmente em relação aos filhos. Os custos elevados da produção e a baixa renda são apontados como causas do êxodo rural em direção às cidades-polos da região. Em alguns casos, o abandono da agricultura se deu no período da construção da barragem em troca por outras profissões temporárias com remuneração superior. A conclusão da barragem acarretou na sobra dessa mão de obra, que não retornou para a atividade agrícola, não atrativa financeiramente, e continuou na busca de empregos nas cidades. “Quero que os filhos estudem e arrumem algo, porque aqui não tem como ficar” (MCA/11); “O filho foi para Caxias do Sul, trabalhar na Randon. Aqui está muito difícil, o futuro é incerto. E lá tem emprego na hora” (HCA/18).

Em junho de 2011, os autorreassentados e reassentados organizados pelo MAB uniram-se para buscar solução ao limite da área dos lotes para a produção e a falta de terra aos demais integrantes (como os filhos já aptos a constituírem família e poderem se instalar no meio rural, próximos aos pais, incluídos os demais agricultores atingidos não reconhecidos nas negociações com a BAESA e de outras barragens como Campos Novos, Itá e Machadinho) e montaram acampamento para denunciar a situação e pressionar pelo reassentamento. O acampamento contou com cerca de 400 agricultores. O local escolhido foi a comunidade São Jorge, em Pinhal da Serra-RS, o mesmo do acampamento realizado durante a reterritorialização de Barra Grande. Segundo o MAB (2011), existem mais de 2 mil famílias sem-terra cadastradas no INCRA do RS e SC, todas atingidas e expulsas pela construção das barragens na Bacia do Rio Uruguai.

5 ESTRATÉGIAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO PARA CONTINUAR AGRICULTOR

Este capítulo apresenta as considerações de análise do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) dos grupos sociais caboclos e colonos (italianos), dando ênfase ao processo gerado pela implantação da barragem Barra Grande mediante o cruzamento das conceituações teóricas realizadas pela bibliografia existente, pelas informações das entrevistas e a validação das hipóteses. Lembrando que a primeira hipótese trata das mudanças impostas pela reterritorialização nos usos da terra e da relação com o meio ambiente gerando perda de autonomia dos atingidos. E a segunda é referente à organização dos atingidos em um movimento social que redefine as modalidades de remanejamento populacional e gera formas de sociabilidade mais abertas com a sociedade regional.

Para analisar a reterritorialização destacada nas hipóteses, estudaram-se as etapas da territorialização e desterritorialização. O estudo se deu fundamentalmente pela realização das entrevistas e da observação direta, aliadas à historiografia disponível sobre a região. Assim conseguiu-se abordar as territorialidades das identidades socioculturais presentes historicamente nos Campos de Cima da Serra. A constatação da heterogeneidade sociocultural (presença de indígenas, caboclos e colonos europeus) aconteceu durante a realização da etapa exploratória do campo. Mas, assim como no EIA-RIMA, na maior parte da literatura acadêmica e da historiografia oficial dos municípios permanece ainda a versão da ocupação do território apenas a partir da chegada dos migrantes italianos, sendo os colonos considerados como os únicos integrantes do meio rural da região. A constatação dessa heterogeneidade permitiu-nos especificar suas identidades socioculturais, suas configurações espaciais, sua estrutura da vida produtiva, seu uso da terra e a sua profunda relação com o meio ambiente.

A compreensão da heterogeneidade é uma das principais contribuições desta dissertação. O vazio da leitura das diferenças socioculturais da região dos Campos de Cima da Serra tem dado margem às simplificações da análise do real impacto das barragens sobre as populações atingidas, ao mesmo tempo abre um novo espaço de pesquisa na caracterização da própria identidade de atingido.

Conforme apresentado anteriormente (capítulo 3.1), a ocupação da região Norte do Rio Grande do Sul deu-se na mesma época da chegada dos primeiros humanos ao continente americano. Estes eram caçadores-coletores-pescadores e viviam ao longo dos rios, como o Uruguai. Várias etnias indígenas se estabeleceram na região. Como eram nômades, também

tinham os rios como orientação para seus caminhos. A presença dos primeiros colonizadores se deu com a distribuição de sesmarias militares, dada a disputa de terras entre Portugal e Espanha. A constituição dos primeiros povoados ocorreu com o tropeirismo, que usava a região como rota obrigatória para o transporte do gado da Argentina e do Rio Grande do Sul para São Paulo. A pecuária é a primeira atividade econômica extensiva da região. Os fazendeiros instalaram-se para assegurar a posse da terra com a utilização da mão de obra escrava nas fazendas.

Todo esse processo histórico de ocupação da região, das misturas étnicas, culturais, das diferentes atividades econômicas, dá origem ao caboclo, fruto da miscigenação dos índios, brancos e negros. A territorialização dos caboclos sempre foi marcada pelo seu caráter itinerante, em que as condições naturais de campo e floresta contribuíram para uma economia familiar de subsistência e autoconsumo, baseada na caça, na pesca, na coleta, na horticultura itinerante e no extrativismo. Esse processo de itinerância é influenciado pelas desterritorializações acontecidas ao longo da história, todas com a participação do Estado brasileiro. A construção de barragens é a mais recente desterritorialização dos caboclos na região Norte do Rio Grande do Sul realizada pelo SE.

A territorialização dos migrantes europeus, principalmente italianos, na região dos Campos de Cima da Serra, ocorreu pela política de colonização do Estado e por empresas colonizadoras, que traziam habitantes das colônias já estruturadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em busca de terra. A migração significou condição de reprodução social para os colonos. As áreas destinadas para os colonos se sobrepuseram às já ocupadas pelos caboclos, que sem a posse legal das terras tiveram que se deslocar para regiões mais distantes, sofrendo um novo processo de desterritorialização.

As territorialidades diferentes dos caboclos e dos colonos expressam-se em diferentes configurações espaciais, tanto no nível das unidades familiares (moradia x propriedade) quanto na constituição das localidades e de seus nomes (rincão e capela x linhas, picadas e comunidades). Porém, a geografia da região ocupada faz com que haja a aproximação do modo de produção agrícola de ambos. A territorialização dos caboclos e dos colonos nos vales dos rios, com relevo acidentado, presença da mata e alta fertilidade do solo se dá pela realização de uma agricultura tradicional: a roça – roçar, queimar, plantar e colher. Nessas condições, há elementos em comum nos dois grupos socioculturais em relação à terra. Segundo Gehlen (1998), a terra constitui-se tanto para o caboclo quanto para o colono, nas suas óticas, “um espaço/lugar” de trabalho, necessário para a produção e reprodução familiar e de vida (em sentido amplo: biológico, social, religioso e político).

5.1 A emergência das diferentes estratégias de reterritorialização

A construção da barragem por sua vez inicia o processo de desterritorialização tanto dos caboclos como dos colonos. As obras de infraestrutura que integram as estratégias de desenvolvimento econômico (Brasil em Ação, Avança Brasil, PAC e IIRSA) são, de fato, formas de produção vinculadas a um sistema econômico caracterizado pela produção e reprodução ampliada do capital e dominado por grandes corporações empresariais e financeiras, em acelerado processo de fusão, concentração e transnacionalização (VERDUM, 2007, p. 9). Essas obras, como as barragens, promovem mudanças profundas na forma de ocupação dos territórios, gerando inúmeros impactos sociais e ambientais, como o deslocamento compulsório de milhares de pessoas.

A implantação da barragem de Barra Grande segue os mesmos moldes de outros empreendimentos hidrelétricos, sendo produto de uma política setorial que objetiva a geração de energia elétrica ao menor custo possível, decidida e imposta de fora da região onde será instalada, desconhecendo sua realidade, sem o (re)conhecimento e a participação daqueles que sofrem diretamente os seus efeitos. Aliás, as populações e o meio ambiente são considerados entraves durante todo o processo, contudo “solucionáveis” por medidas técnicas apontadas pelo EIA-RIMA.

Porém, os próprios EIA-RIMAS estão submetidos à lógica das grandes corporações, sendo uma prestação de serviço contratada (e muitas vezes executada por essas empresas) e que conta com debilidade e fragilidade da fiscalização dos órgãos ambientais (IBAMA). Caso notório foi o da omissão de milhares de hectares de florestas primárias, altamente preservadas, como no curso da barragem Barra Grande. Os EIA-RIMAs de má qualidade não são casos isolados como demonstrado em estudo comparativo de sete projetos de hidrelétricas, que destaca a fragilidade de conteúdo, a omissão de impactos, diagnósticos incompletos e distorcidos e, sobretudo, o “enfoque reducionista”, que não considera a complexidade da realidade no local dos empreendimentos (ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A., 2005, p. 106). Fica claro que os EIA-RIMAs são mecanismos técnicos legitimadores dos interesses das empresas, que demonstram a parcialidade das conclusões em favor do contratante, negando a real dimensão dos impactos da construção das barragens sobre o meio ambiente e as populações locais. Ilustrativa é a verificação de que um empreendimento desse porte provoca o deslocamento compulsório de milhares de pessoas, impondo um (re)ordenamento territorial. Se historicamente os diferentes grupos socioculturais, caboclos e

colonos, possuem territorialidades específicas e distintas, com a implantação da obra, ocorre a desterritorialização, tornando-os atingidos pela barragem.

Além do deslocamento compulsório das centenas de famílias, inúmeros impactos sociais foram causados pela construção da barragem Barra Grande, como a alteração do mercado imobiliário, com o aumento da demanda e do preço da terra na região (especulativo), a sobrecarga da infraestrutura local e dos serviços básicos à população, como a saúde e a segurança. Ocorreu também o aumento da criminalidade, do consumo de drogas, a ampliação da transmissão de doenças infectocontagiosas e sexualmente transmissíveis e o surgimento da prostituição. A fraude do licenciamento omitindo vastas áreas florestais aumentou os impactos ambientais, que representou na inundação de quase 6.000 hectares de áreas agricultáveis e naturais, de campo e floresta, no caso a já ameaçada Floresta com Araucárias (atualmente com 5% ainda remanescente, principalmente localizada nos vales da Bacia do Rio Uruguai). A perda de habitats ainda preservados colocou em risco espécies da flora e fauna terrestre e aquática já em situação crítica e conseqüente risco de extinção, como o puma, a jaguatirica, o queixada, o gavião-de-penacho e o urubu-rei, os peixes de correnteza, como o dourado e o surubim, e a bromélia *Dyckia distackya*, encontrada na área alagada e que hoje está praticamente extinta do seu habitat. A pressa em materializar o fato consumado fez com que não houvesse tempo para o desmatamento de toda a área florestal e o conseqüente aproveitamento da madeira, ocasionando o alagamento de toda a matéria orgânica, que no processo de decomposição provocou a produção de gás carbônico e metano (GEE), gases contribuintes do aquecimento global.

A construção da barragem Barra Grande seguiu o padrão vigente de violação dos direitos humanos na implantação de empreendimentos hidrelétricos pelo SE brasileiro. Segundo os direitos apontados pelo CDDPH (2010), identificamos alguns que foram violados em Barra Grande: o direito à informação e à participação; o direito de ir e vir; o direito à justa negociação, tratamento isonômico conforme critérios transparentes e coletivamente acordados.

O acesso à informação e à participação efetiva e democrática da população atingida foi o primeiro direito negado e violado em todo o processo de construção de Barra Grande. Não foram dadas informações sobre o que é uma barragem e para que serve essa obra, nem quem são atingidos e quais são os direitos que estes possuem. Isso fica bem demonstrado quando verificamos que os atingidos sequer sabiam da realização das audiências públicas em Anita Garibaldi-SC e Vacaria-RS (1999). Ainda mais notório é o fato de terem sido realizadas em somente dois dos nove municípios atingidos pela barragem. Além do desconhecimento da

realização das mesmas, a participação ficou comprometida pelas distâncias das comunidades rurais até os locais das audiências, realizados no meio urbano desses municípios. Mesmo que a audiência não fosse condição essencial para a aprovação ou não do projeto, esse era o único momento oficial em que as comunidades podiam conhecer as propostas do empreendimento e seus impactos socioambientais.

O acesso à informação também foi limitado pela dificuldade de obter os documentos, como o próprio EIA-RIMA, disponibilizado pelos órgãos ambientais em suas sedes estaduais (Porto Alegre e Florianópolis) localizados a centenas de quilômetros. Mas, além do acesso físico, há a dificuldade de compreensão pelo formato técnico de sua elaboração, realizado por profissionais especializados (biólogos, sociólogos, antropólogos, geólogos e engenheiros). A técnica, como linguagem, é um instrumento de significação e imposição de ver o mundo, por isso sua “objetividade” e “neutralidade” são socialmente definidas (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005, p. 105). Mesmo que o RIMA seja, em teoria, de fácil leitura e compreensão para todos os envolvidos, continua a existir um distanciamento entre a linguagem dos agricultores e das comunidades rurais com essa linguagem técnica.

O não acesso à informação e a divulgação de explicações divergentes, às vezes em formas de ameaças, são estratégias utilizadas pela empresa para forçar as famílias a saírem de suas terras ou aceitarem as negociações. Nesse sentido, a primeira função exercida pelos setores da sociedade que se envolvem com as comunidades atingidas pela construção de barragens é a de informante. Por isso, a Igreja Católica teve papel fundamental desde o início, já que conseguiu levar as informações com a linguagem dos agricultores e diretamente para as comunidades rurais, possuindo legitimidade social e esclarecendo a dimensão dos impactos. Outros informantes se aliaram à Igreja, como sindicatos rurais e ONGs, e em seguida orientaram para a necessidade de organizar as comunidades.

Assim como nas outras regiões da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, a constituição de um movimento social no meio rural surgiu devido à ameaça dos impactos sociais sobre os agricultores decorrentes da implantação da barragem. O movimento organizado começou a se constituir logo no início da redemocratização brasileira, com o conhecimento dos impactos causados por outras barragens na região Sul, como Passo Real e de Itaipu, juntamente com a divulgação do inventário do aproveitamento energético de toda a Bacia realizada pela ELETROSUL com possibilidade de construção de 25 barragens. Com o apoio de vários setores, como a Igreja Católica, representada pela CPT, ampliou-se a discussão e formaram-se cinco comissões regionais, sendo uma delas Vacaria/Lages, já como possibilidade da construção de Barra Grande. Para Carvalho (2006), esse primeiro momento significou o

nascimento de um movimento social, em uma situação de revolta, onde há rejeição ao fato (a construção das barragens), dados os sentimentos de insegurança e incerteza que se formam na possibilidade que se avizinha da transformação do cotidiano.

No início da década de 1980, a organização do movimento permanece incipiente na região, já que Barra Grande deixa de estar nos planos iniciais da ELETROSUL, que se volta para a construção das barragens de Itá e Machadinho. Esses locais servirão de base para a constituição de um movimento social organizado primeiramente na região, a CRAB, e após aglutina-se com várias organizações regionais pelo Brasil, constitui-se como movimento social nacional em 1991, o MAB.

Após quase duas décadas da suspensão do projeto de construção da barragem Barra Grande, ele é retomado em 1995 com os estudos de viabilidade; e durante a sua implantação, são as audiências públicas realizadas em 1999 o fato que origina a retomada da organização do movimento. Algumas lideranças provenientes das experiências de mobilização de outras barragens, como Dona Francisca, Itá e Machadinho, são designadas para organizar as comunidades atingidas pela barragem Barra Grande. Segundo Carvalho (2006), essa é a fase da contestação, caracterizada pela formulação dos primeiros discursos que fazem a crítica de forma melhor articulada do problema que atinge a comunidade e com clareza da necessidade de organização do movimento social.

5.2 A organização redefine a reterritorialização

Efetivamente, o movimento organiza-se e ganha força nas comunidades a partir do começo das obras em 2001, com a presença do maquinário, dos mais de dois mil barrageiros oriundos de fora e a constituição do canteiro de obras (que é cercado com arame farpado, não possibilitando o acesso aos moradores). Em contraponto, muitas famílias atingidas não tinham sido indenizadas ou sequer reconhecidas no cadastro da empresa. Igualmente, como nas outras barragens da Bacia, o movimento não se (re)organiza sem a presença do SE. Os agricultores se organizam e se mobilizam na medida em que veem o inimigo na frente dos olhos (BLOEMER, 2000, p. 264).

A organização dos atingidos em um movimento social redefiniu a reterritorialização, principalmente na disputa em torno das modalidades de remanejamento populacional. A prioridade para o MAB foi o Reassentamento Rural Coletivo (reivindicando terra por terra), além da disputa em torno do reconhecimento de todos os atingidos, incluindo os não proprietários e também agricultores localizados à jusante. Mesmo os que optaram pela forma

de autorreassentamento por carta de crédito, organizados ou não, reconhecem o papel do movimento, que exigia negociação coletiva, critérios e tabela de preços definidos.

A conscientização e a mobilização, frutos do trabalho de intermediação do movimento, resultaram na autoidentificação como atingidos, categoria cuja designação foi tomada de empréstimo dos próprios documentos da ELETROSUL (FAILLACE, 1990). O MAB apropriou-se e contribuiu na (re)significação do conceito atingido, como se observa em Barra Grande. Se no primeiro cadastro realizado pela empresa eram considerados somente os proprietários como atingidos (concepção territorial – patrimonialista), depois do início da construção da obra e da resistência e organização do movimento, há um avanço no conceito, incorporando os não proprietários atingidos pela formação do lago (concepção hídrica). Nesse momento, o movimento social é reconhecido como representante e porta-voz dos atingidos, ganhando maior credibilidade com a população atingida. Mas somente no Acordo Social assinado em 2004, com a participação do MAB, houve a inclusão definitiva dos não proprietários, além dos atingidos localizados à jusante da barragem (concepção das Agências Multilaterais). A mudança da concepção está expressa no número de famílias atingidas reconhecidas, que quase duplicou, de 842 famílias do primeiro cadastro, passando para 1.210 no segundo e finalizando 1.516 famílias reconhecidas.

A enorme variação do número de famílias reconhecidas na construção da barragem confirma a inexistência de uma política socioambiental do SE brasileiro, representado pelo Estado e pelas empresas privadas, e também dos organismos de financiamento, como o BNDES. O reconhecimento e as modalidades de remanejamento ficam no âmbito das negociações individualizadas em cada projeto. O número de famílias reconhecidas aumenta nos locais onde há mobilização e resistência das comunidades rurais, como ocorreu em Barra Grande.

Os impactos sociais e ambientais são contabilizados dentro dos custos da obra, portanto não podem ir muito além do valor estipulado, colocando em “risco” a viabilidade econômica do empreendimento. Quando isso acontece, os impactos são considerados “entraves”, inclusive as comunidades atingidas. Por parte do empreendedor, as opções de remanejamento populacional menos onerosas e mais rápidas, sem responsabilidade direta na reterritorialização do atingido, são as prioritárias. A estratégia para isso são as negociações realizadas de forma individualizada com cada família e sem o estabelecimento de critérios transparentes e uma tabela de preços. Em Barra Grande, a BAESA contratou uma empresa, a ETS, para ser responsável pelas indenizações. A modalidade preferencial da empresa foi a indenização em dinheiro. Portanto, Barra Grande soma-se ao levantamento realizado por Nuti

(2007) de sete hidrelétricas, incluindo Itá, Machadinho e Dona Francisca, da utilização preferencial da indenização em dinheiro por parte dos agentes privados. A segunda opção preferencial da BAESA foi a do autorreassentamento por meio da carta de crédito.

Contrário às estratégias utilizadas pela empresa – a desinformação da população local, a perspectiva patrimonialista e a negociação individual –, o movimento social realizou ações periódicas como forma de pressão, de insatisfação e mobilização dos agricultores. Segundo Carvalho (2006), a resistência contrapõe-se à obediência e configura-se em atos práticos (marchas, ocupações de áreas públicas e privadas), o arrancamento dos marcos que demarcam as áreas a serem atingidas e acampamentos. Seria essa fase, após a contestação, a demonstração da atuação de um movimento social.

Em Barra Grande, um dos primeiros atos práticos ocorreu no portão de acesso ao canteiro de obras e foi fortemente reprimido pela polícia. Em seguida, como aconteceu na década de 1980 nas resistências às barragens localizadas na Bacia do Rio Uruguai, o movimento passa a considerar legítimas as várias formas de desobediência civil: detenção de funcionários da BAESA, prefeitos, secretários e vereadores por algumas horas, o bloqueio dos carros das empresas nas estradas vicinais e a proibição da entrada e circulação dos funcionários em algumas comunidades.

A presença do caboclo é identificada como fundamental na resistência do movimento social durante a desterritorialização e reterritorialização e é reconhecida pelos colonos e lideranças do MAB. O desapego material e a desconfiança em relação aos funcionários da BAESA, considerados “estranhos”, eram as razões de os caboclos não aceitarem as propostas de indenizações por dinheiro. Segundo Gehlen (1998), a presença do caboclo nas lutas sociais agrárias é marcante estatisticamente e mais marcante culturalmente, pois além de formar uma espécie de “capital primitivo” de uma “cultura de lutas”, imprime marca e sustentação às lutas atuais, particularmente a luta pela terra, nas quais se engaja por sua inclusão sociopolítica.

Existe um histórico de lutas e resistência do caboclo na região, inclusive armado, como na Revolta do Contestado, já que se confrontou também com identidades e racionalidades diferentes. Ainda hoje os líderes da revolta (João Maria e José Maria) são reverenciados, citados como exemplos de resistência e usados na luta contra as barragens. O conflito tem sido, historicamente, a única forma de “diálogo” entre o caboclo e os demais atores sociais coletivos: índios, fazendeiros, colonos, aventureiros e militares (GEHLEN, 1998, p. 135).

A homogeneidade sociocultural expressa no EIA-RIMA, na identificação somente do número de famílias atingidas, também está expressa no planejamento elaborado pela BAESA

nas exigências das modalidades de remanejamento, como o mesmo projeto arquitetônico para todas as casas. Além do modelo único, a troca da casa de madeira por uma de alvenaria representa progresso para a empresa. Assim, uma série de ações empreendidas demonstra que a lógica de desenvolvimento que justifica a barragem tem que ser implantada e introduzida localmente. Tudo que está vinculado ao passado dos atingidos precisa ser desvalorizado, e a modernidade, valorizada: a casa (velha e de madeira/nova e de alvenaria), a área de cultivo (acidentada/plana), a água (vertente/encanada), o plantio (manual/maquinário) etc. “Essa desvalorização transforma em passe de mágica habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência” (ESTEVA, 2000 *apud* ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 61)¹⁹⁵.

O processo de reterritorialização é uma confluência do histórico de conflitos, das especificidades culturais e da organização ou não no movimento social. Impõe mudanças na forma de uso da terra, na relação com o meio ambiente e nas formas de sociabilidade. A reterritorialização provoca a modernização agrícola das unidades familiares dos atingidos, abandonando a roça, agricultura tradicional de subsistência e substituindo-a pelas lavouras, a agricultura moderna voltada para o mercado. Para os autorreassentados, o uso da queimada – proibida pela legislação ambiental aplicada após a instalação da barragem – é substituído pelo uso de agrotóxicos para a limpeza dos terrenos. Para os reassentados, a mudança é mais acentuada, influenciada pela troca do relevo acidentado dos vales com mata e solo fértil pelos campos planos, sem mata e solo com pouca fertilidade, que o obrigam a incorporar técnicas agrícolas modernas, como a mecanização, a irrigação, havendo necessidade de compras de insumos externos à propriedade, como os adubos, agrotóxicos, sementes e ração.

Para isso, é necessário investir na propriedade, na capitalização de recursos para essa modernização agrícola. Essa necessidade, identificada pela empresa, foi reforçada pelo repasse de duas verbas, a primeira para a realização do primeiro plantio, e a segunda para as necessidades básicas até a primeira colheita. Se antes não precisavam de insumos agrícolas, a partir de agora são essenciais para o plantio na nova terra. Os reassentados não se capitalizaram a partir da primeira colheita e do término dos repasses das verbas pela empresa, precisando assim fazer empréstimos com vizinhos e parentes ou acessando financiamentos bancários (PRONAF). Atualmente, há três posições que podemos identificar nos agricultores em relação a esse aspecto: os que investem recursos próprios (colonos e caboclos), os que

¹⁹⁵ ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (Org.) *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge and Power*. London: Zed Books, 1992.

recorrem a financiamentos e conseguem pagar (colonos na sua maioria), e os que se endividam (caboclos na sua maioria).

Se para essa mudança de modelo agrícola os colonos têm maior facilidade de adaptação, os caboclos resistem a seus cultivos tradicionais e voltados essencialmente para o autoconsumo. Os custos altos para produzir para a subsistência impossibilitam uma renda para poder pagar os financiamentos e por isso acabam se endividando. Segundo Gehlen (1998), os caboclos não têm o instrumental tecnológico, a racionalidade da disciplina do trabalho, o capital acumulado e nem o saber técnico específico para, a curto prazo, recriar-se como agricultor familiar moderno. Conforme Moura (1991), a atitude dos caboclos de manter a diversidade produtiva e a prioridade para o autoconsumo não pode ser considerada conservadora, sendo reativa, no sentido do compromisso agrícola com a tradição, como reação à dominação simbólica a que estão sujeitos.

A dificuldade de obter renda para se capitalizar, pagar os financiamentos e reinvestir na lavoura não é somente causada por sua identidade sociocultural cabocla, já que existem colonos que também possuem dificuldades de realizar o pagamento. Pode se atribuir essa dificuldade pela aplicação do mesmo modelo agrícola da grande propriedade da região, a monocultura, altamente mecanizada e dependente de inúmeros insumos externos. Assim, produzir nas pequenas propriedades os mesmos grãos para o mercado a custos elevados inviabiliza a produção. No reassentamento, não tem como expandir a área de plantio, não tem como arrendar e nem condições financeiras de comprar terras localizadas no entorno. O tamanho limitado do lote inviabiliza a produção para o modelo produtivo imposto pela reterritorialização e propagado pela empresa – que além da não obtenção da renda necessária, causa dependência de insumos externos e pode inviabilizar a reprodução do grupo social, já que os filhos não conseguem constituir uma família no mesmo lote, nem na proximidade. Mesmo que não haja dados quantitativos sobre a alteração da renda após a reterritorialização, a presença do benefício social Bolsa Família demonstra a baixa renda na maioria das unidades produtivas familiares.

A mudança na paisagem atingiu todos os reterritorializados. A paisagem antes da construção é marcada pelo predomínio dos elementos da natureza, mas depois da barragem e da formação do lago, esses simbolizam elementos construídos, não incorporados pelos atingidos. Para os reassentados, a nova paisagem é a dos campos com relevo plano sem a presença da mata ao qual precisam se adaptar em um novo microclima, com a presença constante do vento. Para os autorreassentados, a presença do grande lago é o principal elemento da nova paisagem, este por sua imensidão é considerado “estranho”, não

incorporado harmoniosamente, não sendo utilizadas palavras e expressões positivas para sua descrição. A alteração no microclima se dá pela presença da cerração, que acompanha o lago e pode permanecer todo o turno da manhã.

A reterritorialização para áreas planas sem matas impede a obtenção de recursos consumidos historicamente por ambos os grupos, como lenha e madeira, pinhão, mel, frutas nativas e cítricas encontradas na beira dos rios, animais de caça e pesca. A água, antes oriunda das vertentes, abundante, passa a ser encanada e paga mensalmente. Os caboclos são os que mais manifestam que sentem falta dos recursos da mata, pois sempre tiveram uma relação mais próxima e harmoniosa com o ambiente do que os colonos. Isso se deve às características de suas identidades socioculturais. Historicamente, o modo de viver e de produzir dos caboclos dependeu mais do ambiente e o alterou menos, o que permitiu a manutenção da biodiversidade, sobretudo porque se instalaram no faxinal, área limítrofe entre o campo e a mata. Assim, obtinham no ambiente parte daquilo que precisavam para manter e reproduzir sua vida, produzindo para o autoconsumo e o excedente para um mercado restrito, sem preocupar-se com a produtividade do trabalho e acumulação da riqueza. Por outro lado, os colonos migraram das antigas colônias em busca de terras para produzir, e para isso substituíram a mata, removendo-a para a abertura de estradas, picadas e plantações, com objetivo da produtividade, tendo como centro o trabalho e estabelecendo as propriedades. Por isso, quando ocorreu o contato dos dois grupos sociais houve um choque cultural, pois os italianos viam os caboclos como “preguiçosos” e “ineficientes”, o que explica o seu desaparecimento da literatura oficial e o menosprezo de sua participação na vida econômica da região entendida sempre como branca, europeia e mais voltada para o mercado.

A reterritorialização impôs mudanças na ocupação do espaço, antes dispostos em linhas e rincões, construídos por redes de sociabilidade como o parentesco. Nos reassentamentos, agora constituídos por lotes de terras com tamanhos limitados, novas relações de reciprocidade são construídas, por novos vizinhos, oriundos de localidades e municípios diferentes. Mesmo que a construção dessas relações seja descrita positivamente, as antigas comunidades e vizinhança são ressaltadas com relatos saudosos. Se antes havia uma espacialização entre os colonos e os caboclos, agora se dividem e se misturam em uma área limitada. Para os autorreassentados, mesmo os que permaneceram na mesma localidade, houve a perda de muitos vizinhos e parentes atingidos, tendo que construir novas relações de amizade, além de terem que se acostumar com o principal elemento da nova paisagem: o enorme e “estranho” lago da barragem. A não adaptação à nova paisagem fez com que outros moradores deixassem as antigas comunidades.

Para a maioria dos atingidos, o acesso e o uso da energia elétrica ocorreu pela primeira vez após a reterritorialização. A rede elétrica foi instalada com a construção das casas, e assim foram adquiridos aparelhos eletrodomésticos como televisão, celular, geladeira, *freezer* e máquina de lavar roupa. Mesmo que haja níveis diferentes de uso e acesso a esses aparelhos, a obtenção da energia elétrica representou um maior conforto para as famílias. Mas nem sempre esses eletrodomésticos são utilizados ou adquiridos por todas as famílias, pois elas alegam o alto preço da energia elétrica e que não possuem condições financeiras para pagar a conta de luz. Só que essas famílias foram deslocadas compulsoriamente pela construção de uma barragem que objetiva a geração de energia elétrica barata (ao menor custo possível). A contradição está que a produção energética não é para o uso da população local, mas tem como destino uma empresa há centenas de quilômetros dali, como no caso a unidade da mineradora Alcoa, empresa do consórcio BAESA, localizada em Poços de Caldas (MG). Assim como é contraditória a existência de famílias localizadas nas comunidades próximas ao lago, não reconhecidas oficialmente como atingidas, que até hoje não possuem energia elétrica.

Esse processo provoca mudanças nas formas de sociabilidade, e estas estão relacionadas à organização ou não no movimento social. Os reassentados, todos integrantes do MAB, participam de outras organizações como cooperativas, sindicatos rurais e partidos políticos. Enquanto entre os autorreassentados a não participação no movimento social reflete na pouca participação em outras organizações sociais como sindicatos, partidos e a não existência de associações voltadas para a produção, como ocorre nos reassentamentos.

A incerteza em relação ao futuro está presente em todos os reterritorializados, e é sentida pelos atingidos desde o início do empreendimento. O que se constata é que muitos filhos, os mais velhos, já se deslocaram para alguns centros regionais como Lages e Concórdia, em SC, Vacaria e Caxias do Sul, no RS. O êxodo rural tem entre suas causas a mudança de emprego com a construção da barragem e a modernização agrícola imposta pela reterritorialização (dependência de insumos, custos elevados e redução da mão de obra). No reassentamento, há ainda as impossibilidades de aumentar a produção e a constituição de uma nova família pelo tamanho limitado dos lotes e a falta de terra disponível no entorno, o que contribui para acelerar a ida dos jovens para as cidades.

Assim, as hipóteses levantadas foram confirmadas, primeiramente nas mudanças impostas pela reterritorialização nos usos da terra, na substituição da roça, agricultura tradicional de subsistência e diversificada, pela lavoura, agricultura moderna, mais especializada, altamente dependente de insumos externos (adubos, agrotóxicos e sementes). E

na alteração na relação e percepção com o meio ambiente, na mudança do relevo, da paisagem, do microclima e do uso de recursos naturais (água, lenha e frutas). Ocorre assim a perda de autonomia dos atingidos, que ficam dependentes de recursos não dispostos ao seu alcance, necessitando se capitalizar, reorientando os cultivos e a produção para o mercado, podendo inviabilizar a sua reprodução social. A segunda hipótese também foi comprovada, a organização dos atingidos em um movimento social redefiniu a reterritorialização, principalmente na disputa em torno das modalidades de remanejamento populacional. Por parte do MAB, a reivindicação era terra por terra (reassentamento), além do reconhecimento de todos os atingidos, disputando com as modalidades meramente indenizatórias propostas pela empresa. A organização em um movimento social no meio rural pela mobilização e conscientização política acaba gerando outras formas de sociabilidade mais abertas com a sociedade regional, como associações produtivas, cooperativas, sindicatos rurais e partidos políticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação traz reflexões relacionadas à concepção de empreendimentos que integram um modelo de desenvolvimento econômico proposto para o país. A implantação de Grandes Projetos de Investimento, como a barragem Barra Grande, é considerada o principal vetor de promoção e expansão da atual fase do desenvolvimento capitalista brasileiro, ícone de determinada concepção hegemônica de progresso e desenvolvimento. Integra o planejamento e a infraestrutura necessária para favorecer a inserção brasileira no cenário internacional. Para tornar as *comodities* minerais e agrícolas competitivas, os custos para a exploração e o escoamento precisam ser baixos, incluindo a produção de energia elétrica, insumo básico para as empresas *eletrointensivas* como a mineradora Alcoa.

O Brasil, além de consolidar sua hegemonia econômica e política na América do Sul, “internacionalizando os capitais brasileiros”, lidera, planeja e financia a construção de uma infraestrutura que facilite a inserção sul-americana no cenário internacional nos moldes do modelo agromineroexportador brasileiro. O BNDES é o principal planejador e financiador da IIRSA a nível continental, sendo o PAC a sua versão nacional. O Brasil, graças a uma conjuntura econômica favorável, beneficia-se da demanda crescente e da alta dos preços das matérias-primas nos principais centros consumidores mundiais, como os Estados Unidos, a Europa e principalmente a Ásia. Esses produtos primários são responsáveis pela balança comercial positiva e manutenção de um superávit primário necessário para o pagamento dos juros da dívida pública.

O atual modelo energético, centralizador e com planejamento autoritário, teve suas bases construídas durante o regime militar e aprofundou-se com a privatização do Setor Energético brasileiro, organizado para responder a um modelo de desenvolvimento econômico de inserção brasileira no capitalismo internacional. Os governos recentes, FHC, Lula e Dilma, planejam e são gestores dessa política mediante programas nacionais – Brasil em Ação, Avança Brasil, PAC 1 e 2 – e internacional, por intermédio da IIRSA. Além dos esforços políticos, usam todos os meios institucionais, como o BNDES.

Evidencia-se, assim, a política de desenvolvimento implementada pelo Estado, e que o modelo energético brasileiro, acima de tudo, é uma questão política, uma vez que sua execução depende de uma decisão de governo.

Caso as barragens planejadas pelo SE se concretizem para todo o Brasil, haverá novas desterritorializações, provocando conflitos socioambientais em torno da construção das barragens atualmente já deflagrados em nível nacional com Jirau, Santo Antônio (rio

Madeira), Belo Monte (rio Xingu), Garibaldi e Itapiranga, na Bacia do Rio Uruguai. Evidencia-se a necessidade de implantação de uma política que assegure os direitos territoriais e ambientais estabelecidos na Constituição e nas Convenções Internacionais assinadas pelo Brasil, em contraponto à prática das licenças meramente políticas. Existe a possibilidade de deslocamento compulsório de mais de 100.000 habitantes, lembrando que somente na Bacia do Rio Uruguai esse número pode chegar a 50.000 pessoas.

A fase exploratória do campo foi essencial para reelaborar os objetivos e as hipóteses, que puderam ser mostradas no decorrer da dissertação, principalmente com a constatação da heterogeneidade sociocultural existente entre a população atingida pela barragem. Assim como na identificação da tensão surgida na reterritorialização e ainda existente entre as instituições oficiais (públicas e privadas), o que levou a utilização de diferentes estratégias entre os atingidos e a empresa BAESA.

A metodologia mostrou-se adequada, principalmente pelo levantamento dos dados e pela riqueza das informações das entrevistas. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização dos grupos socioculturais atingidos podem ser reconstruídos. Nesse caso, novamente a fase exploratória foi fundamental, na realização das entrevistas com informantes-chave, facilitando a escolha do universo empírico e posteriormente para a definição da amostra, considerando a dificuldade de obter informações oficiais sobre os atingidos (os critérios das negociações das modalidades de remanejamento, os valores das indenizações e o destino). Outras dificuldades estão relacionadas ao campo propriamente dito, como o tempo e os recursos disponíveis, devido à enorme distância até a região e entre os municípios, aliado às condições precárias das estradas de chão batido.

Seguramente, esta dissertação contribui para a crítica das políticas públicas e das propostas para a institucionalização de uma política social e ambiental pelo Setor Energético brasileiro. Os estudos sobre as inúmeras experiências de barragens, na Bacia do Rio Uruguai e pelo Brasil, demonstram que os impactos socioambientais precisam ser (re)considerados, principalmente na etapa do planejamento e da real viabilidade dessas obras. Recomenda-se aprofundar os estudos sobre todas as Bacias Hidrográficas, que devem ser consideradas como unidades de análise, não somente a partir do seu potencial hidrelétrico, mas dos impactos dos empreendimentos já construídos e dos planejados, compreendendo aspectos multidimensionais: socioculturais, ambientais, políticos, técnicos e econômicos. Desse modo abrangendo de forma multidisciplinar as diversas áreas do conhecimento, como a Biologia, a Geologia, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Arqueologia e a

Agronomia. Os estudos da Bacia deviam ser à base de elaboração para os EIA-RIMAs, já que estes atualmente são pontuais a uma obra e adequados para a liberação do empreendimento.

A ameaça da extinção concreta de inúmeras espécies já se verifica, principalmente, pela perda de habitats causada pelo alagamento de áreas remanescentes e ainda preservadas, como ocorre nos vales da Bacia do Rio Uruguai. E há a necessidade de se conhecer a quantidade e os reais impactos da emissão de GEE pelas hidrelétricas (gás carbônico e metano), ainda mais em casos como Barra Grande, quando houve a decomposição da matéria orgânica com o alagamento de milhares de hectares de terra com milhões de árvores favorecendo a formação desses gases.

Sugere-se considerar a Bacia como unidade de análise na perspectiva da preservação de trechos dos rios (afluentes e rio principal), inviabilizando a construção de barragens de forma sequencial, preservando ambientes únicos, caso contrário acarretaria o desaparecimento de um rio. Como exemplo, há a Bacia do Rio Uruguai, que além das sete hidrelétricas instaladas, que comprometem todo o eixo Norte, há mais doze planejadas dentro do PAC e do PDEE (2007-2016), que são consideradas de forma individual e teriam como consequência a transformação de afluentes e trechos inteiros do Rio Uruguai em uma escada de lagos, o que acarretaria a “morte” de vários afluentes e do próprio Rio Uruguai. Em particular, o Rio Pelotas, onde se localiza a UHE Barra Grande, se for concretizada a construção de outra barragem como planejada, Pai-Querê, além de comprometer a existência do rio, desaparecerá a última área com características ambientais semelhantes da inundada por Barra Grande.

A participação das comunidades atingidas nas etapas decisórias e do planejamento, considerando sua posição sobre a obra, inclusive o veto ao projeto, é considerada essencial. Assim como o acesso permanente, facilitado e direto, a todas informações e documentos relativos à obra. Inclusive os dados sobre o deslocamento compulsório, as modalidades utilizadas, os valores envolvidos e o destino das famílias.

As questões sociais precisam ser resolvidas e estabelecidas antes do início da obra. O reconhecimento e a implementação dos direitos das populações atingidas e a negociação em torno das modalidades de remanejamento devem ser coletivas, com o estabelecimento de critérios transparentes, uma tabela de valores definidos, sabidos por todos. A utilização das modalidades, hoje priorizadas pelo SE, principalmente a indenização por dinheiro e autorreassentamento pela carta de crédito, deve ser ponderada, dado o risco de não reprodução do modo de vida das famílias atingidas. Tendo especial atenção aos segmentos sociais mais vulneráveis, como os não proprietários.

Há a necessidade de se desenvolver políticas públicas específicas para as comunidades rurais atingidas por barragens, considerando a heterogeneidade sociocultural com base na diversidade cultural, reconhecendo as diferenças nos usos, costumes, organizações sociais, econômica, política e religiosa. A homogeneização no tratamento dos grupos sociais não somente pode não levar à recomposição das condições de vida, como pode não levar à restauração da identidade sociocultural.

É preciso que haja o acompanhamento posterior da situação social e ambiental, já que a temporalidade dos impactos vai além do término da obra e da reterritorialização. Por isso o monitoramento dos impactos a médio e longo prazo se faz necessário. Atualmente, não ocorre esse acompanhamento, inclusive inexistente por parte do SE e governo um órgão que faça esse papel. Sem o acompanhamento posterior da situação e o monitoramento das famílias com a reterritorialização, é difícil afirmar os resultados divulgados como “alcançados” pelo SE, sempre positivo, nas diferentes modalidades de remanejamento. Para isso, recomenda-se conhecer a situação dos atingidos por outras barragens, deslocados em épocas diferentes e analisar a atual situação de suas experiências de reterritorialização. Mesmo que haja uma literatura considerável sobre a construção de barragens e suas problemáticas, há um “vazio” de estudos relacionados aos empreendimentos na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, preponderantes a Itá e Machadinho, considerando a implantação de novas barragens recentemente, como Foz do Chapecó, Monjolinho e Campos Novos, e a atualidade de novos projetos, assim como os seus conflitos socioambientais.

Outros elementos surgiram durante o campo e na análise dos dados que não foram abordados e nem propostos para esta dissertação e que possibilitam abrir novas questões para estudos futuros, tanto para Barra Grande como as demais barragens construídas: conhecer o destino e a situação de todos os atingidos, ressaltando as modalidades de remanejamento populacional prioritárias das empresas, como a indenização em dinheiro e o autorreassentamento por carta de crédito, estas ainda pouco estudadas pela Ciência comparada à modalidade Reassentamento Rural Coletivo; analisar o resultado, o acompanhamento e o cumprimento das compensações mitigatórias sociais e ambientais propostos nos EIA-RIMAs, TACs e Acordos Sociais; estudar os impactos econômicos (financeiros), sociais (êxodo rural), ambientais (perda de área florestal) ocorridos ao nível dos municípios após a implantação da barragem. Assim como aprofundar a análise sobre conceitos correlatos ao tema, como os desenvolvimentos territorial, setorial (energético) e regional.

Que esta dissertação contribua no auxílio para que os rios continuem vivos e possam correr livremente pelos vales. Para que os viventes da região, homens e mulheres, animais,

plantas e demais seres vivos continuem habitando, coevoluindo, sem riscos de extinção. Para que os agricultores possam continuar vivendo como agricultores, plantando seus cultivos, seus projetos, suas identidades e seus sonhos.

REFERÊNCIAS

- AB´SABER, A. N. Reversão e transferência de águas com previsão de impactos. *Revista Scientific American Brasil*, São Paulo, ano 2, n. 20, jan. 2004.
- AGÊNCIA Nacional de Energia Elétrica. *Central de Informações Econômico-Financeiras*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=731&idPerfil=2&idiomaAtual=0>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- _____. *Capacidade de geração do Brasil*: banco de informações de geração. Brasília, 2007. Disponível em: <www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil.asp>. Acesso em: 8 abr. 2007.
- ALCOA no Brasil. *Hidrelétricas*. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_energia.asp>. Acesso em: 5 ago. 2011.
- _____. *Mina de Juruti*: desenvolvimento sustentável para a Amazônia. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti.asp>. Acesso em: 5 ago. 2011.
- ALLENDE, A. Z. O vizinho em nossa casa. Hidrelétricas na Amazônia Peruana para gerar energia para o Brasil deslocam populações indígenas e afetam o meio ambiente no país vizinho. *Revista Democracia Viva*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 25, abr. 2011.
- ALVES, A. F. *et al.* *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ARDENGHI, L. G. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- BAESA Energética Barra Grande S.A. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.baesa.com.br/>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- _____. *Energia: o grande desafio*. Santa Catarina: Editora Baesa Energética Barra Grande, 2007.
- _____. *Localização da UHE Barra Grande*. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.baesa.com.br/baesa/localizacao.php>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Infraestrutura*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Infraestrutura/>. Acesso em: 5 set. 2011.
- BASSO, L. A. Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul: implicações ambientais. In: VERDUN, R. *et.al.* *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BEHLING, H. *et al.* Dinâmica dos campos do sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, V. P. *et al.* (Ed.). *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.

BELLANCA E. T.; SUERTEGARAY, D. M. A. Sítios arqueológicos e areais no sudoeste do Rio Grande do Sul. *MERCATOR – Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, p. 99-114. 2003.

BELTON, W. *Aves silvestres do Rio Grande do Sul*, 4. ed. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2004.

BERMANN, C. *Energia no Brasil: para quê? para quem? Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física: FASE, 2001.

_____. *A energia hidrelétrica não é limpa, nem barata*. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 30 jul. 2010. Entrevista concedida ao IHU On-line. 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=34824>. Acesso em: 4 jul. 2011.

BESSA, M. G. F.; MOTA, J. A.; PATO, C. (Org.) *Relocação rural na Hidrelétrica Peixe Angical, estado do Tocantins: distintos olhares da sociedade*. Gurupi-TO: Cometa/Fundação Centro Universitário UnirG, 2009.

BLOEMER, N. M. S. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOEIRA, S. M. *Estudo da Dinâmica Territorial Rural: a implantação da usina hidrelétrica Barra Grande no planalto sul catarinense*. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BOURSCHEIT, A. As pererecas e os bagres de Lula. *O Eco*, São Paulo, 4 maio 2009. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/reportagens/21597-as-pererecas-e-os-bagres-de-lula>>. Acesso em: 16 maio 2009.

BRACK, P. *et al.* *Levantamento preliminar da flora e da vegetação do vale do Rio Pelotas, no município de Bom Jesus, RS, e a importância de sua conservação*. 2008. No prelo.

_____. RS: Uma calamidade social. Mais de 50 mil pessoas afetadas pelas hidrelétricas. In: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU On-line*, São Leopoldo, v. 341, 30 ago. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_anteriores&secao=377. 2010. p. 5-11. Acesso em: 5 jul. 2011.

BRAGA, I. No Acre, Lula critica demora no licenciamento ambiental. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 abr. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/04/29/no-acre-lula-critica-demora-no-licenciamento-ambiental-755492330.asp>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Programa Luz para todos*. Brasília, 2009. Disponível em: <luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em: 5 ago. 2011.

CANALES, J. L. *Efectos demograficos de grandes proyectos de desarrollo*. Comision Economica para America Latina y el Caribe (Cepal); San José/Costa Rica, abr. 1990.

CARINI, J. J. *Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania*. 225 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARNEIRO, J. E. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. *A insustentável leveza da política ambiental*. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 27-48.

CARVALHO, O. A. de. *Água sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas*. 2006, 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CASTRO, E. Amazônia fronteira de *comodities*. *Revista Contra Corrente*. Para quem desafia o pensamento único, Brasília, p. 9-11, nov. 2009.

CENTRAIS Elétricas Brasileiras S. A. (ELETROBRAS); Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ). *Diretrizes para o relacionamento do Setor Elétrico com os Povos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1998. Relatório final.

CIÊNCIA e meio ambiente. *História Agrária e Ambiental*, Santa Maria, Semestral n. 33 (jul./dez. 2006).

CONJUNTURA da semana. A rebelião de Jirau. *Instituto Humanistas Unisinos – IHU*. São Leopoldo, 28 mar. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=41771>. Acesso em: 20 abr. 2011.

CONSELHO de defesa dos direitos da pessoa humana. *Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”*. Resoluções n. 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília/DF. 2010. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/conselho/pessoa_humana/relatorios>. Acesso em: 5 fev. 2011.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

COUTO, A. B. A atuação das grandes empreiteiras brasileiras na integração de infraestrutura na América do Sul. In: VERDUM, R. *Financiamento e megaprojetos. Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: Inesc, 2008, p. 79-89.

CUBER, A. *Nas margens do Rio Uruguai. 1898*. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975, p. 13.

D’INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. *A Amazônia e a crise de modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DEPARTAMENTO Nacional de Produção Mineral. *Economia Mineral do Brasil* – 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

DIAS, G. F. *Pegada ecológica e sustentabilidade humana*. São Paulo: Gaia, 2002.

DILMA muda limites de unidades de conservação para abrigar hidrelétricas. *Xingu Vivo*, Pará, 16 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/08/16/dilma-muda-limite-de-unidades-de-conservacao-para-abrigar-hidreletricas/>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

DUPAS, G. *O mito do progresso ou o progresso como ideologia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

ELETROBRAS. *Centrais Elétricas Brasileiras: manual de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas*. Rio de Janeiro: ELETROBRAS, 1984, 1 v.

EMPRESA de pesquisa energética. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

_____. *Plano Decenal de Energia Elétrica (2007-2016)*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/PDEE/Forms/EPEEstudo.aspx>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

ENGEVIX S.A. ENGEVIX – *EIA-RIMA*. Barueri, 1998. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/mobilizacao/barra-grande/documentos-pareceres-e-cartas/>>. Acesso em: 8 abr. 2010.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (Org.) *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge and Power*. London: Zed Books, 1992.

FAILLACE, S. T. *Os evangélicos de Sarandi: uma análise do caráter religioso do campesinato na área da barragem de Itá*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRJ-PPGAS, ago. 1989.

_____. *Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso de Itá (RS/SC)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

FEARNSIDE, P. *Hidrelétricas construídas em áreas tropicais emitem mais gases de efeito estufa*. São Leopoldo, 10 ago. 2011. Entrevista concedida ao IHU On-line. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=46154>. Acesso em: 11 set. 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Resumo Estatístico RS – Municípios*. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php>. Acesso em: 8 ago. 2011.

GARZON, L. F. N. Imperialismo de aluguel ou subimperialismo: tupi *or not* tupi? *Revista Contra Corrente*. Para quem desafia o pensamento único, Brasília, p. 6-8, nov. 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GEHLEN, I. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P. A. (Org.) *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998, p. 121-41. (Coleção Ciências Sociais.)

_____.; MOCELIN, D. G. *Organização social e movimentos sociais*. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Exclusão e desenvolvimento local. In: TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. (Org.) *Ciências Sociais: temas contemporâneos*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2007, p. 193-204.

_____. Territorio, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. In: RIELLA, A. *Globalización, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos*. Montevideo: Editora Universidade de la República, 2002, p. 265-84.

GERHARDT, M. Os caboclos e a relação com a natureza no Norte do Rio Grande do Sul. *Ciência e Meio Ambiente*, Santa Maria: Semestral n. 33 (jul./dez. 2006), p. 165-74.

GRANDE Barra – Parte 1. 1 post (11 min. 20s.). Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=cjmm6athmji&feature=related>>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. – Parte 2. 1 post (10 min. 14s.). Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=6kj4CV0ALuw&feature=related>>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. – Parte 3. 1 post (11 min. 11s.). Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=fUJSOCHLL1w&feature=related>>. Acesso em: 20 set. 2011.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1963.

HAESBAERT, R. *Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

ÍNDIOS, MP e ambientalistas são entraves para o país, diz Lula. *Ambiente Brasil*, São Paulo, 23 nov. 2006. Disponível em:
<<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/11/23/27978-indios-mp-e-ambientalistas-sao-entraves-para-o-pais-diz-lula.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

INICIATIVA para la integracion de la infraestructura regional sulamericana. Áreas de Accion. Brasília, 2011. Disponível em:

<www.iirsa.org/BancoConocimiento/A/areas_de_accion/areas_de_accion.asp?CodIdioma=POR&CodSeccion=117>. Acesso em: 15 mai. 2011.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Brasília, 2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2011.

JUÍZA manda desobstruir usina. *Polícia livre*, Porto Alegre, 20 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.mail-archive.com/policia-livre@grupos.com.br/msg03007.html>>. Acesso em: 19 set. 2011.

LATOUCHE, S. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 4, n. 56, 2006.

LAURELLI, E. Los Grandes Proyectos: estrategias de desarrollo y transformación del territorio”. In: ROFMAN, A. (Coord.) *Los Grandes Proyectos y el Espacio Regional. Presas Hidrelétricas y el Sistema Decisional*. Cuadernos CEUR 19, Buenos Aires, CEUR, 1987, p. 131-55.

LEITE, F. T. *Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa*. Monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LEMONS, C. F. *Audiências públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé*. 1999. 236 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), (Documento de Política, 3), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LIMA, K. Lobão vê “forças demoníacas” que impedem hidrelétricas. *Agência Estado*, São Paulo, 29 set. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,lobao-ve-forcas-demoniacas-que-impedem-hidreletricas,442767,0.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2011.

LUDWIG, M. P. Para além da paisagem: a modernidade que ameaça submergir o lugar. In: ROTHMANN, F. D. *Vidas alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008, p. 235-53.

LULA propõe “monumentos à perereca” em obra da BR 101. *Agência Estado*, São Paulo, 26 ago. 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/lula+propoe+monumento+a+perereca+em+obra+na+br101/n1237762166978.html>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

MAB se preocupa com posturas conservadoras do governo na regulamentação do decreto presidencial. *MAB*, Brasília, 19 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/mab-se-preocupa-com-posturas-conservadoras-do-governo-na-regulamenta-do-decreto-presidencial>>. Acesso em: 5 set. 2011.

MAB denuncia violação de direitos humanos na barragem de Estreito. *MAB*, Brasília, 18 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/mab-denuncia-viola-direitos-humanos-na-barragem-estreito>>. Acesso em: 18 mai. 2011.

MAB e MST ocupam canteiro de obras da UHE Garibaldi e latifúndio em SC. *MAB*, Brasília, 6 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/mab-e-mst-ocupam-canteiro-obras-da-uhe-garibaldi-e-latif-ndio-em-sc>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MAB monta acampamento próximo à barragem de Barra Grande. *MAB*, Brasília, 27 jun. 2011. Disponível: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/mab-monta-acampamento-prximo-barragem-barra-grande>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

MACEDO, J.; MAESTRI, M. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MACHADO, A. Sete homens são mantidos reféns em aldeia indígena por causa de hidrelétrica. *Terra Magazine*, São Leopoldo, 20 out. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=48567>. Acesso em: 23 out. 2011.

MAESTRI, M. A Aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. P. (Org.) *A questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 217-76.

MAGALHAES, S. B. Campesinato e hidrelétricas: uma visão sobre o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. In: MARTINS COSTA, A. L. B. *et al. Hidrelétricas, ecologia e progresso*. Contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990, p. 113-28.

MARCHIORI, J. N. C. *Fitogeografia do Rio Grande do Sul: campos sulinos*. Porto Alegre: EST, 2004.

MARTINS COSTA, A. L. B. *et al. Hidrelétricas, ecologia e progresso*. Contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MELCHIOR, P. *Itapiranga: uma luta de 30 anos*. São Leopoldo, 6 set. 2009. Instituto Humanitas Unisinos. Entrevista concedida ao IHU On-line em 5 set. 2009. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=25415>. Acesso em: 19 out. 2011.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. *Climatologia: noções básicas e climas do Brasil*. São Paulo: Oficina de textos, 2007.

MINEIRO, A. S. O BNDES e o debate necessário. *Revista Democracia Viva*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 16-7, abr. 2011,

MORALES, E. 2006. *Construyamos una verdadera Comunidad Sudamericana de Naciones para “Vivir bien”*. Carta del Presidente Evo Morales a los Mandatários e Pueblos de Sudamerica. Documentos de La Cumbre Sudamericana de Naciones em Cochabamba. Cochabamba, 9 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.comunidadesudamericana.com/>>. Acesso em: 8 jul. 2010.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOURA, M. M. Liberdade e igualdade: reflexões sobre campesinato sertanejo e política. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 7-32, 1991.

MOVIMENTO dos atingidos por barragem (MAB). Brasília, 2011. Disponível em: <www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 6 jul. 2011.

NAVARRO, Z. (Org.) *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

NAT Amigos da Terra Brasil. *Cartilha Rio Uruguai – Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai*, Porto Alegre, mar. 2006. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/cartilha_rio_uruguai.html>. Acesso em: 9 set. 2011.

NUTI, M. R. Análise das estimativas de população atingida por projetos hidrelétricos. In: VERDUM, R. *et al. Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007, p. 57-88.

NUTI, M.; GARCIA, M. Remanejamento populacional em usinas hidrelétricas: discussão dos resultados da última década e projeções para a expansão do Setor Elétrico. In: *Encontro Ciências Sociais e Barragens*, 1. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, jun. 2005. 1 CD.

OBSERVATÓRIO Socioambiental de Barragens. Lista de barragens. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

OPERADOR Nacional de Energia. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ons.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

_____. *Mapa da Integração Eletroenergética do Sistema Energético Nacional*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ons.org.br>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

ORTIZ, L. S. (Org.) *Energias renováveis sustentáveis: uso e gestão participativa no meio rural*. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2005.

PAIM, E. S.; ORTIZ, L. S. (Coord.) *Hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai: guia para ONGS e Movimentos Sociais*. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

PARALISAÇÃO de operários afeta obras do PAC. São Leopoldo: Instituto Humanistas Unisinos, 25 mar. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=41727>. Acesso em: 10 ago. 2011.

PASSARINHO, N. *Belo Monte vai garantir “segurança energética” ao Brasil, diz Lobão*. Rio de Janeiro, 1 jun. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/belo-monte-vai-garantir-seguranca-energetica-ao-brasil-diz-lobao.html>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

PASSARINHO, P. *Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Uma inflexão da política econômica ou mera busca de resultados?* Rio de Janeiro: Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro – CREERJ, 2010, p. 1-10. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/ced/avaliacao_pac_paulo_passarinho.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

PASTORE, E. Mulheres rurais: um estudo sobre a história de organização, lutas e movimentos sociais na região Norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. (Org.) *Ciências Sociais: temas contemporâneos*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2007, p. 318-37.

PEREIRA, C. C. A região das araucárias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 31-69, 1943.

PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Série Graduação.)

PINTO, J. R. L. Plataforma BNDES: uma outra agenda para o desenvolvimento. *Revista Democracia Viva*. Rio de Janeiro, n. 36, p. 52-7, set. 2007.

PLATAFORMA BNDES. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.plataformabndes.org.br/>>. Acesso em: 5 set. 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Impacto ambiental e regime político. In: MARTINS COSTA, A. L. B. *et al.* *Hidrelétricas, ecologia e progresso*. Contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

POUGH, F. H.; JANIS, C. M.; HEISER, J. B. *A vida dos vertebrados*. São Paulo: Atheneu, 2008.

PROCHNOW, M. *Barra Grande*. A hidrelétrica que não viu a floresta. Rio do Sul/SC: APREMAVI, 2005. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/frutos/livros/a-hidreletrica-que-nao-viu-a-floresta/>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

PROGRAMA de Aceleração do Crescimento. Brasília, 28 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac>>. Acesso em: 8 jul. 2011.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. 3. ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2005.

RIBEIRO, G. *Empresas Transnacionais: um grande projecto por dentro*. São Paulo: Marco Zero; ANPOCS, 1991.

ROTHMANN, F. D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983. In: Zander, N. *Política, protesto e cidadania no Campo: as lutas*

sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Ed. Universidade Rio Grande do Sul, UFRGS, 1996, p. 106-36.

_____. *Vidas alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008.

SALOMON, M. Obra no São Francisco custará R\$ 1,8 bi a mais. *O Estado de São Paulo*, 2 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,obra-no-sao-francisco-custara-r-18-bi-a-mais,753358,0.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

SAMPAIO, M. M. B. *Da privatização ao Apagão*. Florianópolis: Insular, 2001.

SANTOS, M. *Metamorfozes do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, S. C. Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In: VERDUM, R. *et al. Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007, p. 41-56.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. (Geografia em Movimento.)

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais rurais e o meio ambiente: universidade e sociedade face à política ambiental brasileira*. Florianópolis: Textos Básicos, 1990.

_____.; REIS, M. J. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. In: ROTHMANN, F. D. *Vidas alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: UFV, 2008, p. 64-82.

SCHMIDT, C.; CORAZZA, G.; MIRANDA, L. *Energia elétrica em debate: a experiência brasileira e internacional de regulação*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SIGAUD, L. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional UFRJ, 1986.

SOS RIO PELOTAS. Porto Alegre, 5 jun. 2011. Disponível em: <<http://sosriopelotas.wordpress.com/>>. Acesso em 5 ago. 2011.

STÉDILE, J. P. (Org.) *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES DA SILVA, L. A. Tchê Pampa: história da natureza gaúcha. In: PILLAR, V. P. *et al. Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009, p. 42-62.

TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. (Org.) *Ciências Sociais: temas contemporâneos*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.

_____; SANTOS P. A igreja católica e o sindicalismo rural no Rio Grande do Sul – 1950-1980: mediações e conflitos. In: TEDESCO João Carlos; PASTORE, Elenice (Org.). *Ciências Sociais: temas contemporâneos*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007, p. 269-317.

VAINER, C. B. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSERRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Org.) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p. 48-72.

VAINER, C. B.; ARAÚJO F. G. B. de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VERDUM, R. Obras de Infraestrutura no contexto da integração Sul-Americana. In: VERDUM, R. et al. *Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007, p. 13-41.

_____. *Financiamento e megaprojetos*. Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc, 2008.

_____.; MEDEIROS, M. de V. (Org.) *RIMA: relatório de impacto ambiental*. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

VIEIRA, E. F. *Rio Grande do Sul: geografia da população*. Porto Alegre: Sagra, 1985.

ZARTH, P. A. et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998. (Coleção Ciências Sociais.)

_____. Colonização e ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul. In: *Ciência e meio ambiente*. Santa Maria-RS. UFSM. Semestral n. 33 (jul./dez. 2006), p. 155-64.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens Industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. *A insustentável leveza da política ambiental*. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 49-64.

_____.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. *A insustentável leveza da política ambiental*. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 89-118.

APÊNDICE A – LISTA DOS ENTREVISTADOS

| Entrevistado | Idade | Local de origem | Identidade sociocultural | Modalidade atingido | Local da residência | Data da entrevista |
|---------------------|--------------|------------------------|---------------------------------|-------------------------------|----------------------------|---------------------------|
| MCA/1 | 48 | Anita Garibaldi | Cabocla | Autorreassentamento | Anita Garibaldi | 02/11/2011 |
| MCA/2 | 49 | Pinhal da Serra | Cabocla | Autorreassentamento | Pinhal da Serra | 02/11/2011 |
| HIA/3 | 44 | Anita Garibaldi | Colono/Italiano | Autorreassentamento | Anita Garibaldi | 03/11/2011 |
| HIA/4 | 61 | Esmeralda | Colono/Italiano | Autorreassentamento | Pinhal da Serra | 03/11/2011 |
| HCA/5 | 42 | Anita Garibaldi | Cabocla | Autorreassentamento | Anita Garibaldi | 03/11/2011 |
| HCR/6 | 57 | Pinhal da Serra | Cabocla | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 10/11/2010 |
| HCR/7 | 65 | Pinhal da Serra | Cabocla | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 10/11/2010 |
| HIR/8 | 57 | Pinhal da Serra | Colono/Italiano | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 10/11/2010 |
| HCA/9 | 63 | Pinhal da Serra | Cabocla | Autorreassentamento | Pinhal da Serra | 11/11/2010 |
| MCA/10 | 36 | Pinhal da Serra | Cabocla | Autorreassentamento | Pinhal da Serra | 11/11/2010 |
| MCA/11 | 31 | Pinhal da Serra | Cabocla | Autorreassentamento | Pinhal da Serra | 11/11/2010 |
| MPR/12 | 36 | Pinhal da Serra | Portuguesa | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 15/12/2010 |
| MIR/13 | 48 | Vacaria | Colona/Italiana | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 15/12/2010 |
| HCR/14 | 69 | Pinhal da Serra | Cabocla | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 16/12/2010 |
| HCR/15 | 59 | Pinhal da Serra | Cabocla | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 16/12/2010 |
| MPR/16 | 56 | Pinhal da Serra | Portuguesa | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 16/12/2010 |
| MIR/17 | 27 | Pinhal da Serra | Colona/Italiana | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 17/12/2010 |
| HCA/18 | 58 | Pinhal da Serra | Cabocla | Autorreassentamento | Pinhal da Serra | 21/12/2010 |
| HIA/19 | 53 | Anita Garibaldi | Colono/Italiano | Autorreassentamento | Anita Garibaldi | 21/12/2010 |
| HAR/20 | 62 | Pinhal da Serra | Colono/Alemão | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 22/12/2010 |
| HIR/21 | 47 | Pinhal da Serra | Colono/Italiano | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 22/12/2010 |
| HIR/22 | 39 | Pinhal da Serra | Colono/Italiano | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 23/12/2010 |
| HIR/23 | 32 | Vacaria | Colono/Italiano | Reassentamento Rural Coletivo | Esmeralda | 23/12/2010 |